

Políticas de Ciência e da Língua, Publicação Científica e Rankings Académicos

Moisés de Lemos Martins e Helena Pires (Eds.)





UMinho Editora

Investigação
Ciências Sociais



CECS

centro de estudos
de comunicação
e sociedade

EDITORES

Moisés de Lemos Martins

Helena Pires

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

Moisés de Lemos Martins

FOTOGRAFIA

IvanPais (pixabay)

DESIGN

Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO

Sofia Salgueiro

REVISÃO

Sofia Salgueiro

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS Lusoimpress Offset & Digital, Lda

EDIÇÃO UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2023

ISBN 978-989-8974-99-0

eISBN 978-989-9074-04-0

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores / Universidade do Minho – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

Políticas de Ciência e da Língua, Publicação Científica e Rankings Acadêmicos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

<i>Introdução</i> , Moisés de Lemos Martins e Helena Pires	7
O FATOR POLÍTICO NA INVESTIGAÇÃO E NA AVALIAÇÃO	15
<i>A Política Científica em Portugal: Do Centralismo e Enviesamento das Decisões à Aversão ao Modelo Compreensivo de Fazer Ciência</i> , Moisés de Lemos Martins	17
A AVALIAÇÃO E A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA	75
<i>Contradições e Busca da Cultura de Integridade em Pesquisa. Investigar e Publicar Para Quê e Para Quem?</i> , Cíclia M. Krohling Peruzzo	77
<i>A Ideologia do Ranquismo</i> , Juremir Machado da Silva	95
<i>Políticas da Língua no Contexto da Política Científica em Portugal</i> , Anabela Gradim	109
<i>Publicação Científica, Ciência Aberta e Avaliação de Investigação – Breve Análise Crítica</i> , Eugénio Campos Ferreira	125
<i>A Avaliação da Ciência em Portugal: Da Multiplicação das Entidades à Opacidade dos Processos</i> , Paulo Serra	137
<i>Infopoder e Políticas da Ciência. O Sistema de Avaliação da Produção Científica e Tecnológica no Brasil</i> , André Lemos	151
<i>A Necessária e Difícil Reforma da Avaliação da Investigação</i> , Eloy Rodrigues	165
A CARREIRA ACADÉMICA – O ENSINO E A INVESTIGAÇÃO	189
<i>A Paixão da Pesquisa no Investigador e a Travessia de um Mar de Provações: A Carreira, a Publicação, a Avaliação...</i> , António Hohlfeldt	191
<i>Avaliação de Desempenho Docente: O Faz de Conta Universitário</i> , Pedro Oliveira	205
<i>Acreditação de Pessoal Docente na Área da Comunicação em Espanha. Pedidos e Taxas de Sucesso em Jornalismo e Comunicação Audiovisual, 2016–2021</i> , Miguel Túñez-Lopez e César Fieras-Ceide	219

Introdução

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.1>

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>
moisesm@ics.uminho.pt

Helena Pires

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-5533-4687>
hpires@ics.uminho.pt

Ora, a questão política é essencialmente a questão da relação com o outro num sentir conjunto, na aceção de uma sim-patia. O problema do político consiste em saber como estar juntos, como viver juntos e suportar-se como conjunto através e a partir das nossas singularidades... e além dos nossos conflitos de interesses. (Stiegler, 2004/2018, pp. 17–18)

Ciência e língua comungam de um carácter regulador sobre o qual urge refletir¹. Os seus mecanismos, apetrechados hoje de operatividade tecnológica, servem, sobretudo, as “sociedades do controlo” (Deleuze & Guattari, 1972;

1 Em 2021, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, celebrou, em abril, o seu 20.º aniversário. Ainda nesse ano, organizou, em dezembro, o seminário de encerramento do doutoramento Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, um projeto de ensino pós-graduado, que o CECS liderou, entre 2013 e 2021, e que envolveu a Universidade do Minho, Universidade da Beira Interior, a Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Universitário de Lisboa e a Universidade Lusófona. O livro que ora publicamos prolonga o debate académico desses dias, ao interrogar a atual condição académica, o desvario das políticas científicas, a cooperação académica e uma ciência com o sentido do humano.

Foucault, 1975/1999). Constituindo-se como código, sistema, a *língua* impõe-se como o conjunto de regras, de normas que pautam as práticas da fala e da escrita. É na sua transformação em ato que a língua ganha sentido(s), no seio de uma sociedade falante, como diria o semiólogo Ferdinand de Saussure (1916/1986). Nos usos e nos contextos, importa, todavia, a abordagem empírica, com a língua a traduzir-se em linguagem, ou em língua em ação, ou mesmo na sua dimensão performativa, produzindo efeitos. *Dizer é fazer* (Austin, 1965; Searle, 1979). E aquilo que se faz com os usos da língua é, em última instância, produzir o sentido de uma comunidade, o modo singular de realização do quotidiano, do sentir e do pensar-com. Se entendermos que o conhecimento é tanto produto de uma ideologia (van Dijk, 2016), como de uma experiência cultural e linguística particular, desdobrada na sua dupla dimensão estética e política (Stiegler, 2004/2018), fará sentido não desvalorizar, precisamente, a expressão material da racionalidade científica enquanto condição de estruturação dessa mesma racionalidade. Cada língua recria uma materialidade potencialmente expressiva de uma estética e política partilhadas que, num segundo tempo, confere a cada comunidade cultural os meios de se conhecer e de construir uma visão própria do mundo. Uma mundi-visão (Heidegger, 1927/2020), sem a qual o conhecimento, erroneamente tomado como sistema universal, desincorporado, corre os riscos de se padronizar, de se acotovelar no universo global de redundâncias que se reproduzem, infinitamente, através dos sofisticados mecanismos, autotélicos, de vigilância (e repulsa) das formas “desviantes” da ciência e do pensamento.

Conduzidos pelo desejo de resistência, e também de incentivo ao pensamento crítico, em *Políticas de Ciência e da Língua, Publicação Científica e Rankings Académicos* exploramos as diversas camadas de complexidade, presentes nestas políticas, que de seguida listamos em jeito de (contra)manifesto:

- *Contra* o paradigma em que o conhecimento é número e medida;
- *Contra* o modelo hegemónico de fazer ciência, o qual implica: (1) publicar em inglês, a língua dominante; (2) sob o formato de artigo publicado numa revista científica; (3) seguindo o formato introdução, hipóteses, métodos, resultados e discussão; e (4) publicar numa revista com “fator de impacto”;
- *Contra* a sobranceria das revistas de “fator de impacto”;
- *Contra* a hegemonia empobrecedora do artigo científico;
- *Contra* a redução da linguagem académica à adoção pela Academia da linguagem do discurso dos Gabinetes de Comunicação e Imagem,

centrada no marketing; à sua submissão ao capitalismo científico, com as revistas de fator de impacto, de conhecimento fechado e feito mercador, e também com as revistas predatórias; à perversão acadêmica, com as carreiras acadêmicas assentes numa profusão de artigos, de autoria coletiva, e com números astronômicos de citações;

- *Contra* a excessiva concentração do trabalho de investigação nas agendas científicas hegemônicas, que de exclusivas se tornam empobrecedoras;
- *Contra* os rankings como “território de basbaques e pavões” (Amaral, 2019);
- *A favor* do paradigma em que o conhecimento é palavra e pensamento;
- *A favor* do livro nas ciências sociais e humanas;
- *A favor* do acesso aberto ao conhecimento;
- *A favor* da abertura a uma agenda nacional, que responda a inquietações e a problemas centrados nas identidades nacionais, regionais, transnacionais e transculturais (ibéricas, europeias, lusófonas e ibero-americanas);
- *A favor* da promoção das políticas científicas de língua e de comunicação, e de uma comunidade científica que favoreça a diversidade linguística, e desse modo a diversidade cultural e científica que as distintas línguas tornam possível;
- *A favor* do combate pela reordenação simbólica do mundo: a ciência é discurso e o discurso é poder;
- *A favor* da abertura, nas ciências sociais e humanas, dos painéis de avaliação de concursos de projetos e de unidades de investigação a investigadores de língua e produção científica latinas (espanhóis, franceses, belgas valões, italianos, portugueses), além da sua abertura a investigadores latino-americanos (brasileiros, argentinos, mexicanos e chilenos, por exemplo);
- *A favor* da reconsideração dos processos de avaliação ocorrida em França, no sentido de uma maior abertura a metodologias qualitativas, em contraposição à tendência para a consideração exclusiva de métricas em revistas de fator de impacto e a favor de exemplos tais como a Universidade de Utreque e a promoção do acesso aberto de conhecimento (desde janeiro de 2022, todas as faculdades da Universidade de Utreque deixaram de incluir os índices de fator de impacto nos concursos para contratação de docentes e de investigadores, e também nos concursos para a progressão académica);

- *A favor* do reconhecimento da importância estratégica, para as ciências sociais e humanas em Portugal, das associações ibero-americanas e lusófonas para a promoção das línguas portuguesa e espanhola como línguas de conhecimento.

A presente obra divide-se em três partes: *O Fator Político na Investigação e na Avaliação*; *A Avaliação e a Publicação Científica*; e *A Carreira Académica – O Ensino e a Investigação*.

Numa primeira parte, é questionada a política científica em Portugal nos últimos 25 anos, ilustrando a sua alargada visão crítica com diversos casos de estudo, exemplificativos das muitas e complexas dimensões que os modos de fazer ciência e os modelos subjacentes a essas mesmas práticas implicam. O capítulo intitulado “A Política Científica em Portugal: Do Centralismo e Enviesamento das Decisões à Aversão ao Modelo Compreensivo de Fazer Ciência” analisa, precisamente, de forma exaustiva e detalhada, a forma como a estruturação axiológica das tomadas de decisão política e os mecanismos que servem a reprodução de um alargado conjunto de procedimentos, que afetam, e constroem mesmo, a produção do conhecimento nas áreas das ciências sociais e humanas, bem como a orgânica das instituições que acolhem os projetos e as equipas. Os concursos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), na área das ciências sociais e humanas, e em particular o concurso para Laboratório Associado, aberto pela FCT em 2020 e concluído em 2021, são alvo de uma apurada reflexão crítica. Neste capítulo, são ainda delineadas propostas de linhas orientadoras para a construção de uma alternativa às atuais políticas de ciência.

Na segunda parte, os autores centram-se numa reflexão e análise críticas sobre os processos de avaliação e publicação científicas. Cílicia M. Krohling Peruzzo, com o texto designado “Contradições e Busca da Cultura de Integridade em Pesquisa. Investigar e Publicar Para Quê e Para Quem?”, discute a circulação do conhecimento no campo das ciências sociais e humanas, nomeadamente através dos meios convencionais de divulgação, tais como as revistas científicas. Neste texto, são identificadas contradições e lançado o convite a um olhar crítico face às condições do “*quefazer científico*”, problematizando-se os imperativos dos paradigmas eurocêntrico e estadunidense. Por sua vez, Juremir Machado da Silva, autor de “*A Ideologia do Ranquismo*”, aponta o dedo ao desempenho e à produtividade, enquanto indicadores unívocos ditados pela parametrização do sistema de avaliação do campo científico. E reflete sobre o caráter ideológico das hierarquias que um tal sistema reproduz, ao traduzir-se, a um só tempo, num espaço paradoxal de cooperação e competição. Já no texto intitulado “Políticas da Língua no Contexto da Política Científica em Portugal”, de Anabela Gradim, é discutida

a hegemonia do inglês enquanto língua de publicação, à qual se contrapõe a defesa das potencialidades do multilinguismo na ciência, tendo em vista a afirmação da diversidade de identidades, culturas, e também a diversidade epistemológica. Eugénio Campos Ferreira, em “Publicação Científica, Ciência Aberta e Avaliação de Investigação – Breve Análise Crítica”, interroga os processos e princípios que pautam as práticas de publicação e de avaliação científicas. Não esquecendo os constrangimentos, impostos pelas diferentes organizações e estruturas, que determinam o financiamento e que urge ultrapassar, o autor avança com uma discussão sobre as possibilidades de redesenho da implementação de mudanças. Segue-se o texto intitulado “A Avaliação da Ciência em Portugal: Da Multiplicação das Entidades à Opacidade dos Processos”, de Paulo Serra. Neste ensaio, o investigador desdobra-se, por um lado, numa discussão sobre o modelo de avaliação e de gestão da FCT e, por outro, propõe um modelo alternativo e “mais democrático”, ancorado em Polanyi (1962) e em Kuhn (1962), referências da década de 60. Juntando-se a esta reflexão, André Lemos apresenta o texto “Infopoder e Políticas da Ciência. O Sistema de Avaliação da Produção Científica e Tecnológica no Brasil”. Neste estudo, o autor defende que o campo da produção científica é produzido pelos dados quantitativos. Em particular, é explanada a situação pandémica nas suas implicações com a realidade específica brasileira, do ponto de vista da pesquisa científica e tecnológica. Fechando a segunda parte, Eloy Rodrigues, com o texto “A Necessária e Difícil Reforma da Avaliação da Investigação”, dá conta das críticas de que têm sido alvo os modelos de avaliação baseados em métricas. Reportando-se à origem destes modelos, aponta alguns dos contributos para a reforma da avaliação da investigação.

Em suma, esta segunda parte articula o registo de carácter ensaístico, ancorado em exemplos da experiência académica e de investigação, com a análise mais sistemática, apoiada em indicadores estatísticos e bases de dados. São, pois, interrogados o sentido da produção científica em função dos seus destinatários (avaliadores e comunidade académico-científica); também a subjugação aos critérios, homogeneizados, de parametrização dessa mesma produção; e ainda as idiosincrasias que propulsionam um pensamento crítico sobre a relação entre a política, tanto local como global, a cultura, compreendendo a sua tecnologização, e a ciência, designadamente os contextos específicos de Portugal e do Brasil. Prevalece, assim, uma tendência transversal aos múltiplos textos, de análise às potencialidades da ciência aberta, assim como ao aprofundamento da importância da defesa dos princípios da diversidade e do sentido crítico, face aos riscos de discriminação e de homogeneização, que se impõem enquanto reprodutores de uma ideologia única, insensível ao multiculturalismo e prisioneira da mercantilização do conhecimento.

Por fim, segue-se uma terceira parte, motivada por uma reflexão sobre a carreira académica e a sua relação específica com o ensino e a investigação. Neste quadro, Antônio Hohlfeldt, autor de “A Paixão da Pesquisa no Investigador e a Travessia de um Mar de Provações: A Carreira, a Publicação, a Avaliação...”, num registo auto-reflexivo e testemunhal, alerta para os desafios colocados à carreira académica, designadamente os desafios advindos das formalidades que invadem o tempo pessoal e condicionam a vida universitária. Por outro lado, Pedro Oliveira, no texto intitulado “Avaliação de Desempenho Docente: O Faz de Conta Universitário”, contribui com uma reflexão direcionada para o modelo de avaliação do desempenho docente no contexto das instituições de ensino superior, questionando o conceito de “qualidade” e identificando dificuldades e contradições. Finalmente, no texto denominado “Acreditação de Pessoal Docente na Área da Comunicação em Espanha. Pedidos e Taxas de Sucesso em Jornalismo e Comunicação Audiovisual, 2016–2021”, Miguel Túñez-Lopez e César Fieras-Ceide, remetem para o período específico de 2016–2021, tendo em vista analisar as taxas de sucesso dos pedidos de acreditação, respeitantes às diferentes categorias da carreira docente académica, no contexto espanhol. Partindo dos dados extraídos da Agência Nacional de Avaliação da Qualidade e Acreditação, em Espanha, discutem, particularmente, o caso da área da comunicação.

Os textos desta terceira parte colocam, ainda, várias outras questões, que passamos a especificar. Como resistir aos formalismos e às injunções das plataformas digitais, que ameaçam a simples paixão pelo ensino e pela investigação? Dados os atuais *dictats* das agendas políticas, como é possível encontrar motivação para propor linhas e projetos de investigação de interesse genuíno para os cientistas e entusiasmantes para as comunidades concretas? Como conciliar os difíceis desafios que se impõem ao duplo papel do investigador-docente no contexto de uma academia completamente rendida a orientações, internas e externas, que pré-determinam as carreiras, os programas e as práticas? Que alternativas podemos contrapor aos atuais critérios de medição da eficácia e de avaliação do desempenho?

Como se observa numa das falas de *Le Diable, Probablement* (O Diabo, Provavelmente), de Robert Bresson (1977), quando se apregoa o indiscutível princípio do sucesso e do crescimento, poder-se-á, a título de paráfrase, perguntar: crescimento para quê, para quem, de quê? Será mesmo de mais felicidade? Tanto como a análise das políticas de ciência e da língua, este livro refere-se ao quotidiano da investigação, deixando transparecer um profundo desalento por parte dos investigadores perante a transfiguração daninha das suas práticas académicas, desde as práticas de investigação, propriamente ditas, às práticas de avaliação, publicação e divulgação da

ciência, e mesmo às práticas de ensino. O cotidiano acadêmico precisa de produzir o bem comum (Sandel, 2020/2022), com os seus criadores a reataram os laços que os ligam à sua singularidade, potenciadora do desenho de um universo científico, que não deixará de ser planetário, sendo todavia rizomático, com uma cultura verdadeiramente coparticipada e coproduzida.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Referências

- Amaral, A. (2019a, 22 de setembro). Rankings, esse território de basbaques e pavões. *Público*, p. 15.
- Austin, J. L. (1965). *How to do things with words*. Oxford University Press.
- Bresson, R. (Diretor). (1977). *Le diable, probablement* [Filme]. Sunchild G.M.F/M. Chanderli.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1972). *L'Anti-Oedipe. Capitalisme et schizophrénie* (Vol. 1). Minuit.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramalhe, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1975)
- Heidegger, M. (2020). *Ser e tempo* (M. S. C. Schuback, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1927)
- Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. University of Chicago Press.
- Polanyi, M. (1962). The republic of science: Its political and economic theory. *Minerva*, 1(1), 54–73.
- Sandel, M. S. (2022). *A tirania do mérito* (A. Gomes, Trad.). Editorial Presença. (Trabalho original publicado em 2020)
- Saussure, F. (1986). *Curso de linguística geral* (J. V. Adragão, Trad.). Dom Quixote. (Trabalho original publicado em 1916)
- Searle, J. R. (1979). *Expression and meaning*. Cambridge University Press.
- Stiegler, B. (2018). *Da miséria simbólica. Vol. I: A era hiperindustrial* (L. Lima, Trad.). Orfeu Negro. (Trabalho original publicado em 2004)
- van Dijk, T. A. (2016). *Discourse and knowledge. A sociocognitive approach*. Cambridge University Press.



A large, chaotic pile of books and papers, representing a vast amount of research or information. The books are of various colors and sizes, and the papers are scattered throughout, creating a dense and textured background. The text is overlaid in the center of the image.

O Fator Político na Investigação e na Avaliação

A Política Científica em Portugal: Do Centralismo e Enviesamento das Decisões à Aversão ao Modelo Compreensivo de Fazer Ciência

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.2>

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade
do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>
moisesm@ics.uminho.pt

Resumo

Este texto interroga a política científica em Portugal, nos últimos 25 anos, um intervalo de tempo que atravessa vários governos constitucionais, uns de centro-direita, outros de centro-esquerda. Faça-o a partir de estudos de caso, que, por um lado, procuram escrutinar os concursos abertos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado e, por outro, centram a atenção nos recorrentes concursos da FCT para “projetos de investigação em todas as áreas científicas”. Vou fazer incidir a minha análise, especificamente, no concurso para Laboratório Associado, aberto pela FCT em 2020 e concluído em 2021. Mas tenho presente processos e decisões tomadas sobre candidaturas da área das ciências sociais e humanas, apresentadas a Laboratório Associado, não apenas no concurso de 2020–2021, mas em idêntico concurso, efetuado entre 2009 e 2011. Por outro lado, nos concursos relativos à avaliação de projetos de investigação, a minha análise cinge-se à área das ciências sociais e humanas e tem como referência concursos em que eu próprio apresentei candidaturas.

Palavras-chave

avaliação científica, concursos Fundação para a Ciência e Tecnologia, línguas de ciência, política científica, projetos científicos

A Fundação Para a Ciência e a Tecnologia e a Política Científica

Em 2011, o Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), presidido por José Mattoso, elaborou um programa sobre a estratégia científica nacional, a aplicar até 2020, tendo em vista o desenvolvimento e a consolidação desta vasta área científica. Esse programa concretizava uma agenda com os seguintes tópicos: internacionalização; pluralismo; pluridisciplinaridade; avaliação; e disseminação do conhecimento (Mattoso et al., 2011). Para o elaborar, este Conselho Científico reuniu-se com os responsáveis das 132 unidades desta área transdisciplinar, o que nunca havia acontecido na história da FCT e não mais voltou a acontecer até à data deste livro.

Relembro algumas das recomendações feitas neste documento do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT. Aceitar o português e o espanhol, a par do inglês, como línguas de publicação. Promover a cooperação científica com os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com os países da bacia mediterrânica e os países emergentes, com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais. Incluir nos indicadores de internacionalização a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores destes espaços científicos (Mattoso et al., 2011).

Este documento, produzido como plano estratégico para o desenvolvimento e a consolidação das ciências sociais e humanas, tem a data de 7 de julho de 2011. No entanto, em ofício datado de 7 de novembro de 2014, o coordenador da comissão de avaliação do projeto estratégico do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho (UMinho), relativo a 2011 e 2012 (Projeto PEst-OE/COM/UI0736/2011, "Projecto Estratégico - UI 736 - 2011-2012"), João Miguel Marques da Costa, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, entendeu que havia motivo para ser feito um reparo às escolhas estratégicas de cooperação académica determinadas por esta unidade de investigação.

João Miguel Marques da Costa começou por informar a direção do CECS que “os objectivos científicos” previstos no projeto estratégico desta unidade de investigação tinham sido “plenamente atingidos”. Reconhecia que os resultados evidenciavam “grande qualidade científica, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais com *referee*”. Além disso, o projeto contribuiria “para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida”. Enaltecia, também, o mérito da unidade de investigação na consecução dos seus principais objetivos, “apesar dos significativos cortes orçamentais impostos”. Mas havia um reparo a fazer sobre as escolhas estratégicas de cooperação académica, que o CECS havia feito. Embora esta unidade de investigação tivesse “entre os seus objectivos alargar as redes de pesquisa internacionais”, verificava-se “a existência de redes de colaboração com instituições de investigação especialmente no espaço lusófono e ibero-americano”. E era essa a razão pela qual o coordenador do painel de avaliação do CECS recomendava “a continuação do esforço da equipa em consolidar redes de grande potencial, fora do espaço geolinguístico de proximidade”.

E, todavia, para quem se reclamasse das ciências sociais e humanas, as recomendações feitas, em 2011, pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT, parecer-lhe-iam completamente adequadas, porque eram já a prática comum das ciências sociais e humanas em Portugal, e especificamente das ciências da comunicação. Relembro algumas delas: encarar o português e o espanhol, a par do inglês, como línguas de publicação; cooperar academicamente com os países de língua portuguesa e com outros países com os quais Portugal mantinha laços históricos e culturais, como por exemplo, os países ibero-americanos; e considerar como indicadores de internacionalização a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores destes espaços científicos.

As ciências da comunicação, por exemplo, que em 1997/1998, haviam criado a sua associação nacional, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), avançaram, nesses mesmos anos, com os seus parceiros brasileiros, para a constituição da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom). Até 2014, realizaram-se os seguintes congressos da Lusocom: na Universidade Lusófona, em Lisboa (1997); na Universidade Federal de Sergipe, em Aracajú (1998); na Universidade do Minho, em Braga (1999); na Universidade Federal de São Paulo, na Baixada de Santos, em São Vicente (2000); na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo (2002); na Universidade da Beira Interior, na Covilhã (2004); na Universidade de Santiago da Compostela, na Galiza (2006); na Universidade Lusófona, em Lisboa (2009); na Universidade Paulista, em São Paulo (2011); na Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2012); e na Universidade de Vigo, em Pontevedra (2014).

Por outro lado, haviam-se firmado as relações académicas entre a Sopcom e os parceiros espanhóis de ciências da comunicação. E realizaram-se os seguintes congressos científicos: na Universidade de Málaga (2001); na Universidade da Beira Interior (2004); na Universidade de Sevilha (2006); na Universidade Lusófona, em Lisboa (2009). E como, entretanto, a Sopcom estabelecera com os seus colegas espanhóis, e também com os colegas de toda a América Latina, um plano de cooperação académica conjunta, foi criada, em 2009, a Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom). Realizaram-se os seguintes congressos e simpósios da Confibercom: na Universidade Federal de São Paulo (2011); no Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, Quito (2012); no Instituto Superior da Maia (2013); na Universidade do Minho (2014). Mas já desde 14 de abril de 2000 que existia a Associação Ibero-americana de Comunicação (Assibercom), que realizava os congressos Ibercom, por todo o espaço ibero-americano.

No entanto, é um facto, a FCT viveu sempre enredada em contradições insanáveis. E, na verdade, não foi com os países lusófonos, nem com os países ibero-americanos, nem com os países da bacia do Mediterrâneo, que o Governo português estabeleceu acordos de cooperação científica. Foi, sim, com universidades americanas. Em outubro 2006 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2006, 2006), com José Mariano Gago nas pastas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e Manuel Heitor como secretário de Estado das mesmas pastas, o Governo português estabeleceu acordos de cooperação com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie Mellon University (CMU) e a University of Texas em Austin (UTA). Esses protocolos deram origem a um conjunto de ações de cooperação científica e tecnológica, que envolveram programas internacionais de investigação e de ensino pós-graduado, que se têm prolongado até aos dias de hoje.

Por outro lado, as sucessivas direções da FCT sempre constituíram painéis de avaliação e conselhos científicos de área de estudos, sem nunca ouvirem as associações científicas do setor. Também não ouviram, por princípio, as unidades de investigação – com exceção dos Laboratórios Associados, um caso à parte no sistema científico nacional, de que me vou ocupar na secção seguinte deste estudo.

No que diz respeito ao modo como a FCT sempre escolheu os investigadores para a constituição dos seus conselhos científicos, é exemplar o que se passou em 2012, com a nomeação dos elementos do Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades, no XIX Governo Constitucional, presidido por Pedro Passos Coelho e com Nuno Crato nas pastas da Educação e Ciência. Para a presidência deste Conselho começou por ser proposta uma bióloga,

da Universidade de Coimbra (UC), a Professora Eugénia Maria Antunes da Cunha, o que levantou um clamor no país académico. Acabou por ser presidente João Miguel Marques da Costa, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Por outro lado, seis associações científicas manifestaram publicamente o seu desagrado, por não se sentirem representadas pelos investigadores que a FCT escalara para as representar. Relembro as associações em questão: a Associação Portuguesa de História Económica e Social; a Associação Portuguesa de Ciência Política; a Associação Portuguesa de Sociologia; a Associação Portuguesa de Psicologia; a Associação Portuguesa de Antropologia; e a Associação Portuguesa de Geógrafos (Martins, 2021, p. 282).

Foi, pois, exceção que confirmou a regra o programa sobre “a estratégia científica nacional, a aplicar até 2020”, estabelecido em 2011 pelo Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT, presidido por José Mattoso. Esse programa havia sido construído com a consulta aos diretores das unidades de investigação, como assinaei. Mas não só a FCT alguma vez se referiu a um tal programa, como também não veio a fazer escola o procedimento de consultar as unidades de investigação, fosse para o que fosse.

Na realidade, a FCT sempre entendeu como necessário “consolidar redes de grande potencial, fora do espaço geolinguístico de proximidade”, como recomendou ao CECS, em 2014, relembremo-lo, João Miguel Marques da Costa, coordenador do painel de avaliação do projeto estratégico desta unidade de investigação. E sendo essa a política da FCT, os painéis de avaliação de projetos que a Fundação escolhe, em que raramente se encontram investigadores de produção científica em línguas latinas, até se acham legitimadas a fazer observações completamente descabidas sobre os projetos submetidos a avaliação.

Insistindo no ano de 2014, dou como exemplo o projeto submetido a concurso com o título *As Ciências da Comunicação em Perspetiva: Análise das Políticas Científicas e Educativas* (PTDC/IVC-COM/4927/2014)¹. Este projeto cingia-se às ciências da comunicação e tinha como objetivo analisar as políticas científicas e educativas em Portugal, dando particular atenção às suas apostas estratégicas, que eram lusófonas e ibero-americanas. Havia a

1 Dada a gravidade do preconceito com que este projeto foi encarado pelo júri de avaliação, passa para segundo plano o facto de esse mesmo projeto haver sido submetido a concurso dois anos antes, em 2012, tendo sido avaliado como “outstanding” (fora de série), mas reprovado para financiamento. As avaliações dos projetos em 2012 contaram com essa originalidade, por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. As classificações já não tinham como limite o “excellent” (excelente); nesse ano, houve ainda o “outstanding” e o “excepcional” (excepcional). E houve projetos “outstanding” que foram reprovados para financiamento.

enquadrá-lo o grande impulso que lhe dava, então, a cooperação académica da comunidade portuguesa de ciências da comunicação, pelo facto de a presidência, tanto da Sopcom, como da Confibercom, como ainda da Lusocom, estar centralizada em Portugal. E era precisamente presidente destas associações científicas o investigador coordenador da candidatura *As Ciências da Comunicação em Perspetiva: Análise das Políticas Científicas e Educativas* (PTDC/IVC-COM/4927/2014), que em 2014 foi submetida à FCT.

Mas a candidatura contava, entre os seus investigadores, grandes nomes das ciências da comunicação em Portugal: Cláudia Álvares, então professora da Universidade Lusófona de Lisboa e presidente da European Communication Research and Education Association; Paulo Serra, professor da Universidade da Beira Interior (UBI), e mais tarde, presidente da Sopcom; Gustavo Cardoso, professor do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Madalena Oliveira, professora da UMinho e, hoje, presidente da Sopcom. E, todavia, o painel de avaliação deste projeto de investigação entendia dizer o seguinte:

a dimensão internacional do projeto privilegia a inclusão da América Latina (e antes de mais nada, o Brasil). Os estudos e os investigadores anglófonos são excluídos, mantendo-se apenas a escolha de um consultor anglófono. E todavia, os investigadores anglófonos, particularmente nos EUA e no Reino Unido, são os líderes no campo.²

E aprofundando a crítica, o painel de avaliação carregou nas tintas:

como assinalou um avaliador, que exerceu a função de avaliador da FCT durante vários anos, “tenho comentado frequentemente que existe um desconhecimento profundo dos candidatos relativamente à bibliografia anglófona, quando o que é facto é que ela seria muito relevante para os seus projetos”.³

Nestas circunstâncias, a questão que na realidade tinha sentido formular era a seguinte: que avaliação podiam fazer das ciências sociais e humanas em Portugal painéis de avaliação exclusivamente constituídos por

2 Cito sempre em português, e não no original, em inglês, sendo a tradução da minha responsabilidade.

3 Da longa lista de investigadores que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia convidou para integrarem o painel de avaliação das ciências da comunicação, em 2014, faziam parte: Andrew Gregory (University College London, Reino Unido); Farrel Corcoran (Dublin City University, Irlanda); Mark Hellowell (University of Edinburgh, Reino Unido); Roberta Pearson (University of Nottingham, Reino Unido); Sarah L. Bracking (University of Manchester, Reino Unido); e Susan Lee Robertson (University of Bristol, Reino Unido).

investigadores de comunidades científicas completamente alheias ao trabalho científico realizado pelos investigadores portugueses? E, além disso, que ajuda poderia dar, neste contexto, um Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades que tinha como função aconselhar a presidência da FCT sobre as políticas científicas a que se devia dar andamento, mas que se encontrava preso, de mãos e pés atados? Havendo um problema de origem, o de os seus elementos não serem indicados pelas áreas respetivas, antes objeto de escolha direta pela presidência da FCT, acrescia um outro sério problema, segundo o entendimento de João Ferreira de Almeida. Este professor do ISCTE–IUL representara, desde a primeira hora, as ciências sociais e humanas nos Conselhos Científicos da FCT, criados pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago. Representou as ciências sociais e humanas, primeiro no Conselho Consultivo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, instituição que precedeu a FCT. Depois, representou-as no Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT. E o sério problema, para o qual João Ferreira de Almeida chamou a atenção, foi o seguinte: “fiquei com uma sensação de inutilidade, porque as recomendações pareciam não servir para nada” (Martins, 2021, p. 282). Foi essa a razão, aliás, que o levou a afastar-se deste Conselho.

Uma Nova Política Científica a Partir de 2016?

Na primeira metade do ano de 2015, Manuel Heitor não tinha responsabilidades na política científica governamental. Publicou, todavia, com Maria Fernanda Rolo, João Sentieiro, Alexandre Quintanilha e Carlos Fiolhais, o *Livro Negro da Avaliação Científica em Portugal - Principais Comunicados, Cartas, Crónicas de Imprensa e Textos Sobre a Perversão e Adulteração do Sistema de Avaliação Científica em Portugal em 2014 e 2015* (Heitor et al., 2015).

Os editores desta obra, que é um repositório de intervenções na imprensa (comunicados, cartas e artigos de opinião, na imprensa nacional e internacional), esclarecem no “Prefácio” ao livro, logo no primeiro parágrafo, o que estava em causa:

a perversão e adulteração do sistema de avaliação científica em Portugal levada a cabo nos últimos quatro anos é documentada neste livro, tendo por base um conjunto dos principais comunicados, cartas, artigos de opinião e crónicas, assim como outros textos publicados na imprensa ou na internet em 2014 e 2015 sobre este tema. (Heitor et al., 2015, p. iii)

Uma vez ministro da Ciência e Tecnologia, no XXI Governo Constitucional, presidido pelo líder socialista António Costa (a tomada de posse deste

executivo ocorreu a 26 de novembro de 2015), Manuel Heitor constituiu, a 5 de janeiro de 2016, um grupo de reflexão para repensar a política científica em Portugal. Poder-se-ia dizer que, desse modo, Manuel Heitor entrava no Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, tendo como primeira preocupação, se não elaborar um “manifesto” sobre a ciência em Portugal, como o havia feito José Mariano Gago, pelo menos estabelecer um plano e um programa de política científica⁴. Precisamente 25 anos antes, em 1990, Mariano Gago havia publicado o seu *Manifesto Para a Ciência em Portugal* (Gago, 1990), embora apenas viesse a ser nomeado para a pasta da Ciência e da Tecnologia no XIII Governo Constitucional, cinco anos mais tarde, em 1995, com António Guterres a Primeiro-Ministro.

Na minha qualidade de diretor do CECS, da UMinho, decidi fazer, formalmente, por escrito, uma interpelação ao ministro, Manuel Heitor, que intitulei: “Repensar a Política Científica em Portugal – Sugestões a Partir da Área das Ciências da Comunicação” (Martins, 2015/2016). Que leitura específica fazia eu das políticas científicas que vinham sendo desenvolvidas pela FCT, não apenas durante o XIX Governo Constitucional (2011–2015), com Pedro Passos Coelho a Primeiro-Ministro e Nuno Crato como ministro da Educação e Ciência, mas desde o começo do século XXI? E, por outro lado, que políticas importava desenvolver?

Comecei por assinalar ao ministro da Ciência e da Tecnologia aquele que me parecia constituir o mais significativo problema da investigação científica em Portugal. As minhas preocupações de investigador de ciências sociais e humanas levavam-me a questionar quem efetivamente determinava os temas prioritários de investigação, assim como os problemas que valia a pena investigar, e ainda, os projetos de investigação que justificavam financiamento. Porque aquilo que me parecia ser de “uma clareza meridiana para a comunidade científica, nacional e internacional” (Martins, 2015/2016, p. 361), era que quem financiava a pesquisa determinava igualmente o que valia a pena ser investigado, assim como os paradigmas teórico-metodológicos

4 Já ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, Manuel Heitor deu, a 27 de fevereiro de 2016, uma entrevista a Samuel Silva e a Teresa Firmino (2016), do jornal *Público*, confessando que ia “flexibilizar o emprego científico”. Preocupava-o o facto de os cientistas viverem “de bolsa em bolsa, em situação precária”. Por essa razão, Manuel Heitor pensava poder “vencer, através de contratos laborais mais flexíveis, o problema do emprego científico” (para. 1). Criou, então, logo em 2016, a Norma Transitória – DL 57/2016 - Lei 57/2017, que estabeleceu o regime de contratação de doutorados, a que se seguiram, a partir de 2018/2019, os concursos “estímulo ao emprego científico”, individual, e também institucional. Mas a precariedade dos investigadores não se alterou com estas políticas. Ana Ferreira publicou, já em 2023, um importante estudo sobre a atual precariedade na investigação.

que deviam ser utilizados, em que língua devia ser feita a investigação, que regras deviam ser observadas na sua avaliação e, finalmente, de que região geocultural deviam ser os investigadores que faziam a avaliação⁵.

Manifestei a convicção de que não teria apoio financeiro quem reclamasse, em nome da liberdade de investigação, o assunto a analisar, a língua a utilizar e os paradigmas teórico-metodológicos a seguir. Porque nenhum Estado está hoje interessado noutra coisa que não seja “ciência operatória e instrumental” (Martins, 2015/2016, p. 361). Na era da economia-mundo “não parece haver mais mundo para lá das alianças, das solidariedades e da coesão que se erguem pela força da economia, pelo dinamismo dos mercados, pelos compromissos políticos e pelo cosmopolitismo técnico-científico” (Martins, 2015/2016, p. 361). Na verdade, “é no conceito de excelência”, que “serve os desígnios de uma razão utilitarista, produtivista e mercantilista, de uma ciência todavia sem a complexidade do humano, porque sem memória, sem responsabilidade e sem consciência”, que se esgota a “qualidade que se pede, hoje, à ciência” (p. 361)⁶.

Por outro lado,

ao entregar a avaliação científica a investigadores exclusivamente estrangeiros, e com predominância da área geocultural anglo-saxónica, o que, pelo menos na área das Ciências Sociais e Humanas, acontece à revelia das opções estratégicas de cooperação da comunidade nacional, que privilegia os contextos lusófonos e ibero-americanos⁷, e

5 Todas estas questões têm uma importância decisiva, quando se discute, hoje, a necessária reforma da avaliação da ciência. Veja-se, neste sentido, o estudo ainda recentemente publicado por Ismael Ràfols e Jordi Molas-Gallart (2022), intitulado “How to Reform Research Evaluation in Spain. Institutional Accreditation As a Response to the European Agreement on Research Assessment” (Como Reformar a Avaliação da Investigação em Espanha. A Acreditação Institucional Como Resposta ao Acordo Europeu de Avaliação da Investigação), que em Espanha debate o problema que aqui assinalo.

6 Aprofundei e desenvolvi esta ideia, em estudos que, entretanto, fui publicando. Destaco três desses estudos: “Ciência, Universidade e Política Científica” (Martins, 2021); “Em Defesa da Universidade e em Defesa da Ciência” (Martins, 2020); e “Por uma Ideia de Ciência com Memória e Pensamento” (Martins, 2019). Em boa medida, estes meus textos conjugam-se com o pensamento que atravessa a obra de Martha Nussbaum (2010): *Not for Profit. Why Democracy Needs the Humanities* (Sem Fins Lucrativos. Porque É que a Democracia Precisa das Ciências Humanas).

7 Em 2017, editei a obra *A Internacionalização das Comunidades Lusófonas e Ibero-Americanas de Ciências Sociais e Humanas - O Caso das Ciências da Comunicação* (Martins, 2017b). Por sua vez, Anabela Gradim (2021) publicou *O Espaço Cultural Ibérico na Ciência*. E em 2018, com Paulo Serra e Valeriano Piñeiro-Naval, Anabela Gradim já havia publicado *A Presença da Lusofonia no Espaço Epistémico das Ciências da Comunicação: 10 Anos de Estudos Temáticos* (Gradim et al., 2018).

também ao valorizar, de modo obsessivo, a publicação de artigos em revistas de fator de impacto, como principal critério de avaliação do mérito científico, e ao constituírem conselhos científicos de área, sem qualquer consulta à comunidade académica, o Estado português retira o país do convívio das nações evoluídas. (Martins, 2015/2016, p. 361)

A definição da política científica no que respeita “à língua, aos assuntos a tratar, às equipas de avaliação, aos modelos teóricos a que se subordina” não passava, a meu ver, de uma “atitude submissa” ao modelo hegemónico de produzir ciência, um modelo que “não serve os interesses da comunidade científica”. Exemplo de uma política científica, em meu entender lesiva dos interesses da comunidade científica nacional, foram os acordos de cooperação estabelecidos, em outubro de 2006, entre o Governo português e três instituições norte-americanas, designadamente o MIT, a CMU e a UTA. Esses protocolos deram origem a um conjunto de ações de cooperação científica e tecnológica que envolveram, até ao presente, programas internacionais de investigação e de ensino pós-graduado, pagos pelo Governo português. Referindo-me especificamente às ciências da comunicação, manifestei a minha incompreensão pelo facto de o ministro da Ciência, José Mariano Gago, ter escolhido a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade do Porto como parceiros da Universidade do Texas, em Austin, “para projetos de investigação e doutoramentos em comunicação digital e comunicação multimédia” (Martins, 2015/2016, p. 362), quando estas universidades portuguesas não tinham sequer centros de excelência na área, o que não se passava com a UMinho⁸.

Propus, de seguida, um conjunto de “medidas para alterar o rumo” na política científica da FCT (Martins, 2015/2016, pp. 363–364):

- “ouvir a comunidade científica, tanto os centros de excelência, como as associações científicas representativas, por área específica, corrigindo uma ancestral lógica centralista de gestão da ciência”. Essa lógica centralista tinha produzido, por um lado, “uma enraizada prática

⁸ A escolha das universidades portuguesas que iriam cooperar com as universidades americanas foi feita, em 2006, pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago, sendo secretário de Estado Manuel Heitor. E era um procedimento que tinha correspondência com outras decisões tomadas no passado. Por exemplo, em 2002, com o Governo em gestão, pelo facto de o Primeiro-Ministro, António Guterres, se ter demitido, Mariano Gago, que nessa altura era o ministro da Ciência e da Tecnologia, convidou, sem concurso, o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, para Laboratório Associado.

de opacidade nos procedimentos”, e, por outro, “o empastelamento administrativo das unidades” de investigação⁹;

- “valorizar o conhecimento produzido em língua portuguesa, apoiando, nas Ciências Sociais e Humanas (CSH), o livro e as boas revistas científicas (...) promover nas CSH a cooperação lusófona, apoiando parcerias em projetos e publicações, originários desta área geográfica e cultural”¹⁰;
- “constituir para os concursos (de projetos e de bolsas) painéis de avaliação” que garantissem “a diversidade dos paradigmas” e respeitassem “as tradições disciplinares, e também uma prática científica plural, corrigindo a queda para o paradigma da ciência objetiva e operativa, em exclusivo acordo com unidades de medida”;
- não se substituir aos centros na tarefa de definir e de escolher “os parceiros estratégicos para a internacionalização”;
- de um modo particular, “não discriminar financeiramente os centros de excelência, em favor dos Laboratórios Associados”, cujo envelope financeiro representava, então, dois terços do orçamento global do Estado para a ciência¹¹.

Finalmente, propus para a política científica um conjunto de “novas articulações” (Martins, 2015/2016, pp. 364–365):

- “estudar as identidades nacionais, regionais e locais, assim como as identidades transnacionais – sobretudo as identidades, europeia e

9 Sobre “a política de ciência em Portugal” e o seu crónico “défice de transparência e participação”, Paulo Serra (2020), na qualidade de presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, escreveu em 2020 um editorial na *newsletter* desta associação científica. A verdade é que, ontem como hoje, os conselhos científicos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) devem ser constituídos por investigadores indicados pelas respetivas áreas, sejam as associações científicas, sejam as unidades de investigação. Um investigador que é escolhido diretamente pela direção da FCT não representa a sua área científica. Mas a história dos conselhos científicos da FCT nunca foi outra: os seus membros foram sempre de escolha direta da presidência da FCT.

10 Como exemplos de revistas lusófonas nas ciências sociais e humanas, assinalo o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, fundado no Brasil, em 2003, como revista da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, e de que fui editor na Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), de 2007 a 2011, e também a *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (<https://rlec.pt/>), fundada em 2013, pelo CECS, com a Universidade de Aveiro, mas que, desde 2017, se mantém exclusivamente editada pelo CECS. Por sua vez, o LabCom, da Universidade da Beira Interior, juntamente com a Universidade Estadual de Campinas, editam, desde 2016, o *Doc On-line – Revista Digital de Cinema Documentário*.

11 Todas estas citações remetem para o documento sobre política científica, que enviei por carta ao ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, Manuel Heitor (Martins, 2015/2016, pp. 363–364).

lusófona”, dada a específica condição da nossa época, a da “globalização sócio-económica”;

- converter em imperativo estratégico “a construção da comunidade de investigação lusófona”, encarando “a língua portuguesa como língua de cultura e, em consequência, reconhecendo-a como língua de conhecimento”;
- associar e articular “a dimensão cultural” com a ideia de “crescimento económico e tecnológico” e as ciências sociais e humanas com a “ideia de desenvolvimento”, encarando-as como parte inteira “no convívio das ciências” e como parte inteira “no desenvolvimento coletivo”¹².

O Estatuto de Laboratório Associado – Lições a Tirar do Concurso da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2020–2021)

O *Communitas* – Laboratório de Comunicação e Sociedade: Culturas, Artes e Territórios constituiu a candidatura a Laboratório Associado em ciências da comunicação, que o CECS, da UMinho, em consórcio com o LabCom, da Universidade da Beira Interior, submeteu ao concurso aberto pela FCT em 2020. O júri classificou a candidatura *Communitas* com o resultado de 70 pontos em 100, tendo ficado à porta das 40 candidaturas aprovadas, mas da parte de fora, porque foi a primeira das candidaturas recusadas. Os critérios em que se fundamentou a avaliação foram os seguintes:

critério A - Capacidade tecnológica para apoiar e promover de forma sustentável respostas a políticas públicas. Critério B - Promoção de carreiras científicas ou técnicas ao nível de doutoramento & Atração de Talentos; Critério C - Projeção internacional & Captação de financiamento diversificado.

E, no entanto, a unidade de investigação liderante da candidatura *Communitas*, o CECS, da UMinho, havia sido classificado como excelente nas três últimas avaliações científicas promovidas pela FCT, em 2007/2008, 2013/2014 e 2018/2019.

12 Estas citações remetem para o documento sobre política científica, que enviei por carta ao ministro Manuel Heitor (Martins, 2015/2016, pp. 364–365). Desenvolvi e aprofundei, no entanto, boa parte das medidas aqui propostas, em textos académicos que produzi, uns anteriores a esta intervenção junto de Manuel Heitor, embora a maior parte em textos posteriores. Assinalo-os: Martins (2003, 2008, 2012, 2013a, 2015a, 2017a, 2019, 2020, 2021).

Embora as verbas envolvidas no concurso para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado fossem elevadas, não eram fundamentalmente ganhos financeiros os principais ganhos que aí se jogavam. Poderia até dar-se o caso de não haver verbas envolvidas no concurso, que a atribuição do estatuto de Laboratório Associado a um centro já seria, por si só, um ganho simbólico significativo. O estatuto de Laboratório Associado significa subir de patamar, no contexto da organização científica em Portugal, qualquer que seja o ângulo de enfoque pelo qual a questão possa ser encarada. Mas sobretudo é a estabilidade das condições de funcionamento que sobressai na atribuição do estatuto de Laboratório Associado, em acordo, é verdade, com as melhores condições financeiras, que têm como consequência melhores infraestruturas tecnológicas, e também mais alargados recursos humanos, administrativos e técnicos. Passar a Laboratório Associado é ultrapassar o patamar da excelência, porque, em termos regulamentares, a este concurso concorrem, antes de mais, os centros avaliados como excelentes.

Mas imagine-se o ganho simbólico, e também financeiro, que poderia constituir a concessão do estatuto de Laboratório Associado a um centro classificado como muito bom, ou a um centro que na sua existência nunca tivesse obtido uma classificação de excelência, numa avaliação científica externa, promovida pela FCT. Imagine-se, igualmente, o que poderia significar a concessão do estatuto de Laboratório Associado a um centro com uma história recente, de apenas alguns anos, ou então a um centro que passasse a Laboratório Associado, por mero arranjo momentâneo, numa conjuntura favorável, assim se guindando a um patamar superior, ultrapassando centros de uma vida inteira a ser classificados como excelentes em avaliações científicas externas promovidas pela FCT.

Uma unidade de investigação que seja definida como Laboratório Associado, escolhida, além do mais, diretamente pela FCT, ou então por um júri de investigadores exclusivamente portugueses, torna-se, por regra, Laboratório Associado em termos definitivos. Com efeito, não há memória de alguma vez um Laboratório Associado ter perdido esse estatuto, quaisquer que tenham sido desse Laboratório as avaliações científicas externas, promovidas pela FCT. E o concurso aberto pela FCT para Laboratório Associado, em 2020, apenas veio confirmar a regra. Foram aprovados 40 Laboratórios Associados. Mas entre eles, estavam os 26 Laboratórios Associados existentes, que viram o seu estatuto renovado.

Para melhor se compreender o alcance das avaliações feitas pela FCT, apresento como exemplo o estudo bibliométrico, encomendado pela FCT à Universidade de Leiden, em 2013, para avaliação da atividade científica dos centros de investigação do país, financiados por esta instituição (centros

avaliados cientificamente, em 2008, como “good” (bom), “very good” (muito bom) e “excellent” (excelente). Este estudo bibliométrico teve como principal critério de avaliação a publicação de artigos em revistas que integram o Institute of Scientific Information (ISI), que constitui uma lista de publicações reconhecida pelo Academic Ranking of World Universities, em três anos, entre 2008 e 2010 (nalguns casos contou-se também com o ano de 2011)¹³.

Tive em atenção os principais parâmetros de avaliação utilizados neste estudo, sendo os artigos ISI ponderados, por outro lado, em correspondência com os ETI, considerados por unidade de investigação. No mapa que de seguida apresento, está o resultado do estudo bibliométrico. Coloco o CECS/UMinho no contexto de todos os centros de excelência de ciências sociais do país. Destaco, todavia, esta unidade de investigação, colocando-a em relação com três dos melhores centros de ciências sociais e humanas portuguesas, o Centro de Estudos Sociais (CES), da UC, o Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Lisboa, e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do ISCTE-IUL. Os dois primeiros eram já em 2013 Laboratórios Associados. A referência em ETI será o que hoje consideramos professores e investigadores a tempo integral, podendo nós apurar desse modo o tamanho de cada centro. E é de 19 ETI para o CECS/UMinho; 65,6 ETI para o CIES do ISCTE-IUL; 85,67 ETI para o CES da UC; e 73,80 ETI para o ICS da Universidade de Lisboa.

Foram assinalados ao CECS, da UMinho, 16 artigos ISI, com 113 citações, à média de 7,07 citações por artigo, numa pontuação total de 32,73 pontos e um *mean field normalized citation score* (pontuação de citações normalizada por área) de 2,05. Ao ICS, da Universidade de Lisboa, foram contabilizados 66 artigos ISI, com 154 citações, à média de 2,33 citações por artigo, numa pontuação total de 67,41 pontos e um *mean field normalized citation score* de 1,02. Por sua vez, ao CES, da UC, foram assinalados 24 artigos ISI, com 52 citações, à média de 2,17 citações por artigo, numa pontuação total de 16,07 pontos e um *mean field normalized citation score* de 0,67. Quanto ao CIES, do ISCTE-IUL, da Universidade de Lisboa, os valores apresentados foram os seguintes: 17 artigos ISI, com 22 citações, à média de 1,19 citações por artigo, uma pontuação total de 65,61 pontos e um *mean field normalized citation score* de 0,59 (Tabela 1).

13 Um académico, e sobretudo um académico de ciências sociais e humanas, não pode aceitar a voragem que se apoderou da ciência no sentido do “fator de impacto”. A essa quantofrenia é hoje possível, cada vez mais, opor-lhe o conhecimento de acesso aberto. Tenho apresentado as minhas reservas à ciência do “fator de impacto” em várias publicações, a última das quais de 2020: “Em Defesa da Universidade e em Defesa da Ciência” (Martins, 2020). Exemplar em defesa do conhecimento de acesso aberto foi a medida tomada pela Universidade de Utreque, nos Países Baixos, a qual, desde janeiro de 2022, deixou de utilizar as métricas de “fator de impacto”, tanto no recrutamento para a carreira de professor universitário, como nos concursos para a sua progressão (Woolston, 2021).

Tabela 1 O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade entre os centros de ciências sociais de excelência do país, em 2013.

Unidades de investigação	Emprego a tempo integral	Número de artigos	Número de citações	Média de artigos/citações	Pontuação total	Mean field normalized citation score ^a
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho (UMinho)	19,00	16	113	7,06	32,73	2,05
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa (UL)	73,80	66	154	2,33	67,41	1,02
Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra (UC)	85,67	24	52	2,17	16,07	0,67
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa	65,61	17	22	1,29	65,61	0,59
Centro de Investigação em Antropologia e Saúde – UC	15,67	41	177	4,32	36,16	0,88
Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – Instituto Superior de Economia e Gestão	32,00	7	1	0,14	0,45	0,06
Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território – Instituto Universitário de Lisboa	27,58	15	39	2,60	10,62	0,71
Centro de Estudos Geográficos – UL	46,67	44	149	3,39	30,02	0,68
Centro de Linguística – UL	51,50	4	3	0,75	2,01	0,50
Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior – Universidade do Porto	14,00	12	19	1,58	6,77	0,56
Centro de Investigação em Didática e Tecnologia – Universidade de Aveiro	46,63	15	22	1,47	6,56	0,44
Centro de Administração e Políticas Públicas – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	54,87	3	2	0,67	0,51	0,17
Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas – UMinho	7,67	6	28	4,67	8,39	1,40
Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais – UMinho	19,33	4	3	0,75	1,59	0,40
Núcleo de Investigação em Políticas Económicas – UMinho	24,33	47	117	2,49	33,91	0,72
Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia – Universidade de Evora	40,00	63	104	1,65	33,30	0,53
Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica – Instituto Superior de Economia e Gestão	31,00	56	269	4,8	62,47	1,12
Unidade de Investigação Ciências Económicas e Empresariais – Universidade Católica Portuguesa	35,33	46	229	6,35	81,57	1,77
INOVA-Economia – Universidade Nova de Lisboa	61,00	140	400	3,36	128,15	0,92

^a Pontuação de citações normalizada por área; “um valor acima de um indica que o impacto médio da unidade está acima da média mundial, enquanto que um valor abaixo de um indica o contrário”.

Tendo em conta os três critérios já referidos (“Critério A - Capacidade tecnológica para apoiar e promover de forma sustentável respostas a políticas públicas; Critério B - Promoção de carreiras científicas ou técnicas ao nível de doutoramento & Atração de Talentos; e Critério C - Projeção internacional & Captação de financiamento diversificado”), o CES/UC viu ser-lhe renovado o estatuto de Laboratório Associado em 2021, estando colocado à cabeça das unidades de ciências sociais e humanas, e bem na parte cimeira da tabela dos Laboratórios Associados, com 90 pontos e as classificações parciais de 5, 4, 5, enquanto o CECS apenas obteve 70 pontos, com as classificações parciais de 4, 3, 4.

As candidaturas a Laboratório Associado de 2020/2021 foram avaliadas com critérios que nada tinham a ver com o mérito científico das unidades de investigação que se candidataram ao concurso. Remetiam, antes, para condições externas às próprias unidades de investigação, no caso o apoio financeiro continuado da FCT a essas instituições, que ao longo dos anos não apenas favoreceu o crescimento das suas infraestruturas tecnológicas, como favoreceu igualmente o crescimento dos seus recursos humanos, administrativos e técnicos, e ainda a possibilidade de contratarem investigadores, por precária que fosse a sua situação profissional.

Uma das observações feitas pelo júri à candidatura *Communitas* foi a de que essa candidatura apenas tinha referido “dois projetos com mais de um milhão de euros”, sendo, além disso, “modestas as verbas europeias” que os dois centros envolvidos na candidatura tinham captado. Uma pergunta, todavia: de que realidade falava o júri do concurso? A única diferença verdadeiramente assinalável entre unidades de investigação de ciências sociais e humanas, que eram Laboratórios Associados, e as unidades que davam corpo à candidatura *Communitas* era os apoios financeiros do Estado serem incomparavelmente maiores, ao longo dos anos, relativamente às unidades de investigação que apresentavam a candidatura *Communitas*¹⁴.

14 Deu-se também o caso de o júri de avaliação da candidatura *Communitas* não ter sido o mais adequado para avaliar uma candidatura com uma centralidade de ciências da comunicação. A candidatura *Communitas* teve que prestar provas orais diante de dois investigadores, um de geografia, João Ferrão, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e o outro de economia, João Ferreira do Amaral, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Por certo, investigadores de ciências da comunicação, ou então investigadores de sociologia, faziam mais sentido no contexto. Mas, além disso e sobretudo, dois professores de dois institutos da Universidade de Lisboa não eram os mais indicados para avaliar unidades de investigação em que o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, uma unidade de investigação de um terceiro Instituto da Universidade de Lisboa, estivesse a concurso e competisse diretamente com centros de outras universidades – no caso o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho e o LabCom, da Universidade da Beira Interior.

Dou um exemplo que enquadra melhor esta questão, comparando o CECS/UMinho e o CES/UC. Com 180 investigadores integrados, em 2020/2021, o CES (UC) contava com 17 técnicos. E o CECS (UMinho), com 90 investigadores integrados, contava com apenas quatro. E, todavia, há muito tempo que era possível comparar os dois centros no que respeitava à sua produção científica, à sua intervenção na comunidade local, regional, nacional e internacional, assim como aos seus índices de internacionalização.

Vou cingir-me apenas à produção científica, relembando os resultados do estudo bibliométrico sobre a investigação das unidades de investigação em Portugal, encomendado em 2013 pela FCT à Universidade de Leiden, e que é, aliás, o único do género que a FCT alguma vez encomendou a esta Universidade. O estudo tinha em vista a avaliação das indexações das unidades de investigação na Web of Science. Já o assinalei e está especificado no mapa atrás apresentado. Nas indexações à Web of Science, o CECS/UMinho obteve 32,73 pontos, precisamente o dobro do CES/UC, que conseguiu 16,07. Além disso, o CECS/UMinho obteve uma pontuação média de citação normalizada de 2,05, não tendo o CES/UC ido além de 0,67.

Assinalo, por outro lado, um outro estudo, encomendado pela FCT à Elsevier, para a obtenção das indexações nas revistas Scopus. De acordo com os resultados desse estudo, o CECS/UMinho obteve um impacto de citação ponderado de campo de 1,211, quando o CES/UC se ficou por 0,763.

Também se pode dizer, por outro lado, que os critérios da FCT no concurso de 2020/2021 para Laboratório Associado favoreceram, em muitos casos, as redes abrangentes de centros, que atravessam o país, de lés a lés, por vezes sem terem sequer tradição de cooperação académica, o que permitiu reunir massas gigantescas de investigadores, que se contavam, muitas vezes, pelas centenas, e fazer, do mesmo passo, a demonstração de uma impressionante capacidade tecnológica, e de uma não menos notável capacidade para captação de verbas próprias. Mas é dificilmente entendível que centros com uma massa gigantesca de investigadores, que se contavam pelas centenas, de investigadores que nunca trabalharam juntos, de instituições com culturas e práticas académicas muito distintas, venham a constituir, agora, uma rede coesa e desenvolvam sinergias conjuntas, que lhes permitam desenvolver trabalho científico, associativo e cooperativo.

O concurso de 2020/2021 para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado apenas acolheu candidaturas de centros avaliados cientificamente como excelentes, e também como muito bons. Mas, a partir daí,

fez-se uma completa tábua rasa, tanto do mérito científico, relativo a cada centro que se candidatou, como da sua história, curta nuns casos, longa noutros, e também dos apoios financeiros com que puderam contar, nalguns casos apoios financeiros elevados, por parte da FCT, concedidos ao longo de dezenas de anos.

Olhando a classificação das candidaturas, pode dizer-se, antes de mais, que neste concurso a antiguidade foi um posto, ou seja, os Laboratórios Associados já constituídos, por vezes há mais de duas décadas, foram classificados como extraordinários, quaisquer que tenham sido as suas avaliações científicas, promovidas pela FCT. Não se entende como não foi considerada a história dos centros – uma história que, longa ou curta, é sempre de maior ou de menor mérito científico. E, depois, quando se tratava de uma rede de centros, também deveria ser feita a demonstração de práticas efetivas de cooperação conjunta. Nunca uma decisão sobre uma candidatura a Laboratório Associado se deveria limitar, por um lado, a confirmar decisões que, uma vez tomadas, fossem definitivas, nem a homologar estratégias, por vezes de circunstância, formuladas à pressa e à última hora, estratégias que, afinal, se limitavam a exibir uma gigantesca panóplia de recursos, humanos, tecnológicos e logísticos.

E também se deveria premiar os centros que se afirmassem numa área científica, onde era totalmente extraordinário que o pudessem fazer. Retomo o exemplo das ciências da comunicação. A comunicação é uma atividade cosmopolita, mais do que qualquer outra. E é a linguagem do nosso tempo – é, por exemplo, a linguagem dos média digitais, das redes sócio-técnicas e da comunicação estratégica. Estão em Lisboa e no Porto as principais empresas de comunicação: canais de televisão, emissoras de rádio, revistas e jornais, agências de publicidade, empresas editoriais e de produção de conteúdos audiovisuais e multimédia. E, todavia, é em Braga e na Covilhã que se encontram dois dos principais centros de investigação do país em ciências da comunicação.

Neste contexto, é surpreendente que o júri tenha feito o reparo à candidatura *Communitas* de que ela se encontrava ainda “no primeiro patamar da contratação de investigadores” (Critério B do concurso), razão pela qual lhe dava nesse critério a classificação de 3 pontos em 5. Mas, em Portugal, que unidades de investigação em ciências sociais e humanas, com os recursos que lhes tinham sido atribuídos pelo Estado, apresentavam melhor desempenho que a instituição liderante do *Communitas*, o CECS, que era, além disso, a principal unidade de investigação do país nas ciências da

comunicação? Aquando da candidatura, este centro de investigação tinha 12 investigadores contratados, todos a termo certo, ou seja, precário, em 90 investigadores integrados. Tinha, ainda, concursos a decorrer para a contratação de cinco investigadores auxiliares, também a termo certo. O plano apresentado na candidatura *Communitas* previa, todavia, a contratação de 20 investigadores permanentes, no prazo de cinco anos, ou seja, com o compromisso de, ao fim desse tempo, assegurar o pagamento dos seus salários. Se o plano da candidatura *Communitas* tivesse sido validado, tendo em conta o número atual dos seus investigadores integrados, poderia contar com cerca de 40% de investigadores contratados em 2026. De referir, por outro lado, que a política governamental de “estímulo ao emprego científico”, tanto individual, como institucional, era uma política que também ela dava os primeiros passos, embora possamos dizer, hoje, que, em termos estruturais, os concursos “estímulo ao emprego científico” não constituíram uma solução de combate à precariedade¹⁵.

O painel de avaliação reconheceu, todavia, que a candidatura *Communitas* tinha “uma forte orientação para políticas públicas” e uma “excelente posição para poder alavancar a sua pesquisa para benefício público”. Mas foi surpreendente que tenha desvalorizado o historial das unidades de investigação, e em particular a sua cooperação científica e dimensão internacional. A instituição líder do *Communitas*, o CECS/UMinho, é o líder reconhecido da sua área, há cerca de duas décadas, incluindo o facto de dois dos seus membros terem presidido à Sopcom, durante mais de uma dúzia de anos. Os seus membros ocuparam cargos de liderança em organizações científicas internacionais, como a European Communication Research and Education Association, a International Association for Media and Communication Research (IAMCR), a Lusocom, a Confibercom e a Assibercom. O CECS tinha organizado, em 2006, o congresso sobre “a comunicação social e os portugueses no mundo”, em colaboração com a Associação Rosa Azul e a Câmara Municipal de Baião, com uma participação significativa de representantes de média e de revistas ligados à emigração, tanto na Europa, como em países lusófonos; em 2009, o Congresso Lusófono de Ciências da Comunicação (Lusocom); em 2010, o Congresso Mundial de Comunicação (IAMCR) e, em 2014, o Congresso Ibero-Americano de Comunicação (Confibercom). Além disso, o CECS criou, em 2017, o Museu Virtual da Lusofonia¹⁶, o qual, uma

15 As políticas do emprego científico, entre vários outros desastres da política científica de Manuel Heitor, levaram Carlos Fiolhais (2019) a escrever, a 7 de março de 2019, no jornal *Público*, um texto de opinião em que manifestava a sua completa deceção com “um ministério falhado”. E explicava: “Manuel Heitor pode conhecer a sua área, mas – apesar de muita gente como eu ter confiado nele – falhou como ministro” (para. 1).

16 <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/>

vez instalado no Google Arts & Culture, em 2020, passou a ter uma projeção global. E num tempo em que a produção científica foi capturada por estratégias utilitaristas, produtivistas e mercantilistas, todavia sem a complexidade do humano, porque sem memória, sem responsabilidade e sem consciência (Martins, 2019, 2020), é de assinalar a aposta, tanto do CECS/UMinho, como do LabCom/UBI, no acesso aberto do conhecimento. Em agosto de 2021, o CECS tinha mais de 3.700 produções académicas (entre livros, artigos de revistas e capítulos de livros) no Repositório de conhecimento aberto na Universidade do Minho, tendo esses textos, de acordo com as estatísticas da infraestrutura à data, dado origem a cerca de 1.500.000 downloads¹⁷.

Mas para ilustrar melhor o meu ponto de vista, apresento ainda o caso paradigmático do CIES, do ISCTE/IUL e do seu Laboratório de políticas públicas, porque neste exemplo faço a síntese de todas as considerações que formulei, a propósito da avaliação feita pela FCT às candidaturas a Laboratório Associado.

O ICSTE-IUL, através do seu CIES, apresentou em 2020/2021 uma candidatura a Laboratório Associado, o SocioDigitalLab, que é um Laboratório de políticas públicas. O SocioDigitalLab foi classificado com 80 pontos em 100, mais 10 que a candidatura Communitas, que não passou de 70 pontos, como já assinalai. Mas na avaliação científica das unidades de investigação, promovida pela FCT em 2018/2019, o CIES/ISCTE-IUL, com 118 investigadores integrados, foi avaliado como “muito bom”, tendo obtido, em cada um dos três critérios da avaliação (produção científica, qualidade da equipa e visão de futuro relativa ao seu projeto científico), as classificações parciais de 4, em 5. Teve, todavia, um financiamento global (financiamento base, somado ao financiamento programático) de 2.098.000,00 €.

Por sua vez, o CECS/UMinho, na avaliação científica externa, promovida pela FCT em 2018/2019, então com 68 investigadores integrados, mas com 110 em 2021, foi avaliado como “excelente”, tendo obtido, nos três critérios da avaliação, as classificações máximas de 5, em 5. Teve um financiamento global (financiamento base somado ao financiamento programático) de 2.095.000,00 €. Por outro lado, é ainda de assinalar que em 2021 e 2022 o Global Ranking of Academic Subjects do Academic Ranking of World Universities, também conhecido como Ranking de Xangai, colocou as ciências da comunicação da Universidade do Minho entre as 500 melhores do mundo. Colocou-o no intervalo de 201 a 300, com 18 pontos, em 2021

17 A 27 de janeiro de 2023, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade tinha depositado no RepositóriUM (s.d.) da Universidade do Minho 4.166 documentos, a que correspondiam 1.660.123 downloads.

(Shanghai Ranking, 2021), e com 18,1 pontos, em 2022 (Shanghai Ranking, 2022). Por sua vez, o ISCTE-IUL, que em 2021 figurava no ranking de Xangai na área específica das ciências da comunicação, deixou de aí figurar em 2022.

Este processo, relativo ao concurso para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado, não é dissociável do processo ocorrido uma década antes, com o mesmo objetivo. Foi o próprio José Mariano Gago, então, ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, quem fez publicar, em março de 2011, o despacho que atribuiu ao CIES/ISCTE-IUL o estatuto de Laboratório Associado. E dois meses depois, em maio, o presidente da FCT, João Sentieiro, notificou o ISCTE-IUL dessa decisão¹⁸.

Pois bem, o CIES/ICTE-IUL, que obteve o estatuto de Laboratório Associado em 2011, com José Mariano Gago, ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, e Manuel Heitor, secretário de Estado das mesmas pastas, mas sem consequências práticas, porque a decisão foi anulada pelo XIX Governo Constitucional, liderado por Pedro Passos Coelho, chegou a Laboratório Associado em 2021. E assim, nas ciências sociais e humanas, passou a existir, em Lisboa, um segundo Laboratório Associado de sociologia, na porta ao lado do ICS, da Universidade de Lisboa. E aos dois Laboratórios Associados existentes em Lisboa, com uma centralidade de sociologia, junta-se o CES, da UC, com igual centralidade científica.

Aconteceu, no entanto, que em 2009 o CECS/UMinho, já então classificado como “excelente”, juntamente com o Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (LabCom/UBI), então classificado como “muito bom”, fizeram uma candidatura a Laboratório Associado. Era uma candidatura a Laboratório Associado em ciências sociais e humanas, com uma centralidade nas ciências da comunicação – a ser aprovado, constituiria o único Laboratório Associado do país, que resultava de um consórcio entre centros de investigação desta área científica, que à época eram os melhores, de acordo com as avaliações científicas promovidas pela FCT, em 2003 e em 2007/2008.

Embora já em gestão corrente, pelo facto de o Governo socialista de José Sócrates se ter demitido, o mesmo presidente da FCT, João Sentieiro, que

18 O *Relatório de Atividades*, elaborado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (2011) em 2011, dá conta dessas decisões, nestes termos: “desde 2009, o CIES-IUL tem vindo a desenvolver esforços no sentido de lhe ser atribuído o estatuto de Laboratório Associado no domínio da ‘Sociologia e Políticas Públicas’, tendo para isso apresentado uma candidatura à FCT. A atribuição desse estatuto foi recomendada na última avaliação externa do centro feita em 2007 pela FCT, bem como pela Comissão de Aconselhamento Científico. Em Maio de 2011, o centro recebeu um ofício do Presidente da FCT a informar que, na sequência de um despacho do Ministro da tutela favorável à atribuição ao CIES-IUL do estatuto de Laboratório Associado, seriam desenvolvidos contactos tendo em vista a assinatura do respetivo contrato entre o CIES-IUL e a FCT” (p. III).

em maio de 2011 notificou o CIES/ISCTE-IUL, fazendo-lhe saber que lhe era atribuído o estatuto de Laboratório Associado de “sociologia e políticas públicas”¹⁹, deu a conhecer à Direção do CECS/UMinho que era “arquivada provisoriamente” a candidatura a Laboratório Associado em Ciências da Comunicação, que este centro havia apresentado com o LabCom (UBI). O Presidente da FCT invocou como fundamento da decisão o Decreto Lei n.º 125/99 (1999), que avalia, assinalou, “a capacidade das instituições em causa para cooperar, de forma estável, competente e eficaz, na prossecução de objectivos específicos da política científica e tecnológica do Governo”. E era entendimento da FCT que na candidatura apresentada pelas ciências da comunicação não era possível “identificar o seu carácter distintivo”, enquanto “entidade cuja atividade se reporte à prossecução de políticas específicas” (Martins, 2021, p. 283).

O Concurso de 2009 Para Laboratório Associado, a Política Científica e Tecnológica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Centro de Estudos de Ciências e Comunicação/Universidade do Minho e o LabCom/Universidade da Beira Interior

Tendo comunicado, em 2011, a decisão de “arquivamento provisório” da candidatura de ciências da comunicação, no concurso para Laboratório Associado, o presidente da FCT, João Sentieiro, manifestou a disponibilidade desta fundação para recolher “os eventuais esclarecimentos adicionais sobre as contribuições que a instituição [a candidatura das ciências da comunicação] se propõe dar à prossecução de políticas públicas específicas nos termos do estatuto dos Laboratórios Associados”. Por essa razão, foram apresentadas, de imediato, as contribuições efetivas com que o CECS/UMinho e o LabCom/UBI concorriam para a prossecução de políticas públicas específicas na área de ciências da comunicação²⁰.

19 Como assinalai acima, esta decisão não teve efeitos práticos, porque foi anulada pelo XIX Governo Constitucional, que entrou em funções a 21 de junho de 2011.

20 Em nome da candidatura de ciências da comunicação, que vinculava o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho) e o LabCom (Universidade da Beira Interior), enviei ao presidente da FCT, na qualidade de coordenador da candidatura, um documento em que procurei demonstrar o seu carácter distintivo para o desenvolvimento de uma investigação inovadora no contexto das ciências sociais e humanas, em geral, e das ciências da comunicação, em particular. Era nosso entendimento que o carácter inovador da investigação realizada pelas duas unidades de investigação capacitaria os cidadãos, não apenas para a participação na vida pública, como também para o envolvimento em matérias que diziam respeito a políticas públicas, de que eram exemplo as novas formas de regulação social, centradas, por exemplo, na saúde pública, na igualdade de género, no combate ao racismo e à discriminação social, nos média, e também na educação para os média, e ainda nos desafios a enfrentar relativamente à esfera pública digital.

Em nome da candidatura das ciências da comunicação, comecei por fazer um reparo à FCT. Embora esta Fundação não considerasse como elemento determinante na concessão do estatuto de Laboratório Associado as avaliações científicas das unidades de investigação, era meu entendimento que não poderia ser ignorado o facto de ambos os Centros implicados na proposta a Laboratório Associado terem sido classificados, o CECS como “excelente” e o LabCom como “muito bom”, na avaliação científica externa, patrocinada pela FCT em 2007/2008. Além disso convoquei um outro aspeto relevante. Não existia, ainda, em Portugal, nenhum Laboratório Associado de ciências sociais e humanas com a centralidade nas ciências da comunicação. E as classificações eram a demonstração cabal de um trabalho de mérito dos investigadores associados a estes centros, bem como o reconhecimento do seu dinamismo e da intensa atividade dos grupos de pesquisa por eles constituídos. Estes resultados eram também demonstrativos de um percurso de progressiva internacionalização, que promovia a imagem da comunidade científica nacional à escala mundial, sobretudo no que respeitava à Europa, ao mundo lusófono e à América Latina.

Salientei, a este propósito, o facto de o CECS/UMinho, instituição liderante da candidatura, ter sido, em julho de 2010, a instituição que acolheu e organizou o mais importante congresso internacional de ciências da comunicação, o congresso da IAMCR, que reuniu cerca de 1.300 investigadores de todo o mundo, o que, só por si, era significativo do seu prestígio académico internacional, dado ter realizado o que ainda nenhum outro centro de ciências sociais e humanas do país conseguira realizar, até então – um congresso mundial na sua área específica.

Além disso, assinalo o facto de o CECS e o LabCom serem sócios do Observatório da Comunicação (OberCom), que é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cujo objetivo central é “a produção e difusão de informação, bem como a realização de estudos e trabalhos de investigação que contribuam para o melhor conhecimento na área da Comunicação” (OberCom, s.d., Art. 3). O OberCom havia sido constituído com o objetivo estratégico de suprir a tradicional dificuldade na recolha e tratamento da informação específica no setor dos Média e da Comunicação. Em 2011, o OberCom contava, entre os seus associados, com a maioria dos grupos nacionais de média, entidades de regulação do setor e institutos e entidades públicas na área da comunicação, além de possuir, igualmente, parcerias com associações das áreas das telecomunicações, e, naturalmente, as parcerias com o CECS/UMinho e o LabCom/UBI.

A relação privilegiada que o CECS e o LabCom mantinham, através do OberCom, sobretudo com o setor empresarial da comunicação social, e que fazia destas empresas um seu parceiro, muito para lá da cooperação ao nível da relação universidade/empresa, poderia ser equacionada pelo Governo como elemento a ter em conta na definição das políticas públicas para o setor. Mas como no ofício enviado ao coordenador da candidatura, o presidente da FCT colocava em causa a capacidade da candidatura das ciências da comunicação para cooperar, “de forma estável, competente e eficaz”, na prossecução de objetivos específicos de política científica e tecnológica do país, passei a fazer a demonstração das competências e capacidades, tanto do CECS, como do LabCom.

As Competências do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Universidade do Minho

O CECS era, em 2011, uma unidade de investigação que se apresentava com uma atividade de pesquisa centrada na aproximação da comunicação à cidadania. Havia sido essa, aliás, a linha condutora dos três últimos grandes congressos que até então organizara: o primeiro, em 2007, de âmbito nacional, sendo o CECS a instituição acolhedora e organizadora do “V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação” (Sopcom); o segundo, em 2010, da IAMCR, que reuniu na UMinho mais de 1.300 investigadores de todo o mundo; por último, já em 2011, o “I Congresso Nacional de Literacia, Media e Cidadania”, organizado em parceria com seis entidades nacionais, designadamente, com o Gabinete para os Meios para a Comunicação Social (GMCS), a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a Agência para a Sociedade do Conhecimento, a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação. Deste último encontro havia sido produzido, aliás, um documento intitulado “Declaração de Braga”, cujo texto continha um conjunto de orientações e recomendações, que enquadravam a ação do grupo informal de parceiros e servia de referência a outras instituições que desenvolviam trabalho nesse domínio, podendo ser consultado no site do evento.

Acontecera, também, que o CECS tinha estabelecido várias parcerias que o aproximavam de um conjunto significativo de organismos públicos nacionais. Essa intensa colaboração com institutos estatais tinha motivado, inclusive, a realização de diversos estudos de repercussão pública no domínio da comunicação social. Por essa razão, ganhavam importância, neste âmbito, as parcerias estabelecidas com as entidades, que passo a enunciar.

O CECS/UMinho estabelecera uma parceria com o GMCS, que era um organismo estatal com responsabilidades no quadro do aconselhamento e preparação de políticas públicas na área da Comunicação Social, bem como na sua implementação. Tanto o desenvolvimento destas políticas como a sua execução exigiam uma compreensão profunda da realidade social, nos planos local, regional e nacional. Sem essa compreensão, por certo estas políticas não podiam deixar de estar desfasadas das necessidades das pessoas e desfocadas dos interesses superiores e coletivos das comunidades a que se destinavam.

O GMCS havia contratualizado com o CECS a execução de um projeto de avaliação da política de incentivo à leitura (anteriormente designado como “porte pago”) que incidia num aspeto crítico e profundamente negligenciado do processo político em Portugal: a avaliação das políticas para a comunicação social nas suas distintas fases – desde a conceção até aos seus impactos sociais. Sem esta análise, desenvolvida a partir do olhar dos cidadãos e detalhadamente examinada no quadro dos interesses que legitimamente se moviam em cada rede, as políticas públicas corriam o risco de se construírem na ignorância e, ainda por cima, desencontradas de uma visão instruída e partilhada do bem público. Esta avaliação devia ser, de facto, entendida como uma exigência no quadro de uma democracia transparente e como o ponto de partida para transformações reformadoras.

O CECS/UMinho também estabelecera uma parceria com a ERC. É largamente consensual que os média desempenham um papel relevante na formação de conceitos, imagens e crenças, que os cidadãos usam para interpretar o mundo em que vivem. Contudo, há uma forte controvérsia quanto à melhor abordagem para assegurar as funções positivas do seu desempenho, independentemente da forma como são definidas, e também para reduzir as consequências sociais negativas das ações e omissões dos meios de comunicação. Embora de formas diversas, esperava-se que as entidades reguladoras dos média concorressem para a qualificação dos sistemas mediáticos e, conseqüentemente, contribuíssem para o incremento das responsabilidades sociais dos meios de comunicação, públicos e privados. Uma vez que os média são um pilar fundamental dos regimes democráticos, deviam ser monitorizados e responsabilizados. Nas sociedades democráticas avançadas, os Estados estabeleciam normalmente uma (ou mais) entidade(s) de regulação mediática nacional. E Portugal não deveria ser exceção. Se a regulação dos média era financiada com dinheiros públicos, estas entidades deviam desenvolver um trabalho de alto nível e contribuir, de forma efetiva, para a qualificação global dos sistemas mediáticos.

Tendo a ERC a incumbência de velar pelo cumprimento da lei, no domínio da comunicação social, a transposição da diretiva 2007/65/CE do Parlamento e do Conselho Europeu, de 11 de dezembro, para a ordem jurídica portuguesa trouxe-lhe acrescidas responsabilidades neste âmbito. E, no quadro da metodologia de ação que era seu apanágio, entendeu dotar-se de instrumentos que lhe permitiam ter uma perceção rigorosa e atualizada do estado de coisas que caracterizava o país neste contexto.

No âmbito das suas competências, a ERC solicitara, assim, nos últimos anos (desde 2007) dois projetos de pesquisa ao CECS/UMinho: um sobre programação para a infância nos canais generalistas portugueses (RTP 1; RTP2; SIC e TVI), que visava monitorizar a oferta televisiva para o público infantojuvenil, examinando a sua adequação ao disposto na legislação nacional e europeia. Publicado em livro, este trabalho dotou a ERC de elementos essenciais para o desenvolvimento da sua ação reguladora. O segundo projeto pretendia analisar a situação da educação para os média em Portugal na última década (desde 2000). Este estudo surgiu na sequência da aprovação, pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, em 2007, da diretiva acima mencionada que obrigava os estados membros a desenvolver atividades de educação para os média, ou literacia mediática, considerando esta dimensão da maior relevância, quer para a participação dos cidadãos quer para a economia, cada vez mais marcada pela lógica do digital.

Estes estudos permitiram não apenas recolher e analisar toda a informação reunida, como criar as bases para um Observatório de Educação para os Média em Portugal. Um tal observatório deveria servir de rede de ligação entre os diferentes atores e projetos neste domínio, que apoiasse a formação e a pesquisa científica e inspirasse o surgimento de novos projetos. Com efeito, tendo em conta a experiência de mais de duas décadas de alguns dos investigadores do CECS/UMinho neste domínio e o trabalho que este centro de investigação vinha desenvolvendo, quer no âmbito da investigação, quer do ensino pós-graduado, e com o particular intuito de inscrever a educação para os média como questão relevante das agendas públicas, foi lançado, na primeira metade de 2009 um desafio ao GMCS e à ERC, no sentido de, em parceria com o CECS/UMinho, procurarem refletir sobre o que seria necessário fazer em Portugal nesta matéria. Este desafio foi assumido e alargado a outras instituições públicas relevantes, tendo-se constituído um Grupo Informal, formado pelas seis entidades acima referidas, que passaram, desde então, a reunir com regularidade. A preocupação principal deste grupo

consistiu em explorar formas de ação que mobilizassem a sociedade e convertessem a educação para os média num vetor das políticas públicas²¹.

Para além destas parcerias institucionais, desenvolvia-se ao mesmo tempo no CECS/UMinho um vasto plano de investigação, financiado sobretudo pela FCT, com repercussões no domínio das políticas públicas na área das ciências da comunicação. Nesse sentido, assinei alguns dos projetos mais significativos deste contributo para as políticas públicas.

- O projeto FCT *A Regulação dos Média em Portugal: O Caso da ERC* (PTDC/CCI-COM/104634/2008). Este projeto visava estudar, de forma aprofundada e contextual, a própria ERC. O principal contributo deste projeto foi compreender o lugar do regulador para a comunicação social em Portugal, no sentido de estimular o seu mais adequado desempenho, de contribuir para a compreensão social dos objetivos da regulação, e – no limite – para colaborar na construção de uma sociedade que considerasse a liberdade de expressão e de imprensa como o mais crítico recurso numa sociedade democrática e que defendesse esse valor, entre outras modalidades, através da regulação pública dos meios de comunicação social.
- O projeto FCT *Género em Foco: Representações Sociais das Revistas de Informação Generalistas* (PTDC/CCI-COM/114182/2009). Este projeto surgiu da constatação da existência de uma lacuna na investigação científica relativamente à análise e compreensão das representações de género, que permeiam os conteúdos e linhas editoriais dos órgãos de comunicação no contexto português. Foi por reconhecer o papel dos média enquanto perpetuadores de assimetrias simbólicas que este projeto se propôs realizar esta análise, procurando alcançar formas de atuação que permitissem quebrar representações enviesadas de homens e mulheres e que pudessem ser consideradas políticas públicas úteis para um espaço público mais justo e igualitário.
- O projeto FCT *Narrativas Identitárias e Memória Social: A (Re) construção da Lusofonia em Contextos Interculturais* (PTDC/CCI-COM/105100/2008). A preocupação com a promoção do diálogo intercultural, bem como com a igualdade entre homens e mulheres e o combate a todas as formas de discriminação e exclusão, incluindo

21 Em resultado destes esforços, foi criado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/ Universidade do Minho, em 2018, o Observatório de Média, Informação e Literacia Mediática (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2018).

o racismo e a xenofobia, estavam presentes (e assim se mantêm) na agenda europeia. Este projeto pretendeu recuperar as diversas narrativas sobre as relações entre os países lusófonos, com o objetivo de construir um conhecimento sobre o outro mais aprofundado e informado, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas.

- O projeto FCT *A Doença em Notícia* (PTDC/CCI-COM/103886/2008). Este projeto constituiu-se como uma pesquisa científica de relevo para a execução de políticas na área da saúde pública. Através da análise da produção noticiosa em saúde, e em particular na doença, num projeto que compreendeu o estudo da atuação das fontes (políticas de comunicação e de assessoria de imprensa), e também o estudo do trabalho dos jornalistas e dos textos noticiosos, procurou-se avaliar a qualidade da informação no setor da saúde em Portugal. Sendo o setor da saúde um dos mais importantes na sociedade contemporânea, procurou-se, na base deste escrutínio, apoiar o desenvolvimento de políticas públicas de comunicação/informação que protegessem os direitos dos cidadãos e promovessem a melhoria da qualidade de vida/saúde das populações.
- O projeto europeu *HeaRt- Health Reporting Training Project*. Além do projeto FCT sobre informação em saúde, o CECS desenvolveu o outro projeto *HeaRt – Health Reporting Training Project* – um projeto europeu sobre jornalismo de saúde, financiado pelo Lifelong Learning Programme – Leonardo da Vinci, Multilateral Projects for Development of Innovation.
- O projeto FCT *Navegando com o “Magalhães”*: *Estudo Sobre o Impacto dos Média Digitais nas Crianças* (PTDC/CCI-COM/101381/2008). Este projeto desenvolveu um estudo aprofundado sobre o impacto da medida “e-Escolinha” e da iniciativa “Magalhães” do Governo português. As políticas do programa escolar, e sobretudo os usos que as crianças fazem do computador e dos recursos que lhe estão subjacentes, tanto na escola, como fora dela, constituíram o principal enfoque deste projeto. A execução desta pesquisa teve ainda por objetivo contribuir para a criação de medidas no âmbito dos média eletrónicos e da promoção de uma literacia digital.
- O projeto FCT *Jornalismo Televisivo e Cidadania: Os Desafios da Esfera Pública Digital* (PTDC/CCI-JOR/099994/2008). A informação televisiva é um excelente lugar a partir do qual podemos avaliar a vitalidade do espaço público e conhecer as (re)configurações por que passa

o campo jornalístico. Nesse sentido, este projeto assumiu-se como um observatório, vocacionado para a análise da responsabilidade social da televisão na promoção da cidadania e, simultaneamente, para pensar as fronteiras do campo jornalístico, decorrentes de uma programação que cada vez mais dá sinais de abertura à participação do público. Pretendia-se saber quem eram os convidados dos *plateaux* de informação e quais as formas de jornalismo participativo que a televisão abria aos telespectadores.

Adicionalmente a estas iniciativas, o CECS/UMinho tinha ainda em curso várias linhas de intervenção, vocacionadas para a cooperação com o Governo no que respeitava à promoção e desenvolvimento do conhecimento científico em geral e à problematização de matérias consideradas de interesse público. Registam-se neste ponto, as seguintes iniciativas.

Antes de mais, o CECS/UMinho estava comprometido com a investigação das práticas comunicativas relacionadas com questões científicas e ambientais, que já então faziam a agenda pública há mais de uma década, prestando particular atenção à questão das alterações climáticas. As análises das práticas comunicativas de diversos atores sociais, do discurso mediático e das representações sociais possibilitavam a identificação de problemas e dificuldades na comunicação e na perceção desta questão. Por essa razão, as conclusões destes estudos podiam constituir-se como resultados úteis para o planeamento de ações de comunicação orientadas para a sensibilização e mudança de atitudes face a usos de energia, transportes e outras atividades, que envolvessem a geração de gases com efeito de estufa. E além das políticas estatais de comunicação sobre alterações climáticas, energia e transportes, este tipo de investigação podia ser benéfico para a condução de iniciativas com a participação de diferentes atores sociais.

Por outro lado, o CECS/UMinho mantinha uma linha de investigação sobre políticas de ciência e tecnologia em Portugal e na Europa. Esta investigação prendia-se com a análise dos fluxos de cientistas, a sua composição socio-demográfica e os perfis de trajetória. Investigadores do CECS/UMinho participavam em projetos de investigação e cooperação europeus que visavam caracterizar os efeitos das mobilidades de investigadores nas dinâmicas de produção do conhecimento, assim como no grau de centralidade dos núcleos de investigação e na projeção das carreiras individuais.

Outros investigadores do CECS/UMinho integravam, por sua vez, projetos especificamente relacionados com a análise do impacto social e económico das ciências sociais e humanas, o que constituía, também, um vetor de

excelência, no âmbito das políticas públicas da ciência e da tecnologia. Referi, neste contexto, o *Projecto METRIS – Monitorização do Desenvolvimento das Ciências Sociais na Europa*, realizado entre 2008 e 2010, financiado pela União Europeia e coordenado pelo Instituto Belga Technopolis, através da Tecminho.

Havia, igualmente, um conjunto de investigadores do CECS/UMinho comprometidos com uma linha de investigação que visava o desenvolvimento de novas aplicações, software e hardware, e que potenciava a criatividade das crianças do pré-escolar. Nesse sentido o CECS estava a contribuir ativamente para demonstrar a mais-valia de novas abordagens no ensino das crianças em Portugal, recorrendo a novos modelos de comunicação interativa e tecnológica.

E havia ainda uma linha de investigação que se desenvolvia no CECS/UMinho, tendo em vista realizar a primeira análise histórica dos videojogos portugueses. Partindo do campo da história dos média e envolvendo cientistas da comunicação e engenheiros informáticos, esta investigação procurou obter impacto no tecido industrial, uma vez que foi objetivo desta atividade de comunicação promover o interconhecimento das empresas e dos indivíduos que no país estavam ligados a este sector, assim potenciando a indústria de jogos eletrónicos para uma melhor e maior produção.

Entretanto, como elemento demonstrativo de capacidade do CECS/UMinho para desenvolver atividades de extensão comunitária, assinalei assessorias técnicas e científicas com câmaras municipais, bibliotecas municipais e fundações de interesse cultural.

Finalmente, referi a participação do CECS/UMinho e do LabCom/UBI numa rede latino-americana, cujo objetivo era fazer o retrato da oferta de ensino pós-graduado em ciências da comunicação, radiografando a oferta ao nível do mestrado e do doutoramento, assim como as condições de funcionamento destes graus de ensino, neste vasto espaço geopolítico. Esta investigação tinha todas as condições para se constituir como instrumento útil para a planificação e a racionalização pelo Estado destes níveis do ensino²².

22 Com Madalena Oliveira, vim a realizar dois estudos sobre os estudos pós-graduados de ciências da comunicação em Portugal: um, intitulado “Política Científica de Comunicação em Portugal: Desafios e Oportunidades Para os Doutoramentos” (Martins & Oliveira, 2013a); o outro, com o título “Doctorado e Investigación Sobre Comunicación en Portugal: Panorama, Retos y Oportunidades” (Doutoramento e Investigação Sobre Comunicação em Portugal: Panorama, Desafios e Oportunidades; Martins & Oliveira, 2013b).

O Contributo do LabCom/Universidade da Beira Interior

O LabCom/UBI é uma unidade de investigação centrada na pesquisa sobre comunicação online. Na sua génese está o estudo da confluência dos sistemas de informação e das novas formas de informação jornalística. A experimentação laboratorial da aplicação de tecnologias de bases de dados e de multimédia ao jornalismo é feita em protótipos de remediação dos meios tradicionais de comunicação social: imprensa, rádio e televisão. Com o apoio inicial do Instituto de Comunicação Social (ICS), havia uma dúzia de anos que o LabCom editava o jornal online *Urbi et Orbi* (www.urbi.ubi.pt), em que continuamente eram tentadas experiências inovadoras na forma de informar. Por outro lado, em outubro de 2009, o LabCom realizou o primeiro encontro em Portugal de jornalismo e redes móveis, ou jornalismo para telemóveis.

As competências do LabCom/UBI na área da informação online ganhavam dimensão relevante no âmbito da comunicação científica ao hospedar três bibliotecas online, três revistas online e uma editora, que atraíam no conjunto 2.000.000 de visitas por ano, à média de 167.000 por mês (www.labcom.pt). Em particular a BOCC-Biblioteca Online de Ciências da Comunicação e a editora Livros LabCom eram as principais referências de consulta online no espaço lusófono, dentro dos estudos de comunicação. Também aqui houve uma colaboração estreita com o Governo, tendo os projetos avançado graças a incentivos do Instituto de Comunicação Social e da Agência para a Sociedade do Conhecimento.

O LabCom/UBI desenvolvia então (2010-2012) o projeto *A Agenda do Cidadão: Jornalismo e Participação Cívica nos Média Portugueses*, financiado pela FCT (PTDC/CCI-JOR/098732/2008), cujo objetivo consistiu em identificar, fomentar e testar práticas jornalísticas, a fim de reforçar a participação cívica e a deliberação democrática na esfera pública.

De realçar ainda é a linha de investigação que o LabCom desenvolvia no âmbito do cinema português, em estreita ligação com o Instituto do Cinema e do Audiovisual. O LabCom além de editar a mais importante revista sobre o cinema documentário no espaço lusófono, a *Doc-Online*, alojava (e ainda mantém) a mais completa base de dados sobre cinema português (www.cinemaportugues.ubi.pt/bd/), assim como organizava anualmente as Jornadas do Cinema em Português, onde as novas filmografias dos países africanos de expressão portuguesa ganhavam uma expressão cada vez maior.

Depois de ter apresentado os contributos efetivos com que o CECS/UMinho e o LabCom/UBI haviam concorrido para a realização de políticas públicas específicas na área de ciências da comunicação, parecia-me claro que já não era legítimo, em 2011, colocar em dúvida que as medidas e as ações enunciadas na candidatura de ciências da comunicação não estavam vinculadas a princípios e valores de intervenção pública do Estado português. Pelo contrário, o que elas denotavam era o caráter distintivo que um Laboratório Associado em ciências da comunicação poderia ter no desenvolvimento de uma investigação inovadora no contexto das ciências sociais e humanas, em geral, e das ciências da comunicação, em particular, capacitando os cidadãos para a participação na vida pública e para o envolvimento em questões de interesse público, quer no que respeitava a políticas públicas, quer no que concernia a novas formas de regulação social.

Todavia, passada uma década, em 2020/2021 a história repetiu-se. E nem uma palavra foi dita pela FCT, nem pelos avaliadores, sobre o concurso de 2009–2011. E tal como em 2011, o júri terminou a sua apreciação à candidatura de 2020/2021, afirmando que o consórcio de centros de ciências da comunicação “tinha boas hipóteses, numa próxima candidatura, de conseguir o seu objetivo”, tanto mais que, entretanto, as unidades de investigação que compunham a candidatura *Communitas* poderiam ganhar outra “maturidade”.

A Avaliação de Projetos de Todas as Áreas Científicas Pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Em 2004, apresentei ao concurso da FCT “para todas as áreas científicas” a candidatura do projeto *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* (POCI/COM/59417/2004). O projeto foi recusado como “fraco”, o que quer dizer, com a mais baixa classificação. A avaliação cingiu-se a uma única frase: “não é um projeto de pesquisa aceitável em Ciências da Comunicação”²³. Mas este mesmo projeto, *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário*, foi aprovado como “muito bom”, em 2006 (PTDC/CCI/72770/2006). Duas coisas ocorreram, entretanto, que permitem compreender uma alteração tão radical da avaliação, de um concurso para outro. Por um lado, a região do globo de onde provinham os avaliadores. Em 2004, os avaliadores eram predominantemente do norte da Europa, de influência anglo-saxónica, enquanto no painel de 2006 eram

23 O painel de avaliação era assim constituído: Peter Golding (Loughborough University, Reino Unido); Cees Hamelink (University of Amsterdam, Países Baixos); Marcial Murciano (Universitat Autònoma de Barcelona), e Els De Bens (Ghent University, na Bélgica flamenga).

exclusivamente francófono²⁴. E atendendo ao perfil dos avaliadores escolhidos em 2004 pela FCT, a comunicação eram os média, sobretudo os média tradicionais (imprensa escrita e audiovisual), com incursões todavia pelos média digitais²⁵. A constituição do painel não respondia em nada a propostas vindas da cultura visual, propriamente dita, e menos ainda a propostas de média, muitas vezes desclassificados como “menores”, ou mesmo “marginais”, como era o caso dos postais ilustrados²⁶.

Na avaliação final dos resultados do projeto *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* (PTDC/CCI/72770/2006), divulgada em 2011, o painel de avaliação da FCT proferiu o seguinte parecer sobre o trabalho desenvolvido:

os objectivos científicos previstos foram plenamente atingidos. Os resultados evidenciam grande qualidade científica, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais com *referee*. O projecto contribuiu para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida.

E acrescentam, ainda, o seguinte:

relatório final completo com destaque para a enunciação exaustiva dos objectivos do projecto, para a descrição pormenorizada das actividades desenvolvidas, para a relevância dos resultados obtidos. O Relatório final dá, por outro lado, indicações pertinentes sobre a constituição da amostragem assim como sobre as metodologias

24 Painel de avaliadores dos projetos de investigação em ciências da comunicação, em 2006: Dominique Pasquier (École des Hautes Études en Science Sociales, França); Christian Licoppe (École Nationale Supérieure des Télécommunications, França); Daniel Cefai (Université Paris X Nanterre, França); Jocelyne Arcquembourg (Université de Paris II, França); Serge Proulx (Université du Québec à Montréal, Canadá).

25 Evidentemente, que também havia na tradição anglo-saxónica investigadores e obras extraordinárias sobre os postais ilustrados. De entre essas obras e investigadores, assinalo *Letters, Postcards, Email. Technologies of Presence* (Cartas, Postais, Email, Tecnologias de Presença; Milne, 2010); *The Postcard Century, 2000 Cards and Their Messages* (O Século do Postal, 2000 Postais e as Suas Mensagens; Philips, 2000); “An Entangled Object: The Picture Postcard as Souvenir and Collectible, Exchange and Ritual Communication” (Um Objeto Emaranhado: O Postal Ilustrado Como Recordação e Objeto de Coleção, Intercâmbio e Comunicação Ritual; Rogan, 2005); e *The Picture Postcards and Its Origins* (Os Postais Ilustrados e as Suas Origens; Staff, 1966).

26 Os postais ilustrados estão, todavia, associados a uma grande invenção tecnológica, a máquina fotográfica, por meados do século XIX. E a sua agilidade e rapidez, com informações curtas e precisas, a fazer lembrar os atuais *posts* das redes sócio-técnicas, levaram cidades como Londres, no começo do século XX, a fazerem a distribuição do correio três vezes ao dia.

adoptadas para o seu tratamento. Note-se o volume de publicações geradas pela investigação (cinco livros), de seminários e conferências organizados pela equipa (cinco), de comunicações nomeadamente em encontros científicos internacionais (17). Note-se, ainda, a originalidade do estudo efectuado e a sua contribuição para um pensamento científico apoiado na relação intrínseca entre teoria e empiria.

No entanto, a equipa que trabalhou quatro anos (2006–2010) no domínio da cultura visual, a ponto de ter merecido a apreciação do painel de avaliação, nos termos reportados, voltaria à estaca zero, quando apresentou em 2010 o projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010)²⁷. O primeiro projeto havia permitido constituir uma equipa de investigação, consolidá-la na área da cultura visual e internacionalizá-la. Entretanto, o painel de avaliadores que em 2010 se pronunciava sobre o novo projeto, sabia e reconhecia que “seis elementos da equipa participaram no projeto anterior”. Além disso, segundo o próprio parecer formulado pelo painel de avaliação, a equipa era “excelente” e o investigador principal tinha “um histórico impressionante: é um académico muito experimentado, cuja experiência corresponde ao objeto do Projeto”; e “foi o investigador principal no projeto anterior, tendo um histórico de publicações muito bom”. Mas apesar de todas estas razões, o projeto era reprovado para financiamento, pelo que o desfecho dessa avaliação recolocava essa equipa na estaca zero, desmantelando-a.

Em 2012, retomando o trabalho já realizado no âmbito do projeto *Os Postais Ilustrados – Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário*, realizado entre 2006–2010, assim como o projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), submeti a concurso da FCT uma nova proposta de investigação, de modo a relançar para outros horizontes, teóricos e metodológicos, o trabalho já desenvolvido em estudos visuais, à volta dos postais ilustrados. Em 2012, a equipa já se tinha internacionalizado e ganhara mesmo grande notoriedade, tendo constituído o núcleo duro, sobretudo em termos científicos, do “Congresso Europeu de Semiótica Visual”, da International Association for Visual Semiotics, realizado em Lisboa, em 2011²⁸. Mas o projeto submetido à FCT com o título

27 O painel de avaliação havia sofrido, entretanto, novas alterações. Era agora composto pelos seguintes investigadores: Dominique Pasquier (Telecom-Paristech, Department of Social Science, França); Christian Licoppe (Telecom-Paristech, Department of Social Science, França); Kim Schrøder (Roskilde University, Dinamarca); Roberta Pearson (University of Nottingham, Reino Unido); Sean Cubitt (University of Southampton, Reino Unido).

28 Association for Visual Semiotics, Regional European Conference “Semiotics of Space/Spaces of Semiotics”, de 26-28 de setembro de 2011, na Universidade Nova de Lisboa (<http://aisv2011.yolasite.com/>).

Postais Ilustrados - Mitopoéticas do Sentido na Contemporaneidade (PTDC/CPC-VIS/5312/2012), embora avaliado como “excelente”, foi de novo reprovado para financiamento.

Colocadas as coisas nesta perspectiva, podemos interrogar-nos se esta prática de avaliação dos painéis de avaliação da FCT concorria verdadeiramente para o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade científica portuguesa, muito particularmente para o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade científica de ciências da comunicação. É que das duas vezes o painel de avaliação reconhecia os méritos da equipa de investigação e enaltecia-lhe a experiência no domínio. Mas, avaliando mal o projeto, num caso, e classificando-o como “excelente”, noutra, pronunciou-se sempre pela recusa dos projetos.

Na avaliação dos resultados do projeto de 2006, *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* (PTDC/CCI/72770/2006), o júri havia destacado, como já assinali, o volume e a importância das publicações realizadas, além da produção de uma base de dados, com um significativo acervo de postais, selecionados e catalogados, geograficamente e por categorias. Assinalo, agora, a divulgação dos resultados. Em quatro anos seguidos, de 2007 a 2010, foram apresentados resultados do estudo em andamento no principal Congresso Internacional de Ciências da Comunicação (IAMCR); houve mesmo um “painel especial” sobre cultura visual (“The History of Visual Arts and Pictorial Representations Across the 20th Century”; A História das Artes Visuais e das Representações Pictóricas no Século XX), na secção de história da comunicação, do congresso da IAMCR, realizado em Braga, em 2010, com quatro comunicações, tendo intervindo oito elementos da equipa.

Também foram apresentados resultados do trabalho coletivo da equipa sobre cultura visual, em dois congressos da Associação Europeia de Sociologia da Cultura, em Veneza (2008) e em Lisboa (2009). Foi realizado um seminário, em Braga, sobre “os postais na vida da comunidade”, reunindo especialistas de cultura visual, assim como bibliotecários, colecionadores e vendedores de postais²⁹. A equipa do projeto manteve um blogue, com entradas regulares, durante muito mais tempo que os quatro anos do projeto³⁰. E além de terem sido concluídas dissertações de mestrado e teses

29 Os resultados deste seminário foram publicados em 2017, com o título *Os Postais Ilustrados na Vida da Comunidade* (Martins, 2017c).

30 <http://postaisilustrados.blogspot.com/>

de doutoramento, no quadro do projeto, houve mesmo uma estudante da Universidade de Barcelona, Fabiane Pianowski, doutoranda em história de arte, que fez um estágio de quatro meses com a equipa do projeto³¹. E tudo isto foi conseguido com o orçamento de 44.000 €, e o apoio, durante apenas um ano, de um bolsheiro de investigação.

No entanto, as instruções da FCT iam no sentido de estabelecer uma comunidade académica nacional “fora do espaço geolinguístico de proximidade”, de modo a estabelecer “redes de grande potencial” científico. Foi, aliás, esse o princípio de que se fez portador para o CECS/UMinho, em 2014, como já assinalei, João Miguel Marques da Costa, ele próprio doutor pela Universidade de Leiden, na Holanda, em 1998, com parte dos seus estudos de doutoramento feitos nos Estados Unidos da América, no Massachusetts Institute of Technology, e presidente do Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT, em 2014 e 2015.

Nestas circunstâncias, os painéis de avaliação da FCT exprimiam a mesma filosofia, de convidar avaliadores “fora do espaço geolinguístico de proximidade”, mas na realidade investigadores que desconheciam, por regra, a comunidade científica que avaliavam, chegando, por vezes, a não disfarçar uma manifesta sobrançeria científica. Dou um exemplo. Avaliando o projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), os avaliadores escreveram o seguinte:

parece existir aqui uma disjunção entre o enquadramento teórico [do projeto], que diz respeito à modernidade, e o facto de a investigação empírica se centrar apenas no Portugal de hoje. Por certo deveria haver algum reconhecimento das diferenças que existem entre a comunicação interpessoal dos séculos XIX e XX e as culturas de coleção.

E no mesmo sentido: “não existe um processo de comparação e distinção suficientemente claro para analisar as diferenças entre as práticas dos séculos XIX e XXI, quer entre o postal e o e-mail, quer entre as diferentes culturas de colecionismo”.

Causou, pois, muita estranheza ao painel de avaliação o facto de a equipa do projeto ter em mente estudar a modernidade, centrando, todavia, a análise empírica num único país – Portugal. E, a meu ver, é verdadeiramente

31 Fabiane Pianovski doutorou-se em 2014, na Universidade de Barcelona, com uma tese intitulada: “Análisis Histórico del Arte Correo en Latinoamérica” (Análise Histórica da Arte Correo na América Latina; Pianovski, 2014).

surpreendente este reparo. O que é que se queria dizer ao certo? Que num país periférico como Portugal, não tinha pertinência nem viabilidade a realização de estudos sobre a modernidade e a pós-modernidade, por Portugal ser o país que é, periférico e relativamente pouco desenvolvido, apesar de integrar a Comunidade Europeia, quando hoje, dado o fenómeno da globalização, que tem efeitos universais, e das novas tecnologias da comunicação e da informação, que se impõem universalmente, ser possível e pertinente fazerem-se estudos sobre a modernidade em qualquer região do planeta? Para dar um único exemplo, direi que não foi por estudar a vida de Montaigne, uma aldeia occitana dos Pireneus, de 1294 a 1324, não foi por isso que Emmanuel Le Roy Ladurie (1975) deixou de nos dar uma ideia estimulante do que era a Europa na Idade Média tardia, varrida por guerras de religião, por exemplo, entre católicos e cátaros.

O Paradigma *Mainstream* da Investigação e Outros Paradigmas

Passando completamente em claro o “trabalho anterior feito pela equipa proponente”, para referir os exatos termos do Critério A do regulamento da FCT, a que deveria ter-se submetido o painel de avaliação, a única coisa que mereceu a atenção dos avaliadores do projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010) foi o ponto de vista teórico, ou melhor, o paradigma teórico-metodológico, de onde a equipa de investigação se reclamava. Entendia o painel de avaliação que o projeto era “ligeiramente turvo” e que “a teoria e o projeto de investigação” não combinavam, porque estavam “muito mal formulados”. Em consequência, como o projeto manifestava “a ausência de um pensamento teórico e metodológicos claros”, os objetos de análise para que remetia, “uma gama muito díspar”, tinham um interesse científico “opaco”.

Faço aqui algumas considerações a este propósito.

Não é de estranhar que experimentados professores e investigadores de semiótica discursiva e visual tivessem um pensamento teórico e metodológico obscuros? O coordenador do projeto era professor e investigador de semiótica discursiva e visual há mais de duas décadas e tinha uma vasta obra publicada (relembrem-se as palavras do júri sobre “o investigador principal”: “um académico muito experimentado”, com “um histórico de publicações muito bom”). Aliás, cinco dos membros da equipa do projeto integravam a Comissão Científica do Congresso Europeu de Semiótica Visual, que viria a realizar-se em Lisboa, de 25 a 28 de setembro de 2011. O coordenador da equipa do projeto era, aliás, o presidente da Comissão Científica do

congresso³². No entanto, a conclusão do painel de avaliação era a de que o projeto não tinha “um pensamento teórico e metodológico claro”.

O painel reconhecia, por outro lado, que o projeto tinha uma “originalidade considerável”, que ultrapassava muito a mera aplicação de modelos”. No entanto, “a ambição poderia ser reforçada através de um pensamento cuidadoso que combinasse análise textual e análise cultural”. E no entendimento do painel de avaliação, essa era uma fragilidade definitiva para a equipa deste projeto: “o problema fundamental parece ser uma incompatibilidade entre investigações hermenêuticas e investigações empíricas”. Ou seja, o painel entendeu que existiam “alguns problemas de conceção bastante sérios na pesquisa”. E de entre esses problemas, “o mais importante é que os elementos da cultura viva não combinam utilmente com a hermenêutica”, para que remetia “a análise textual e tecnológica”.

Esta era a terceira vez que um painel de avaliação da FCT nos fazia saber que o projeto que submetíamos estava “muito mal formulado”, tanto em termos teóricos, como no que respeitava à execução. Foi assim em 2008, por duas vezes: no projeto: *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008); e no projeto: *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008). E era-o agora novamente, em 2010.

No que se referia ao projeto *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), o parecer do painel assinalou o seguinte:

a proposta não nos convence totalmente de que as questões conceptuais apresentadas no Resumo, embelezadas com “imaginário social”, podem ser traduzidas numa análise empírica operacional das perceções e negociações das pessoas sobre o seu ambiente argumentativo mediatizado.

Mas o painel de avaliação esclareceu muito melhor o seu ponto de vista ao debruçar-se sobre o projeto *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008), em que eu participava como membro da equipa, sendo Albertino Gonçalves o investigador principal. Assinala

32 Em resultado deste congresso publiquei, com duas colegas investigadoras, o estudo “La Carte Postale et la Représentation des Espaces Public et Intime” (O Postal e a Representação de Espaços Públicos e Íntimos), na revista *Degrés: Revue de Synthèse à Orientation Sémiologique* (Martins et al., 2014).

o painel de avaliação: “de toda a evidência, os termos-chave de grotesco, barroco, etc. podem figurar nos discursos teóricos sobre o pós-modernismo, mas é muito pouco claro o que eles significam”. E ainda: “conceitos derivados de concepções teóricas da pós-modernidade são muito difíceis de operacionalizar de maneira empírica”.

Mas além do caráter “pós-moderno” e “opaco” do conceito de “imaginário social”, havia uma outra “limitação teórica” no projeto *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), que os avaliadores fizeram questão de não deixar passar em claro. Não entendiam que se concentrasse “no discurso verbal o domínio da argumentação”, rejeitando “as imagens e o espetáculo”. E “dado que a circulação de imagens e espetáculos é parte inerente à cultura contemporânea”, recomendavam que “seria bom interrogar as capacidades argumentativas dos discursos não-verbais”.

É verdade, o processo de construção do sentido nos avaliadores chocava de frente com o ponto de vista semiótico dos investigadores do projeto. O projeto *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), que submeti a concurso em 2008, já supunha a mudança estrutural que havia ocorrido na sociedade nas últimas décadas, com as tecnologias da comunicação e da informação, e especificamente com o digital (Martins & Oliveira, 2007). De uma racionalidade literária, fundada na palavra e na razão, a sociedade havia passado a uma racionalidade assente em imagens e sons de produção tecnológica (Martins, 2011a, 2011/2012, 2015b, 2015c, 2017a). E nestas circunstâncias, de um regime discursivo que nos falava à razão, persuadindo-nos, dado que tinha o seu fundamento nas ideias e na argumentação, passámos a um regime de imagens e sons tecnológicos, que nos falam à emoção, seduzindo-nos e fascinando-nos. Ou seja, “the médium” continua a ser a mensagem (McLuhan, 1964), mas deu-se o caso que passámos de um regime das ideias a um regime dos sentidos e das emoções. E era esta passagem de um “regime ideológico”, argumentativo, a um “regime sensológico”, centrado nas emoções (Perniola, 1991/1993), que fundava a nossa proposta e nos levava a interrogar as consequências para a cidadania desta alteração do “imaginário social”, uma figura tão causticada pelos avaliadores. Tendo sentido democrático um espaço público aberto à participação de todos, o que acontecia numa civilização da imagem, a verdade é que um regime sensológico é um regime tribal, que não aponta para um horizonte de comunidade. E, nestas circunstâncias, dificilmente se estabelece a distinção entre a opinião imbecil e a opinião instruída, entre a verdade e a falsidade. Foram, todavia,

estas primeiras interrogações, presentes nos projetos apresentados a concurso, que me conduziram, uma dúzia de anos mais tarde, a propor “uma nova teoria dos média, do espaço público e da opinião pública” (Martins, 2021, pp. 181–201).

O pronunciamento dos avaliadores sobre os projetos referidos, *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), “Traços e tendências do imaginário nos média digitais” (PTDC/CCI-COM/105554/2008) e *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), é, na realidade, um veredicto sobre o trabalho científico que eu próprio e outros elementos da equipa vínhamos desenvolvendo havia mais de uma década com o Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ), da Universidade Paris Descartes (Sorbonne), coordenado por Michel Maffesoli, então diretor deste centro de estudos, assim como da revista *Sociétés*, sendo além disso consultor do projeto. E, da mesma forma, considerei o parecer do painel de avaliação como um veredicto sobre o trabalho científico que eu próprio e outros elementos da equipa vínhamos desenvolvendo com o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), da Universidade Nova de Lisboa, durante anos dirigido por José Bragança de Miranda, também ele consultor do projeto.

Começo por referir, como exemplos de cooperação científica entre o CECS-UMinho, o CEAQ-Sorbonne e o CECL-Universidade Nova de Lisboa, um conjunto de publicações. Antes de mais, o número da revista *Sociétés*, organizado em conjunto por investigadores do CEAQ e investigadores do CECS, precisamente sobre o imaginário dos média: “L'Imaginaire des Médias” (O Imaginário dos Média; Maffesoli & Martins, 2011). Também o livro coletivo, organizado em conjunto por investigadores do CECS/UMinho e por investigadores do CECL, da Universidade Nova de Lisboa: Martins, Miranda, et al. (2011), *Imagem e Pensamento*. Refiro, ainda, entre muitos outros exemplos, os seguintes textos: Correia e Martins (2011); Maffesoli e Martins (2012); Martins, (2007, 2009, 2011c, 2011b); Martins, Oliveira, e Bandeira, (2012); Martins; Oliveira, e Correia (2011); Rabot (2011a).

Por outro lado, realizavam-se regularmente, por essa época, jornadas científicas em cooperação académica entre o CECS/UMinho, o CEAQ-Sorbonne e o CECL/Universidade Nova de Lisboa. São disso exemplo as Jornadas do CEAQ, de 2010, em Paris, e o seminário “Imagem e Pensamento”, de 2011, em Lisboa. Também em 2011, a UMinho atribuiu o doutoramento *Honoris*

Causa a Michel Maffesoli³³. E Maria da Luz Correia fazia um doutoramento em cotutela entre a UM e a Universidade de Paris Descartes (Sorbonne)³⁴.

Mas se é verdade que o Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT, presidido em 2011 por José Mattoso, chamava para o seu plano estratégico de cooperação científica, como já assinalai, as redes de investigação estabelecidas “com os países da bacia mediterrânica”, bem diferente era o plano do Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades que se lhe seguiu. Esse privilegiava, sim, a cooperação científica “fora do espaço geolinguístico de proximidade”.

Na realidade, o que estava em jogo na avaliação destes projetos sobre cultura visual e imaginário social era uma questão de paradigma. Os painéis de avaliação apenas concebiam uma maneira *standard* de realizar projetos de investigação, segundo uma racionalidade forte, explicativa, com procedimentos objetivos, que são sempre os mesmos e remetem para uma “operacionalização empírica”. Esta racionalidade ignorava, inteiramente, a tradição compreensiva das ciências sociais e humanas, fundada em Georg Simmel (1981, 1988) e Max Weber (1944, 1921/1983), e combatia a sócio-antropologia do imaginário de Gilbert Durand (1969), Edgar Morin (1956, 1962), Serge Moscovici (2000, 2012), Michel Maffesoli (1979), e tantos outros.

No paradigma *mainstream* das ciências sociais e humanas, conceitos como os de imaginário, modernidade e pós-modernidade, são olhados como irracionalidades (são “opacos”, “não se sabe o que significam”, “não são operacionalizáveis empiricamente”, “não permitem análises de medida”). Estou, todavia, convencido de que uma investigação meramente instrumental, fundada teórica e metodologicamente numa racionalidade explicativa, que descure abordagens compreensivas, empobrece o conhecimento que possamos obter nas ciências sociais e humanas. A meu ver, o critério da “utilidade”, a que se refere o painel de avaliação (“usefully” – curiosa expressão: utilidade para quê e para quem?), não pode ser um critério científico que deva impor-se à comunidade científica, em termos exclusivos e universais³⁵.

33 Fiz eu próprio a “Laudatio” (Martins, 2011) do doutoramento *Honoris Causa* de Michel Maffesoli.

34 Maria da Luz Correia veio a defender, em 2013, o doutoramento na Universidade do Minho (em ciências da comunicação) e na Universidade Paris Descartes, Sorbonne (em ciências sociais). Título da tese: *Intermitências na Cultura Visual Contemporânea: O Postal Ilustrado e a Imagem Recreativa* (Correia, 2013).

35 Sobre uma racionalidade, teórica e metodologicamente compreensiva, como é o caso da análise retórico-argumentativa do discurso, ver Martins (1998, 2009).

É compreensível que os elementos dos painéis de avaliação de projetos tivessem as suas convicções sobre a ciência e agissem em consonância com elas. Ou seja, é compreensível que em função delas avaliassem os projetos. O que não era entendível era a razão pela qual as convicções distintas dos seus pares académicos deviam ser apostrofadas, recaindo sobre elas a condenação. A FCT tinha (e tem) a obrigação de garantir painéis de avaliação plurais, que respondam à diversidade de paradigmas científicos.

Foi, todavia, por farejarem heresia (projetos “obscuros” e “opacos”, diziam) que os membros dos painéis de avaliação, estribados nas fortes convicções do paradigma *mainstream*, decretaram a existência de uma “incompatibilidade” entre “hermenêutica e investigações empíricas”. E era verdade, o meu ponto de vista hermenêutico, fundado numa racionalidade limitada e em procedimentos teórico-metodológicos maleáveis, contendia com as certezas do paradigma *standard* da ciência – certezas rígidas e absolutamente satisfeitas de si mesmas. Eu não concordo, no entanto, que haja menor rigor científico em análises compreensivas, por relação a análises fundadas em paradigmas de racionalidade forte, meramente explicativa e objetiva. Uma racionalidade forte, devota do regime exclusivo, contraria a própria natureza da escrita das ciências sociais e humanas, que se ocupa da “vida das formas” humanas (Focillon, 1981) e anda sempre entre a “totalidade” (o regime do mesmo, ou do uno) e o “infinito” (o regime do outro, ou da alteridade), como podemos dizer, numa glosa à obra de Emmanuel Lévinas (1961), *Totalité et Infini* (Totalidade e Infinito). O que é facto, todavia, é que apreciar a componente teórico-metodológica de um projeto à luz de um modelo que lhe seja alheio subverte os resultados da avaliação que dele possamos fazer.

Um Problema de Fundo – A Sócio-Antropologia do Imaginário e o Conhecimento Pluridisciplinar e Transdisciplinar

“Seria provavelmente útil ver o termo ‘imaginário’ mais completamente definido”, alvitra o painel de avaliação do projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010). As considerações feitas pelo júri de avaliação deste projeto insistiam, por outro lado, na insuficiente, ou deficiente, definição de imaginário, como aliás já haviam insistido na insuficiente ou deficiente definição dos conceitos-chave do projeto *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008), conceitos que se prendiam todos com uma teoria sócio-antropológica do imaginário, e especificamente sobre o imaginário melancólico da nossa época: barroco, trágico, grotesco, chegando a associar esta carência às “concepções teóricas da pós-modernidade”.

E, no entanto, o estudo do imaginário em que fundei as minhas propostas a concurso compreendia a leitura de autores como Gilbert Durand (1969); Georgy Lukacs (1974), Erving Goffman (1960/1974), Lucien Goldman (1977), Mikhaïl Bakhtin (1970), Hans-Georg Gadamer (1975), Jürgen Habermas (1981/1984); Ernst Cassirer (1975), Jean Baudrillard (1981), Edgar Morin (1956, 1962), Umberto Eco (1986); Michel Maffesoli (1979, 2000), Omar Calabrese (1987/1999), Pascale Weil (1994), entre outros. E os conceitos de “barroco”, “trágico” ou “grotesco”, por outro lado, remetiam todos para uma longa tradição no seio das ciências sociais e humanas. No essencial, a definição do barroco, como categoria estilística, é avançada por Heinrich Wölfflin (1985/1888). Mas Eugenio d’Ors (1935) é também uma referência importante. As dimensões fundamentais do grotesco são definidas, por um lado, na tese de doutoramento de Mikhaïl Bakhtin sobre Rabelais, apresentada em 1940, e, por outro, no livro *Das Groteske. Seine Gestaltung in Dichtung und Malerei* (O Grotesco na Arte e Literatura), publicado em 1957 por Wolfgang Kayser (1957/2005). Quanto ao trágico, a leitura de um conjunto de autores clássicos manifesta-se suficiente para apreender as suas particularidades e variantes. Penso, especificamente, em Friedrich Nietzsche (1949), Georgy Lukacs (1974), Walter Benjamin (2003) e Lucien Goldmann (1955)³⁶.

Há mais de três décadas que trabalho com estes conceitos nestes autores. Talvez por esse motivo a sua definição acuse alguma familiaridade elíptica excessiva, como chegou a ser sugerido pelos avaliadores. A experiência ditava-me, porém, que não era sensato tentar definir tais conceitos, mesmo um único, no espaço previsto para o efeito no formulário da candidatura. Os textos referidos, não apenas na candidatura do projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), como nas outras candidaturas que apresentei à FCT, sempre desenvolveram, de um modo cabal, os meus pontos de vista e os de elementos da minha equipa (por exemplo, Gonçalves, 2002, 2007; Martins, 1991, 1994, 2002a, 2002c, 2011a, 2015b, 2017a).

Agora, vejamos as questões relativas à metodologia. Uma falha, que é assinalada nos projetos que referi, diz respeito à operacionalização dos

36 Sobre as três dimensões do imaginário melancólico, veja-se, ainda, Calabrese (1987/1999) e Sarduy (1975), no que respeita ao barroco; Arendt (1998), Barthes (2002), Hugo (2002), Maffesoli (2000), quanto ao trágico; e Rabot (2011b) e Sodré e Paiva (2002), relativamente ao grotesco. Sobre o imaginário melancólico, em termos gerais, veja-se, também, “O Corpo Morto: Mitos, Ritos, Superstições” (Martins, 2013b); “Mélancolies de la Mode: le Baroque, le Grotesque, et le Tragique” (Melancolias da Moda: O Barroco, o Grotesco e o Trágico; Martins, 2015c) e “Declinações Trágicas, Barrocas e Grotescas na Moda Contemporânea” (Martins, 2016).

conceitos e à respetiva medida. Colocada nestes termos, esta crítica lembra-me o modelo metodológico desenvolvido por Paul Lazarsfeld, (1970) a partir dos anos 1940: formulação de hipóteses suscetíveis de verificação empírica; operacionalização dos conceitos mediante especificação das dimensões; escolha dos indicadores e construção dos índices, de modo a medir as variáveis e a sintetizar a informação relevante.

Este modelo foi hegemónico na sociologia dos anos 1950 e 1960. Mas não deixa de ser verdade que existiram sempre modelos alternativos. Alguns até se renovaram e reforçaram a partir dos anos 1970. A “teoria fundamentada”, proposta por Anselm Strauss e Juliet Corbin (1990), constitui um dos exemplos mais emblemáticos. De modo nenhum é, pois, ponto assente que uma investigação em ciências sociais e humanas tenha de começar com uma hipótese ou com uma questão focalizada – espera-se, no entanto, que termine com hipóteses mais ou menos consolidadas. É certo que os conceitos ganham em ser trabalhados, mas nem sempre existe necessidade ou interesse em “operacionalizá-los”. Esta ressalva vale também para a quantificação. Trata-se de um modo, entre outros possíveis, e não menos legítimos, de conduzir a investigação em ciências sociais e humanas. Mas não é o que preside aos projetos de investigação que coordenei ou em que participei.

Relembro, neste passo, uma crítica particularmente alarmante, que foi endereçada à candidatura do projeto *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008). Eis a crítica: “a seleção parece representar os interesses e as particularidades dos membros da equipa, em vez de ser teórica e metodologicamente justificada”. Trata-se, com efeito, de um reparo deveras surpreendente e mesmo inaceitável. Formulado nos termos em que o foi, pode suscitar várias leituras. Limito-me, todavia, à interpretação académica: a seleção dos média foi influenciada pelos valores dos membros da equipa. Mas poderia ter sido de outro modo? Não será conveniente distinguir rigor científico, objetividade e isenção de valores? Como assinala Max Weber (1921/1983), em “A Objectividade do Conhecimento na Ciência Política e na Ciência Social”,

não existe uma análise científica “objetiva” da vida cultural, ou das “manifestações sociais”, independente de determinadas perspetivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, para se tornarem no objeto da investigação, ou analisadas e organizadas relativamente ao exposto. (pp. 205–206)³⁷

37 Aliás, Pierre Bourdieu (1976, 1979) também não diz coisa diferente.

Estudos culturais. Pluridisciplinaridade. Transdisciplinaridade. Sócio-antropologia do imaginário. Aqui estão outras tantas tradições científicas, que envolvem categorias teórico-metodológicas, assim como estratégias e práticas de pesquisa, que são, por regra, desqualificadas pela ciência *standard* como sincréticas e falhas de rigor, numa combinação de razão disciplinar e de razão política, que estabelece o rigor e a clareza, tanto do pensamento como das práticas, excluindo e penalizando os refratários³⁸.

É essa a razão pela qual os projetos, que se alimentam da semiótica da cultura e da imagem, da sociologia da cultura, da sociologia da comunicação, da história das ideias, e ainda, da geografia humana (para o estudo da patrimonialização e mediatização da paisagem), como foi o caso dos projetos *Traços e Tendências do Imaginário nos Media Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008) e *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), são considerados pelos painéis de avaliação da FCT “sem rigor metodológico”, “sem linha de pensamento teórico”, sem qualquer viabilidade de “operatividade empírica”, enfim, são projetos, como já referi, “ligeiramente turvos”.

Lembro neste ponto do debate o que Michel Foucault (1975) assinalou sobre a disciplina científica em *Surveiller et Punir* (Controlo e Punição) que é um cálculo que funciona por sistemas de restrição, controle, vigilância e exclusão da palavra, vivendo, pois, “segundo a metáfora da lepra e da peste”. Sendo um discurso, como assinala ainda Michel Foucault (1971, pp. 40–47), em *L'Ordre du Discours* (A Ordem do Discurso), a disciplina científica constitui sempre uma prática (social) policiada, interna e externamente, pelas convenções metodológicas, pelas normas de objetividade, pelos espantalhos do saber. Chamou-lhes ritual, comentário, citação, doutrina (teoria e metodologia), linha de separação entre o verdadeiro e o falso. Deste modo, modeladas pela escrita, as disciplinas científicas, todas elas, nesse aspeto preciso em que são uma prática institucional, constituem um jogo, que significa sempre o mesmo, e que, portanto, apenas pode repetir(-se). São práticas de autoridade. E não surpreende, pois, que possam ter tiques penais, enfim, que possam ser devotas do regime exclusivo e que envenenem mesmo o olhar (Martins, 1997).

38 Sobre a articulação da razão disciplinar com a razão política, escrevi em 2002, *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (Martins, 2002a). Mas tinha aberto caminho sobre esta questão muito anos atrás, com o estudo “As Incertezas da Nossa Modernidade e o Impasse Universitário” (Martins, 2003).

Nestas circunstâncias, pergunto, todavia, mas que garantias existem de que a complexidade dos fenómenos humanos e a não menor complexidade dos problemas sociais se esgotem na mera abordagem disciplinar, ainda por cima em disciplinas científicas de categorias rígidas, objetivas e explicativas? A comunidade científica portuguesa de ciências sociais e humanas deveria interrogar este tipo de avaliações que a FCT tem promovido, avaliações que se esgotam numa mecânica de produção de estudos, que progressivamente acantonam os investigadores na repetição dos mesmos procedimentos, da mesma teoria e da mesma metodologia hegemónicas.

Com efeito, a questão não estava na inconsistência teórica e metodológica dos projetos, nem sequer na impossibilidade de os tornar operativos, em termos empíricos. Porque é de todo inaceitável, em termos de epistemologia das ciências sociais e humanas, que se possa argumentar que existe “incompatibilidade entre hermenêutica e investigações empíricas”. Não é, de facto, aceitável a sugestão de que a hermenêutica (e quem diz hermenêutica diz filosofia e epistemologia) não possa ter uma expressão prática, ou de que a investigação empírica fique irremediavelmente comprometida ou inquinada, se baseada em quadros de teor hermenêutico (ou seja, filosófico-epistemológicos). Esta questão foi bem esclarecida por Bourdieu (1976, 1979), Derrida (1967) e Foucault (1971, 1975), e também por Gadamer (1960/1975), Habermas (1981/1984) ou Gusdorf (1956). Aliás, é caso para perguntar, para que terá servido a hermenêutica bíblica, que alimentou o debate no ocidente em mais de 2.000 anos?

Nota Conclusiva – Das Agendas Científicas Hegemónicas à Recusa de uma Agenda Científica Nacional

Fui uma testemunha privilegiada dos processos aqui analisados. Sem dúvida por acompanhar as políticas científicas nacionais, enquanto diretor de uma unidade de investigação, que fundei em 2001, o CECS³⁹, da UMinho. Mas, igualmente, por liderar associações académicas, tanto em Portugal, como nos espaços lusófono e ibero-americano, nos últimos 25 anos⁴⁰.

39 <https://www.cecs.uminho.pt/>

40 Presidi à Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (<https://www.sopcom.pt/>), de 2005 a 2015, tendo sido vice-presidente de 2000 a 2005. Presidi à Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (<http://www.lusocom.net/>), de 2011 a 2015, tendo sido vice-presidente de 2006 a 2011. Fui presidente da Confederação Ibero-Americana de Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom, s.d.), de 2012 a 2015, tendo sido vice-presidente de 2009 a 2012. Integro, desde 2019, a direção da Associação Ibero-americana de Investigadores de Comunicação (<https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/>; Associação Ibero-Americana de Comunicação, 2022).

Também por ter criado o projeto de ensino e de investigação de ciências da comunicação na UBI, em 1989, e por ter estado com Aníbal Alves, professor catedrático aposentado, na criação de idêntico projeto de ensino e de investigação na UMinho, em 1991. E ainda, por me encontrar à frente do consórcio das duas unidades de investigação, que se apresentaram a concurso em 2020 para Laboratório Associado, como aliás o haviam feito em 2009, o CECS/UMinho e o LabCom/UBI.

Em 2011, era urgente levantar do chão as ciências sociais e humanas, que haviam inteiramente sucumbido ao paradigma proposto pela FCT de uma ciência objetiva e operativa, ao paradigma das “metodologias robustas” em exclusivo acordo com unidades de medida. Mas passada uma década, mantendo-se porventura este paradigma científico, é agora urgente corrigir também a absoluta submissão das avaliações da FCT a agendas científicas, impostas por instâncias hegemónicas, europeias ou outras, que predeterminam os objetos de investigação (aquilo que vale a pena ser investigado) e que não deixam margem nenhuma para uma agenda nacional de investigação. A absoluta sujeição da comunidade científica à teoria e à metodologia “robusta”, que ocorria há uma dúzia de anos, vemo-la agora, se não a ser substituída, pelo menos a ser prolongada pela absoluta submissão da comunidade científica às “agendas de investigação”, ditadas universalmente por instituições e organismos, que operam, hegemonicamente, na cena mundial. Além do Horizonte 2020: Programa Europeu para a Investigação e a Inovação, e dos objetivos do desenvolvimento sustentável, também conhecidos como os *global goals*, adotados em 2015 pelas Nações Unidas como uma chamada universal para “erradicar a pobreza, proteger o planeta, e garantir que até 2030 todas as pessoas tenham paz e prosperidade”, são claros sobre as possibilidades residuais que se levantam de uma agenda nacional. Entre os 17 *global goals*, a realizar pelos objetivos do desenvolvimento sustentável, assinalo os quatro seguintes (United Nations Development Programme, s.d.): “igualdade de género: alcançar a igualdade de género e fortalecer todas as mulheres e raparigas” (6.º objetivo); “Tornar inclusivas, resilientes e sustentáveis as cidades e as comunidades humanas” (11.º objetivo); “promover sociedades pacíficas e inclusivas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (16.º objetivo); “reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (17.º objetivo).

Diante destes objetivos hegemónicos, que valor tem a hipótese de vir a ser alguma vez considerado como imperativo estratégico nacional “a construção

da comunidade de investigação lusófona”, que encare “a língua portuguesa como língua de cultura e, em consequência, que a reconheça como língua de conhecimento”? E a hipótese de “estudar as identidades transnacionais”, entre as quais a identidade lusófona, dada a específica condição da nossa época, a da “globalização sócio-económica”? E ainda, a hipótese de associar à ideia de “crescimento económico e tecnológico” uma “dimensão cultural”, assim como à “ideia de desenvolvimento” as ciências sociais e humanas, encarando-as como parte inteira “no convívio das ciências” e como parte inteira “no desenvolvimento coletivo”⁴¹?

Entre 2019 e 2022, apresentei aos concursos da FCT para “projetos em todas as áreas científicas” quatro candidaturas, que podemos enquadrar no plano estratégico da construção de uma comunidade científica lusófona. Dava-se o caso, aliás, de termos criado no CECS o Museu Virtual da Lusofonia, em 2017, e de em 2020 o Museu ter sido instalado na plataforma do Google Arts & Culture, o que o transformou num museu global. Era nosso propósito aproveitarmos o impulso dado pela criação do Museu Virtual da Lusofonia, assim como pelas suas coleções digitais, relativas ao património, às artes e aos artistas de todos os países de língua portuguesa, para desenvolvermos e fortalecermos uma rede de cooperação científica lusófona⁴². Em 2019, em resposta direta ao concurso aberto pela FCT, para comemorar os 500 anos da circum-navegação marítima de Fernão de Magalhães, propus o projeto *Da Expansão Europeia à Circum-navegação Tecnológica – A Construção de uma Cartografia Lusófona* (CIRCNA/CIS/0276/2019). Em 2020, insisti neste ponto e submeti a concurso a candidatura *Portugal e Brasil – Travessias Tecnológicas e Transculturais no Espaço da Língua Portuguesa* (PTDC/COM-CSS/2088/2020). Em 2021, tendo como objetivo aproveitar as sinergias que podiam ser estabelecidas com o Museu Virtual da Lusofonia, centrei-me num tema lusófono mais específico, o do património cultural, tendo submetido a concurso o projeto *Museus e Redes Digitais: Preservar e Partilhar o*

41 Estas são algumas das questões que formulei na carta que escrevi ao ministro da Ciência e da Tecnologia, em 2016, as quais, aliás, já foram assinaladas neste estudo (Martins, 2015/2016).

42 O horizonte de uma comunidade científica lusófona, a ser construída no espaço da língua portuguesa, como objetivo estratégico para as ciências sociais e humanas em Portugal, corresponde a uma linha de investigação persistentemente desenvolvida, ao longo de décadas, pelas ciências da comunicação em Portugal, e especificamente pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. Assinalo, neste sentido, algumas obras recentes: o Volume 34 da revista *Comunicação e Sociedade*, sobre os estudos lusófonos e as ciências da comunicação (Martins et al., 2018); o Volume 7 da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* sobre museus, coleções e exposições, coloniais, anticoloniais e pós-coloniais (Martins et al., 2020); e uma cartografia dos estudos de comunicação no mundo lusófono, “Communication Studies Cartography in the Lusophone World” (*Cartografia dos Estudos de Comunicação no Mundo Lusófono*; Martins, 2018).

Património Cultural no Mundo Pós-Colonial (PTDC/COM-CSS/0068/2021). E em 2022, foi ainda o tema dos museus, o que quer dizer o tema do património, da memória e do arquivo, sempre perspetivados em termos de memória digital, que submeti a concurso, com a seguinte designação: *Memória Digital em Museus de Língua Portuguesa. Travessias Tecnológicas e Transculturais* (2022.06480.PTDC).

Todos estes projetos foram reprovados, sendo-lhes recusado qualquer financiamento.

Apontamento Final

Desde 2004 que existem avaliações de projetos pela FCT na área das ciências da comunicação. Em 18 anos, de 2004 a 2022, submeti a concurso 12 projetos, tendo sido reprovados 11. O único projeto aprovado (*Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* - PTDC/CCI/72770/2006) consistiu na ressubmissão do projeto POCI/COM/59417/2004, que tinha sido reprovado em 2004 como “poor” (mau).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Referências

Arendt, H. (1998). *The human condition*. University of Chicago Press.

Associação Ibero-Americana de Comunicação. (2022). *Programa*. https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/?page_id=1751

Bakhtin, M. (1970). *L'oeuvre de François Rabelais et la culture comique populaire au moyen âge eu sous la renaissance*. Gallimard.

Barthes, R. (2002). Culture et tragédie. In E. Marty (Ed.), *Oeuvres complètes, t. 1: 1942-1961* (pp. 29–32). Seuil.

Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Galilée.

Benjamin, W. (2003). *The origin of german tragic drama* (J. Osborne, Trad.). Verso.

Bourdieu, P. (1976). La champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-3, 88–104.

- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Minuit
- Calabrese, O. (1999). *A idade neobarroca* (C. de Carvalho & A. Mourão, Trads.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1987)
- Cassirer, E. (1975). *An essay on man*. Yale University Press.
- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. (2018, 26 de junho). *CECS lança observatório MILobs*. <https://www.cecs.uminho.pt/cecs-lanca-observatorio-milobs/>
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. (2011). *ISCTE-IUL. Relatório de actividades*.
- Confibercom. (s.d.). *Confederação*. <http://confibercom.com/confederacao/>
- Correia, M. L. (2013). *Intermitências na cultura visual contemporânea: O postal ilustrado e a imagem recreativa* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho e Universidade Paris Descartes - Sorbonne]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/29216>
- Correia, M. L., & Martins, M. L. (2011). O postal e a modernidade: Memória, imagem e técnica. In M. L. Martins, J. Godinho, M. Oliveira, & J. B. de Miranda (Eds.), *Imagem e pensamento* (pp. 237–253). Grácio Editor. <https://hdl.handle.net/1822/24397>
- d'Ors, E. (1935). *Du baroque*. Gallimard.
- Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril. Diário da República n.º 92/1999, Série I-A de 1999-04-20 (1999). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/125-1999-534998>
- Derrida, J. (1967). *L'écriture de la différence*. Seuil.
- Durand, G. (1969). *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Bordas.
- Eco, U. (1986). *Viagem na irrealidade quotidiana*. Difel.
- Ferreira, A. (2023). Living on the edge. Continuous precarity undermines academic freedom but not researchers' identity in neoliberal academia. In A. Vatansever & A. Kölemen (Eds.), *Academic freedom and precarity in the Global North* (pp. 79–100). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003256984>
- Fiolhais, C. (2019, 7 de março). Um ministério falhado. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/03/07/ciencia/opiniao/ministerio-falhado-1864344>
- Focillon, H. (1981). *Vie des formes, suivi de Éloge de la main*. Presses Universitaires de France.
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours*. Gallimard.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir – La naissance de la prison*. Gallimard.
- Gadamer, H.-G. (1975). Truth and method (W. Glen-Doepel, Trad.). Crossroad. (Trabalho original publicado em 1960)
- Gago, M. (1990). *Manifesto para a ciência em Portugal*. Gradiva

- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harper and Row.
- Goldmann, L. (1955). *Le dieu caché - Étude sur la vision tragique dans les pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Gallimard.
- Goldmann, L. (1977). *Lukács and Heidegger. Towards a New Philosophy*. Routledge.
- Gonçalves, A. (2002). O delírio da disformidade. O corpo no imaginário grotesco. *Comunicação e Sociedade*, 4, 117–130. [https://doi.org/10.17231/comsoc.4\(2002\).1286](https://doi.org/10.17231/comsoc.4(2002).1286)
- Gonçalves, A. (2007). Vertigens do presente: A dança do barroco na era do Jazz. In A. Mata, A. Gonçalves, Â. Ferreira, & L. S. Pereira (Eds.), *Vertigens do Barroco em Jerónimo Baía e na Actualidade* (pp. 32–39). Mosteiro de São Martinho de Tibães. <https://hdl.handle.net/1822/8695>
- Gradim, A. (2021). O espaço cultural ibérico na ciência. In *Ibero-América: Uma comunidade, duas línguas pluricêntricas* (pp. 121–126). INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda; OEI - Organização de Estados Iberoamericanos.
- Gradim, A., Serra, P., & Piñeiro-Naval, V. (2018). A presença da lusofonia no espaço epistémico das ciências da comunicação: 10 anos de estudos temáticos. *Comunicação e Sociedade*, 34, 183–196. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2943](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2943)
- Gusdorf, G. (1956). *La parole*. Presses Universitaires de France.
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action* (Vol. 1; T. McCarthy, Trad.). Beacon Press. (Trabalho original publicado em 1981)
- Heitor, M., Quintanilha, A., Sentieiro, J., Rolo, F., & Fiolhais, C. (Eds.). (2015). *Livro negro da avaliação científica em Portugal. Principais comunicados, cartas, crônicas de imprensa e textos sobre a perversão e adulteração do sistema de avaliação científica em Portugal em 2014 e 2015*. <https://in3.dem.ist.utl.pt/Inavaliacao/pdf/Livro-negro-aval-v24ags2015.pdf>
- Hugo, V. (2002). *Do grotesco e do sublime* (C. Berrellini, Trad.). Editora Perspectiva.
- Kayser, W. (2005). *O grotesco*. Editora Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lazarsfeld, P. (1970). *Philosophie des sciences sociales*. Gallimard.
- Le Roy Ladurie, E. (1975). *Montaillou, village occitan, de 1294 à 1324*. Gallimard.
- Lévinas, E. (1961). *Totalité et infini*. Martinus Nijhoff.
- Lukacs, György (1974). *L'âme et les formes*. Gallimard.
- Maffesoli, M. (1979). *La conquête du présent*. Presses Universitaires de France.
- Maffesoli, M. (2000). *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Denoël.
- Maffesoli, M., & Martins, M. de L. (2012). Ciberculturas. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 42, 41–52. <https://hdl.handle.net/1822/23794>

- Maffesoli, M., & Martins, M. L. (Eds.). (2011). L'imaginaire des médias. *Sociétés*, 111.
- Martins, M. de L. (1991). O regime das representações. A linguagem, a verdade e o poder. *Cadernos do Noroeste*, 4, 177–192. CCHS. <https://hdl.handle.net/1822/25362>
- Martins, M. de L. (1994). A verdade e a função de verdade nas ciências sociais. *Cadernos do Noroeste*, 7(2), 5–18. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25385>
- Martins, M. de L. (1997). A escrita que envenena o olhar: Deambulação pelo território fortificado das ciências do homem. In R. Iturra & V. O. Jorge (Eds.), *Recuperar o espanto: O olhar da antropologia* (pp. 168–192). Afrontamento. <https://hdl.handle.net/1822/23860>
- Martins, M. de L. (1998). A análise retórico-argumentativa do discurso. In A. J. Esteves & J. Azevedo (Eds.), *Metodologias qualitativas para as ciências sociais* (pp. 115–132). <https://hdl.handle.net/1822/23862>
- Martins, M. de L. (2002a). *A linguagem, a verdade e o poder – Ensaio de semiótica social*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <https://hdl.handle.net/1822/48230>
- Martins, M. de L. (2002b). O trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73–79. NECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25340>
- Martins, M. de L. (2002c). O trágico na modernidade. *Interact - Journal online of Arts, Culture and Technologie*, 5. <https://hdl.handle.net/1822/1087>
- Martins, M. de L. (2003). *Ensino superior e melancolia* [Oração de sapiência, XVI aniversário do Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Instituto Politécnico de Viana de Castelo. <http://hdl.handle.net/1822/1288>
- Martins, M. de L. (2007). La nouvelle érotique interactive. *Sociétés*, 96, 21–27. <https://hdl.handle.net/1822/23767>
- Martins, M. de L. (2008). As ciências sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Eds.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e acção* (pp. 27–29). Afrontamento. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1059>
- Martins, M. de L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 1, 158–162. <https://hdl.handle.net/1822/24132>
- Martins, M. de L. (2011a). *Laudatio* (Doctorat Honoris Causa du Professeur Michel Maffesoli). <https://hdl.handle.net/1822/30020>
- Martins, M. de L. (2011b). Média et mélancolie. Le tragique, le baroque et le grotesque. *Sociétés*, 111, 17–25.
- Martins, M. de L. (2011c). Technologie et rêve d'humanité. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 3, 56–61. <https://hdl.handle.net/1822/24245>

- Martins, M. de L. (2011c). *Crise no castelo da cultura – Das estrelas para os ecrãs*. Grácio. <https://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. de L. (2011/2012). Média digitais, hibridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44, 49–60. <http://hdl.handle.net/1822/25606>
- Martins, M. de L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: Prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. Melo (Eds.), *Comunicação ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331–345). Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2393>
- Martins, M. de L. (2013a). O corpo morto: Mitos, ritos, superstições. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1, 109–134. <https://doi.org/10.21814/rlec.11>
- Martins, M. de L. (2013b). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Z. Pinto-Coelho & A. Carvalho (Eds.), *Academics responding to discourses of crisis in higher education and research* (pp. 61–72). CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29224>
- Martins, M. de L. (2015/2016). Repensar a política científica em Portugal – Sugestões a partir da área de ciências da comunicação. Carta ao Ministro da Ciência e Tecnologia. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 361–365. <https://doi.org/10.21814/rlec.139>
- Martins, M. de L. (2015a). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405–420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)
- Martins, M. de L. (2015b). Os média na contemporaneidade: Da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In I. V. Lopes & M. Ledo (Eds.), *Comunicación, cultura e esferas do poder* (pp. 19–44). Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP); Universidade de Santiago de Compostela & Universidade de São Paulo. <https://hdl.handle.net/1822/35292>
- Martins, M. de L. (2015c). Mélancolies de la mode: Le baroque, le grotesque, et le tragique. *Les Cahiers Européens de L'imaginaire*, 7, 114–119. <http://hdl.handle.net/1822/35333>
- Martins, M. de L. (2016). Declinações trágicas, barrocas e grotescas na moda contemporânea. In M. L. Martins, M. L. Correia, P. B. Vaz, & E. Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos média e na cultura: Entre o estranho e o familiar* (pp. 187–205). CECS. <https://hdl.handle.net/1822/43358>
- Martins, M. de L. (2017a). A cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia – Da universidade das ideias à universidade dos números. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da cultura* (pp. 157–178). Nova Vega. <http://hdl.handle.net/1822/51035>
- Martins, M. de L. (Ed.). (2017b). *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas - O caso das ciências da comunicação*. Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/49365>
- Martins, M. de L. (Ed.). (2017c). *Os postais ilustrados na vida da comunidade*. CECS. <https://hdl.handle.net/1822/45020>

Martins, M. de L. (2018). Communication studies cartography in the Lusophone world. *Media, Culture & Society*, 40(3), 458–463. <https://doi.org/10.1177/0163443717752812>

Martins, M. de L. (2019). Por uma ideia de ciência com memória e pensamento. In S. Leão (Ed.), *Norval Baitello 7.0 – Homenagem ao Professor Norval Baitello Jr. em Seus Setenta Anos* (pp. 304–318). Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia. <http://hdl.handle.net/1822/62835>

Martins, M. de L. (2020). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira, H. Machado, J. Sarmiento, & M. C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)* (pp. 149–157). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>

Martins, M. de L. (2021). *Pensar Portugal. A modernidade de um país antigo*. UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.61>

Martins, M. de L., & Correia, M. L. (Eds.). (2014). *Do post ao postal*. Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/35295>

Martins, M. de L., Macedo, I., & Costa, A. (Eds.). (2018). Os estudos lusófonos e as ciências da comunicação. *Comunicação e Sociedade*, 34.

Martins, M. de L., Miranda, J. B., Oliveira, M., & Godinho, J. (Eds.). (2011). *Imagem e pensamento*. Grácio Editor. <https://hdl.handle.net/1822/29165>

Martins, M. de L., & Oliveira, M. (Eds.). (2007). Tecnologia e figurações do humano. *Comunicação e Sociedade*, 12. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29629>

Martins, M. de L., & Oliveira, M. (2013a). Doctorado e investigación sobre comunicación en Portugal: Panorama, retos y oportunidades. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10(18), 250–265. <https://hdl.handle.net/1822/29233>

Martins, M. de L. & Oliveira, M. (2013b). Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos. In M. M. K. Kunsch (Ed.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 47–101). CIESPAL/Confibercom. <https://hdl.handle.net/1822/49975>

Martins, M. L., Oliveira, M., & Bandeira, M. (2012). O “mundo português” da exposição de 1940 em postais ilustrados: O global numa visão lusocêntrica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 42, 265–278. <https://hdl.handle.net/1822/24149>

Martins, M. de L., Oliveira, M., & Correia, M. L. (2011). Les images numériques s’imaginent l’archaïque - Mettre en perspective les cartes postales. *Sociétés*, 111, 163–177. <https://hdl.handle.net/1822/23808>

Martins, M. de L., Oliveira, M., & Correia, M. L. (2014). La carte postale et la représentation des espaces public et intime. *Degrés: Revue de Synthèse à Orientation Sémiologique*, (156–157), 1–13. <http://hdl.handle.net/1822/41140>

- Martins, M. de L., Sarmento, J., & Costa, A. (Eds.). (2020). Museus, coleções e exposições, coloniais, anticoloniais e pós-coloniais. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 7(2).
- Mattoso, J., Alvelos, H., Duarte, I., Ferrão, J., Amaral, J. F. de, Lima, L. P., Mesquita, P. E., Perez, R. M., & Koulaidis, V. (2011, 7 de julho). *Ciências sociais e humanidades: Mais excelência, maior impacto. Internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária*. Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades – CCCSH; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. https://www.fct.pt/conselhos_cientificos/docs/relatorio_intercalar_cccsh_2011.pdf
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. McGraw-Hill.
- Milne, E. (2010). *Letters, postcards, email. Technologies of presence*. Routledge.
- Morin, E. (1962). *L'esprit du temps*. Grasset.
- Morin, E. (1956). *Le cinéma ou l'homme imaginaire*. Éditions de Minuit.
- Moscovici, S. (2000). *Social representations: Explorations in social psychology*. Polity Press.
- Moscovici, S. (2012). *Raison et cultures*. Éditions de l'EHESS.
- Nietzsche, F. (1949). *La naissance de la tragédie*. Gallimard.
- Nussbaum, M. (2010). *Not for profit. Why democracy needs the humanities*. Princeton University Press.
- OberCom. (s.d.). *Estatutos*. <https://obercom.pt/homepage/obercom/estatutos/>
- Perniola, M. (1993). *Do sentir* (A. Guerreiro, Trad.). Editorial Presença. (Trabalho original publicado em 1991)
- Philips, T. (2000). *The postcard century, 2000 cards and their messages*. Thames and Hudson.
- Pianovski, F. (2014). *Análisis histórico del arte correo en latinoamerica* [Tese de doutoramento, Universidade de Barcelona].
- Rabot, J. M. (2011a). Éloge des liaisons techniques. *Sociétés*, 111, 93–104.
- Rabot, J. M. (2011b). A imagem do monstro nas sociedades pós-modernas. In M. L. Martins, J. Godinho, M. Oliveira, & J. B. de Miranda (Eds.), *Imagem e pensamento* (pp. 189–210). Grácio Editor. <http://hdl.handle.net/1822/40201>
- Ràfols, I. & Molas-Gallart, J. (2022). How to reform research evaluation in Spain. Institutional accreditation as a response to the European Agreement on research assessment. *Profesional de la Información*, 31(6). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.nov.01>
- RepositóriUM. (s.d.). *Instituto de Ciências Sociais | Institute of Social Sciences : [6279]*. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41192>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2006. Diário da República, 1.a série – N.º 198 – 13 de Outubro de 2006. (2006). <https://files.dre.pt/1s/2006/10/19800/71897196.pdf>

Rogan, B. (2005). An entangled object: The Picture postcard as souvenir and collectible, exchange and ritual communication. *Cultural Analysis*, 4.

Sarduy, S. (1975). *Barroco*. Seuil.

Serra, P. (2020, novembro). *A política de ciência em Portugal: O défice de transparência e participação*. Newsletter da Sopcom. <https://www.sopcom.pt/Newsletter/202011-Sopcom.html>

Shanghai Ranking. (2021). *2021 global ranking of academic subjects*. <https://www.shanghairanking.com/rankings/gras/2021/RS0507>

Shanghai Ranking. (2022). *2022 global ranking of academic subjects*. <http://www.shanghairanking.com/rankings/gras/2022/RS0507>

Silva, S., & Firmino, T. (2016, 27 de fevereiro). Manuel Heitor: “Vou flexibilizar o emprego científico”. *Público*. <https://www.publico.pt/2016/02/27/ciencia/entrevista/vou-flexibilizar-o-emprego-cient%C3%ADfico-2016-1724572>

Simmel, G. (1981). *Sociologie et épistémologie*. Presses Universitaires de France.

Simmel, G. (1988). *La tragédie de la culture et autres essais*. Editions Rivages.

Sodré, M., & Paiva, R. (2002). *O império do grotesco*. Mauad Editora.

Staff, F. (1966). *The picture postcards and its origins*. Lutterworth Press.

Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research. Grounded theory procedures and techniques*. SAGE Publications.

United Nations Development Programme. (s.d.). *The SDGs in action*. [https://www.undp.org/sustainable-development-goals#:~:text=The%20Sustainable%20Development%20Goals%20\(SDGs\)%2C%20also%20known%20as%20the,people%20enjoy%20peace%20and%20prosperity](https://www.undp.org/sustainable-development-goals#:~:text=The%20Sustainable%20Development%20Goals%20(SDGs)%2C%20also%20known%20as%20the,people%20enjoy%20peace%20and%20prosperity)

Weber, M. (1983). *Fundamentos da sociologia* (J. R. Parella, E. Ímaz, E. G. Máynez, J. F. Mora, & F. G. Villegas, Trans.). Rés. (Trabalho original publicado em 1921)

Weber, M. (1944). *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. Fondo de Cultura Económica.

Weil, P. (1994). *À quoi rêvent les années 90? Les nouveaux imaginaires: Consommation et communication*. Seuil.

Wölfflin, H. (1985). *Renaissance et baroque*. Gérard Monfor. (Trabalho original publicado em 1888)

Woolston, C. (2021, 15 de julho). University drops impact factor - Staff at Utrecht University will be assessed through commitment to open science. *Nature*, 595, 462.





A Avaliação e a Publicação Científica

Contradições e Busca da Cultura de Integridade em Pesquisa. Investigar e Publicar Para Quê e Para Quem?

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.3>

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo,
São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6384-8848>

cicilia.peruzzo@gmail.com

Resumo

O texto aborda questões relativas à circulação do conhecimento, tendo como pano de fundo a área da comunicação, embora sem entrar em questões específicas, pois as problemáticas dizem respeito ao conjunto das ciências humanas e sociais. O objetivo deste texto é discutir as contradições envolvidas nos sistemas convencionais de divulgação do conhecimento, em especial, por meio de revistas científicas, de modo a descortinar as distorções e antagonismos e chamar a atenção para a necessidade de olhares críticos e ação proativa frente aos mesmos. O ambiente constitutivo do *quefazer* científico aparentemente acomodado aos cânones da difusão científica eurocêntricos e estadunidenses também vive tensões e nebulosidades. De um lado, há incongruências advindas de políticas neoliberais e, do outro, buscam-se saídas para resguardar a integridade e a ética em pesquisa.

Palavras-chave

ciência, pesquisa científica, revista científica, universidade

Introdução

A ciência é uma conquista da humanidade. Seu sentido motriz é estar a seu serviço e desenvolver-se cada vez mais diante dos problemas e desafios que o percurso histórico das sociedades lhe instiga a avançar. Contudo, a pesquisa científica não está livre dos condicionamentos conjunturais e das estruturas montadas para sua realização, controle e disseminação de suas descobertas.

Esses condicionamentos acabam por inscrever determinadas epistemologias, regras, métodos e técnicas, bem como prescrições quanto às métricas de medição da produtividade, pretendida como universais e como requisitos para a atribuição de um valor à ciência. Esse tipo de questionamento faz parte da história e da filosofia da ciência, a exemplo das instigantes observações de Paul Feyerabend (1975/1977), um dos seus expoentes, no século passado, ao criticar o racionalismo e rejeitar as regras positivistas para a pesquisa científica como universais.

De fato, a ciência se articula às dinâmicas constituídas no mundo social, econômico, político e científico como produto de visões, jogo de interesses, estratégias e políticas científico-culturais que se fazem dominantes em uma determinada época. Como adverte Orlando Fals Borda (2013), o valor da ciência varia “segundo os interesses objetivos das classes sociais envolvidas na formação e acumulação do conhecimento, isto é, em sua produção” (p. 302). Afinal, a ciência

é um produto cultural do intelecto humano, produto que responde a necessidades coletivas concretas (...) e também a objetivos determinados por classes sociais que aparecem como dominantes em certos períodos históricos. Se constrói a ciência mediante a aplicação de regra, métodos e técnicas que obedecem a um tipo de racionalidade convencionalmente aceita por uma comunidade minoritária constituída por pessoas chamadas de científicos, que por serem humanas, ficam precisamente sujeitas a motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações de seu desenvolvimento social específico. Por isso mesmo, não pode haver nenhum valor absoluto atribuído ao conhecimento científico. (Fals Borda, 2013, p. 302)

Uma vez imersa nesse jogo de interesses e de relações entre os diversos atores que configuram o mundo acadêmico-científico, em confluência com as políticas governamentais, os interesses e contextos econômicos, políticos e da cultura acadêmico-científica instalada, a produção do conhecimento

tende a se acomodar às circunstâncias impingidas por esses agentes indutores de políticas públicas.

Na atualidade, tendo por base o universo dos programas de pós-graduação – níveis de mestrado e doutorado no Brasil – e demais países ibero-americanos, vive-se um ambiente controverso, apesar de haver também ampla acomodação, no que diz respeito à divulgação da produção científica e às métricas de aferição da produtividade dos investigadores e investigadoras¹, em especial o/as vinculado/as ao *stricto sensu*.

Em última instância, pretende-se avaliar a ciência usando rankings baseados em critérios de produtividade com alto teor do neoliberalismo que leva para as universidades vieses da ideologia empresarial: “educação são serviços; o ensino e a investigação são oportunidades de negócios; os professores são profissionais de serviços ou consultores; os alunos são clientes” (Martins, 2020, p. 151). E o neoliberalismo, além de cingir as políticas econômicas e financeiras, acaba se tornando “um modo de vida, que captura toda a existência humana” (Martins, 2020, p. 150).

Este texto se ancora numa abordagem ensaística, baseada em pesquisa bibliográfica, ao mesmo tempo despretensiosa, mas sobre temática pungente e aflitiva. O objetivo deste texto é discutir as contradições envoltas nos sistemas de divulgação do conhecimento convencionais, em especial, por meio de revistas científicas, de modo a descortinar as distorções e contradições e chamar a atenção para a necessidade de olhares críticos e ação proativa frente as mesmas.

Exigências de Produtividade e os Estragos na Cultura Acadêmica

O Lado dos Autores

Existe nas universidades, especialmente nos programas de pós-graduação, uma pressão desmesurada por produtividade que é medida pelo número de publicações e, preferencialmente, em revistas de alta reputação – aferida a partir do dito fator de impacto, no mercado de periódicos científicos. Essa situação tem gerado uma série de consequências, entre elas há a incrementação da investigação científica, o que é edificante para a ciência,

1 Doravante, por uma melhor fluência textual, usaremos a palavra e outras correspondentes, tais como professores, alunos, entre outros, no masculino, o que não quer dizer falta de reconhecimento da importância da linguagem não machista.

em especial das áreas de conhecimento em consolidação, como é o caso das ciências da comunicação social. A pressão por publicação também incentiva e valoriza a produção em cooperação com outros pesquisadores e estudantes, a formação e grupos de pesquisa e o intercâmbio entre grupos e instituições nacionais e estrangeiros de pesquisa, o que muito contribui para o avanço da pesquisa em termos de qualidade, abrangência e divulgação do conhecimento.

Entretanto, além dos pontos favoráveis ao desenvolvimento científico, as consequências dessa política resvalam-se em distorções bastante prejudiciais à geração do conhecimento.

A cobrança cada vez mais acentuada de publicação de artigos científicos em revistas muito bem avaliadas acaba provocando efeitos comprometedores, tanto no que respeita à qualidade científica, como às boas práticas no nível da ética científico-acadêmica. Cria-se uma cultura do “artiguismo” demonstrada na enxurrada de artigos submetidos às revistas, nem sempre baseados em pesquisas suficientemente matutadas e, às vezes, sem rigor metodológico e extremamente recortados em suas temáticas.

Nesse contexto, a pressão por produtividade científica acaba gerando alguns vícios perniciosos. Refiro-me aos artifícios que vão sendo criados para burlar os mecanismos envoltos nas regras de competitividade que desembocam em certa perversão dos padrões éticos desejáveis em pesquisa. É o caso, por exemplo, de artigos escritos em coautoria (não todos) que, às vezes, são assinados por vários autores, apesar de não haver participação efetiva de todos. As revistas científicas até incentivam essa prática ao exigirem que os autores sejam doutores ou, no mínimo, que os artigos sejam coassinados por doutores. Acaba acontecendo a colagem de nomes de autores em artigos com a intenção de favorecer a comprovação de publicação. Existem até esquemas de “divisão” de temas para artigos entre pessoas (de cada vez que alguém escreve e inclui o nome do outro). É observável a grande quantidade de artigos em coautoria registrados em currículos de investigadores. Contudo, os artigos coassinados, quando realmente são feitos em dupla via, são práticas comuns e louváveis, pois à construção coletiva do conhecimento acresce o potencial de qualificação, além da partilha de saberes e de autoria entre professores e professoras e destes com os estudantes e vice-versa. O problema está na perversão dessa premissa.

A política de produtividade ilimitada resulta em coação sobre os investigadores:

o imperioso é produzir compulsivamente, destacar e ganhar financiamentos que permitem seguir publicando sem parar, com certeza, dentro de critérios cada vez mais estandarizados, desde uma forma particular de entender a vida acadêmica. Publicar ou perecer. Dentro desse panorama, os sistemas de avaliação das atividades e produtos do mundo acadêmico e científico são sensíveis às perturbações que operam a escalas diferentes do próprio campo e este, por sua vez, está em tensão por sua relação com forças de outros campos dentro da sociedade. Privatizar para tornar-se eficiente. No caso das políticas neoliberais que se concretizam em formas que privilegiam um tipo de avaliação individual frente a pares acadêmicos que fazem (no melhor dos casos) juízos e tomam decisões sobre o destino econômico e o reconhecimento simbólico da produção dos colegas. Competir para separar. Separar para desativar. (González, 2018, pp. 9–10)

A lógica do produtivismo² acaba se deslizando de modo sutil aos programas de pós-graduação quando alguns destes insistem em exigir que pós-graduandos publiquem artigos de tese em coautoria com seus orientadores ou até que a própria tese seja apresentada incorporando grande parte do conteúdo no formato de artigos, já coassinados pelos orientadores. São subterfúgios danosos aos critérios de ética e qualidade em pesquisa. De um lado, cria-se um clima universitário que educa para a falta de ética em pesquisa, ao mesmo tempo em que a exigência de agilidade de publicação, em número elevado e em fluxo contínuo, acaba por provocar fragilidades: a falta de tempo de amadurecimento textual e de revisões teórico-analíticas.

Outra distorção é a valorização de artigos em detrimento de livros autorais nos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação e de universidades. O livro que tende a resultar de um trabalho minucioso, de maior densidade e completude, perde a vez em número de pontos em relação àqueles atribuídos a artigos de docentes de pós-graduação nos seus relatórios de avaliação, pelo menos no Brasil, e nos rankings que qualificam universidades.

Contudo, a cedência aos vícios acima referidos não é uma regra geral, pois sempre existem as pesquisadoras e pesquisadores que prezam por sua

² Esse tipo de pressão também gera um mar de artigos submetidos às revistas científicas mais bem avaliadas gerando grande demora na avaliação, quando não o descarte antecipado (sem passar por *peer review*) por técnicos ou editores com base em critérios discutíveis.

reputação e não se submetem às práticas desleais frente à concorrência, no fundo incentivadas pelas políticas universitárias ao incorporarem a ideia de empreendedorismo e da competição como meios para se alcançar um lugar no mundo acadêmico.

Até aqui, essas distorções discutidas podem ser vistas como ingênuas, ou o meu olhar é demasiado ingênuo, pois, de fato, outras “águas rolam” nesse universo, como o pagamento de taxas pela publicação, as exigências de uso do inglês nos padrões da matriz nativa do idioma, o uso de artimanhas que facilitam a aceitação de artigos – a partir da descoberta dos critérios de seleção usados por grandes periódicos internacionais, regidos pelo tão propalado fator de impacto –, como os do Journal Citation Reports (Web of Science; WoS) e o SCImago (Scopus; Castillo Esparcia et al., 2021), como o uso do subterfúgio de citar autores já referenciados em números das próprias revistas dessas redes, além de haver outros esquemas como o atendimento de prescrições destes periódicos em termos de temáticas e abordagens. Sem falar nas avaliações fraudulentas e revistas predatórias que também permeiam esse mercado editorial, cuja discussão será travada mais adiante.

Nesse contexto, de saídas estratégicas, que podem até ser vistas como inteligentes como forma de burlar regras, mas que são mais perniciosas à cultura acadêmico-científica, nem tudo é conquista, apesar de que, de uma forma ou de outra, as pessoas acabam se adequando às exigências e, em geral, saindo vitoriosas em suas metas de produção. Afinal, trata-se do “publish or perish”, ou “publique ou pereça”, que tanto move certos segmentos do mundo acadêmico.

Paralelamente à “felicidade” de alguns pelas conquistas e recompensas obtidas, para outros, pesquisadores e estudantes, resta a agrura. Dos docentes, além das atividades de ensino e de extensão são exigidas a produção e publicação técnico-científica, cada vez mais volumosas, em especial, por universidades e seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, além das instituições de fomento e apoio à pesquisa.

A pressão crescente num quadro de barreiras e dificuldades impostas pelos periódicos científicos, situação que afeta a qualidade de vida dos docentes e estudantes provocando sofrimento e até o acometimento de doenças. transtornos mentais comuns estão entre os principais problemas de saúde (Araújo & Carvalho, 2009) manifestos em depressão, ansiedade, insônia, fadiga, irritabilidade, entre outros. A síndrome de *burnout*, conhecida pelo esgotamento, exaustão e estresse que provoca, por exemplo, é um distúrbio mental que vem afetando esse segmento profissional.

O Lado das Instituições

As problemáticas discutidas na parte precedente quanto à divulgação da produção científica em revistas não acontecem por acaso. Os detonadores provêm de influência externa a partir das políticas científicas instituídas por governos, órgãos públicos controladores, universidades e instituições (fundações, conselhos, centros, agências) de fomento, controle, produção e divulgação do conhecimento científico, além do grande mercado editorial internacional *mainstream* de periódicos. Este é comandado por organizações empresariais como Thomson Reuters (Journal Citation Reports), WoS/ Institute for Scientific Information (ISI)³ e pela Elsevier (Scopus), uma vez alinhadas a tais políticas, ou até, em parte, induzindo-as e alinhando-as.

As estratégias dos grandes editoriais alimentam as práticas de competição, uma vez encampadas por instituições universitárias, para nortear critérios de produtividade e de cientificidade na indução da produção científica e para melhorar sua avaliação institucional. Mas, como diz Moisés Martins (2020), a “excelência” e a “qualidade” acadêmicas são medidas por regras análogas àquelas que são aplicadas ao mercado de capitais:

no capitalismo financeiro as economias dos países dependem dos valores em bolsa, medidos (ou fixados) pelas agências de *rating*, Standard and Poor’s, Moody’s, Fitch, DBRS... E no capitalismo acadêmico os valores são estabelecidos, fundamentalmente por duas agências de indexação científica, a Scopus e a ISI/Web of Science, através das citações que são feitas a artigos, publicados em “revistas de fator de impacto” (ou seja, revistas que estas agências reconhecem como de “excelência” e de “qualidade”.) E para “ajudarem as universidades a compreender o seu desempenho global”, temos os rankings. O ranking do Times Higher Education (THE), por exemplo, que é “uma das três classificações internacionais de universidades mais influentes, juntamente com o World University Rankings e o Ranking de Xangai” apresenta-se como “recurso vital que faculta a lista definitiva das melhores universidades no mundo”. (Martins, 2020, pp. 161–162)

Esses rankings que também não estão livres de manipulações, conforme críticas de Alberto Amaral (Martins, 2020) em seus artigos “Rankings, Esse Território de Basbaques e Pavões” (Amaral, 2019a) e “O Milagre dos Rankings Explicado aos Leigos” (Amaral, 2019b).

3 Instituidor do fator de impacto.

Enfim, se dos docentes investigadores e estudantes de pós-graduação são exigidos altos índices de produtividade, mas que publiquem artigos em revistas de elevado “fator de impacto” ou com classificação correlata, como o Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁴, no Brasil, é porque essa produção ajuda a elevar os índices de “qualidade” e “excelência” das próprias universidades e seus programas de pós-graduação nos sistemas de avaliação. O Qualis Periódicos foi modificado, inclusive, incorporando um modo de avaliação a partir de indicadores bibliométricos, considerando-se o número de citações do periódico dentro de três bases: Scopus (*citescore*), WoS (fator de impacto) e Google Scholar (índice *h5*), que demonstra seu alinhamento às políticas dos grandes indexadores antes referidos.

Das políticas de difusão científica capitaneadas por instituições e por revistas regidas pelas lógicas do mercado capitalista, em especial as mais famosas e que desfrutam de aceitação em sistemas de indexação internacionais, emanam outras contradições além das já comentadas. Uma delas é a privatização do conhecimento (Peruzzo, 2021; Serra, 2013), negando o acesso público aberto mediante a comercialização dos conteúdos dos periódicos. Ou seja, taxas são cobradas, em geral dolarizadas, para se poder acessar os artigos publicados em revistas indexadas. Exceto no universo de universidades, porque estas ou órgãos de governo pagam vultuosas somas aos indexadores como WoS e Scopus, entre outros, ao adquirirem os direitos de acesso para disponibilizá-los aos seus corpos docente e estudantil.

Essa limitação de acesso é indiscriminada, o que quer dizer que até os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos (Serra, 2013) são impedidos de serem consumidos sem pagamento, quando caem na alçada de periódicos comercializados.

A digitalização da ciência tem progredido diuturnamente, o que contribui imensamente para a democratização do acesso ao conhecimento, mas sua difusão é

de forma predominante, em língua inglesa e marcada pelos interesses comerciais de grandes companhias como a *Thomson Reuters* (ISI), a *Elsevier* (Scopus), a *IGI Global* e outras, que procuram fazer mais-valias privadas à custa do trabalho produzido com fundos públicos pelos cientistas das diversas universidades, laboratórios e centros de

4 Uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

investigação – com a aquiescência mais ou menos resignada destes, submetidos ao imperativo do “*publish or perish*”. O resultado desta verdadeira paródia do imperativo mertoniano da publicação da ciência é aquilo a que se tem vindo a chamar a “*fast science*”, e que mais não é que uma caricatura da ciência – uma caricatura que, a mais ou menos curto prazo, não deixará de pôr em causa a própria qualidade da ciência. (Serra, 2013, pp. 93–94)

Não raramente, há periódicos que cobram também taxas para se publicar, o que significa que só são aceitos para publicação artigos cujos autores aceitam pagar os valores estipulados.

O modo capitalista de operar dentro dos sistemas comerciais de publicação de revistas científicas acaba despertando a cobiça e surgem esquemas fraudulentos como forma de monetização e angariação de outros benefícios, tais como: as revistas predatórias, o sequestro de revistas, avaliações fraudadas e rankings manipulados.

As chamadas “revistas predatórias” divulgam artigos em troca de dinheiro e sem submetê-los à devida avaliação dos pares. O combate a essas práticas soa difícil, mas tenta-se reduzir seus danos na tentativa de livrar a credibilidade da comunicação científica e resguardar a reputação de autores (Marques, 2021b). Nesse sentido, há ações do Committee on Publication Ethics no intuito de resguardar a integridade científica e exigir retratação do artigo descoberto como publicado em revista fraudulenta. Em geral, para atentar a pedidos de autores nesse sentido, tais revistas acabam aproveitando para exigir pagamento de altíssimas “taxas de retratação” (Marques, 2021b).

Por outro lado, entre os autores que não têm conhecimento da situação fraudulenta de determinados periódicos, há aqueles que se submetem porque querem inflar sua produção.

Outra forma de fraude é o “sequestro” de revistas, quando fraudadores criam site falso de periódico, parecido com o original, ou seja, clonam o site real usando até o mesmo número internacional normalizado das publicações em série, mas com conselho editorial fictício⁵:

trata-se de um golpe no qual impostores apropriam-se de títulos de periódicos legítimos e passam a explorá-los em sites na internet, em geral oferecendo a chance de publicação de artigos sem a necessidade de uma avaliação criteriosa, apenas em troca de dinheiro. O embuste

5 Casos concretos desse tipo de fraude podem ser vistos em Marques (2021c).

não é uma novidade. Os primeiros casos têm mais de uma década e há listas que compilam dezenas de revistas atingidas pelo golpe, que são usadas para alertar autores incautos. (Marques, 2021c, p. 8)

Porém, existe outro tipo de golpe um pouco mais sofisticado: o de edições especiais. O *Journal of Nanoparticle Research*, da Springer Nature, editora da Alemanha, descobriu que uma proposta ousada de edição especial, em 2019, era, de fato, uma fraude. A proposta foi “acompanhada de uma lista de cientistas que poderiam auxiliar na avaliação, com os respectivos endereços eletrônicos” (Marques, 2021a, p. 8). Porém, os emails eram falsos contendo sutis modificações – do sufixo “uni” para “univ”, por exemplo, de importantes cientistas (que nem foram contatados) e com três endereços Gmail, cujos “editores”/coordenadores impostores acabaram sendo autorizados a acessar artigos submetidos. Em suma, descobriu-se a fraude devido à baixa qualidade de textos selecionados e falta de enquadramento no escopo da revista, aceitos, provavelmente, em troca de pagamento de dinheiro, e a edição especial foi cancelada (Marques, 2021a).

Paralelamente a esses tipos de avaliações trapaceadas, há aproveitadores que agem de má-fé na apreciação de artigos em benefício próprio (Marques, 2020) – é quando avaliadores pedem a inclusão de seus artigos de modo a ampliar sua própria posição de citações para favorecer seu ranking avaliativo na universidade ou nos cálculos do índice *h*.

Os rankings manipulados são mais uma ocorrência fraudulenta nesse mundo do capitalismo acadêmico. Ou seja, fraudes também ocorrem, por vezes, no nível de instituições (Marques, 2019; Martins, 2020) quando algumas agem de má-fé e dilatam seus números para demonstrar posições irreais nos rankings de excelência institucional. Contudo, quando descobertos os dados fraudulentos, indenizações milionárias são cobradas (Marques, 2019).

Em Busca da Cultura da Integridade e de Nova Cultura Acadêmica

Nas sociedades em que o capitalismo também move o universo acadêmico-científico, o conhecimento é visto como mercadoria passível de comercialização até no ambiente da internet, uma tecnologia em tese desenvolvida pelas forças produtivas ao longo da história, para servir à humanidade em condições de igualdade de acesso e fruição.

Na lógica do capitalismo acadêmico,

há muito que a universidade, onde estão instalados os principais laboratórios de investigação, vai deixando de ter pensamento, para apenas compreender números. (...) Gerida como uma empresa, a universidade passou a estar por conta da tecnologia, a ponto de parecer, hoje, que não há mais mundo de desempenho acadêmico que necessidades de mercado, injunções financeiras, rankings de respeitabilidade e visibilidade mediática, e também agências de rating, que estabelecem o critério de produção científica. (Martins, 2020, p. 54)

Ao ser tomado como mercadoria, o conhecimento vale mais se tem maior valor de mercado (valor de troca) global, e sua repercussão passa a ser medida em métricas quantificáveis, preterindo sua relevância social segundo os interesses e necessidades de compreensão dos fenômenos pelos povos de cada lugar. Aponto essa controvérsia porque, às contradições discutidas ao longo do texto, cabe acrescentar a questão do “agendamento” indireto da pesquisa.

Os grandes sistemas empresariais de indexação de periódicos são alinhados nessa política ideológica neoliberal que tende a privilegiar o acolhimento em suas bases de revistas científicas cujos escopos editoriais destacam temas e problemáticas de interesse de consumo editorial amplo no mercado hegemônico global. Estes são ditados pelos países centrais do ocidente, cujo modo de operar desencadeia políticas editoriais correlatas das próprias revistas que almejam a indexação ou já são indexadas, em detrimento das agendas, interesses e necessidades nacionais e regionais de pesquisa dos países de outros continentes. Portanto, existe certa dose de prescrição do que deve ser pesquisado, ou sobre o que escrever e publicar, para que haja aceitação nesse mercado.

Então, existem perguntas instigantes: publicar para quê? Para ter vez nas revistas indexadas e avaliadas por fator de impacto e assim obter melhor classificação pessoal nos índices de produtividade das instituições e nas métricas no índice *h*? Publica-se para que universidades façam jus a rankings elevados que medem a excelência por medidas numéricas e não pelo valor da ciência? Publica-se para ser lido pelos pares ou para difundir os novos saberes para o conjunto da sociedade? Pesquisa-se e publica-se para desfrutar bons índices na avaliação institucional e para alcançar recompensas (bolsas, financiamento de projetos, progredir na carreira, entre outros) ou para gerar conhecimento que possa contribuir para o desenvolvimento científico e com subsídios para a solução dos grandes problemas do nosso país? Por que nas ciências humanas e sociais o impacto social e científico

dos resultados da pesquisa por intermédio do conhecimento gerado, das teorias alinhavadas, dos subsídios que ela disponibiliza e sua incorporação na sociedade não são priorizados por métricas que se fizeram dominantes? As respostas passam, em parte, por questões tecidas no texto, mas estão em busca de novos debates e de novas pesquisas capazes de pôr em xeque as culturas acadêmica e científica hegemônicas.

Entretanto, a luta por integridade na pesquisa e por mudança dos cânones de publicização dos resultados dela é cotidiana e tem exigido militância, pois destoa dos padrões hegemônicos.

Um sinal de metamorfoses nesse sentido é a existência de pelejas – das re-tratações às punições –, bem como por intermédio de ações de pesquisa sobre esse emaranhado de contradições, desde as políticas de universidades e de agências de fomento, os sistemas métricos, as práticas dos mecanismos de difusão científica, entre outras, bem como a realização de debates e conferências para se disseminar boas práticas científicas. Uma prova de que essa preocupação existe faz tempo é a realização, já em 2015, da “4ª Conferência Mundial sobre Integridade Científica”, no Rio de Janeiro, Brasil, e que reuniu cerca de 500 profissionais de 45 países (Pierro, 2015), na qual foram mostrados programas executados para promover uma cultura de integridade em universidades e institutos de pesquisa. Trata-se de uma evidência de que o “debate sobre honestidade acadêmica já não se restringe à formulação de diretrizes éticas e às punições de casos de fabricação de dados, falsificação e plágio – principais focos no campo da discussão sobre má conduta em pesquisa” (Pierro, 2015, p. 16).

Esse debate segue evoluindo como demonstra a realização da sétima edição da mesma conferência, “7ª Conferência Mundial sobre Integridade Científica”, na Cidade do Cabo, África do Sul, de 29 de maio a 1 de junho de 2022. Para a presente conferência, seu coordenador, o holandês Lex M. Bouter⁶, referência em estudos sobre integridade em pesquisa e defensor da ciência aberta, colaboração científica, compartilhamento amplo de dados e acesso irrestrito ao conhecimento, na edição de 2022 da Workers Compensation Research Institute⁷, defendeu que os debates oferecerão nova perspectiva de integridade na pesquisa, pois vão incluir “conceitos de igualdade, diversidade e inclusão nas discussões e iniciativas” relatadas.

6 Investigador da Universidade Vrije, Amsterdã.

7 <https://wcri2022.org/>

O tema geral da conferência, “Fomentar a Integridade da Pesquisa em um Mundo Desigual”, confirma essa opção temática além de continuar abordando estratégias para as boas práticas éticas em autoria, publicação e uso de métricas de pesquisa.

Como se pode observar, essa edição da conferência presta atenção a mais um problema que permeia as condições de produção e difusão do conhecimento: a discriminação da mulher, do negro, do indígena e pessoas LGBT+⁸ também no ambiente acadêmico e científico.

A discriminação tem várias dimensões que vão da falta de reconhecimento da competência de mulheres devido aos preconceitos quanto à potencialidade (Vasconcelos, 2019), desconfiança em relação à capacidade de gestantes e mães acadêmicas em conciliar o trabalho com a maternidade, menosprezo a pessoas de origens étnicas e raciais distintas das que se tornam colonialistas do ocidente, e até nas escolhas de problemas de pesquisa e metodologias feitas, caso não estejam em consonância com as visões estadunidenses e eurocêntricas de ciência.

Por todo esse emaranhado de antagonismos, é urgente repensar as culturas acadêmica e científica em busca da decolonização (Sousa Santos, 2010) do saber e do poder.

As perspectivas críticas e as vozes por mudança dos padrões hegemônicos que regem a realidade universitária na Ibero-América, embora não sejam predominantes, desafiam a repensar os paradigmas quantos aos direitos, métricas e sistemas de difusão do conhecimento, para se poder reinventar e avançar na democratização da ciência e fornecer alternativas aos mecanismos tão comprometidos com a manutenção do *status quo*.

Entre os mecanismos facilitadores cabe instituir a colaboração em pesquisa (González & Peruzzo, 2019) para modificar a cultura acadêmica competitiva, em contraposição ao empreendedorismo individualizante. Cabe mexer com as rotinas e a cultura imersas no “eu-me-comigo” (González, 2018), como forma de se destacar, obter recompensas⁹ e progredir na carreira acadêmica.

A ideologia do empreendedorismo, em consonância à pressão para se publicar, alimenta a competição e estimula práticas perversivas das boas práticas.

8 Lésbicas, gays, travestis, transexuais e outros.

9 Essas, no ambiente científico, consistem no recebimento de apoios, financiamentos, bolsas, ingresso ou avanços na carreira, entre outros, atrelados à produção científica, em especial o número de artigos que publica.

Nas palavras de Bouter (como citado em Andrade, 2022), “a pressão para publicar cada vez mais em periódicos de alto impacto é um importante indutor de má-conduta e práticas de pesquisa questionáveis” (p. 41), acrescida de outros fatores como o papel dos orientadores e supervisores nessa questão, por exemplo, ensinando como se dar bem no atual sistema de recompensa.

A reorientação da cultura acadêmica na perspectiva da decolonialidade do poder, do saber e do ser (Silva, 2011, p. 86) para a constituição de uma cultura colaborativa e do estabelecimento do acesso público aberto ao conhecimento, e efetivação de “agendas” de pesquisa coerentes com a realidade dos países, pressupõe o resgate do debate sobre o valor intrínseco da ciência e sobre as finalidades da investigação científica e das próprias universidades. Ter clareza sobre o que pesquisar, para quê e para quem pesquisar tendo em vista os propósitos da ciência como bem público a serviço da humanidade, mesmo que passe pela visão das classes sociais em seus fazeres históricos, constitui-se em vetores em prol da evolução das universidades e da ciência, pois a ascensão do processo civilizatório na direção do bem comum é uma questão de tempo.

Contudo, nesse ambiente nebuloso em que se vive, entre as contradições do neoliberalismo e as necessidades de enquadramento à situação para não se esvanecer academicamente, existem sinais de que há estratégias alternativas em curso, traçadas por segmentos universitários inquietos. Um exemplo é o da Universidade de Utreque, da província de Utreque, na Holanda, fundada em 1636, que abandonou a política de adoção de índices de fator de impacto, para o início de 2022, nos concursos para contratação de docentes e de investigadores, assim como em concursos de progressão de carreira (Woolston, 2021). A universidade vai avaliar o compromisso com o trabalho em equipe e esforços em favor da ciência aberta.

Estão surgindo também novos mecanismos de apreciação da produção docente, como os “currículos narrativos” (Andrade, 2022) e os indicadores de impacto social.

Outra evidência é a criação e operação da SciELO e da Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal, ambos indexadores que operam em sistema aberto acolhendo e dando vazão à difusão do conhecimento científico produzido em espanhol e português de várias áreas das ciências.

Há também os indicativos de mudança em currículos universitários com a inclusão, por exemplo, em cursos de medicina, de doenças mais frequentes em negros e indígenas, da obrigatoriedade, pela Lei de Diretrizes de Base brasileira, do ensino da história e cultura afro-brasileiras, bem como a existência de cinco centenas de grupos de pesquisa, no Brasil, sobre temas da diversidade (Queiroz, 2021).

Acrescenta-se a realização de fóruns de debate, conferências internacionais e de cursos para ensinar boas condutas para instituir princípios de integridade científica entre pesquisadores, principalmente os de início de carreira, a exemplo da Universidade de Ghent, na Bélgica, e da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos (Pierro, 2015), entre outros de que nem se tem notícia, além de novas estruturas universitárias e de processos de ingressos às universidades¹⁰, os quais são sinais de iniciativas promissoras para modificar situações de falta de integridade em pesquisa e de opressão de segmentos minorizados nesse universo acadêmico.

Considerações Finais

O ambiente constitutivo do *quefazer* científico, aparentemente acomodado nos cânones da difusão científica eurocêntricos e estadunidenses, vive tensões e nebulosidades. De um lado, há contradições advindas de políticas neoliberais e, por outro, buscam-se saídas para resguardar a integridade da pesquisa.

A ciência faz sentido se é feita para responder a necessidades coletivas, da humanidade. Seu valor pode começar pelo que representa em termos de relevância científica e social das descobertas (os achados) para as regiões, comunidades, cidades, países e continentes, cada realidade com suas especificidades, mas com muitos problemas e desafios em comum (Peruzzo, 2018).

O caminho passa pela não aceitação cega das prescrições, tanto objetuais quanto metódicas e temáticas, advindas das políticas científicas anglo-saxônicas neoliberais reproduzidas em universidades, cursos de pós-graduação, agências de fomento, periódicos científicos, entre outros. As demandas públicas internas das nações e as vocações regionais das universidades são conexas que dizem respeito à autonomia das culturas dos povos.

10 No Brasil foi implantado o sistema de cotas étnico-raciais que, por lei, determina percentual de ingresso de pessoas afrodescendentes e indígenas às universidades.

Iniciativas em favor da crítica aos antagonismos e na luta de mudanças dão sinais de esperança, não do verbo esperar, a espera de que as coisas melhorem, mas do verbo esperar (Freire, 1976, 1979), aquele que se conjuga com a ação, que contesta e mexe com as estruturas em favor da ciência e de uma vida universitária com dignidade e espírito cívico.

Referências

- Amaral, A. (2019a, 22 de setembro). Rankings, esse território de basbaques e pavões. *Público*, p. 15.
- Amaral, A. (2019b, 12 de outubro). O milagre dos rankings explicado aos leigos. *Expresso*, p. 58.
- Andrade, R. de O. (2022, abril). Os caminhos para uma ciência mais responsável. *Revista Fapesp*, 314. <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-caminhos-para-uma-ciencia-mais-responsavel/>
- Araújo, T. M. de, & Carvalho, F. M. (2009). Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: Estudos epidemiológicos. *Educação e Sociedade*, 30(107), 427–449. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200007>
- Castillo Esparcia, A., Almansa Martínez, A., & Castellero-Ostio, E. (2021). Las revistas científicas en el panorama intrnacional: Análisis de la presencia em los sistemas de indexación. In C. M. K. Peruzzo, M. de L. Martins, & R. Gabrioti (Eds.), *Revistas científicas de comunicação ibero-americanas na difusão do conhecimento: Tendências, limitações e os desafios de novas estratégias* (pp. 91–112). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.7>
- Fals Borda, O. (2013). Romper el monopolio del conocimiento. In N. A. Herrera Farfán, & L. López Gusman (Eds.), *Compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (pp. 253–263). El Colectivo Lanzas.
- Feyerabend, P. (1977). *Contra o método. Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento* (O. S. da Mata & L. Hegenberg, Trans.). Francisco Alves Editora. (Trabalho original publicado em 1975)
- Freire, P. (1976). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização*. Cortez.
- González, J. A. (2018). Presentación: Los frutos de un conversatorio. In J. A. González (Ed.), *¡No está muerto quien pelea! Homenaje a la obra de Rolando V. García Boutique* (pp. 9–16). UNAM/ CEIICH.
- González, J. A., & Peruzzo, C. M. K. (Eds.). (2019). *Arte y oficio de la investigación científica. Cuestiones epistemológicas y metodológicas*. CIESPAL.
- Marques, F. (2019, maio). Dados fraudulentos geram indenização milionária. *Revista Fapesp*, 279. <https://revistapesquisa.fapesp.br/dados-fraudulentos-geram-indenizacao-milionaria/>
- Marques, F. (2020, março). O cerco às citações manipuladas. *Revista Fapesp*, 289. <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-cerco-as-citacoes-manipuladas/>

- Marques, F. (2021a, fevereiro). O golpe das edições especiais. *Revista Fapesp*, 300. <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-golpe-das-edicoes-especiais/>
- Marques, F. (2021b, março). Como sobreviver ao veneno das revistas predatórias. *Revista Fapesp*, 301. <https://revistapesquisa.fapesp.br/como-sobreviver-ao-veneno-das-revistas-predatorias/>
- Marques, F. (2021c, julho). Nova onda de sequestros de revistas. *Revista Fapesp*, 305. <https://revistapesquisa.fapesp.br/nova-onda-de-sequestros-de-revistas/>
- Martins, M. de L. (2020). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira, H. Machado, J. Sarmiento, & M. do C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade em crise(s)* (pp. 149–157). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>
- Peruzzo, C. M. K. (2018). La investigación científica: Epistemología y marco conceptual en Rolando Garcia. In J. A. González (Ed.), *¡No está muerto quien pelea! Homenaje a la obra de Rolando V. Garcia Boutigue* (pp. 209–230), UNAM/CEIICH.
- Peruzzo, C. M. K. (2021). Periódicos científicos e difusão do conhecimento comunicacional: Do diagnóstico ao debate sobre métricas de avaliação de impacto. In C. M. K. Peruzzo, M. de L. Martins, & R. Gabriotti (Eds.), *Revistas científicas de comunicação ibero-americanas na difusão do conhecimento: tendências, limitações e os desafios de novas estratégias* (pp. 69–89). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.6>
- Pierro, B. (2015, julho). Para promover uma cultura de integridade. *Revista Fapesp*, 233. <https://revistapesquisa.fapesp.br/para-promover-uma-cultura-de-integridade/>
- Queiroz, C. (2021, outubro). A fórmula da equidade. *Revista Fapesp*, 308. <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-formula-da-equidade/>
- Serra, P. (2013). Digitalização e acesso aberto na publicação em ciências da comunicação: O caso português. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(2), 91–104. <https://doi.org/10.1590/S1809-58442013000200005>
- Silva, J. de S. (2011, fevereiro). *Hacia el 'día después del desarrollo': Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles*. ALER.
- Sousa Santos, B. de. (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. extensión; TRILCE.
- Vasconcelos, Y. (2019, setembro). Mais espaço para mulheres. *Revista Fapesp*, 283.
- Woolston, C. (2021, 15 de julho). University drops impact factor: Staff at Utrecht University will be assessed through commitment to open science. *Nature*, 595, 462. <https://doi.org/10.1038/d41586-021-01759-5>

A Ideologia do *Ranquismo*

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.4>

Juremir Machado da Silva

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Escola de Comunicação, Artes e Design,
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8105-5596>

juremir@pucrs.br

Resumo

Este texto trata do campo científico como espaço de cooperação e de competição. Analisa, como sendo ideologia, a tendência em voga para o *ranquismo*: a hierarquização recorrente de estruturas, instituições, programas e pesquisadores por desempenho e produtividade.

Palavras-chave

ciência, pesquisa, ranking

Tensões e Enquadramentos

A ciência é um empreendimento individual e coletivo. Afirmarões desse tipo podem incomodar pela trivialidade ou pela amplitude. Em cada época, embora a aposta geral seja em descobertas, demonstrações e verdades, dá-se uma modulação das categorias utilizadas, dos horizontes a alcançar e dos mecanismos de validação dos conhecimentos alcançados. Se o século XIX acreditou mais numa ciência objetiva e produtora de verdades irrefutáveis, o século XX seria pródigo em relativizações, gerando algo paradoxal: um poder científico jamais visto antes e certa modéstia epistemológica. O século XXI oscila entre esses dois polos fundamentais.

Em ciência, por princípio, tudo se discute. O indiscutível pertence a outro universo. Por exemplo, o da religião. Mas também a religião, nos planos sociológicos, antropológicos, históricos e psicológicos, pode ser discutida. O que parece indevassável é a crença de alguém. Se sente que crê, acreditando na sua crença, está dispensado de provar a existência daquilo em que crê. Os diferentes territórios da pesquisa científica podem, por vezes, chocar-se. Seriam as ciências humanas tão científicas quanto a matemática, a física, a química e outras do gênero? Não se fará este debate, deveras conhecido, aqui. Basta remeter para grandes autores que se debruçaram sobre esse tipo de assunto: Popper (1978, 1963/1982), Morin (2001/2007), Lyotard (1979/1986), Bernard-Henri Lévy (1991) e Feyerabend (1975/1977). Num plano mais aberto, mas não menos necessário, pode-se beber em fontes clássicas inesgotáveis: Max Weber (1919/2003), Foucault (2011) e Nietzsche (1896/2008). Para uma entrada mais versátil e descontraída nesse jogo complexo, onde todos disputam posições, vale ler o trabalho de vulgarização, no sentido nobre da palavra, de Cham e Whiteseon (2019).

É desnecessário, portanto, e acaciano repetir que ciência é poder. Dito isso, por vias transversas, vem o restante: o poder classifica, organiza, ordena, coage, dita comportamentos, normas, critérios de avaliação, modos de comportamento e impõe metas. Em ciências, tudo isso busca se apresentar como necessário, racional, determinante, como se cada escolha decorresse da descoberta de uma lei natural pela qual o coletivo acataria imposições estruturais, não determinações de indivíduos. Nunca se trataria do que alguns querem, mas sempre do que a racionalidade determina. Evidentemente que uma visão tão ingênua dos jogos de poder no campo científico já não se impõe teoricamente. Contudo, correndo risco de provocar polêmica, é o que parece se consumir nas práticas cotidianas.

A pesquisa científica é um “campo”. Bourdieu (1996/1997) diz:

um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (p. 57)

Essa abordagem destaca o conflito dentro de estruturas poderosas. Todos competem com todos. Cada um busca o melhor espaço para a realização das suas aspirações individuais. Há mobilidade dentro do campo. Pode-se avançar ou retroceder, passar de dominante a dominado ou de dominado a dominante. Tudo depende da força acumulada ao longo do percurso, das metas fixadas e das estratégias escolhidas. Disputar posições pode ser do jogo, como se diz coloquialmente, mas também pode levar a rupturas.

O pesquisador, num ambiente extremamente competitivo, também é levado a estabelecer estratégias. A carreira acadêmica, no caso de países como o Brasil, no qual a pesquisa está bastante atrelada à universidade e ao trabalho de professor em programas de pós-graduação, está estruturada em degraus. É preciso publicar muito, alcançar reputação, fazer um nome, ser convidado para participar de bancas de mestrado e doutoramento, obter financiamentos para projetos, inserir-se numa lógica de internacionalização e ser aceito em congressos concorridos. Em princípio, nada de extraordinário nessa lógica de carreira. Afinal, como em qualquer domínio, é preciso organizar o trabalho e fixar valores: dizer o que importa, o que deve ser buscado e o que será recompensado.

Qual é, porém, o limite dessa lógica? Será que, levada ao extremo, ela não pode gerar um contrassenso, como uma engrenagem que passa a girar por si mesma, cada vez mais burocrática, complicada, regulada, impositiva, indiscutível, soberana, autoritária, exigente? Vale dizer que não se trata de individualizar ou criticar esta ou aquela pessoa ou instituição, mas de analisar uma dinâmica cada vez mais generalizada. O texto acadêmico, o padrão do artigo científico, por exemplo, tornou-se um gênero, com sequências bem definidas: citações, que funcionam mais como marcas de erudição ou efeitos de confirmação por autoridade, modos de articulação dos argumentos, referências legitimadoras, entre outros.

As apresentações de trabalhos em congressos poderiam, com certa irreverência, ser vistas como jogos de erudição: se A diz hiper-realidade, como exemplo, o que vem à mente de B? Jean Baudrillard. Isso leva C a dar o seu lance, que será contestado ou apoiado por D, tudo num jogo de associações livres. Há algo de errado nesse procedimento? Não necessariamente. Ele parece muito útil como dispositivo de cruzamento de ideias, cooperação científica e desenvolvimento coletivo de hipóteses. Pode também, no extremo, prender-se aos puros efeitos do eruditismo.

Ideologia e Narrativa

Muitas são as possibilidades de interpretação do jogo científico. Paul Feyerabend, austríaco nacionalizado norte-americano, teve o seu tempo de glória como físico anarquista. Combateu o que entendia como arrogância dos cientistas e defendeu um pluralismo metodológico. A adesão ao discurso científico, para ele, ia além do científico:

uma ciência que insiste em ser a detentora do único método correto e dos únicos resultados aceitáveis é ideologia e deve ser separada do Estado e, especialmente, dos processos de educação. Cabe ensiná-la, mas tão-somente àqueles que decidiram aderir a essa particular superstição. De outra parte, uma ciência que renuncie a essas pretensões totalitárias deixa de ser independente e autônoma e poderia ser ensinada sob diferentes combinações (mito e cosmologia moderna seria uma dessas combinações). Está claro que todo empreendimento tem o direito de exigir que os a ele devotados se preparem de modo especial e pode, inclusive, impor a aceitação de certa ideologia. (Feyerabend, 1975/1977, p. 464)

Possivelmente, com sua coragem desassombrada e sua tendência à provocação, Paul Feyerabend exagerou na sua desconstrução. Ele não chegou, contudo, a dizer que a ciência era mero conjunto arbitrário de enunciados ou de dados colhidos para confirmação de hipóteses. O tempo parece, cada vez mais, indicar que o “anarquista epistemológico” queria mais transparência na definição dos valores do campo científico. Não podia aceitar passivamente a tautologia: é científico porque a ciência assim o diz. Embora não haja definição do científico fora da ciência, parecia demandar mais argumentos, demonstrações e ousadia. A Terra não é plana. Essa não é uma arbitrariedade de cientistas. A COVID-19 provém da ação de um vírus, não de uma bactéria. Isso não depende de ponto de vista. Os formatos hoje dominantes na elaboração do discurso científico talvez fizessem Paul Feyerabend partir novamente em guerra contra o engessamento do que, no seu entender, deve ser muito aberto.

Se Paul Feyerabend fala em ideologia, o que quer dizer? Tudo indica que toma ideologia como narrativa: uma história que, no caso, a ciência conta para si mesma, sobre si mesma, com o objetivo de manter seu poder.

Slavoj Zizek (1996) oferece uma definição de ideologia que abre espaço para que se reflita sobre o indicado por Paul Feyerabend:

ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. (Zizek, 1996, p. 9)

Por apreço a certo rigor, não se levará em consideração a ampla possibilidade de que ideologia possa “designar qualquer coisa”. Se tudo é ideologia, de que modo pensar o ideológico como singularidade? Os demais componentes da descrição mostram-se bastante úteis: o pesquisador/cientista pode desconhecer a realidade social na qual atua e pode ter crenças que condicionam ou justificam a sua ação. Se não for agressivo, dá para especular que possa ter ideias falsas capazes de legitimar o seu poder. Por fim, vivencia suas relações com a estrutura social ou profissional a partir de valores (crenças) não científicos.

A ciência, então, é uma ilusão? Não. Uma perspectiva niilista pode rapidamente render-se e declarar: nada se pode fazer. Cientistas sempre decidirão o que é científico dentro de estruturas de poder. Outra perspectiva, mais pragmática, pode persistir reclamando mais liberdade e transparência na apresentação dos lances argumentativos do jogo científico. Já não é assim? Não se trata de um empreendimento livre em que todos, a qualquer momento, têm liberdade para derrubar estátuas? Sim e não. Por trás da aparente liberdade plena escondem-se impedimentos.

Douglas Kellner (1995/2001) cerca o problema a partir de outro ângulo:

a ideologia pressupõe que “eu” sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal. Para a ideologia, porém, o “eu”, a posição da qual a ideologia fala, é (geralmente) a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são posições que veem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes. A ideologia, portanto, diferencia e separa grupos em dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder. (p. 83)

Essas hierarquias usam múltiplos recursos para se manter e difundir. Na ciência, a língua é um deles. O inglês impôs-se como língua franca. O argumento é o da necessidade de uma língua comum que facilite os

intercâmbios e favoreça a cooperação. Essa opção, em princípio racional e utilitária, secundariza um dado de realidade: a diversidade linguística como riqueza da humanidade. Será um ganho do mundo ter uma língua única para o comércio, o conhecimento e a diplomacia? A própria ciência parece que sepultará essa controvérsia: o aperfeiçoamento dos tradutores automáticos, produtos da inteligência artificial, ajudará a comunicação natural a dispensar-se de um suicídio utilitarista.

Resta a questão central: para que servem, de fato, as hierarquias e classificações? Elas são ferramentas para desenvolver a ciência em benefício das sociedades ou modalidades de dominação da ciência como poder de indivíduos ou grupos? Mais uma vez, é possível antecipar a alegação de que não há saída para essa situação: homens fazem ciência, a ciência é uma estrutural social, logo sempre haverá disputas e hierarquias. Tal alegação não afasta o seguinte questionamento: os mecanismos que organizam as classificações e hierarquias atuais são os melhores, estão adequados, foram justificados, podem ser contestados?

A ideologia costuma se autojustificar. Por consequência, só começa a ser percebida como tal quando, mesmo de dentro, o olhar se desvia.

Competição e Cooperação

Não é difícil constatar que as atividades, em geral, articulam-se em dois eixos, antagônicos ou complementares, de competição e cooperação. Dar ênfase a um ou outro desses polos transcende o campo científico. É uma definição de imaginário social. Depende de como a sociedade se vê, do que ela valoriza, dos seus valores fundamentais. Claro que, em qualquer modelo dominante, em qualquer matriz socioeconômica, há, em ciência, competição e cooperação. Variam, no entanto, as proporções e os arranjos (mais ou menos competição, mais ou menos cooperação interinstitucional):

o apogeu dessas relações aconteceu com novas separações, novos antagonismos e novos conflitos. Se, por um lado, as cooperações comunitárias desenvolveram-se em sociedades animais, a predação também se desencadeou entre as espécies; o conflito e a morte alimentaram a cadeia trófica que alimenta os ecossistemas; assim, os animais herbívoros comem plantas e frutas; os pequenos carnívoros comem os herbívoros; os grandes carnívoros comem os pequenos carnívoros e os herbívoros; a decomposição proveniente da morte dos carnívoros alimenta insetos necrófagos, vermes, unicelulares; e

os sais minerais residuais são tragados pelas raízes dos vegetais. O ciclo de morte é, ao mesmo tempo, ciclo de vida. As sociedades animais de vertebrados e mamíferos conseguiram associar princípios de religação comunitária em vista dos perigos ou inimigos externos e princípios de regulação das rivalidades no interior do grupo. As sociedades humanas, como vimos, são, ao mesmo tempo, rivais e comunitárias e organizam-se na união pela discórdia ou pela concórdia. Da mesma forma, na escala dos indivíduos ou na da história humana, vivemos na dialógica de criação-destruição: ordem – desordem – interações – organização. (Morin, 2004/2008, p. 33)

A perspectiva de Edgar Morin pode até parecer ampla demais para o escopo desta reflexão. No entanto, com um olhar mais calmo, os saltos necessários podem ser dados. Os limites da ação – dentro de um campo como o da pesquisa científica – não deixam de ser uma “regulação das rivalidades no interior do grupo”. Esses grupos são, ao mesmo tempo, rivais e comunitários, concorrentes e colaboradores, espaços de concórdia e de discórdia, de ordem, desordem, interações, organização, amizades, inimizades, avanços e recuos. A competição estimula a tentar chegar na frente em relação aos concorrentes. A cooperação, porém, aumenta as forças individuais e amplia a possibilidade de vitória, no caso, a conquista de novos saberes, a ampliação do campo do conhecimento.

O que predomina? A resposta não é categórica: depende do momento, do país, da cultura, enfim, de muitos fatores complexos. Em princípio, a lógica interna da atividade exige muita colaboração. Uma apresentação em congresso científico, para o qual pesquisadores submeteram trabalhos, que foram avaliados por comitês de pares, resultando em selecionados e não selecionados, é colaboração ou competição? Não é difícil aceitar que se trata de competição e cooperação ao mesmo tempo. Morin (1995/2006) destaca que “o conhecimento intelectual organiza-se em função de paradigmas que selecionam, hierarquizam, rejeitam as ideias e informações, bem como em função de significações mitológicas e de projeções imaginárias” (p. 25). Competição ou cooperação não são variáveis dadas de antemão, embora o sejam como possibilidade, inclusive biológica, mas construções ou derivações históricas, culturais, sociológicas.

As sociedades plantam o que colhem. Se premiam generosamente a competição, enfraquecem a cooperação. Se valorizam o indivíduo, o pesquisador como pessoa física merecedora de todos os louvores, dando-lhe muitos troféus e medalhas, relativizam a importância do trabalho em equipe. O

contrário também pode ser problemático e fazer sumir o ânimo pessoal, a vontade individual, o desejo de superação e de vitória.

Uma última citação de Edgar Morin (1995/2006), pensador da complexidade e da transdisciplinaridade, permitirá cercar melhor o ponto em discussão, ou seja, como se produz o conhecimento científico:

que formidável determinismo pesa sobre o conhecimento. Ele nos impõe o que se precisa conhecer, como se deve conhecer, o que não se pode conhecer. Comanda, proíbe, traça os rumos, estabelece os limites, ergue cercas de arame farpado e conduz-nos ao ponto onde devemos ir. E também que conjunto prodigioso de determinações sociais, culturais e históricas é necessário para o nascimento da menor ideia, da menor teoria. (p. 28)

O que é mais produtivo em ciência: cercar com arame farpado ou derrubar os muros? Vigiar ou dar plena liberdade? Punir ou recompensar? Alguma restrição sempre terá de existir. Afinal, um campo precisa ter suas características, suas definições, seus atributos. Não pode ser tudo ao mesmo tempo. Define-se também por suas diferenças em relação aos outros. Tem seus métodos, seus objetos, seus sujeitos, seus procedimentos. A questão, portanto, só pode ser de ponto de equilíbrio. O que é dominante hoje na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina?

Artigos acadêmicos, numa perspectiva generosa, podem difundir resultados de pesquisa, defender uma teoria em esboço, apresentar uma nova metodologia, tentar explicar um fenômeno qualquer ou propor uma leitura específica de um texto ou de autor. Essas possibilidades, entre outras imagináveis, encontram ainda acolhida e legitimidade ou, salvo a divulgação de resultados de pesquisa – parte, sem dúvida, nobre da atividade científica – figura, cada vez mais, como única via?

Cada palavra de um texto como este exige ressalvas, explicações, relativizações, advertências: não se trata de acusar pessoas ou de querer invalidar tudo o que se tem feito, mas de gerar tensão, questionar, avaliar, pensar em movimento, sem se eximir de responsabilidades como parte do sistema. O que está sendo valorizado? Como estão sendo produzidas as hierarquias dominantes? Para onde cada um é conduzido? Que “determinações sociais”, para resgatar a expressão usada por Edgar Morin, estão condicionando o surgimento da menor ideia, da menor teoria?

Avaliação e *Ranquismo*

Difícilmente se contestará a importância de adotar sistemas de avaliação do trabalho e das produções científicas, especialmente quando financiadas com dinheiro público. O ponto em questão, portanto, não pode ser avaliar ou não, mas como avaliar e o que fazer dos resultados. Avaliar para aferir se as condições mínimas necessárias ao bom funcionamento de uma instituição estão garantidas ou para produzir classificação e hierarquias (*ranqueamento*) que servirão de critério para distribuição de recursos? Assim como o estímulo à chamada produção intelectual (publicações) não pode se transformar em produtivismo (publicar sempre mais), a avaliação não pode se converter em ideologia do *ranquismo*.

Por que não? Numa primeira abordagem, sempre em termos gerais, para que situações específicas não sejam ignoradas. Se um campo adota publicar fora do país de origem como critério de internacionalização, o que pode ser uma ótima maneira de ampliar horizontes e compartilhar conhecimentos, é preciso não ignorar que certos assuntos podem ser muito importantes internamente e nem tanto em outras realidades, dificultando a seleção de artigos em periódicos altamente qualificados. Por outro lado, como as publicações científicas são formatadas como um gênero (citações, etc.), na competição por espaço, os concorrentes podem tender a certo conformismo para se adaptar aos temas e valores percebidos de determinada revista. A busca pelo conhecimento pode resultar em repetições inúteis.

O pesquisador pode tornar-se um jogador que busca identificar o que editores de periódicos e pares avaliadores aceitam com mais facilidade. Adapta-se para sobreviver. Se quem publica mais, nos lugares mais bem avaliados, tem vantagens, esse competidor poderá sacrificar o espaço da pesquisa, aquela que demanda muito esforço e tempo, para diluir o que já obteve numa profusão de artigos para diferentes espaços sem que, de fato, esteja contribuindo com novas informações e conhecimentos. Outro problema, em hipótese, diz respeito à possível singularidade de cada área ou campo. Uma vulgata sugere que ciência é ciência e terminou. Mas será que as ciências humanas e as ditas ciências “duras” são realmente iguais?

As ciências humanas sempre valorizaram muito os livros, que continuam a ser muito citados em artigos para periódicos. Como estes julgam, por pares, antes de publicar algo, tendem a parecer mais rigorosos. Afinal, um autor pode financiar a publicação de um livro ou encontrar uma editora que, mesmo tendo um conselho científico, não seja rigorosa na avaliação. Os livros

são julgados depois de publicados e por comissões constituídas para tal fim, o que diminui a complexidades dos processos, passando de avaliações difusas para julgamentos concentrados e mais frágeis. Não estaria aí um atestado da incapacidade de uma área científica para dizer com segurança o que vale uma obra? O meio mais seguro não seria esperar que o tempo e a comunidade científica se manifestassem?

Uma maneira cada vez mais consolidada de avaliar artigos é a do fator de impacto. Os mais citados valem mais. Isso vale para os periódicos, para os textos e para os autores. Parece inquestionável. Diante de certa pressa nas avaliações, porém, como dar tempo à maturação de uma publicação: quantos anos precisa uma publicação para ser citada? Artigos de pesquisadores de instituições mais bem avaliadas não tendem a ser mais bem avaliados, levando a que suas instituições sejam ainda mais bem avaliadas? Pareceres “cegos” são realmente “cegos” ou os textos são distribuídos para avaliadores potencialmente habilitados para aceitar ou recusar? Seria melhor fazer distribuição total por sorteio? Como evitar distorções, viés, compadrismo? Em função da facilidade de publicação proporcionada pelas tecnologias atuais não seria mais simples que cada pesquisador ou instituição disponibilizasse nos seus sites o que produz, deixando a avaliadores o trabalho de dizer o que vale cada produto?

Muitas dessas questões serão certamente vistas como supérfluas ou superadas por especialistas ou por pesquisadores com opinião já formada. As operações científicas, porém, não se dão fora de enquadramentos sociais, políticos e econômicos. Seria totalmente descabido falar em indústria do fator de impacto? Em economia do *ranquismo*? Em produção desenfreada de indicadores com fins políticos? Em mecanismos de poder sob a forma de quantificação e objetivação dos conhecimentos produzidos? Essas questões revelam uma tendência paranoica, capaz de suspeitar de tudo e de considerar um sistema inteiro contaminado por distorções?

Em tese, tudo é possível. Não é, contudo, a intenção aqui. Não se trata de ativismo acadêmico contra avaliações, o que seria insensato, mas de uma reflexão sobre as consequências de escolhas feitas legitimamente, embora, pelo rastro que deixam de dúvidas, nem sempre resolvidas. Caso se possa falar com pertinência em *ranquismo* na ciência, que benefícios ou prejuízos essa tendência traz? É possível fazer esse questionamento sem sofrer de modo automático um processo de cancelamento por suposta indução a considerar um falso problema? Para combater a improdutividade é pertinente apostar em superprodutividade? Isso está acontecendo ou não?

Para retomar a citação de Edgar Morin (1995/2006, p. 28) feita anteriormente, o sistema “ergue cercas de arame farpado e conduz-nos ao ponto onde devemos ir”. Que ponto é esse em se tratando do que se possa verificar nas realidades compartilhadas internacionalmente nos campos acadêmicos? Há mais cercas de arame farpado do que espaços de liberdade? Ao interlocutor que possa perguntar pelos exemplos concretos cabe responder que importante neste momento é o desenho de uma moldura, de um enquadramento, esboçando um problema, sentido por muitos de maneira vaga, para, quem sabe, levar a análises mais aprofundadas. Há pistas espalhadas. Essas pistas não são novas. Até que ponto devem ser sistematizadas e avaliadas?

Se Douglas Kellner (1995/2001), citado antes, tem razão ao dizer que “a ideologia pressupõe que ‘eu’ sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal”, seria “anormal” questionar os sistemas dominantes de classificação da ciência, ou das ciências, como modos de hierarquização, não necessariamente os melhores, sociais, mais do que científicos ou epistemológicos? Uma das maneiras mais comuns de opor obstáculos a algum raciocínio inconveniente, ou visto como ocioso, é exigir que ele seja interrompido a cada momento para que se apresentem mais definições prévias, conceituações e esclarecimentos pontuais. Como se trata de uma introdução ao problema, de natureza exploratória, não se atenderá a tal demanda, de resto, aceitável em outras perspectivas.

No seu tempo, com sistemas de hierarquização diferentes, Paul Feyerabend (1975/1977) pedia mais liberdade de experimentação e de ousadia e apresentava lances argumentativos (ou provocativos) que soam ingênuos:

segundo essas histórias fantasiosas, o êxito da ciência é o resultado de combinação sutil, mas cuidadosamente dosada, de inventividade e controle. Os cientistas têm *ideias* e dispõem de *métodos* especiais para desenvolvê-las. As teorias da ciência foram aprovadas no teste do método. Proporcionam melhor visão do mundo que ideias não passadas pelo crivo desse teste. (p. 455)

Sem dúvida, sobre certos assuntos a ciência fornece uma visão mais acurada. Melhor segui-la, em se tratando de uma pandemia, do que dar ouvidos a políticos extremistas ou messiânicos. Método é fundamental. Acontece que muitos são os métodos. Nem tudo se resolve de uma vez por todas. O ponto interessante dessa passagem citada é outro: “o êxito da ciência” como “resultado de combinação sutil, mas cuidadosamente dosada, de inventividade e controle” (Feyerabend, 1975/1977, p. 455). Neste ponto, a subjetividade faz

soar as suas trombetas e volta, em grande estilo, a cena da produção científica: quem controla essa “dosagem sutil”? Cientistas. Pessoas. Subjetividades.

Não se pressupondo ciência sem cientistas, ou seja, sem pessoas, nem o desejando, resta a aplicação de um “remédio” filosófico milenar: o questionamento. O que isso significa na prática da produção de ideias? A possibilidade de rever de tempos em tempos a “dosagem” sutil entre “inventividade e controle”. Não se deve descartar a possibilidade de alguém ser inventivo apesar do controle, ou até por causa dele, ou de que o controle existente não seja excessivo. Pode-se também substituir a palavra controle por produção. Haveria uma “dose sutil” adequada atualmente entre “inventividade e produção”? Ou a produção, transformada em produtivismo, para alimentar os *ranqueamentos*, limita a inventividade?

Na falta de possíveis respostas mais iluminadoras, o que não invalida a busca, vale uma comparação com o universo da física:

todos revelam que nosso universo é composto, mais ou menos, por uma combinação de matéria regular, matéria escura e energia escura na razão de 5%, 27% e 68%. Ainda que não saibamos o que essas coisas sejam, podemos dizer com bastante segurança que sabemos o quanto existe de cada uma. Não temos a menor ideia do que são, mas sabemos que estão lá. Sejam bem-vindos à era da ignorância de precisão. (Cham & Whiteson, 2019, p. 51)

Seria o caso de aplicar um altivo “não temos a menor ideia” ao problema do *ranqueamento* e das suas consequências? Fazer ciência, porém, não é ter respostas para tudo. Um bom número de perguntas pode ser útil desde que haja predisposição para o debate. Estará este interdito? Às vezes, a reabertura de um processo não se dá por falta de novas evidências ou de boas questões. Afinal, retomar uma discussão não deve ocorrer apenas para satisfazer espíritos inconformados. Melhores costumam ser as mentes inconformistas. Há, com certeza, um modelo dominante: formato de publicações, língua franca, fatores de impacto, *ranqueamentos*, entre outros. É o melhor? Já passou no “teste do método”, funciona, é o mais justo, é consenso entre pares, tem, ao menos, apoio majoritário? Um campo é um espaço de questionamentos, tem questionadores e questionados, cada um emprega nas suas perguntas as estratégias que suas dúvidas instigam.

Não há paz nos campos. O conflito faz crescer. Espera-se.

Referências

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão* (M. L. Machado, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1996)
- Cham, J., & Whiteson, D. (2019). *Não tenho a menor ideia. Um guia para o universo desconhecido*. Best Seller.
- Feyerabend, P. (1977). *Contra o método. Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento* (O. S. da Mata & L. Hegenberg, Trans.). Francisco Alves Editora. (Trabalho original publicado em 1975)
- Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad.). Edições Graal.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – Estudos culturais: Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno* (I. C. Benedetti, Trad.). EDUSC. (Trabalho original publicado em 1995)
- Levy, B.-H. (1991). *Les aventures de la liberté: Une histoire subjective des intellectuels*. Grasset.
- Liotard, J.-F. (1986). *O pós-moderno* (R. C. Barbosa, Trad.). José Olympio. (Trabalho original publicado em 1979)
- Morin, E. (2006). *O método 4: Habitat, vida, costumes, organização* (J. M. da Silva, Trad.). Sulina. (Trabalho original publicado em 1995)
- Morin, E. (2007). *O método 5: A humanidade da humanidade – A identidade humana* (J. M. da Silva, Trad.). Sulina. (Trabalho original publicado em 2001)
- Morin, E. (2008). *O método 6: A ética* (J. M. da Silva, Trad.). Sulina. (Trabalho original publicado em 2004)
- Nietzsche, F. (2008). *Sobre verdade e mentira* (F. de M. Barros, Trad.). Hedra. (Trabalho original publicado em 1896)
- Popper, K. (1978). *A lógica das ciências sociais* (E. de R. Martins, Trad.). Tempo Brasileiro.
- Popper, K. (1982). *Conjecturas e refutações* (S. Bath, Trad.). Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 1963)
- Weber, M. (2003). *Ciência e política: Duas vocações* (M. A. Casanova, Trad.). Editora Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1919)
- Zizek, S. (1996). O espectro da ideologia. In S. Zizek (Ed.), *Um mapa da ideologia* (pp. 5–12; V. Ribeiro, Trad.). Contraponto. (Trabalho original publicado em 1994)

Políticas da Língua no Contexto da Política Científica em Portugal

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.5>

Anabela Gradim

LabCom, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

<https://orcid.org/0000-0001-6968-1957>

anabela.gradim@labcom.ubi.pt

Resumo

Este texto discute as políticas da língua e o multilinguismo na ciência à luz da recente hegemonia do inglês como língua de publicação, refletindo sobre o potencial do português como língua de ciência, pesquisa e comunicação científica. Sendo hoje o português e o espanhol, que cresceram em contraciclo, o segundo maior idioma de publicação na Web of Science, é fundamental pensar a língua em e da ciência, tanto mais que multilinguismo é a política oficial da União Europeia, embora na maioria dos países europeus ainda se estimule e valorize a publicação em inglês. A relevância de uma ciência plurilíngue é ressaltada pela sua importância para a construção lexical, o pensamento, a expressão cultural e a diversidade epistemológica. Reconhecer o devido valor ao inglês como língua franca não é incompatível com a defesa de uma ciência plurilíngue, pois nada impede a sua coexistência com políticas científicas que protejam a diversidade linguística. A ascensão do inglês como língua franca da ciência é recente e foi reforçada após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a manutenção da diversidade linguística na ciência é fundamental para a preservação da cultura e da identidade dos falantes dessa língua, bem como para uma visão mais ampla e diversa da produção científica.

Palavras-chave

ciência plurilíngue, diversidade linguística, multilinguismo, políticas da língua, publicação académica

Introdução

Tornar o português numa língua de ciência, de investigação e comunicação científica, foi o desígnio enunciado pelo presidente do Instituto Camões nas comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa, em maio de 2022¹. Este desígnio não é novo. Como bem nota Moisés Martins (2021), ainda mal começou o combate pela conversão das línguas, portuguesa e espanhola, como línguas de conhecimento e de ciência, trabalho hercúleo para pugnar pela preservação da pluralidade e diversidade linguísticas também no campo da ciência.

Discutir as políticas da língua no âmbito da política científica envolve questões complexas no que ao ecossistema de produção e divulgação de ciência diz respeito, abrangendo questões como a publicação científica, a avaliação e financiamento da investigação e ciência, e a projeção estratégica do lugar de cada língua/cultura no mundo. Trata-se, como diria Bourdieu (como citado em Martins, 2021), “do combate pela ordenação simbólica do mundo (...) onde se colocam os problemas da língua hegemónica e da subordinação política, científica, cultural e artística” (p. 9).

A relação entre linguagem e poder nem sempre é evidente, mas não pode deixar de ser convocada quando refletimos sobre o papel do português e do espanhol como línguas de conhecimento e de ciência. Nas últimas décadas, o ecossistema de produção e difusão de ciência evoluiu no sentido de uma progressiva especialização da publicação em revistas indexadas em bases de dados com produção bibliométrica, as mais relevantes sendo a Web of Science (WoS), com presença mais antiga no mercado da publicação académica, e a Scopus, a operar desde 1996; ao mesmo tempo que a publicação científica em língua inglesa, hegemónica desde os anos 60, praticamente elimina, no que a estas bases de dados diz respeito, todas as outras línguas.

Como resultado desta convergência de fatores, verifica-se nos *fora* científicos um apagamento das línguas que não o inglês², e o seu domínio absoluto nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

A supressão da diversidade e do plurilinguismo no discurso da ciência dá-se com a globalização da ciência e por necessidade de internacionalização, mas é também impulsionada pelos novos sistemas de auditoria e avaliação

1 Embaixador João Ribeiro de Almeida, presidente do Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, em entrevista à Agência LUSA a 5 de maio de 2022 (Monteiro, 2022).

2 LOTE, no mundo anglófono, acrónimo de “languages other than English”.

da atividade dos investigadores (a que os brasileiros chamam de “gerencialismo”), pedra de toque do novo capitalismo científico globalizado. Sem desprezar o valor do inglês como língua de comunicação e trabalho em ciência, este caminho em direção ao monolinguismo representa um empobrecimento em termos científicos, económicos, culturais e simbólicos.

O estabelecimento do inglês como língua franca na economia, no comércio, nas indústrias da cultura e na ciência, que se tende a naturalizar, é um fenómeno recente que acompanhou o processo de globalização e a construção de um mundo unipolar. O domínio do latim, como língua franca, foi substituído pelos vernáculos no século XVII, com o alemão e o francês a dominarem nas primeiras duas décadas do século XX. É a partir da Segunda Guerra Mundial que o inglês se estabelece definitivamente como língua hegemónica no campo da ciência, processo que “em boa parte, se deve ao sucesso das sociedades anglófonas na disputa pelas riquezas do mundo” (Forattini, 1997, p. 4). O sucesso idiomático do inglês e o facto de “deter, na atualidade, a dominância na ciência e na tecnologia, além de demais setores da atividade humana, deve-se, historicamente, mais a razões de evolução económica do que propriamente cultural da humanidade” (Forattini, 1997, p. 4).

Ao chamar a atenção para este nexo entre poder e linguagem, entre língua e capital simbólico, mostrando como se manifesta, abre-se espaço para explicitar a função de curadoria que cientistas e falantes de outras línguas, línguas globais como o português e o espanhol (de Swaan, 1993), poderiam desempenhar, reclamando políticas da língua que contrabalancem este tríptico em que se sustenta o capitalismo científico: indústria da publicação académica, indústria da indexação e hierarquização, e “gerencialismo” ou mobilização tecnológica para o mercado (Martins, 2010).

Linguagem e Poder

Os trabalhos de Bourdieu (1982) e Foucault (1980, 2000) operam um conjunto de conceitos importantes para compreender a importância de políticas da língua na ciência, porque analisaram a questão da relação da linguagem com o poder, e da língua como capital simbólico com valor transaccional.

Foucault (1980, 2000) ocupou-se das estruturas e relações de poder na sociedade, na sua ligação com o conhecimento, a verdade e o discurso. Esta relação entre poder e conhecimento, verdade e discurso, ocorre porque a verdade é produzida discursivamente, e é a partir desta verdade e do conhecimento que se exerce o poder, ou seja, a regulação da conduta social.

Assim, o poder produz (discursivamente) a verdade, ao mesmo tempo que se exerce pela produção da verdade, em todas as áreas da vida social, da religião à política, passando pela economia ou saúde. E como é evidente, o dispositivo privilegiado para a produção da verdade será o sistema científico, com os sistemas de educação e de média apostados na sua difusão (Foucault, 1980, 2000; Hall, 2001).

Bourdieu apresenta uma fina análise da linguagem como “capital simbólico” transacionado num campo linguístico e com isso evidencia as estruturas de poder subjacentes que o uso de uma língua acarreta. A língua é apresentada como uma relação de poder objetiva, fruto de instâncias de legitimação que consagram o que é aceitável ou não no seu uso, funcionando como um marcador simbólico de pertença a um campo ou classe social. A língua, objeto de lutas simbólicas, sinaliza o *topos* de cada um dos participantes no mercado de troca linguístico, sendo um marcador do poder que, simultaneamente, ajuda a constituir. Todo o discurso é, portanto, sobredeterminado por relações linguísticas de poder: a língua é uma espécie de capital cultural que é objeto de troca no mercado linguístico do qual emerge, retratando as relações de poder/força aí existentes e passível de gerar ganhos para os seus utilizadores (Bourdieu, 1982).

Esta relação entre língua e poder no campo da ciência foi também objeto de estudos empíricos diversos. Curry e Lillis (2004) chamam a atenção para as dificuldades que académicos multilingues enfrentam para publicar numa língua em que não são nativos, e como as decisões que tomam emergem de uma tensão não explicitada entre construção e mensuração do conhecimento, funcionando o inglês como língua franca e o anglocentrismo como efetivos *gatekeepers* na produção e difusão de ciência (Curry & Lillis, 2004; Lillis et al., 2010).

Outros estudos (Canagarajah, 2002; Englander & Uzuner-Smith, 2013; Forattini, 1997) focam os aspetos políticos da evolução em direção ao monolinguismo na produção e difusão de ciência, enquanto mecanismo para perpetuar uma hegemonia intelectual determinada. Este é um processo que se acelerou e intensificou no século XX, com Garfield, já nos anos 60, a reconhecer que o inglês era inquestionavelmente a língua internacional da ciência, elencando as suas vantagens e medidas para acelerar esse processo, entre as quais permitir uma maior difusão e acesso a conteúdos, contribuindo para a visibilidade e rastreabilidade da produção científica e o seu progresso (Garfield, 1967).

A Publicação Científica em Português

No século XX, à medida que a ciência em Portugal, após o 25 de abril, se consolida e começa a ser medida por padrões internacionais, aumenta também a publicação em revistas internacionais, e aumenta a publicação em língua portuguesa. Trata-se de um movimento que ocorre também com o espanhol, e que muito deve ao universo ibero-americano, à comunidade mundial que se expressa em português ou espanhol e que, especialmente nas duas últimas décadas, lhe deu expressão na publicação indexada medida por padrões internacionais.

Assim, enquanto a partir dos anos 80 se consolida a hegemonia da publicação em inglês nas bases de dados com produção bibliométrica, nomeadamente WoS e Scopus, cresce também em contraciclo a publicação em português e espanhol, que constituem hoje, em conjunto, o segundo maior idioma de publicação na WoS, apenas atrás do inglês, e isoladamente são a terceira língua mais numerosa no caso do espanhol, e quinta no caso do português (Figura 1).

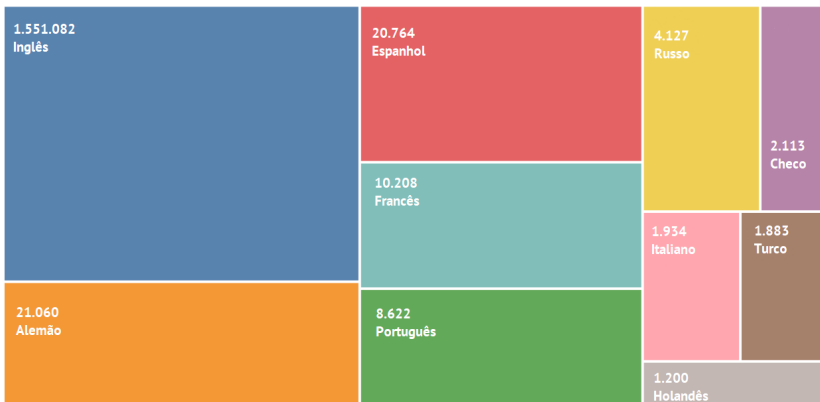


Figura 1 Principais línguas de publicação no Social Sciences Citation Index da Web of Science entre 2010–2015.

Nem sempre assim foi. O português e espanhol passam da quase inexistência na WoS nas décadas de 60 e 70, para ultrapassarem todas as grandes línguas de publicação da altura, como o alemão, o francês e o russo. Estes resultados, com ligeiras variações, são consistentes com os produzidos por pesquisas idênticas na Scopus, porque representam um mesmo movimento de emergência e consolidação dos dois idiomas na publicação científica medida por padrões internacionais.

A Figura 2 representa a pesquisa feita por quinquênios, desde os anos 60, com a contagem total do número de itens publicados em cada uma das línguas. O que esta avaliação diacrónica permite perceber é que, com valores próximos de zero nos anos 60, a publicação em português e espanhol sobe consistentemente durante as décadas seguintes, acelerando sensivelmente a partir de 2000. Esta subida estabelece uma correlação clara com a diminuição da publicação em alemão, francês e todas as outras línguas. Os únicos idiomas que também registam crescimento são o russo, e mais recentemente, mas com números modestos, o chinês. Este crescimento ocorre a expensas de todas as outras línguas, já que a quota total de publicação em outros idiomas tem vindo a descer.

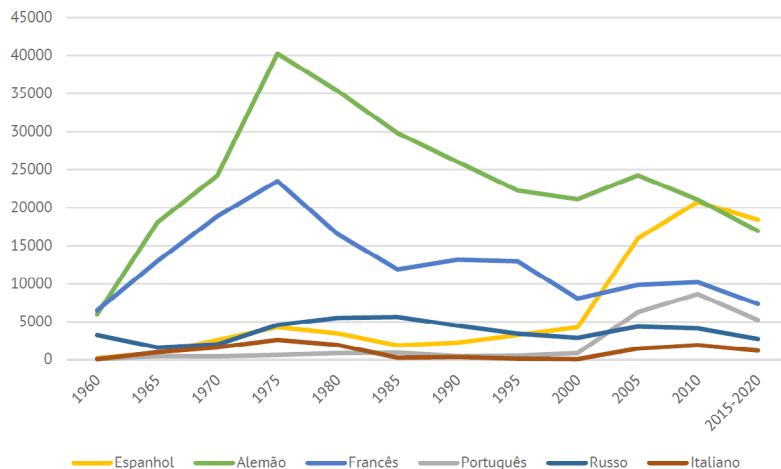


Figura 2 Evolução das línguas de publicação no Social Sciences Citation Index da Web of Science por quinquênio.

A recodificação das variáveis “português” e “inglês” (Figura 3) mostra que a partir de 2000 o português e espanhol são as línguas mais publicadas e que a partir de 2010, em termos absolutos, o espanhol se torna a segunda língua de publicação no Social Sciences Citation Index (SSCI), ultrapassando o alemão e o francês.

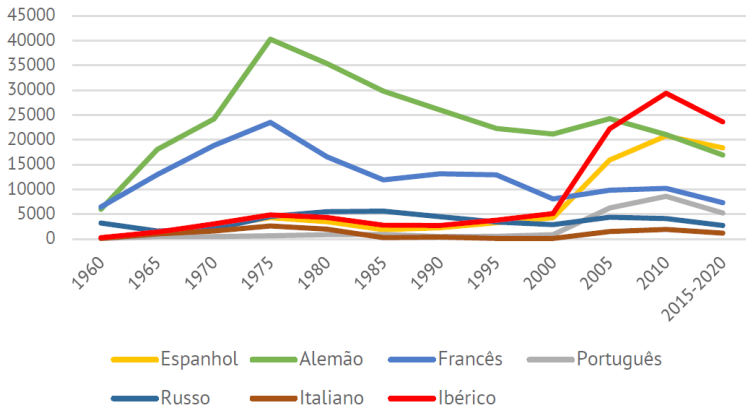


Figura 3 Publicação total nos idiomas ibéricos.

O que estes números não mostram, porque os gráficos excluem o inglês, é a evolução da ciência mundial em direção ao monolinguismo. É verdade que os idiomas ibéricos crescem e consolidam a sua presença em termos absolutos, mas a publicação em línguas que não o inglês (LOTE) diminui drasticamente desde os anos 80, e hoje é residual em todas as áreas, e praticamente inexistente nas ciências (Science Citation Index – SCI). É assim que em 1960, como mostra a Figura 4, a publicação LOTE constituía 5,7% do total no SSCI da WoS, com o alemão como primeira língua, seguindo-se o francês e o russo.

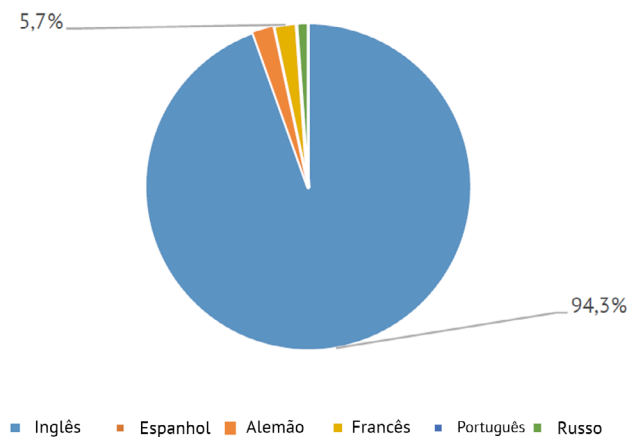


Figura 4 Publicação em outras línguas nos primeiros cinco anos da década de 60.

No entanto, no período compreendido entre 2015 e 2020, a publicação em outras línguas era já inferior a 3%, confirmando a evolução em direção ao monolinguismo e o apagamento das outras línguas nos *fora* de publicação internacionais (Figura 5).

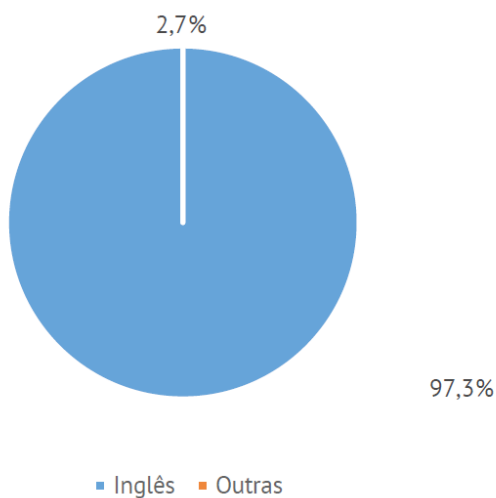


Figura 5 Publicação em línguas que não o inglês no Social Sciences Citation Index entre 2015–2020.

Situação distinta apresenta o Emerging Sources Citation Index (ESCI; Editor Resources, s.d.), uma base de dados lançada em 2015, com um fundo de 3.000 revistas com revisão por pares, incluindo todas as áreas científicas, e onde a publicação em inglês representava 80% do total, com os restantes 20% em outras línguas apresentando a distribuição visível na Figura 6.

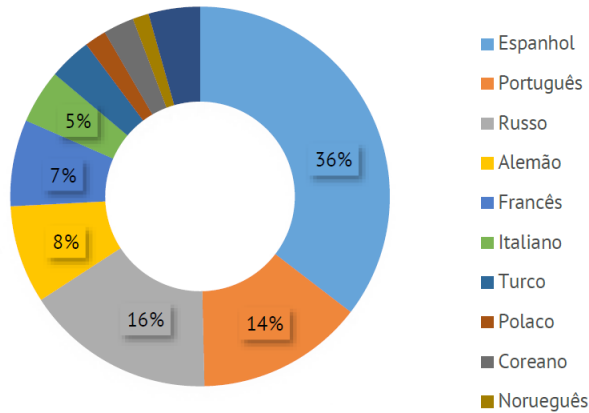


Figura 6 Publicação em línguas que não o inglês no Emerging Sources Citation Index entre 2015 – 2020.

Como o ESCI é concebido como um primeiro passo de indexação antes de a publicação eventualmente integrar os índices principais, SCI, SSCI ou Arts & Humanities Citation Index, o potencial de crescimento dos idiomas ibéricos na Web of Science parece elevado, confirmando a direção da curva da Figura 3.

Políticas da Língua e Multilinguismo na Ciência

O prestígio de uma língua depende da planificação expressa e implícita do seu estatuto. Essa planificação constitui o objetivo de qualquer política da língua e deve atender à multiplicidade de funções que a língua pode assumir (oficial, regional, comunitária, internacional, de ensino, literária, religiosa), manifestando-se tanto de maneira explícita, através de documentos legais, como por via de uma política estrutural implícita, ambos concorrendo para o prestígio da língua (Feytor Pinto, 2010; Shohamy, 2006).

É conhecida a relação entre a linguagem e as condições políticas e materiais do capitalismo neoliberal global (Flores & Chaparro, 2017; Joseph, 2006; Ricento, 2000), o legado do colonialismo na hegemonia da língua inglesa (Pennycook, 2000, 2002, 2017) e as difíceis escolhas dos acadêmicos multilingues para acederem aos *fora* internacionais da ciência (Canagarajah, 2002; Curry & Lillis, 2004; Englander & Uzuner-Smith, 2013).

O multilinguismo é a política oficial da União Europeia (Gazzola, 2006; Krzyżanowski & Wodak, 2011; Romaine, 2013), encontrando-se inscrito nos seus principais tratados (Treaty of Lisbon, 2007; Treaty on European Union, 1992) e tem tido fortes defensores (Cummins, 1989, 2000; Fishman, 2001; Mar-Molinero, 2000, 2004; Phillipson, 2000; Shohamy, 2006). No entanto, o multilinguismo não é o padrão na política científica na maioria dos países europeus, que estimulam e valorizam a publicação em inglês, mesmo em áreas onde isso pode ser uma desvantagem devido ao enraizamento local da pesquisa, caso das humanidades, artes e letras e ciências sociais.

A importância de uma ciência plurilingue prende-se com três aspetos inter-relacionados: construção lexical, pensamento e construção cultural, e diversidade epistemológica. É a investigação conduzida nas línguas nacionais que permite a formação de um léxico técnico-científico em que essa língua se pode expressar. Com o tempo, um país que executa toda a sua investigação numa língua externa perderá o léxico próprio da expressão da ciência. Em segundo lugar, a língua é essencial à construção do pensamento e à construção da identidade cultural. A globalização tecnológica prejudica a diversidade cultural, estabelecendo uma topologia orientada da periferia para o centro, na qual, como mostram Bourdieu (1982) e Foucault (1980, 2000), as relações de poder desempenham um papel importante. Finalmente, o enviesamento linguístico na publicação científica afeta a própria configuração da ciência, pois determina as escolhas teórico-metodológicas e os objetos tratados (Curry & Lillis, 2004; Englander & Uzuner-Smith, 2013).

Para uma Ciência Plurilíngue

É claro que o inglês é necessário e valioso como língua franca, constituindo uma linguagem veicular indispensável para a comunicação científica e permitindo um acesso alargado ao conhecimento (Badillo, 2021; Forattini, 1997; Ostler, 2010), mas nada impede a sua coexistência com políticas científicas que protejam a diversidade linguística (Costa, 2015; Hilmarsson-Dunn, 2006; Sivertsen, 2010).

A ascensão do inglês como língua franca da ciência é relativamente recente, tendo-se reforçado a partir da Segunda Guerra Mundial, e conhecido uma aceleração notável a partir da atividade de indexação das revistas científicas, que “têm promovido este processo de anglofonização da ciência, exigindo resumos em inglês, referências em inglês ou promovendo efetivamente o inglês nos textos como critério de qualidade” (Badillo, 2021, p. 59). Hoje, além da atividade de indexadores e de esta ser promovida a montante por sistemas de avaliação e recompensa dos cientistas que valorizam esse tipo de publicação, a anglofonia na ciência institucionalizou-se, contando com instâncias de curadoria, e constituindo-se ela própria como objeto de estudo, com revistas especializadas³ e coleções de monografias⁴ que reforçam o prestígio e a utilização da língua nesse contexto.

É possível articular políticas da língua compatíveis com a promoção do multilinguismo em ciência sem abdicar das vantagens de um idioma veicular comum, a partir das políticas de acesso aberto e de ciência aberta implementadas na União Europeia, também como forma de reagir à “crise dos periódicos” (Jurchen, 2020) e às questões éticas que o atual modelo de publicação acadêmica coloca (Larivière et al., 2015).

Assim como os países anglófonos fazem curadoria da sua língua franca, políticas da língua, formais ou informais, são necessárias para promover a utilização do português e do espanhol em campos estratégicos de prestígio como o científico.

Esta reflexão sobre o papel da língua espanhola e portuguesa e o seu potencial de atuação conjunta no panorama linguístico mundial tem sido promovida pelos institutos Cervantes e Camões, agregando investigadores das duas comunidades linguísticas e dando visibilidade ao tema (Reto & Rivilla, 2020).

As políticas de ciência devem integrar uma política da língua. Da parte das políticas científicas nacionais esse investimento na língua pode passar pelo apoio à indexação de revistas que publiquem em português junto dos principais indexadores, pela promoção do acesso aberto multilingue, e pela provisão de léxicos adequados aos novos campos de desenvolvimento científico e tecnológico.

³ *Journal of English as a Lingua Franca* (ISSN: 2191-933X; de Gruyter, s.d.).

⁴ *Varieties of English Around the World* (Variedades de Inglês no Mundo), John Benjamins Publishing Company (Q1), série de monografias com 75 volumes.

Este caminho para uma maior diversidade na produção, comunicação e disseminação de ciência, sendo um percurso de coexistência, não deve ser explorado unilateralmente. Ammon (2006) sugere a melhoria do panorama da comunicação internacional de ciência, em que o multilinguismo continue relevante a nível nacional, através de uma maior consciencialização das dificuldades que os falantes não nativos enfrentam, e a evolução gradual para uma língua internacional da ciência global com uma estrutura policêntrica (Ammon, 2006).

Já Ostler (2010), secundado por Serra (2017) e Badillo (2021), alvitram que as tecnologias de tradução automática, com evolução notável nos últimos anos devido à incorporação de inteligência artificial nos processos, poderão contribuir para flexibilizar as tensões presentes, promovendo a diversidade linguística e construindo um ecossistema multilingue mais rico e equilibrado de que a ciência também beneficia.

É possível resolver as patologias da indústria de publicação académica que culminaram na crise dos periódicos a partir de políticas de ciência aberta como as conduzidas pela União Europeia e, ao fazê-lo, proteger a diversidade e o plurilinguismo cumprindo o compromisso presente nos tratados fundadores da União.

Referências

- Ammon, U. (2006). Language planning for international scientific communication: An overview of questions and potential solutions. *Current Issues in Language Planning*, 7(1), 1–30. <https://doi.org/10.2167/cilp088.0>
- Badillo, Á. (2021). *O português e o espanhol na ciência: Notas para um conhecimento diverso e acessível*. Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura; Real Instituto Elcano.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Fayard.
- Canagarajah, S. (2002). Reconstructing local knowledge. *Journal of Language, Identity and Education*, 1(4), 243–259. https://doi.org/10.1207/S15327701JLIE0104_1
- Costa, J. (2015). Produção científica nas ciências sociais e humanidades: Problemas e alternativas. In A. Gradim & C. Moura (Eds.), *Comunicar e avaliar ciência* (pp. 47–57). LabcomBooks.
- Cummins, J. (1989). A theoretical framework for bilingual special education. *Exceptional Children*, 56, 111–119.
- Cummins, J. (2000). *Language, power and pedagogy: Bilingual children in the crossfire*. Multilingual Matters.

Curry, M. J., & Lillis, T. (2004). Multilingual scholars and the imperative to publish in English: Negotiating interests, demands, and rewards. *TESOL Quarterly*, 38(4), 663–688. <https://doi.org/10.2307/3588284>

de Gruyter. (s.d.). *Journal of English as a Lingua Franca*. <https://www.degruyter.com/journal/key/jelf/html>

de Swaan, A. (1993). The emergent world language system: An introduction. *International Political Science Review*, 14(3), 219–226.

Editor Resources. (s.d.). *Emerging Sources Citation Index*. <https://editorresources.taylorandfrancis.com/understanding-research-metrics/esci/#>

Englander, K., & Uzuner-Smith, S. (2013). The role of policy in constructing the peripheral scientist in the era of globalization. *Language Policy*, 12(3), 231–250. <https://doi.org/10.1007/s10993-012-9268-1>

Feytor Pinto, P. (2010). *O essencial sobre política da língua*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Fishman, J. (2001). *Can threatened languages be saved?* Multilingual Matters.

Flores, N., & Chaparro, S. (2017). What counts as language education policy? Developing a materialist Anti-racist approach to language activism. *Language Policy*, 17, 1–20. <https://doi.org/10.1007/s10993-017-9433-7>

Forattini, O. P. (1997). A língua franca da ciência. *Revista Saúde Pública*, 31(1), 3–8.

Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Harvester Press.

Foucault, M. (2000). *Essential works of Foucault, 1954-1984* (Vol. 3). New Press.

Garfield, E. (1967). English – An international language for science. *The Information Scientist*, 76, 19–20.

Gazzola, M. (2006). Managing multilingualism in the European Union: Language policy evaluation for the European Parliament. *Language Policy*, (5), 393–417. <https://doi.org/10.1007/s10993-006-9032-5>

Hall, S. (2001). Foucault: Power, knowledge and discourse. In M. Wetherell, S. Taylor, & S. Yates (Eds.), *Discourse, theory and practice* (pp. 72–81). Sage Publications.

Hilmarsson-Dunn, A. M. (2006). Protectionist language policies in the face of the forces of English. The case of Iceland. *Language Policy*, 5(3), 295–314. <https://doi.org/10.1007/s10993-006-9027-2>

Joseph, J. E. (2006). *Language and politics*. Edinburgh University Press.

Jurchen, S. (2020). Open access and the serials crisis: The role of academic libraries. *Technical Services Quarterly*, 37(2), 160–170. <https://doi.org/10.1080/07317131.2020.1728136>

Krzyżanowski, M., & Wodak, R. (2011). Political strategies and language policies: The European Union Lisbon strategy and its implications for the EU's language and multilingualism policy, *Language Policy*, (10), 115–136.

Larivière, V., Haustein, S., & Mongeon, P. (2015). The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PLoS ONE*, 10(6), e0127502.

Lillis, T., Hewings, A., Vladimirov, D., & Curry, M. J. (2010). The geolinguistics of English as an academic lingua franca: Citation practices across English-medium national and English-medium international journals. *International Journal of Applied Linguistics*, 20(1), 111–135. <https://doi.org/10.1111/j.1473-4192.2009.00233.x>

Mar-Molinero, C. (2000). *The politics of language in the Spanish-speaking world*. Routledge.

Mar-Molinero, C. (2004). Spanish as a world language: Language and identity in a global era. *Spanish in Context*, 1(1), 3–20. <https://doi.org/10.1075/sic.1.1.03mar>

Martins, M. de L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. J. Damásio (Eds.), *Teorias e práticas dos média: Situando o local no global* (pp. 267–279). Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, M. de L. (2021). Prefácio. A comunidade ibero-americana de ciências da comunicação: Publicar em português e em espanhol, difundir conhecimento. In C. M. K. Peruzzo, M. L. de Martins, & R. Gabriotti (Eds.), *Revistas científicas de comunicação ibero-americanas na política de divulgação do conhecimento: Tendências, limitações e os desafios de novas estratégias* (pp. 7–14). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.1>

Monteiro, J. P. (2022, 5 de maio). *O português como língua de ciência*. Euronews. <https://pt.euronews.com/2022/05/05/o-portugues-como-lingua-de-ciencia>

Ostler, N. (2010). *The last lingua franca: English until the return of Babel*. Bloomsbury Publishing USA.

Pennycook, A. (2000). English, politics, ideology: From colonial celebration to postcolonial performativity. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, politics and language policies: Focus on English* (pp. 107–119). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/impact.6.09pen>

Pennycook, A. (2002). *English and the discourses of colonialism*. Routledge.

Pennycook, A. (2017). *The cultural politics of English as an international language*. Taylor & Francis.

Phillipson, R. (2001). English for globalisation or for the world's people? *International Review of Education*, 47, 185–200.

Reto, L. A., & Rivilla, R. G. (2020). *La proyección internacional del español y el portugués: El potencial de la proximidad lingüística*. INCM; Instituto Cervantes; Instituto Camões.

Ricento, T. (2000). Ideology, politics and language policies. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, politics*

and language policies: Focus on English (pp. 1–8). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/impact.6.03ric>

Romaine, S. (2013). Politics and policies of promoting multilingualism in the European Union. *Language Policy*, (12), 115–137.

Serra, P. (2017). As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas. In M. de L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas—O caso das ciências da comunicação* (pp. 261–276). CECS/Húmus.

Shohamy, E. (2006). *Language policy: Hidden agendas and new approaches*. Routledge.

Sivertsen, G. (2010). A performance indicator based on complete data for the scientific publication output at research institutions. *ISSI Newsletter*, 6(1), 22–28.

Treaty of Lisbon, 17 de dezembro de 2007, http://publications.europa.eu/resource/cellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC_19

Treaty on European Union, 7 de fevereiro de 1992, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1992:191:FULL&from=NL>

Publicação Científica, Ciência Aberta e Avaliação de Investigação – Breve Análise Crítica

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.6>

Eugénio Campos Ferreira

Centro de Engenharia Biológica, Universidade do Minho, Braga, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-5400-3333>

ecferreira@deb.uminho.pt

Resumo

O presente capítulo analisa a interação entre a publicação científica e a ciência aberta e revê os seus impactos na (r)evolução em curso da avaliação da investigação. Esta contribuição tenta interligar as modalidades de publicação científica, as iniciativas de ciência aberta, com propostas em curso de reforma dos processos avaliativos da investigação, indutoras de profundas alterações no panorama da publicação científica. É discutido o papel central de coligações de entidades de financiamento de investigação, de organizações, autoridades e agências financiadoras e executoras de investigação, de autoridades e de agências de avaliação, bem como associações, sociedades científicas e outras organizações relevantes, a comprometer na implementação destas mudanças.

Palavras-chave

avaliação de investigação, avaliação de investigadores, ciência aberta, indicadores bibliométricos, publicação científica, reforma da avaliação científica

Introdução

A política do Espaço Europeu de Investigação tem vindo recentemente a colocar uma ênfase especial na importância da ciência aberta, na diversidade de modalidades de publicação científica e no multilinguismo. Este reconhecimento emerge claramente no *Apelo de Paris sobre a Avaliação da Investigação* (Paris Open Science European Conference, 2022), publicado em fevereiro de 2022 no âmbito da Presidência Francesa do Conselho da União Europeia, na sequência de duas publicações, ambas de novembro de 2021: (a) recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura sobre ciência aberta (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021); e (b) relatório *Towards a Reform of the Research Assessment System: Scoping Report* (Para uma Reforma do Sistema de Avaliação da Investigação: Relatório de Delimitação do Âmbito; European Commission, 2021a).

Podemos inscrever historicamente este movimento em diversas iniciativas que desde 2005 têm vindo a ser promovidas no Espaço Europeu de Investigação, desde logo com a *Carta Europeia do Investigador – Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores* (European Commission, 2005), procurando contribuir para o desenvolvimento de um sistema de investigação atraente, aberto e sustentável para os investigadores, com condições-quadro que permitam o recrutamento e manutenção de investigadores de alta qualidade em ambientes propícios a um desempenho e produtividade eficazes. Na adoção de boas práticas de investigação (ambiente de investigação; formação, supervisão e orientação; procedimentos de investigação; salvaguardas; práticas e gestão de dados; trabalho colaborativo; publicação e divulgação; revisão, avaliação e edição) baseadas em princípios fundamentais de integridade (fiabilidade, honestidade, respeito e responsabilidade), estabelecidas no *Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação* (All European Academies, 2017). Na Magna Charta Universitatum (2020), originalmente assinada em 1988 por ocasião do 900.º aniversário da Universidade de Bolonha, onde as universidades signatárias se comprometeram a adotar princípios, valores e responsabilidades, de desenvolvimento ético da investigação com integridade, produzindo resultados seguros, confiáveis e acessíveis.

Publicação Científica e Ciência Aberta

A ciência aberta preconiza a disponibilização dos resultados da investigação científica de forma aberta, livre e sem custos para o utilizador através

de plataformas digitais na internet. A expansão dos repositórios de acesso aberto de publicações e dados na Internet tem contribuído para um aumento significativo da visibilidade da investigação.

Contudo, a ciência aberta ultrapassa a disponibilização em acesso aberto de dados e publicações, preconizando a adoção de medidas abertas em toda a cadeia do processo científico, adotando a transparência nas práticas, metodologia, observação e recolha de dados; a disponibilização pública e reutilização de dados científicos, o acesso público e transparência na comunicação científica e a utilização de ferramentas abertas facilitadoras da colaboração científica. Para uma visão alargada e análise crítica da ciência aberta, nos seus aspetos filosóficos, sociais e societais, recomenda-se a leitura de *Open Science: The Very Idea* (Ciência Aberta: A Própria Ideia; Miedema, 2022), livro naturalmente disponível em acesso aberto.

A Universidade do Minho foi uma das instituições pioneiras, a nível mundial, no acesso aberto, ao estabelecer o seu repositório institucional – RepositóriUM – em novembro 2003 e ao definir a sua primeira política de auto-arquivo da produção científica, que entrou em vigor em janeiro de 2005. A Política de Auto-Arquivo da Produção Científica da Universidade do Minho foi atualizada em 2011. A Universidade do Minho tem vindo a alargar a sua estratégia e intervenção para outras dimensões da ciência aberta, tendo produzido em 2017 o relatório *Estratégia Institucional Para a Gestão dos Dados de Investigação: Estudo e Recomendações* (Reis et al., 2017) e criado o DataRepositóriUM, um serviço de repositório para partilhar, publicar e gerir dados de investigação.

As organizações internacionais e agências públicas financiadoras de investigação têm vindo a reconhecer as vantagens da disponibilização de publicações e dos respetivos dados em acesso aberto, contribuindo para o aumento da sua visibilidade perante vários públicos e a apropriação social e económica do conhecimento. O consórcio COalition S¹, com o apoio da Comissão Europeia, do Conselho Europeu de Investigação, e da Science Europe, lançou a iniciativa “Plano S” que pretende assegurar que todas as publicações resultantes de investigação financiada através de fundos públicos sejam publicadas em revistas ou plataformas de acesso aberto, ou tornadas disponíveis através de repositórios de acesso aberto sem embargo, com efeito a partir de 2022. Em Portugal, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) prevê que o Plano S possa ser cumprido por três vias: (a)

1 <https://www.coalition-s.org>

publicação em revistas ou plataformas em acesso aberto; (b) disponibilização imediata em repositórios de acesso aberto; e (c) publicação em acesso aberto ao abrigo de acordos transformativos com as editoras presentes na *b-on*, assegurando aos autores de instituições *b-on* a publicação em acesso aberto, sem qualquer custo para o autor.

A Science Europe, associação que representa as principais organizações públicas que financiam investigação científica na Europa, em colaboração com a COALition S, o projeto *Open Scholarly Communication in the European Research Area for Social Sciences and Humanities* e a Agência Nacional de Investigação Francesa (ANR), têm vindo a discutir as melhores práticas e a desenvolver ainda mais os elementos centrais do acesso a revistas e plataformas de acesso aberto gratuitas para autores e leitores, o chamado “acesso aberto diamante” (Science Europe, 2021).

Neste âmbito, a Comissão Europeia lançou recentemente a plataforma Open Research Europe² para publicação rápida de artigos em acesso aberto no âmbito dos projetos financiados pelos programas Horizonte 2020 e Horizonte Europa, para todas as áreas científicas. Os artigos são publicados logo que aceites, após passar por uma série de verificações de pré-publicação para avaliar a originalidade, legibilidade, elegibilidade do autor e conformidade com as políticas e diretrizes éticas da Open Research Europe. A revisão por pares é realizada por especialistas convidados, sugeridos pelos autores e ocorre de forma aberta após a publicação, permanecendo o artigo publicado independentemente dos relatórios dos revisores. Os autores são incentivados a responder abertamente aos relatórios de revisão por pares, que são publicados com o artigo (com atribuição de um identificador de objeto digital), podendo publicar versões revistas do artigo.

Outros exemplos incluem a plataforma GoTriple³, um espaço multidisciplinar e multilingue direcionado para as humanidades e ciências sociais. A importância do multilinguismo na comunicação de ciência é reconhecida pela *Helsinki Initiative on Multilingualism in Scholarly Communication*⁴. A ciência, em especial nas áreas das ciências, tecnologias, engenharias e matemática, privilegia a publicação de investigação em língua inglesa, criando barreiras entre investigadores de língua inglesa e não inglesa, com eventuais prejuízos na continuidade e evolução da investigação nessas áreas. Henry et al. (2021)

2 <https://open-research-europe.ec.europa.eu>

3 <https://www.gotriple.eu>

4 <https://www.helsinki-initiative.org>

apresentam medidas para criar infraestruturas que facilitem o processo de tradução de idiomas e hospedagem de publicações multilíngues, visando aumentar a diversidade linguística nas publicações científicas.

Tem vindo a aumentar o número de plataformas de (pré)publicação de artigos, com modelos melhorados de transparência, responsabilidade e rapidez de processamento editorial. As plataformas BioRxiv, Review Commons, Scitey, Peer Community In, as editoras ELife e EMBO Press, as revistas *GigaScience*, *GigaByte*, *F1000Research* e *Peerj* constituem bons exemplos de práticas que promovem a revisão aberta por pares e o arquivo dos preprints.

Iniciativas e políticas de acesso aberto diamante, com plataformas de acesso aberto gratuitas para autores e leitores, vinculadas à valorização do mérito intrínseco do trabalho e não à (sobre)valorização do canal de publicação e do correspondente fator de impacto como medida de qualidade, em particular na avaliação dos resultados da investigação nas decisões de financiamento da investigação (vide COAlition S), acrescida de recomendações para que as instituições tenham uma estrutura de carreira e recompensa para todos os investigadores, que valorize e promova uma gama diversificada de indicadores e atividades, irão promover profundas alterações no panorama de publicação científica. Esta mudança de paradigma, induzida pela ciência aberta, impactará significativamente as práticas questionáveis de qualidade e de rigor no processo editorial de diversas editoras de acesso aberto verde, dourado, bronze ou de acesso pago por assinatura com modelos híbridos de publicação, e que têm tido um enorme crescimento nos últimos 15 anos através da cobrança de taxas de processamento das publicações (APC). A este propósito, sugere-se a leitura de uma análise bibliométrica e do impacto das editoras de acesso aberto em Espanha, num estudo promovido pela sua Agência Nacional de Avaliação, Qualidade e Acreditação (Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación, 2021).

Avaliação da Investigação

Atores diversos têm vindo a reconhecer a necessidade de melhorar o modo como as agências de financiamento e as instituições de investigação avaliam o desempenho da investigação científica. Em 2012, por ocasião do “Encontro Anual da Sociedade Americana de Biologia Celular” realizado em São Francisco, diversos editores de revistas promoveram um conjunto de recomendações, que ficou conhecido como a *Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Investigação*, referida pelo acrónimo DORA (San Francisco

Declaration on Research Assessment)⁵. Como recomendação geral sobressai a não utilização de métricas, tais como o fator de impacto, baseadas nos locais de publicação (revistas) como medida indireta da qualidade dos artigos aí publicados, para avaliar as contribuições de um investigador, ou nas tomadas de decisão na contratação, promoção ou atribuição de financiamento. Hicks et al. (2015) publicam na revista *Nature* o Manifesto de Leiden⁶ com uma proposta baseada em 10 princípios para aferir o desempenho da investigação: (a) usar a avaliação quantitativa como suporte à avaliação qualitativa; (b) medir o desempenho de acordo com a missão da instituição, do grupo ou do investigador; (c) proteger a excelência da investigação de relevância regional, atendendo ao multilinguismo; (d) instituir processos abertos, transparentes e simples na aquisição e processamento de dados; (e) envolver os avaliados na verificação dos dados e análises bibliométricas; (f) considerar as diferenças entre áreas nas práticas de publicação e citação; (g) basear a avaliação individual de investigadores no juízo qualitativo da sua carreira; (h) evitar a utilização de indicadores ambíguos e imprecisos (por exemplo: três casas decimais no fator de impacto); (j) reconhecer os efeitos sistêmicos da avaliação e dos indicadores; (k) escrutinar e atualizar os indicadores regularmente. Recentemente, Moher et al. (2020) apresentam os princípios de Hong Kong para avaliar investigadores, com uma aposta no fortalecimento da integridade da investigação: (a) práticas de investigação responsáveis; (b) relatórios transparentes; (c) ciência e investigação abertas; (d) valorização da diversidade de tipos de investigação; e (e) reconhecimento de todas as contribuições para a investigação e atividade académica.

Na atualidade, merece especial atenção o movimento de reforma da investigação no Espaço Europeu de Investigação que emerge na sequência da recomendação do Conselho Europeu de 16 de julho de 2021, para adoção de uma proposta de um pacto para a investigação e a inovação na Europa (European Commission, 2021b). O pacto inclui, entre várias áreas prioritárias para ações conjuntas de aprofundamento de um mercado interno do conhecimento verdadeiramente funcional, a reforma da avaliação da investigação e o apoio a uma verdadeira cultura de ciência aberta em toda a União, incluindo o acesso aberto a publicações académicas e dados de investigação. As recompensas, incentivos e/ou reconhecimento para investigadores que praticam ciência aberta tinham já sido identificadas num importante relatório sobre o reconhecimento pleno de práticas de ciência aberta na avaliação de carreiras de investigação (European Commission, 2017) e num relatório

5 <https://sfdora.org>

6 <http://www.leidenmanifesto.org>

da Associação Europeia de Universidades (European University Association, 2018). A reforma da avaliação da investigação é cada vez mais considerada uma prioridade para garantir a qualidade, o desempenho e o impacto da investigação. A reforma, no entanto, exige mudanças culturais e sistémicas que se mostram muito complexas e de implementação lenta. Durante o período de março a novembro de 2021, a Comissão Europeia consultou as partes interessadas europeias sobre como facilitar e acelerar as mudanças, produzindo um relatório com os resultados da consulta (European Commission, 2021a). São identificados os objetivos que devem ser perseguidos com a reforma da avaliação da investigação e é proposta uma abordagem coordenada, baseada em princípios e ações que podem ser acordados por uma coligação de organizações de financiamento de investigação, organizações executoras de investigação, autoridades e agências de avaliação nacionais, bem como associações das organizações, sociedades científicas e outras organizações relevantes, comprometidas na implementação das mudanças. Apela à criação desta coligação disposta e empenhada em reformar o atual sistema de avaliação da investigação com base em objetivos, princípios e ações acordados em comum (como aprendizagem mútua, documentação partilhada e monitorização acordada em comum esforço). O sucesso de tal coligação estará profundamente ligado à sua capacidade de propor processos concretos de implementação e à sua capacidade de associar e envolver investigadores em todos os níveis. O documento reconhece que os processos abertos melhoram a qualidade, a eficiência e o impacto da investigação e fomenta a ciência em equipa; reafirma a necessidade de alinhar o que avaliamos com o que valorizamos; apela a um sistema de avaliação em que as propostas de investigação, investigadores, unidades de investigação e instituições de investigação sejam avaliadas com base nos seus méritos e impacto intrínsecos, e não no número de publicações e locais de publicação, promovendo a avaliação qualitativa fornecida pelos pares, apoiada por um uso responsável de indicadores quantitativos. Recomenda, portanto, um sistema de avaliação de investigação que: premeie a qualidade e os diversos impactos da investigação; garanta que a investigação atenda aos mais altos padrões de ética e integridade; valorize a diversidade de atividades e resultados de investigação, como publicações e *preprints*, dados, métodos, software, código e patentes, bem como seus impactos sociais e atividades relacionadas à formação, inovação e compromisso público; utilize critérios e processos de avaliação que respeitam a variedade de disciplinas de investigação; premeie não apenas os resultados da investigação, mas também a condução adequada da investigação e valorize as boas práticas, em particular as práticas abertas para compartilhar resultados e metodologias

de investigação sempre que possível; valorize o trabalho colaborativo, bem como a interdisciplinaridade e a ciência cidadã, quando apropriado; e apoie uma diversidade de perfis de investigadores e planos de carreira.

No seguimento e desde 2022, o autor tem representado a Universidade do Minho em assembleias das partes interessadas (*stakeholders* da coligação) promovidas pela Science Europe e pela Comissão Europeia para afinação do *Acordo sobre Reforma da Avaliação de Investigação*. O documento, atualmente na sua terceira iteração, propõe explicitamente:

- Concentrar os critérios de avaliação da investigação na qualidade, recompensando a originalidade das ideias, a condução profissional da investigação e os resultados além do estado da arte, reconhecendo uma variedade de missões da investigação, desde investigação básica e de fronteira até à investigação aplicada.
- Reconhecer as contribuições que promovem o conhecimento e o impacto (potencial) dos resultados da investigação.
- Reconhecer a diversidade de atividades e práticas de investigação, com uma diversidade de resultados, e recompensar a partilha precoce e a colaboração aberta.
- Usar critérios e processos de avaliação que respeitem a variedade de disciplinas científicas, tipos de investigação (por exemplo, investigação básica e de fronteira *versus* investigação aplicada), bem como estágios de carreira de investigação (por exemplo, investigadores em início de carreira *versus* investigação seniores), e que reconheçam abordagens várias inter e transdisciplinares, bem como intersectoriais, quando aplicável.
- Descontinuar o uso de métricas baseadas em revistas e publicações como medidas para a qualidade na avaliação da investigação.
- Reconhecer e valorizar a diversidade de funções e carreiras de investigação, incluindo funções fora da academia. Valoriza as competências (incluindo competências de ciência aberta) e méritos de investigadores individuais, mas também reconhecimento da colaboração em equipa.
- Garantir a igualdade de género, inclusão e igualdade de oportunidades, tendo em consideração o equilíbrio e a dimensão do género e a diversidade em equipas de investigação e no conteúdo de investigação e inovação.

Como compromissos centrais inclui:

- O abandono da utilização dos fatores de impacto das revistas e do índice h pelos financiadores de investigação nas suas decisões de financiamento.
- A aposta na avaliação qualitativa, com revisão por pares, como base principal para a avaliação da investigação, apoiada pelo uso responsável de indicadores quantitativos.
- O evitar do uso de rankings internacionais de organizações de investigação na avaliação da investigação.
- O reconhecimento da diversidade de contribuições e de carreiras de acordo com as necessidades e a natureza da investigação.

De referir que a Universidade do Minho no seu *Regulamento da Carreira, Recrutamento, Contratação e Avaliação do Desempenho do Pessoal Investigador em Regime de Direito Privado* prevê que os critérios de avaliação curricular devam respeitar os seguintes princípios: (a) ser explícitos quanto à forma de proceder à avaliação curricular dos candidatos; (b) não adotar procedimentos meramente quantitativos, baseados em indicadores, na contagem de publicações, ou no cálculo dos seus fatores de impacto cumulativo; (c) assumir que o conteúdo da produção científica é mais relevante que as métricas de publicação ou do que a entidade que a publicou; (d) considerar a adequação do currículo à especificidade da área científica. Estes mesmos princípios são também assumidos na revisão em curso dos Regulamentos dos Concursos para Recrutamento e Contratação de Professores das Carreiras Docente Universitária e Docente do Ensino Superior Politécnico da Universidade do Minho a submeter a consulta pública.

Nos regulamentos de avaliação de pessoal investigador das unidades orgânicas da Universidade do Minho são valorizadas práticas de ciência aberta, nomeadamente: a afetação de orçamento de projetos para ciência aberta; a disponibilização das publicações em acesso aberto; a utilização de arquivos *preprint*; a avaliação pública de publicações de acesso aberto; a disponibilização de dados de investigação; o desenvolvimento e utilização de software *open source*; a adoção de boas práticas de integridade de investigação; a inovação aberta; e a ciência cidadã.

Conclusões

Assistimos atualmente a iniciativas de ciência aberta e reforma dos processos avaliativos da investigação que induzirão profundas alterações no panorama de publicação científica. Esta mudança de paradigma impactará significativamente na forma de divulgação de ciência e no nosso relacionamento com as editoras.

A FCT, enquanto associada da Science Europe, está fortemente comprometida na adoção das medidas decorrentes da reforma dos processos de avaliação da investigação e na adoção e promoção de políticas e iniciativas de acesso aberto/ciência aberta. O processo de implementação do Plano S previu-se ocorrido durante o ano de 2022, através de acordos com determinadas editoras, que assegurarão a publicação em acesso aberto sem qualquer custo para o autor. Acreditamos numa revisão da política de acesso aberto/ciência aberta, que inclua as questões da reforma da avaliação e da gestão e partilha de dados resultantes de investigação financiada pela FCT, conduzindo à atualização de regulamentos e à convocação da comunidade de investigação para o novo paradigma do acesso aberto e da sua interação com a avaliação da investigação.

De igual modo a Universidade do Minho, pioneira na adoção de iniciativas de acesso aberto, tem vindo a internalizar nos seus regulamentos de avaliação a valorização das práticas de acesso aberto. Adicionalmente, passou a assumir recentemente nos processos de recrutamento e avaliação dos investigadores que o conteúdo da produção científica é mais relevante do que as métricas de publicação ou do que a entidade que a publicou.

Referências

Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación. (2021). *Análisis bibliométrico e impacto de las editoriales open-access en España*. http://www.aneca.es/content/download/16664/202231/file/210930_Openaccess.pdf

All European Academies. (2017). *Código europeu de conduta para a integridade da investigação*. https://www.alllea.org/wp-content/uploads/2018/11/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017-Digital_PT.pdf

European Commission. (2005). *The European charter for researchers: The code of conduct for the recruitment of researchers*. https://euraxess.ec.europa.eu/sites/default/files/am509774cee_en_e4.pdf

European Commission. (2017). *Evaluation of research careers fully acknowledging open science practices - Rewards, incentives and/or recognition for researchers practicing open science*. <https://data.europa.eu/doi/10.2777/75255>

European Commission. (2021a). *Towards a reform of the research assessment system: Scoping report*. <https://data.europa.eu/doi/10.2777/707440>

European Commission. (2021b, 16 de julho). *Commission adopts proposal for a Pact for Research and Innovation in Europe*. https://research-and-innovation.ec.europa.eu/news/all-research-and-innovation-news/commission-adopts-proposal-pact-research-and-innovation-europe-2021-07-16_en

European University Association. (2018). *EUA roadmap on research assessment in the transition to open science*. <https://eua.eu/downloads/publications/eua-roadmap-on-research-assessment-in-the-transition-to-open-science.pdf>

Henry, K.R., Virk, R.K.A., DeMarchi, L. & Sears, H. (2021). A call to diversify the lingua franca of academic STEM communities. *Journal of Science Policy & Governance*, 18(3). <https://doi.org/10.38126/JSPG180303>

Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L, de Rijcke, S. & Rafols, I. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, 520, 429–431. <https://doi.org/10.1038/520429a>

Magna Charta Universitatum. (2020). *Magna Charta Universitatum*. <http://www.magna-charta.org/magna-charta-universitatum>

Miedema, F. (2022). *Open science: The very idea*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-94-024-2115-6>

Moher, D., Bouter, L., Kleinert, S., Glasziou, P., Sham, M.H., Barbour, V., Coriat, A.-M., Foeger, N., & Dirnagl, U. (2020). The Hong Kong Principles for assessing researchers: Fostering research integrity. *PLOS Biology*, 18(7), e3000737. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3000737>

Paris Open Science European Conference. (2022). *Paris call on research assessment*.

Reis, R. L., Rodrigues, E., Ferreira, E. C., Palha, J. A., González-Meijome, J. M., Gomes, M. E., Gonçalves, M. M., Martins, M. de L., Monteiro, N. P., Novais, P., & Príncipe, P. (2017). *A Universidade do Minho foi pioneira no acesso aberto às publicações e tem vindo a alargar a sua estratégia e intervenção para outras dimensões da ciência aberta*. <https://hdl.handle.net/1822/63930>

Science Europe. (2021, 9 de março). *The OA diamond journals study*. <https://www.scienceeurope.org/our-resources/oa-diamond-journals-study>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2021). *UNESCO recommendation on open science*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949>

A Avaliação da Ciência em Portugal: Da Multiplicação das Entidades à Opacidade dos Processos

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.7>

Paulo Serra

LabCom, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

<https://orcid.org/0000-0001-7821-3880>

paulo.serra@labcom.ubi.pt

Resumo

Tendo como ponto de partida a criação e desenvolvimento dos programas de doutoramento por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o texto que se segue, na sua primeira parte, analisa criticamente, o atual modelo de avaliação e gestão da ciência em Portugal por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; e, na sua segunda parte, delineia um modelo de avaliação e gestão de ciência mais democrático que o atual, situado a meio caminho entre a “república da ciência” de Polanyi (1962) e a luta entre comunidades e paradigmas científicos de Kuhn (1962).

Palavras-chave

avaliação de ciência, democracia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, gestão de ciência

Introdução

Este texto surgiu a propósito do encontro de encerramento do Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, que teve lugar na sala de atos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em 15 de dezembro de 2021.

Os programas de doutoramento Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), criados no consulado de Miguel Seabra como presidente da Fundação (2012–2015) e de Nuno Crato como ministro da Educação e Ciência (2011–2015) – e de que é exemplo o Doutoramento em Estudos de Comunicação (iniciado em 2013) – são, simultaneamente, um bom e um mau exemplo das práticas de avaliação e gestão de ciência por parte da FCT.

São um bom exemplo, pelo menos, em três aspetos essenciais:

- Possibilidade de colaboração entre várias unidades de I&D e várias universidades na criação de programas de doutoramento;
- Atribuição direta de bolsas de doutoramento e outras verbas aos programas de doutoramento (ainda que muito menos que as pretendidas);
- Autonomia das unidades de I&D e dos programas de doutoramento na atribuição e gestão dessas bolsas de doutoramento e outras verbas.

No entanto, estes aspetos positivos são diminuídos ou mesmo anulados por outros aspetos que fazem com que os programas de doutoramento FCT se tenham tornado maus exemplos. Referimo-nos, em concreto, aos seguintes:

- Tentativa de curto-circuito da FCT às competências das universidades e à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), ao pretender assumir a responsabilidade pela criação e gestão dos programas de doutoramento no país (o que contraria a lei em vigor);
- Burocracias de diversa ordem na aprovação dos programas de doutoramento, bem como na atribuição das bolsas de doutoramento e outras verbas;
- Atrasos constantes na atribuição dos financiamentos e nos pagamentos, acontecendo que, nalguns casos, os pagamentos foram feitos quando os programas estavam a terminar ou já tinham mesmo terminado.

Contudo, o escopo deste texto é mais amplo que a análise desse tipo de doutoramentos: ele visa, numa primeira parte, analisar criticamente o atual modelo de avaliação e gestão da ciência em Portugal por parte da FCT e, numa segunda parte, delinear um modelo de avaliação e gestão de ciência mais democrático que o atual, a meio caminho entre a “república da ciência” de Polanyi (1962) e a luta entre comunidades e paradigmas científicos (Kuhn, 1962).

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Avaliação da Ciência em Portugal

A Multiplicação das Entidades

Guilherme de Ockham (séculos XIII/XIV) é sobretudo conhecido, na história da filosofia, pelo princípio da parcimónia ou princípio da economia, vulgarmente designado como “navalha de Ockham”. Apesar do seu caráter lógico-metodológico, o princípio da parcimónia é entendido geralmente num sentido ontológico, sendo vulgarmente enunciado do seguinte modo: “os entes (ou as essências) não devem ser multiplicados sem necessidade’ (*entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem ou essentia non sunt multiplicanda sine necessitate*)” (Borges & Strefling, 2019). Se procurarmos na história da ciência, talvez um dos melhores exemplos de aplicação do princípio da parcimónia seja a defesa do heliocentrismo e das órbitas elípticas por Copérnico que, assim, consegue eliminar todo o conjunto complexo de epiciclos, equantos e aferentes que sustentavam a defesa do geocentrismo e das órbitas circulares pelo sistema de Ptolomeu.

A avaliação da ciência em Portugal é, quanto a nós, um outro exemplo claro da multiplicação das entidades, a necessitar de uma boa “navalha de Ockham”.

De facto, a avaliação da ciência e dos cientistas, em Portugal, envolve vários objetos e vários intervenientes, de uma forma que não se pode considerar nem consistente nem coerente.

Temos, em primeiro lugar, a avaliação feita e promovida pela FCT. Ela incide, no essencial, em unidades de I&D, projetos de investigação, bolsas de doutoramento e concursos de estímulo ao emprego científico, sendo levada a cabo por painéis e avaliadores nacionais e/ou estrangeiros cujos processos e critérios de escolha e nomeação são em regra desconhecidos (voltarei adiante a este tema).

Temos, em segundo lugar, e dado que a ciência em Portugal envolve um conjunto de docentes e investigadores que, na sua maioria, estão integrados em instituições de ensino superior (IES) e que, ao longo da sua carreira, são avaliados por essas instituições no que se refere ao seu desempenho científico, pedagógico e de outras atividades relevantes, a avaliação da ciência feita por professores catedráticos ou coordenadores das respetivas áreas científicas.

Temos, em terceiro lugar, a avaliação de artigos e livros que é levada a cabo pelos conselhos editoriais e revisores de revistas e editoras de natureza científica, e cujos resultados são (ou têm sido) altamente valorizados – em termos de “fator de impacto” – na avaliação feita quer pela FCT, quer pelas IES.

Esta multiplicação das entidades avaliadoras ilustra, também, aquilo que alguns académicos consideram a “esquizofrenia” que a FCT instaurou no sistema científico nacional a partir da sua criação em 1997, 20 anos depois da JNICT (Fidalgo, 2015).

Essa duplicação verifica-se, desde logo, nos contributos que cada um dos tipos de instituições – FCT por um lado, IES por outro – fornece ao chamado Sistema Científico e Tecnológico Nacional. No caso das IES, elas fornecem:

- Instalações e grande parte dos equipamentos, bem como a respetiva manutenção;
- Vencimentos dos docentes/investigadores;
- Projetos com verbas próprias ou ganhas em concursos que não são promovidos pela FCT e que, nalguns casos, ultrapassam em muito as dos projetos da FCT.

No caso da FCT, ela assegura o financiamento das unidades de I&D e Laboratórios Associados, dos projetos aprovados no concurso de projetos de I&D em todos os domínios científicos, das bolsas de doutoramento atribuídas no âmbito do concurso de bolsas de doutoramento, e dos investigadores contratados ao abrigo do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – individual e institucional.

O que se destaca, desde logo, na relação entre a FCT e as IES é a independência relativa dos coordenadores das unidades de I&D perante as direções das IES, e dos investigadores responsáveis pelos projetos de investigação perante os coordenadores das unidades de I&D e as direções das IES, ou seja: como investigadores, respondem perante a FCT; como investigadores e docentes respondem perante as IES. Esta situação oscila, muitas vezes, entre a contradição e a redundância: o que é bom num lado, não o é no outro; e há o que se repete em ambos os lados.

A Opacidade dos Processos

A opacidade dos processos de avaliação e gestão da ciência por parte da FCT assume múltiplas formas, de que destacamos em seguida algumas que nos parecem essenciais.

Os Conselhos Científicos da FCT. A opacidade na avaliação e gestão da ciência por parte da FCT revela-se, no essencial, nos processos de constituição dos conselhos científicos das áreas (ciências exatas e da engenharia, ciências da vida e da saúde, ciências naturais e do ambiente, ciências sociais e humanidades) e dos diversos painéis de avaliação, sendo os critérios utilizados para essa constituição totalmente desconhecidos dos responsáveis das unidades de I&D, das associações científicas, das empresas, dos cidadãos em geral (isso apesar de se propalar a “ciência cidadã” ou, pelo menos, a aproximação da ciência e dos cidadãos).

Particularmente relevante, neste contexto, é a ignorância das associações científicas das diversas áreas por parte da FCT. Como refere Ana Delicado (2020):

mesmo ao nível da Fundação para a Ciência e Tecnologia, os Conselhos Científicos de Ciências Exatas e da Engenharia, das Ciências da Vida e da Saúde, das Ciências Naturais e do Ambiente e das Ciências Sociais e Humanidades são compostos por indivíduos escolhidos pela sua pertença institucional, sem que as sociedades científicas da área sejam ouvidas na sua seleção. No fértil domínio das políticas científicas das últimas décadas, as associações científicas primam pela ausência. Legislou-se sobre carreiras científicas, bolsas, instituições de investigação, avaliação, emprego científico. Em nenhum diploma se referem as associações científicas. E, tanto quanto se sabe, em nenhum caso foram consultadas (à exceção, claro, dos sindicatos e associações que representam bolseiros e investigadores). (pp. 44–45)

Há (ou melhor, houve), no entanto, exceções pontuais à regra de não ouvir os investigadores nos processos de tomada de decisão:

o Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), constituído por esta Fundação em 2010, elaborou em 2011, um programa estratégico, de

aplicação até 2020, para o desenvolvimento e a consolidação desta vasta área científica, em torno de uma agenda com seis tópicos: internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação do conhecimento e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária. Reuniu-se, ao longo de 2011, com os responsáveis das 132 unidades de investigação desta grande área transdisciplinar, o que nunca havia acontecido na história da FCT nem fora preocupação do Conselho homólogo que o precedeu. (Martins, 2012, p. 331)

Os painéis de avaliação da FCT. O mínimo que se pode dizer acerca da constituição dos diversos painéis de avaliação da FCT é que ela evidencia alguma inconsistência, em particular no que diz respeito ao caráter nacional ou estrangeiro dos seus membros – sendo que a questão do recurso a avaliadores estrangeiros é uma espécie de dogma da FCT, que vê aí a forma de garantir uma avaliação “independente”, “objetiva” e “imparcial”. Assim, as unidades de I&D e os projetos de investigação são avaliados, exclusivamente, por especialistas estrangeiros; as bolsas de doutoramento são avaliadas, exclusivamente, por especialistas nacionais; os laboratórios associados são avaliados por especialistas nacionais e estrangeiros.

Sublinhe-se, desde já, que a questão da natureza internacional não garante, por si só, a independência, objetividade e imparcialidade em relação aos investigadores nacionais; aliás, tendo em conta a existência de redes invisíveis (ocultas) entre avaliadores estrangeiros e avaliados nacionais, nomeadamente no âmbito da European Communication Research and Education Association, da International Association for Media and Communication Research e de projetos transnacionais, essa é mesmo uma falsa questão (Serra, 2020). O que garantirá a independência, objetividade e imparcialidade dos avaliadores em relação aos avaliados não será, portanto, a sua nacionalidade, mas a sua ancoragem a uma sólida ética da investigação. A não ser assim, teríamos de concluir que existiria independência, objetividade e imparcialidade na avaliação das unidades de I&D e de projetos de investigação, mas não já na avaliação de bolsas e laboratórios associados...

Tal como o mostra a já relativamente longa experiência de avaliação dos cursos pela A3ES, o ideal seria mesmo termos painéis mistos, com avaliadores nacionais e estrangeiros.

Contudo, independentemente do caráter nacional ou estrangeiro dos membros dos painéis de avaliação, ninguém sabe quem sugere os coordenadores (que, por sua vez, sugerem os vogais), mediante que mecanismos, ou com que critérios.

Os concursos de projetos da FCT. A avaliação feita pelos painéis da FCT relativamente a projetos de investigação obedece, claramente, a determinadas agendas e, dentro destas, a certos paradigmas dominantes, como o evidencia a lista de projetos aprovados em 2020 e 2021 (para não irmos mais longe) patente na Tabela 1.

Tabela 1 Concurso de Projetos em todos os Domínios Científicos aprovados no painel de “Média e Comunicação”.

Ano do concurso	Título do projeto	Investigador responsável	Instituição proponente
2020	<i>Mediated Young Adults' Practices: Advancing Gender Justice in and Across Mobile Apps</i>	Inês Amaral	Universidade de Coimbra
	<i>MediaTrust.Lab - Local Media Lab for Civic Trust and Literacy</i>	Pedro Jerónimo	Universidade da Beira Interior
	<i>Study on Children and Young People's Experiences and Expressions of the Media</i>	Sara Pereira	Universidade do Minho
	<i>Climate Futures and Just Transformations: Young People's Narratives and Political Imaginaries</i>	Anabela Carvalho	Universidade do Minho
2021	<i>Migrations, Media and Activisms in Portuguese Language: Decolonising Mediascapes and Imagining Alternative Futures</i>	Rosa Cabecinhas, Julia Alves Brasil	Universidade do Minho
	<i>Glocal Feminist Movements: Interactions and Contradictions</i>	Carla Cerqueira, Célia Silva	Cooperativa de Formação e Animação Cultural e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
	<i>Youth, News and Digital Citizenship</i>	Maria José Brites, Teresa Sofia Castro	Cooperativa de Formação e Animação Cultural
	<i>Curiositas: Peeping Before Virtual Reality. A Media Archaeology of Immersion Through VR and the Iberian Cosmoramas</i>	Victor Flores, Susana Maria Martins	Cooperativa de Formação e Animação Cultural e Universidade Nova de Lisboa

Como se pode observar no quadro, dos oito projetos aprovados, seis têm a palavra “média” ou derivada no título, quatro desses títulos referem-se a crianças ou jovens, dois títulos referem questões de género/feministas – ou seja, jovens, média e género são os temas centrais, sendo o paradigma dominante o mediocêntrico e/ou jornalístico.

Ora, o desenvolvimento científico tem de ser livre e aberto, e não deve estar dependente de agendas políticas, ideológicas, disciplinares ou outras previamente definidas – como aconteceu, precisamente, na “ciência” pré-galilaica:

o desenvolvimento científico em Portugal, como em todos os países do mundo desenvolvido, foi tributário da liberdade e da autonomia dos investigadores e das instituições na definição da agenda, dos temas e dos problemas de investigação, em todas as áreas de conhecimento, das ciências fundamentais às ciências sociais e humanas. (Rodrigues, 2017, p. 24)

Note-se ainda que, dos oito projetos aprovados, três foram propostos pela Universidade do Minho (cujo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade [CECS] foi classificado com “excelente” na última avaliação das unidades de I&D pela FCT) e três pela Cooperativa de Formação e Animação Cultural, da Universidade Lusófona, sozinha ou em parceria (cujo Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias teve “bom” na última avaliação das unidades de I&D pela FCT); os outros dois projetos foram propostos pela Universidade da Beira Interior (cujo LabCom teve “muito bom” na última avaliação das unidades de I&D pela FCT) e pela Universidade de Coimbra (que não tem unidade de investigação na área). Conclui-se, assim, que a apresentação de um projeto por parte de uma unidade de I&D com “excelente” ou com “bom” vai dar exatamente ao mesmo na hora de ver aprovados ou reprovados os projetos de investigação...

Quando mudam os coordenadores (e os vogais) dos painéis, mudam as agendas e os paradigmas – e os vencedores de ontem tornam-se nos vencidos de hoje. O concurso de projetos da FCT torna-se, na linguagem irónica de um jovem investigador, a “raspadinha da investigação”: “com taxas de aprovação de 6%, onde 70% da avaliação resulta de opinião, é mesmo de sorte que estamos a falar, assumindo os concursos a forma de uma espécie de raspadinha da investigação” (Pereira, 2021, para. 10).

As bolsas de doutoramento e o emprego científico. Referindo-se ao “programa de bolsas para doutoramento e pós-doutoramento atribuídas pela FCT ao longo dos últimos anos”, que sobe até 2010–2011 e cai depois abruptamente, João Caraça (2020) diz o seguinte:

apelidada pomposamente nos meios dirigentes de “política científica”, certamente para deleite da paróquia e elevação da classe política, este importante ramo das políticas públicas carecia, no entanto,

da característica essencial de qualquer política de formação: estabilidade, ou, como agora se diz, “sustentabilidade”. Porquê? Porque o seu suporte provinha essencialmente de fundos comunitários e não de fundos próprios nacionais. Ou seja, dependia fundamentalmente da existência, volume e prioridades dessa fonte de financiamento externo. Não custa, pois, a compreender o desastre que mais cedo ou mais tarde estava anunciado. (p. 23)

O “desastre” não se refere apenas à diminuição brutal do número de bolsas que se seguiu ao período de abundância de fundos europeus, mas também – e sobretudo – à falta de uma estratégia de inserção dos jovens doutorados no mercado de trabalho, sobretudo quando o ensino superior, saturado de docentes e com escassez de estudantes, deixou de os absorver. Deste modo, os doutorados passaram a vegetar em universidades, laboratórios associados e unidades de I&D como mão de obra barata e precária.

A “solução” milagrosa encontrada pelos responsáveis pela ciência, tecnologia e ensino superior do nosso país foi o famoso “emprego científico”: as universidades contratariam os investigadores durante um certo período de tempo, com financiamento da FCT, assumindo depois essas universidades os encargos com o resto da carreira desses investigadores. No geral, o que as universidades têm vindo a fazer é aproveitar o tal financiamento temporário da FCT e despedir, depois, os investigadores...

Instaura-se, assim, uma contradição entre os fins e os meios. A precariedade perfila-se como um *output* inevitável da política de promoção de bolsas de doutoramento e de estímulo ao emprego científico da FCT de doutorados que a universidade não pode absorver, desde logo por falta de financiamento: “se as universidades já nem têm dinheiro para os salários dos seus professores de carreira, como podem contratar a tempo inteiro investigadores que a FCT produziu e não soube integrar na economia real?” (Fidalgo, 2018, para. 1).

Assim, o problema de fundo é antigo e permanece por resolver: como promover a inserção dos doutorados e dos investigadores no tecido económico nacional?

No que se refere ainda às bolsas de doutoramento, é nosso entendimento que elas deveriam ser atribuídas não a concorrentes individuais, mas às unidades de I&D, para captação de doutorandos com projetos interessantes para as mesmas. Do mesmo modo, as verbas canalizadas para os projetos de investigação individuais deveriam ser canalizadas para as unidades de I&D

enquanto entidades coletivas, e aplicadas em função da avaliação e do projeto de desenvolvimento destas últimas.

Para uma Nova Política de Gestão de Ciência Pela Fundação Para a Ciência e a Tecnologia

A reivindicação de uma nova política de gestão da ciência pela FCT tem sido, praticamente, uma constante desde a existência da Fundação. No caso concreto da área de ciências da comunicação, o diretor do CECS assinalava em 2012, em resposta a um conjunto de quatro questões colocadas pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanas da altura¹, o facto de a FCT manter “uma lógica centralista na gestão da ciência”, não respeitando a “autonomia dos centros de investigação” e a “especificidade das áreas científicas”, sendo que “a comunidade académica de Ciências da Comunicação”, representada nesses centros e nas associações da área, “nunca foi ouvida sobre a política científica para o setor, mesmo quando explicitamente solicitou audição”. Por essa razão desconheciam-se, por exemplo, “os critérios que têm presidido à constituição dos júris de avaliação de bolsas, projetos e unidades de investigação” (Martins, 2012, p. 332).

Assim, os investigadores do CECS sugeriam que

as unidades de investigação, assim como a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), que é a única estrutura associativa de investigadores de Ciências da Comunicação, com expressão nacional, deveriam ser consultadas, especificamente, nas seguintes matérias: (a) - sobre a presença de um elemento da área no Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT (que é há muito tempo uma aspiração da área); (b) - sobre a política de constituição dos painéis de avaliação dos projetos e unidades de investigação, assim como sobre o coordenador dos painéis”. No entendimento dos investigadores do CECS, ambos os aspetos se lhes afiguram como “condições fundamentais para garantir a diversidade dos paradigmas e respeitar uma prática teórica e metodológica plural”. (Martins, 2012, pp. 332 – 333)

1 As questões colocadas pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanas versavam os seguintes temas: “1) Processos de avaliação de bolsas, projetos e unidades I&D; 2) Papel da FCT no estímulo à pluridisciplinaridade; 3) Formas de cooperação institucional entre unidades de investigação da mesma área científica; 4) Formas de estímulo à apropriação social dos resultados de investigação” (Martins, 2012, p. 332).

Curiosamente – ou talvez não, se nos lembrarmos do dito popular sobre Frei Tomás – a crítica ao centralismo da FCT é também expressa, mais recentemente, por Miguel Seabra (2018), um dos mais conhecidos (e contestados) ex-presidentes da FCT, que exerceu o cargo entre 2012 e 2015, durante o governo da Troika:

o actual modelo de organização da FCT aproxima demasiado a gestão de ciência do poder político e afasta-a excessivamente da comunidade científica com a qual a instituição tem de trabalhar. (...) a FCT tornou-se demasiado burocrática, isolada, refém de fontes de financiamento e orçamentos anuais que dificultam a sua acção e não respondem adequadamente às necessidades da ciência. (...) A FCT deveria vir a ser reestruturada de forma a funcionar como um “Conselho de Investigação” (Research Council), dotado de autonomia administrativa, financeira e política, à semelhança do que se observa em diversos países da Europa e EUA. Noto que as universidades são já exemplos de instituições dotadas de autonomia e geridas por um Conselho Geral que inclui elementos da sociedade. (pp. 54–55)

Como se constata pelo depoimento dos investigadores do CECS que citámos atrás, entre 2012 e o momento em que escrevemos (2022) a prática de gestão da ciência pela FCT não mudou – ou, se mudou, foi para pior, restringindo cada vez mais o financiamento e sujeitando cada vez mais esse financiamento ao (nalguns casos suposto) impacto económico e social e ao desenvolvimento de determinadas agendas políticas e ideológicas, ou seja, a uma visão estreita e enviesada da ciência. Como referia já há alguns anos Martha Nussbaum (2010), “‘impacto’ é a palavra da moda da atualidade, e por ‘impacto’ o governo claramente quer dizer, acima de tudo, impacto económico. A investigação académica também é cada vez mais impulsionada pela demanda por ‘impacto’” (p. 128).

Referindo-se especificamente ao caso português e à FCT, dizem Maria de Lurdes Rodrigues e João Trocado da Mata (2021):

a política de ciência propriamente dita está concentrada na promoção do emprego científico e da formação avançada, o que permitirá continuar a dimensionar o sistema e a ganhar escala. Porém, o financiamento de projetos de investigação e das infraestruturas científicas e tecnológicas está dependente das prioridades do desenvolvimento. Diminuiu drasticamente o financiamento baseado na avaliação da qualidade e da competição, em favor do financiamento baseado em escolhas políticas. (...) A questão torna-se crítica para a ciência

quando estas iniciativas substituem um financiamento de base da investigação que garanta a produção de conhecimento como finalidade em si própria e quando as decisões de financiamento não obedecem aos princípios da avaliação e competição. A questão crítica é o abandono dos princípios da política de ciência. (p. 31)

Uma verdadeira política de ciência deve ser baseada, como dizíamos atrás, na liberdade e autonomia dos investigadores, implicando princípios básicos como os que a seguir se apresentam, e que foram em devido tempo realçados por autores como Karl Polanyi, Thomas Kuhn ou Paul Feyerabend:

1. Pluralismo gnosiológico – a ciência, a arte, a religião e o senso comum são diferentes formas de conhecimento, válidas num determinado contexto e não noutros, sendo que o conhecimento é sempre contextual;
2. Pluralismo epistemológico – as diferentes ciências têm o seu valor específico, pelo que são igualmente importantes as *hard sciences* e as *soft sciences*, as ciências da natureza e as ciências sociais e humanas, as ciências empíricas e as ciências lógico-matemáticas;
3. Pluralismo metodológico – são possíveis (e mesmo desejáveis) diferentes métodos ou “estilos de investigação”, muitas vezes pouco “científicos”. Para dar apenas três exemplos de cientistas com métodos muito diferentes, atente-se na experimentadora Marie Skłodowska Curie, no sonhador Albert Einstein, ou no filosofante Werner Heisenberg...

Como refere Feyerabend (1996), em texto sobre “teóricos, artistas e artesãos” que, de certo modo, resume aqueles princípios,

a ciência não contém um estilo de investigação, contém muitos. Este é um primeiro e bastante óbvio ponto de contato entre a tecnologia, as ciências e as artes. É muito mais substancial do que a conversa vaga e pantanosa sobre “criatividade científica”. Um segundo ponto de contato é que, seguindo os seus diferentes estilos de investigação, os cientistas desenvolveram diferentes visões sobre o mundo que nos rodeia. (p. 26)

Considerações Finais

Gostaria de concluir este texto com uma breve reflexão sobre um tema que está subjacente a muitas das nossas discussões sobre ciência: o da desvalorização epistémica das ciências sociais e humanas.

Esta desvalorização, que é praticamente da ordem do senso comum nas nossas sociedades, tem origem num equívoco partilhado pelos próprios cientistas que as praticam: o querer equipará-las, e mesmo identificá-las, com as chamadas “ciências duras” (*hard sciences*).

De facto, enquanto essas “ciências duras” têm um carácter cumulativo – ainda que, como mostrou Thomas Kuhn (1962), ele não seja nem linear nem contínuo –, as ciências sociais e humanas têm um carácter predominantemente contextual e reflexivo:

1. Contextual, na medida em que o seu objeto é sempre uma determinada realidade humana ou social (o “fenómeno social total”, como lhe chamava Marcel Mauss), diferente de outras realidades humanas ou sociais, pelo que o seu estudo constitui sempre o estudo de um caso, com possibilidades de generalização sempre problemáticas;
2. Reflexivo, porque os resultados do estudo de um determinado contexto, ao serem conhecidos, levam à transformação desse mesmo contexto, ou seja, e para utilizarmos (e invertermos) os termos de Marx, ao “limitar-se” a interpretar o mundo acabam por transformá-lo.

Em resultado deste equívoco, que consiste em equiparar ou identificar as ciências sociais e humanas com as ciências naturais, as primeiras acabam por mimetizar algumas das características destas últimas, nomeadamente a utilização de métodos e técnicas tendencialmente empíricos e quantitativos (esquecendo a importância do ensaio e da crítica) e a publicação praticamente exclusiva em língua inglesa – uma e outra do interesse das grandes revistas científicas indexadas na Scopus ou na Web of Science e das grandes editoras científicas.

Ora, ambas as características acabam por pré-determinar as ciências sociais e humanas no que se refere à escolha dos temas a investigar e às políticas de ciência a prosseguir pelos diversos países que não pertencem ao mundo anglo falante – que, deste modo, se submetem acriticamente aos temas e às políticas daqueles países, abdicando da sua liberdade e autonomia.

Referências

Borges, W. S., & Strefling, S. R. (2019). *A navalha de Ockham: Função lógica e critérios de aplicação* [Apresentação de comunicação]. XXI Encontro de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Caraça, J. (2020). Para que serve a política científica? In T. Brandão & M. E. Gonçalves (Eds.), *Ensaio sobre ciência, cultura e política científica* (pp. 21–27). Centro Nacional de Cultura.

Delicado, A. (2020). Desafios e oportunidades das associações científicas em Portugal. In T. Brandão & M. E. Gonçalves (Eds.), *Ensaio sobre ciência, cultura e política científica* (pp. 39–45). Centro Nacional de Cultura.

Feyerabend, P. (1996). Theoreticians, artists and artisans. *Leonardo*, 29(1), 23–28.

Fidalgo, A. (2015, 4 de setembro). Repensar a FCT. *Observador*. <https://observador.pt/opiniao/repensar-a-fct/>

Fidalgo, A. (2018, 25 de julho). Ciência e precariedade. *Observador*. <https://observador.pt/opiniao/ciencia-e-precariedade/>

Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. University of Chicago Press.

Martins, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331–345). Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Nussbaum, M. (2010). *Not for profit: Why democracy needs the humanities*. Princeton University Press.

Pereira, H. S. (2021, 9 de agosto). O concurso de projetos da FCT: A raspadinha da investigação. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/08/09/opiniao/opiniao/concurso-projetos-fct-raspadinha-investigacao-1973491>

Polanyi, M. (1962). The republic of science: Its political and economic theory. *Minerva*, 1(1), 54–73.

Rodrigues, M. L. (2017). Políticas de ciência em Portugal nos 40 anos de democracia. *Revista CTS*, 36(12), 11–31.

Rodrigues, M. L., & Mata, J. T. (2021). Ciência. In R. P. Mamede & P. A. Silva (Eds.), *O estado da nação e as políticas públicas 2021: Governar em estado de emergência* (pp. 29–34). IPPS-ISCTE – Instituto para as Políticas Públicas e Sociais.

Seabra, M. (2018). Testemunho. In *FCT – 20 anos a apoiar a ciência e a tecnologia em Portugal* (pp. 54–55). FCT.

Serra, P. (2020, novembro). A política de ciência em Portugal: O défice de transparência e participação. *Newsletter da Sopcom*. <https://www.sopcom.pt/Newsletter/202011-Sopcom.html>

Infopoder e Políticas da Ciência. O Sistema de Avaliação da Produção Científica e Tecnológica no Brasil

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.8>

André Lemos

Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço, Faculdade de Comunicação,
Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9291-6494>
alemos@ufba.br

Resumo

O objetivo desse artigo é reforçar a ideia pragmática de que somos formatados pelos dados e que os mesmos devem ser objeto de debates políticos para a definição de ações na área científica. Para essa discussão, o texto adota o conceito de “infopoder” (Koopman, 2019). Sem dados somos invisíveis, com os dados, somos produzidos. É nesse dilema que se torna necessário encontrar uma forma de falar bem do problema dos índices de qualificação de revistas, livros e eventos, dos julgamentos por pares, das taxas exigidas de produtividade e dos baremas estabelecidos para as avaliações de instituições de ensino e pesquisa. Discute-se a questão em meio a pandemia da COVID-19 e a atual situação brasileira de enfraquecimento de sistemas consolidados de avaliação, bem como no movimento de desestruturação das atividades de pesquisa científica e tecnológica no país.

Palavras-chave

avaliação, Brasil, ciência, poder

Introdução¹

No Brasil, a pandemia revelou a precariedade do nosso trabalho enquanto professores e pesquisadores (conectividade deficiente, restrições de acesso a equipamentos, inexistência de boas ferramentas pedagógicas adaptadas, entre outros fatores). O vírus, como constructo social (Lemos, 2021b), revelou vários problemas (diferentes a depender do país), sendo que no Brasil ficou evidente a fragilidade das infraestruturas de conexão, de habitação, a ausência de políticas públicas sérias para essas áreas de forma emergencial, entre outros fatores.

As aulas nas universidades públicas, federais, foram mantidas de forma remota e o trabalho de pesquisa (conjunto de atividades tais como orientação de mestrandos e doutorando, produção de artigos, elaboração de relatórios, reuniões de pesquisa...), bem como o acolhimento de demandas para palestras e conferências, divulgação científica e atividades administrativas não diminuíram. Os critérios de avaliação e os índices continuam a valer, com pouca margem de flexibilidade devido à pandemia. Embora esteja em uma universidade federal (Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil), que preza pelo conhecimento universal, público, gratuito e de qualidade, e que teve muito cuidado com a saúde dos membros de sua comunidade durante a pandemia, muitos adoeceram de males do corpo e do espírito.

Hoje, no Brasil e no mundo, há uma enorme pressão para que as universidades se adaptem aos princípios do neoliberalismo, transformando o conhecimento em uma mercadoria que deve, para ser valorizada, servir para algo, “entregar resultados”, criar “diferenciais competitivos”, expressões da economia neoliberal muito comuns hoje em dia. Como alertam Cornelius-Bell e Piper Bell (2021):

a promessa do ensino superior como uma instituição de aprendizagem, compartilhamento de conhecimento e democratização realizada brevemente nas décadas de 1970 e 1980, após a dramática convulsão social e movimentos de poder estudantil da década de 1960, são apenas um lampejo no panorama histórico quando as universidades desistem da democracia em favor da competição de mercado, desregulamentação, fusões e aumento de taxas. A universidade

1 Palestra proferida na Universidade do Minho no evento “Políticas de Ciência e da Língua. Publicação Científica e os Rankings Académicos”, Braga, Portugal, em 15 de dezembro de 2021 (nota dos editores: as informações deste artigo referem-se ao período do evento em Braga, tendo sido atualizadas apenas algumas referências temporais).

sofre em uma era em que os alunos são vistos singularmente como consumidores, valorizados por seu valor de uso de mercado (Brown 2015) (...). O ensino superior em todo o mundo está em um estado sombrio. Ataques sucessivos às estruturas de governança corporativa, gerencialismo neoliberal, racionalismo econômico e perseguição métrica deixaram o setor universitário em ruínas. A pandemia global COVID-19 acelerou a exploração e os danos do setor universitário para estudantes e trabalhadores e, enquanto continuar a afetar a natureza do trabalho, os danos continuarão. (p. 6)

No governo brasileiro, neoliberal e de extrema-direita, que vigorou até 2022, as ações eram realizadas com o intuito de desacreditar a ciência, a cultura, a importância do cuidado à natureza e a necessidade do respeito à dignidade humana. No que se refere à educação, a visão era de que a universidade pública, gratuita e de qualidade, é um estorvo. Houve um corte de 92% dos recursos alocados nas universidades públicas, colocando estas instituições em patamares orçamentários do início do século (Cafardo, 2022). Ministros e membros daquele governo chamaram professores, pesquisadores e alunos de vagabundos e tentaram destruir os processos de avaliação da pós-graduação, como vou mostrar mais adiante.

A educação, mesmo em governos progressistas, nunca foi uma prioridade no Brasil. As condições materiais das nossas universidades sempre foram precárias e o investimento nelas sempre foi minguado, com situações melhores ou piores a depender do governo da época. Aprendemos a viver na precariedade e fazendo “gambiarra” (esse jeitinho de lidar com as dificuldades, típico da cultura brasileira) para desempenhar o nosso papel. Mas, agora, a questão é mais grave, pois além de cortes drásticos no orçamento, sufocando economicamente o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento da pesquisa, houve abertamente uma postura ideológica de negação da ciência e do ensino superior, concretizados em ataques constantes aos princípios mais caros da formação humanística e do desenvolvimento da ciência. E se não bastasse o ataque interno, a ciência brasileira luta por um lugar ao sol na ciência mundial. É preciso urgentemente pensar e implementar projetos que pensem o desenvolvimento da ciência com diplomacia, em meio a um sul global desacreditado e a um norte global ainda mais forte².

2 Ver, por exemplo, a revista *Online Media and Global Communication* (de Gruyter, s.d.), patrocinada pelo Centro de Pesquisa de Opinião Pública Global da China e pela Escola de Jornalismo e Comunicação da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai. Ela valoriza outras línguas e paga os autores que forem publicados. Não há taxas para os autores e cada artigo aceito receberá uma recompensa de US\$ 200 no primeiro ano. O acesso é livre e aberto. A revista tem como foco principal os países do chamado “Sul Global”. O corpo editorial da revista inclui um grande número de pesquisadores de países que, hoje, ocupam um lugar periférico no cenário da pesquisa global.

No entanto, com toda a adversidade, mais de 90% da pesquisa científica e tecnológica feita no país se faz nas universidades públicas federais (Moura, 2019). Resta saber até quando.

Na minha área, a cultura digital, a pressão para “entregar resultados” foi muito bem analisada por Richard Grusin (2014) em uma conferência na qual ele denuncia o perigo do neoliberalismo em universidades americanas com o surgimento das “humanidades digitais”. O catedrático americano discute este novo e importante campo do saber, que tem tanto a oferecer ao conhecimento sobre a sociedade e a cultura contemporâneas, chamando a atenção para o fato de que ele pode se transformar em um inimigo das humanidades, investindo contra aquilo que Agamben (2008/2009) chamou de pensamento “inatual”, contra a reflexão não quantitativa, interessada e mesmo dirigida ao mercado. Nas palavras de Grusin (2014):

os humanistas digitais deveriam parar (como muitos já fizeram) de fazer distinções invejosas entre crítica e produção, entre o trabalho acadêmico buscado para seus próprios fins e o trabalho acadêmico que é instrumental para outros fins. Essas distinções alimentam as crenças dos administradores e legisladores estaduais de que as humanidades não promovem o que consideram ser o objetivo principal (se não o único financiável) de uma educação universitária - treinar alunos para empregos existentes atualmente (ou para os futuros). (...) É crucial para as humanidades preservar a oportunidade de estudantes e acadêmicos trabalharem devagar, em particular e independentemente das pressões da mídia socialmente conectada para atualizar constantemente os outros sobre o que alguém acabou de escrever ou pensar - se não por outra razão que não a ênfase inquestionável na colaboração, abertura e compartilhamento... (p. 89)

Infopoder

A atual cultura digital marca todas as áreas da atividade social, principalmente a partir da formatação (coleta, organização, análises, transmissão e performances) de dados. A área acadêmica não está livre desse processo. No caso do trabalho científico, os pesquisadores são avaliados, ranqueados, valorizados cada vez mais com base em dados quantitativos (majoritariamente) e qualitativos de produtividade e de performances estruturados em índices, conceitos, métricas... Portanto, em uma cultura de *big data* e de alta performance algorítmica com sistemas de inteligência artificial, precisamos colocar em questão o poder formatador desses dados, pois ele desempenha um papel constituinte e produtor da sociedade de uma forma ampla, e no

nosso campo específico da produção e da divulgação científica, em particular. Somos avaliados de acordo com a formatação dos dados quantitativos da nossa produção.

Atualmente, a performance pragmática dos dados é tão importante e tão espalhada na sociedade que foi, como um sintoma, escolhida como tema central para a prova de redação do exame nacional do ensino médio (um dos principais exames de acesso à universidade no Brasil) em 2021: “Invisibilidade e Registro Civil: Garantia de Acesso à Cidadania no Brasil”. Os dados performam a cidadania, nos constituem e sem eles não temos visibilidade, e de forma pragmática, existência. Um brasileiro sem um registro geral e um cadastro de pessoa física, ambos documentos de identificação pessoal básica, não consegue, por exemplo, se matricular numa escola, ter acesso a benefícios sociais do governo (como o auxílio emergencial durante a pandemia), ou acessar ao sistema público de saúde. Um “indocumentado”, sem ser produzido por dados, não é, conseqüentemente, um cidadão. Em matéria do jornal espanhol *El País* (Oliveira, 2020), pessoas sem documentos, que são invisíveis sem um número a elas associado, falam de si mesmas como “não pessoas”.

O mesmo acontece com a ameaça, por falta de recursos e de vontade política do governo atual, de realização do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que pode fazer com que o Brasil “desapareça”, pragmaticamente, impedindo ações de políticas públicas concretas para o presente e o futuro. Afirmando a sua importância, o Supremo Tribunal Federal brasileiro obrigou o governo a realizar o censo de 2021 (Teófilo, 2021). Ele, certamente, não é apenas um instrumento de contagem, mas de classificação, balizador de políticas públicas por parte de instituições públicas e privadas no país. A formatação pelos dados é um, certamente, dispositivo informacional biopolítico que produz de forma performativa um cidadão e uma sociedade. Os sem papel, ou um país sem dados, perdem mecanismos concretos e efetivos de atestar a sua realidade.

Não somos os dados, mas sem eles não existimos. Essa constituição cidadã se aplica também ao campo científico. Como tratar dessa questão, sem succumbir a uma visão simplória e essencialista por um lado (“não somos os dados”) ou integrada do outro (“somos os dados”)? Temos aqui duas questões interessantes para o nosso debate: os dados nos formatam, nos dão existência e, ao mesmo tempo, nos reduzem. Portanto, adotar uma posição essencialista (“não somos os dados”) ou determinista e integrada (“somos os dados”) não ajuda a entender o problema das métricas e avaliações na ciência. O dilema é que sem dados somos invisíveis mas, com os dados,

somos produzidos, formatados. É necessário, portanto, encontrar uma forma de falar bem do nosso problema dos índices, taxas de produtividade e baremas de avaliações na academia sem sucumbir em um dos dois polos, ou seja, discutir politicamente a formatação sem cair no essencialismo ou no determinismo.

Por uma perspectiva pragmática, somos o que fazemos. No entanto, nem relação (o que fazemos com os outros e os objetos), nem substância (o que somos de forma autônoma) dão conta da complexidade e não esgotam nem objeto, nem sujeito. Ambos não são totalizáveis em suas dimensões material, física, biológica, psíquica, neurológica... Nesse sentido, embora a pessoa seja muito mais do que suas relações, elas não existem sem estas. O mesmo podemos dizer em relação aos dados. Eles não nos esgotam, mas sem eles não existimos politicamente (Cheney-Lippold, 2017; Harman, 2011; Koopman, 2019).

É isso que propõe Colin Koopman (2019) com a discussão do infopoder (*info-power*). Sua tese é que não são os dados que são pessoais, mas a pessoa que é produzida a partir deles criando uma “pessoa informada”! O importante, sustenta Koopman, é reconhecer o infopoder sem cair em perspectivas essencialistas a fim de politizar (discutir princípios, formatos, fazer correções, chegar a acordos sobre dados – tipos, quantidades, formas de análises, etc.). Negar que somos construídos baseia-se numa postura alienada e superficial de defesa de uma substância, de que algo construído (social, cultural, discursivamente) é falso ou ilegítimo (Latour, 2013). A questão é sair dessa polarização para discutir a construção do infopoder. Hoje, os dados nos formatam de tal maneira, que passamos mesmo a acreditar que somos o que encontramos nessas categorias, gerando assim um efeito performativo de verdade muito eficaz e estruturante. Consequentemente, ser construído pelos dados gera potências e negatividades, pois essas formatações são sempre parciais, enviesadas e vão performar um futuro ideal.

Para Koopman (2019), o infopoder é exercido através de uma multiplicidade de formatos que moldam, restringem e preparam tudo o que é coletado, armazenado, processado, refinado, recuperado e redistribuído como informação. Para o autor americano, a sua gênese se dá na década de 1920 nos Estados Unidos. O que vivemos hoje, com o que chamei de “dataficação do mundo” (Lemos, 2021a), não é uma novidade, pois fruto da expansão histórica do infopoder. Esse poder dos dados e de suas formatações é uma questão importante a ser levada em consideração pela comunicação política e, certamente, no nosso debate sobre métricas de avaliação da ciência. Sobre os algoritmos, por exemplo, afirma Koopman (2019):

a importância dos algoritmos pode ser recente apenas se os separarmos dos conjuntos de dados mais amplos colocados em operação. Olhando mais amplamente, no entanto, podemos reconhecer que os algoritmos têm ajudado a formatar a nós mesmos (e muito mais) por quase um século. Como tal, não é uma suposta expansão recente na implantação ou na capacidade algorítmica que merece nossa atenção crítica, mas sim a disposição há muito arraigada que nos preparou bem para nos considerarmos sujeitos de algoritmos. (p. 87)

A formatação, portanto, não sendo nem nova nem neutra, possui cada vez mais uma dinâmica própria e particularidades na materialidade dos seus processos. O argumento central de Koopman – e que gostaria de tensionar no nosso debate aqui – é que estamos despreparados para pensar esse infopoder sem cair, por um lado, no essencialismo ou, por outro, no determinismo. Devemos sempre perguntar: como a informação é formada? Por quais instrumentos? Em que situações? Por quem ou por quais instituições? Com qual justificativa? Com que frequência? O que essa formatação produz materialmente e discursivamente a curto, médio e longo prazos? Quais as vantagens e desvantagens dessa formatação?

Vejam por exemplo o *curriculum vitae* (CV; trajetória de vida). Ora, um CV nunca retrata a complexidade, e com total fidedignidade, a trajetória de vida de quem quer que seja. Ele registra, em ordem cronológica, dados e feitos comprovados de uma pessoa. Mas, como sabemos, um dado é sempre uma forma específica de leitura do mundo, de transformação de uma grandeza em outra operacionalizável. Consequentemente, ele nunca é “bruto”, como insiste uma certa visão burocrática e quantitativa do mundo (Kitchin, 2014). Os dados são sempre maneiras de tradução do mundo, propondo leituras específicas, e esse “texto”, esse “algoritmo”, transforma-se em uma escrita performativa (como enunciados performativos; Austin, 1975) que, para funcionar, precisa sempre de reduzir a complexidade da realidade social. O CV formata, portanto, a nossa “trajetória de vida” e é tão performativo que às vezes achamos mesmo que essa é a totalidade da nossa vida. Não é. Mas é também parte dela!

No Brasil, a plataforma de *curricula Lattes* (do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)³ é de uso compulsório para profissionais da educação no país. Ele formata o que se pretende construir como história de vida dos cientistas brasileiros, sendo solicitado em todas

3 <https://lattes.cnpq.br>

as formas de interação com o sistema acadêmico nacional (participação em concursos públicos, solicitações de bolsas e recursos para projetos de pesquisas, participação em bancas de mestrado e/ou doutorado, financiamento em infraestrutura...). Ele minimiza, por exemplo, registros qualitativos (que, reconhecemos, é difícil avaliar), gerando indicadores baseados na produtividade, registrando de forma quantitativa os diversos feitos (cursos, disciplinas, cargos, artigos, livros, palestras, projetos de pesquisa, prêmios...), formatando a avaliação dos programas, das faculdades e, na ponta, da Universidade e da ciência brasileira envolvida como um todo.

O CV Lattes é uma excelente ferramenta de busca que, com inteligência, nos permitiria vincular pesquisadores, pesquisas, áreas de conhecimento, temas atuais para buscas cruzadas e inteligentes de temas, regiões, instituições, veículos de publicação, eventos, alocação de recursos para pesquisas, bolsas... No entanto, os dados não são formatados para esse fim e o cruzamento de informações não é oferecido de forma automatizada ao acessar a plataforma. Portanto, ele está reduzido a ser apenas um operador limitado do infopoder, caracterizando-se como instrumento de domesticação da produção científica, servindo de forma bastante superficial a comunidade acadêmica nacional e internacional, como comprovação e registro de atividades pré-selecionadas. Deve-se abdicar desses dados? Certamente que não, mas precisamos estar atentos à sua dinâmica de formatação do que somos como pesquisadores e do que é o reconhecimento daquilo que deve ser valorizado como trabalho de destaque na educação e no desenvolvimento científico. O que se invisibiliza se subtrai, e o que se torna visível se sobressai. A formatação deve ser, portanto, objeto de uma ação de política pública (muitas vezes invisível, feita nos bastidores, sem discussão), pois define o que se pode ou não fazer, o que se deve ou não estimular, determinando tipos de avaliação, construindo o perfil do cientista e da ciência e, por fim, a aplicação de orçamentos para a área, ou seja, a sua valorização pública.

A Avaliação da Ciência no Brasil

O infopoder é hoje instrumento de uma modernidade neoliberal que institui eficiência, índices, produtividade e valores de mercado como operadores importantes no direcionamento dos interesses da ciência, da pesquisa e do ensino. A formatação desse infopoder precisa ser questionada. É fundamental manter publicações na língua nativa, frear o produtivismo sem qualidade, não ficar refém dos rankings, evitar compactuar com revistas pagas para a divulgação científica, entre outros. Mas a questão é complicada e deve ser analisada em toda a sua complexidade.

Por exemplo, escrevi em 2020 um tuite que compartilhava um ranking das universidades brasileiras no mundo. As universidades federais se destacavam. A minha tinha subido na classificação, no Brasil e na América Latina. Postei algo como: “olha aí, os vagabundos das universidades federais!”, fazendo referência a uma declaração do então ministro da educação do atual governo. Um colega, professor na Inglaterra, retuitou dizendo: “bullshit”. Repliquei que índices são usados sempre politicamente e que agora não era *bullshit*, pois estávamos sob ataque do governo federal. De forma situada e pragmática, esses índices nos ajudavam no enfrentamento em uma guerra de narrativas importante. Naquele momento, servia para contrapor o discurso de desmoralização das universidades sustentado pelo governo e pelo Ministério da Educação. Mas, certamente, entendi a crítica do meu colega aos índices e às formas como são produzidos, afirmando que não podemos ser reduzidos a eles.

Assim sendo, a questão de índices e de avaliação de produtividade é complexa e deve ser sempre situada. Eles devem ser os mesmos para todas as áreas? Em todos os países? Para pesquisadores em começo ou em fim de carreira? Para minorias? Para quem recebe ou não recebe *grant* de pesquisa? O que dizer da revisão por pares? Ela deveria buscar o diálogo e a interlocução visando a melhoria do artigo e o seu enquadramento ao perfil da publicação mas, muitas vezes, ela serve como instrumento de imposição de um ponto de vista. Sabemos que há preconceitos de nacionalidades e de idioma, pois mesmo um texto sendo escrito em inglês (língua universal da ciência hoje), por exemplo, pode-se perceber se o autor é ou não nativo e isso cria viesamentos na análise. Além disso, há vieses de base teórica, ideológica, estilística... Em tese, a revisão é neutra, mas de fato não é (imposições de temas, de pensamento, de língua, de nacionalidades...). Alternativas como revisão coletiva estão sendo discutidas hoje. E nas humanidades essa neutralidade é ainda mais dificilmente alcançada. Entretanto, isso não significa que devemos abolir a sua busca.

Há também o problema da mercantilização do conhecimento com eventos com taxas exorbitantes e pagamento para acesso e publicação de artigos científicos, produzidos em muitos casos, com verbas públicas. Envia-se o resultado de pesquisas (em forma de artigos, ensaios, resenhas...) de graça, ou pagando para ser publicado. É o caso da editora Elsevier (dados de 2020; Vaiano, 2020), a maior editora de literatura científica do planeta, que lucrou US\$ 1.000.000.000 sobre um faturamento de US\$ 2.700.000.000, como uma margem de lucro de 36,7%, maior que a do Google (26,5%), por exemplo. No Brasil, o governo assina os principais periódicos do mundo, disponíveis

no portal de periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES; orçamento de R\$ 431.397.058,00 – 61.000.000 € em 2021). Adota-se modelos abertos no Brasil: todas as principais revistas da área de comunicação, por exemplo, são abertas e gratuitas.

A mercantilização da publicação é alimentada pela necessidade de sermos produtivos. É preciso divulgar as pesquisas, já que a produtividade é medida por esses dados. Mas esse é um problema de difícil solução. Revela-se aqui, claramente, o problema da quantidade *versus* qualidade. Somos compelidos a publicar o tempo todo para sermos bem avaliados, o que gera muito stress e perda de qualidade. Além de publicar muito, as pesquisas devem ser citadas, pois os índices que avaliam o impacto da pesquisa são medidos pelo número de citações de um artigo. Há, por consequência, muito artigo e pouca representatividade (já que muitos são produzidos e poucos têm alto índice de impacto). Isso força citação induzida de colegas, ou do próprio pesquisador para melhorá-los. No entanto, avaliar a ciência – para dar conta à sociedade do nosso trabalho – sem usar números não é tarefa fácil. O qualitativo é uma armadilha. Como contestar aquele que diz que publica pouco, mas com mais qualidade, sem apelar para índices *h* ou *i10*?

O termômetro desse quadro é o sistema de avaliação. Ele deve existir, pois certamente elevam o padrão de qualidade da ciência em todas as áreas. Mas, formas de avaliação devem ser adotadas com ampla discussão das instituições e dos cientistas para garantir um acordo mínimo sobre a formatação dos dados, ou seja, o infopoder. A universalidade de modelos, adotado sem discussão ou soberania, é um dispositivo totalitário.

No Brasil, consegue-se equilibrar (ou conseguia-se até recentemente), equalizar, de forma democrática e participativa, desejos governamentais, institucionais e dos cientistas na constituição do processo de avaliação da graduação e da pós-graduação. O Brasil tem hoje um robusto sistema de avaliação, instituído pela CAPES⁴, do Ministério da Educação do Brasil, criada em 1950, que gera notas (índices) de 2 a 75. Na década de 1970, a agência assumiu o papel de reconhecer, acompanhar e avaliar os programas de mestrado e de doutorado do país a partir de comitês em diferentes áreas do conhecimento. Hoje são 4.000 cursos de pós-graduação no país.

4 <https://www.gov.br/capes/pt-br>

5 Cursos com nota acima de 3 são recomendados. Na área de comunicação, temos apenas três cursos nota 6 (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal de Minas Gerais) e um nota 7 (Universidade Federal do Rio de Janeiro; <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>)

O sistema de avaliação foi construído a partir de debates entre os pares de determinada área do conhecimento. Estes decidem, com certo grau de autonomia (há alguns indicadores que são “impostos” pelos comitês superiores das áreas do conhecimento), as formas, os índices e os critérios de avaliação do seu campo. Os critérios de avaliação não são, portanto, fruto de burocratas, mas sim de autorregulação dos cientistas. A avaliação é quadrienal buscando avaliar: produtividade pela mediana da área; internacionalização e indução em outros estados; qualidade das revistas científicas – Qualis^{6,7} (Ministério da Educação, 2019)⁸; qualidade dos Livros – Qualis⁹; o tempo de defesa médio de dissertações e teses; a inserção social do programa; a coerência de linhas de pesquisa e área de concentração; os projetos de pesquisa; as disciplinas, a relação com a graduação, entre outros. O sistema criado atribui nota ao desempenho dos programas que vai vincular a distribuição de recursos para infraestruturas e para concessão de bolsas de pesquisa. Os indicadores, claro, são recorrentemente tema de debate (nos corredores das universidades, nas associações científicas, nas representações de área junto à agência...), mas não a existência deles, ou dos sistemas avaliativos. De modo geral, eles são muito bem vistos pela área científica como um todo.

Hoje, esse sistema está ameaçado, como todas as áreas sensíveis do país. O ciclo de avaliação de 2017 a 2020 foi paralisado em setembro de 2021, tendo terminado apenas no final de 2022. Até ao final de 2021, pelo menos 80 pesquisadores (das áreas de química, física, matemática) pediram desligamento da agência, alegando falta de compromisso da mesma com a avaliação

6 Destaco alguns elementos de avaliação: Conselho Editorial com afiliação institucional diversificada de seus membros e abrangência regional, nacional e internacional; descrição e transparência do processo editorial: política de detecção de plágio, critérios de avaliação, avaliação às cegas por pares, obediência a normas técnicas editoriais – Associação Brasileira de Normas Técnicas ou equivalente –, taxa anual de submissão e rejeição, processo de revisão, declaração de direitos autorais, formas de acesso, com ênfase no acesso aberto; presença em indexadores, que devem estar indicados na página inicial da revista; periodicidade regular e atualizada (seriada, contínua, *ahead of print*, etc.), com ênfase na publicação contínua; a endogenia deve ser evitada; resumo em língua portuguesa e em, pelo menos, uma língua estrangeira, seguido de palavras-chave; estímulo à submissão e publicação de artigos em língua inglesa; identificação dos artigos por Identificador de Objeto Digital (DOI). O sistema Qualis Periódicos avalia as revistas científicas inseridas pelos Programas de Pós-graduação ao longo do período de avaliação, nesse caso 2017 e 2018.

7 O Brasil proporciona aos seus pesquisadores acesso aos principais periódicos do mundo (Periódicos CAPES, s.d.).

8 <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

9 A avaliação dos livros e coletâneas dar-se-á obedecendo uma escala de 0 a 100 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, s.d.). Identificado o estrato, cada modalidade (livro integral, organização de coletâneas, capítulos e verbetes) corresponderá a pontuações diferenciadas.

quadrienal; questionamento jurídico de métodos adotados há anos e que pode gerar processo de cursos que obtiveram notas ruins na avaliação; pressão para aprovação de novos cursos de pós-graduação (especialmente a distância), entre outros. Houve pelo menos 70% de redução de verbas da agência no governo de Bolsonaro! É unânime a necessidade de avaliação e de rigor na aprovação de cursos. No governo que vigorou até ao final de 2022, houve a queda da liminar que impedia judicialmente a continuidade da avaliação. Em 10 de novembro de 2021, os coordenadores de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior assinaram uma carta denunciando este estado de coisas. Eles afirmam:

procuramos salientar a importância de se defender o mérito acadêmico da Avaliação Quadrienal. Nossa posição, que aqui reiteramos, é que devemos buscar todos os meios para que a Avaliação do período 2017 – 2020 seja concluída nos moldes em que vinha sendo realizada. (...) No entanto, em audiência pública anterior na Câmara dos Deputados, não houve uma manifestação coincidente a este respeito da própria CAPES. (Júnior et al., 2021, para. 2)

Causa-nos preocupação o fato de que a avaliação continua paralisada e pode não haver coincidência entre mandatos de coordenadores e o final da Avaliação. Esta carta representa antes de tudo nosso comprometimento com o trabalho que nos foi confiado pela CAPES e pela comunidade acadêmico-científica do Brasil. (Júnior et al., 2021, para. 5)

Conclusão

É fundamental reconhecer, para escapar do essencialismo ou do determinismo, a ação do *infopower* como processo de formatação de dados que pragmaticamente nos constituem e, assim sendo, devem ser politizados. É imperativo, no campo das ciências, como em qualquer outro da sociedade contemporânea, sempre perguntar quem gera, formata, analisa, administra e utiliza nossos dados pessoais. É preciso, certamente, relativizar índices e métricas, mas estes devem ser criados e mantidos dentro de um projeto de soberania.

Na ciência, nossa língua é o conhecimento, a emancipação do espírito, a cooperação entre os povos, a formação de pessoas, de conceitos, de problemas que nos ajudem a criar uma sociedade melhor para o comum. Nesse sentido, nossa “trajetória de vida” ou nossa performance como cientistas não pode ser reduzida, linearmente, aos dados coletados sem uma discussão sobre

essa coleta. Certamente, não podemos também existir sem eles. O importante é entender as dinâmicas do infopoder nesse campo para exercermos com autonomia crítica um papel ativo na construção de rankings, índices e políticas de avaliação. Portanto, a atenção deve ser dada para não sucumbir, nem à subserviência dos números, nem à perspectiva essencialista.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é contemporâneo e outros ensaios* (V. N. Honesco, Trad.). Argos. (Trabalho original publicado em 2008)
- Austin, J. L. (1975). *How to do things with words*. Clarendon Press.
- Cafardo, R. (2022, 13 de fevereiro). *Orçamentos para investir em educação e ciência voltam a níveis dos anos 2000*. UoL. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/02/13/orcamentos-para-investir-em-educacao-e-ciencia-voltam-a-niveis-dos-anos-2000.htm>
- Cheney-Lippold, J. (2017). *We are data: Algorithms and the making of our digital selves*. New York University Press.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (s.d.). *Ficha de avaliação de livros*. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_LIVROS_COMUNICACAO_INFORMACAO.pdf
- Cornelius-Bell, A., & Bell, P. (2021). The academic precariat post-COVID-19. *Fast Capitalism*, 18(1). <https://doi.org/10.32855/fcapital.202101.001>
- de Gryter. (s.d.). Online Media and Global Communication. <https://www.degruyter.com/journal/key/omgc/html?lang=en>
- Grusin, R. (2014). The dark side of digital humanities: Dispatches from two recent MLA conventions. *Differences*, 25(1), 79–92. <https://doi.org/10.1215/10407391-2420009>
- Harman, G. (2011). *The quadruple object*. Zero Books.
- Júnior, F., Sommer, R., Saa, A., Varassin, I., Hemerly, A., Maraschin, M., Collares, T., Cunha, P., Zorzo, A., Maldonado, J., Olivares, F., Almeida, J., Naval, L., Schmitt, J., Menck, C., Balbino, V., Foguel, D., Mineo, J., Parada, C., ... Moraes, C. (2021, 10 de novembro). *Carta aberta dos coordenadores de área da CAPES*. Academia Brasileira de Ciências. <http://www.abc.org.br/2021/11/10/carta-aberta-dos-coordenadores-de-area-da-capes/>
- Kitchin, R. (2014). *The data revolution: Big data, open data, data infrastructures & their consequences*. SAGE Publications.
- Koopman, C. (2019). *How we became our data: A genealogy of the informational person*. University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226626611.001.0001>

Latour, B. (2013). *An inquiry into modes of existence: An anthropology of the moderns*. Harvard University Press.

Lemos, A. (2021a). Dataficação da vida. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 193–202. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>

Lemos, A. (2021b). *A tecnologia é um vírus: Pandemia e cultura digital*. Editora Sulina.

Ministério da Educação. (2019). *Relatório do Qualis periódicos*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-comunicacao-informacao-pdf>

Moura, M. (2019, 7 de maio). *Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil*. Unifesp. <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>

Oliveira, J. (2020, 4 de fevereiro). “Quando morre um de nós é o mesmo que morrer um cachorro”. *El País*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-04/o-ribeirinho-ameacado-de-morte-que-tenta-salvar-a-amazonia.html>

Periódicos CAPES. (s.d.). *Acesso CAFe*. <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezL.periodicos.capes.gov.br/index.php/acesso-cafe.html>

Teófilo, S. (2021, 28 de abril). Ministro do STF determina que governo tome medidas para fazer o Censo 2021. *Correio Braziliense*. <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/04/4920842-ministro-do-stf-determina-que-governo-tome-medidas-para-fazer-o-censo-2021.html>

Vaiano, B. (2020, 22 de maio). Como a indústria dos artigos científicos trava o avanço da ciência. *Super Interessante*. <https://super.abril.com.br/ciencia/a-maquina-que-trava-a-ciencia/?fbclid=IwAR3ILP8v-F72jamWl4HNjQ6hJHH4oPmG4UJU7vRU2Lk4CACmehXWkFVX33w>

A Necessária e Difícil Reforma da Avaliação da Investigação

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.9>

Eloy Rodrigues

Serviços de Documentação e Bibliotecas, Universidade do Minho, Braga, Portugal

<http://orcid.org/0000-0002-7862-2681>

eloy.rodrigues@usdb.uminho.pt

Resumo

A avaliação é uma componente essencial e determinante do sistema científico e académico. O modelo de avaliação baseado em métricas, que se tornou predominante nas últimas décadas, tem vindo a ser crescentemente questionado e contestado.

Este capítulo começa por esclarecer as origens do atual sistema de avaliação da investigação, descrever as suas principais características, bem como as consequências negativas da sua utilização. Seguidamente, mencionam-se algumas das iniciativas para a reforma da avaliação da investigação procurando identificar os aspetos comuns que podem constituir o núcleo dessa reforma. Finalmente, enumeram-se e discutem-se os principais desafios e obstáculos, que fazem desta indispensável reforma uma tarefa difícil.

Palavras-chave

avaliação da investigação, ciência aberta, métricas, publicação científica

Introdução

Nem tudo o que pode ser contado conta e nem tudo o que conta pode ser contado. (Cameron, 1963, p. 13)

Como o crescimento do conhecimento não é autônomo, nem aleatório nem guiado pela lendária “mão invisível”, deve ser possível melhorar o impacto da ciência através de uma governação consciente, visando um melhor alinhamento do empreendimento de investigação com as nossas principais necessidades societárias nacionais e globais. (Miedema, 2022, p. 2)

A avaliação é uma componente essencial e determinante do sistema científico e académico. Como acontece em várias outras áreas da sociedade e da economia, a avaliação das atividades, dos resultados obtidos, e das pessoas e instituições que realizam investigação, não apenas aprecia o desempenho passado, como, ao fazê-lo (premiando ou “punindo”), determina em grande medida o futuro.

A avaliação da investigação dirige e condiciona a alocação de financiamento às instituições, projetos e investigadores, e influencia, direta ou indiretamente, a definição das áreas e tópicos de investigação prioritários, ou seja, a definição da agenda de investigação. Não menos importante é o impacto da avaliação na carreira académica e científica das pessoas que realizam investigação, nomeadamente nas que trabalham no contexto universitário. Por ser reconhecidamente determinante para o futuro individual dos professores e investigadores universitários (condicionando a sua progressão, o reconhecimento pelos pares e, mais prosaicamente, os seus rendimentos no final do mês), a avaliação molda os seus comportamentos, que naturalmente se ajustam aos parâmetros valorizados pelo sistema.

Não obstante existirem inúmeras variantes e especificidades (nacionais, institucionais e disciplinares) nos sistemas de avaliação utilizados, nas últimas décadas registou-se uma forte convergência para basear a avaliação científica e académica na utilização de métricas associadas à produção científica (número de publicações) e ao seu impacto (número de citações). Nesse sentido, não parece incorreto falar de um sistema de avaliação da investigação global, que teve origem no mundo anglo-saxónico a partir dos anos de 1970 e se estendeu a todo o mundo desde o final do século passado.

A utilização generalizada, e em alguns casos exclusiva, dos indicadores bibliométricos na avaliação e, por outro lado, a afirmação dos conceitos e das práticas do acesso aberto e da ciência aberta, convergiram na última década para a formação de uma visão crítica sobre o sistema de avaliação dominante. A consciência dos problemas e limitações da atual avaliação da investigação, e da necessidade de a reformar profundamente, tem vindo a ganhar maior expressão, quer na comunidade científica e nas suas instituições, quer ao nível político. No entanto, o avanço da reforma tem sido ainda muito limitado, quanto à profundidade sistémica das mudanças, e do seu alcance, ou seja, do número de instituições académicas e de agências de financiamento, que já alteraram significativamente as suas práticas.

Neste texto iremos descrever, sumariamente, as origens do atual sistema de avaliação da investigação, as suas principais características, bem como as consequências negativas da sua utilização. Enumeraremos, seguidamente, algumas das iniciativas para a reforma da avaliação da investigação e tentaremos identificar os pontos comuns que podem constituir o núcleo dessa reforma. Por fim, procuraremos apresentar e discutir brevemente os principais desafios e obstáculos para a mudança da avaliação de investigação, que fazem desta indispensável reforma uma tarefa difícil.

As Origens do Atual Modelo de Avaliação

O modelo de avaliação da investigação que hoje predomina, baseado em indicadores bibliométricos, foi estabelecido nas últimas décadas, e está intimamente associado à evolução do sistema de comunicação científica e académica que ocorreu desde meados do século passado. Por isso, vale a pena determo-nos brevemente sobre o que aconteceu na comunicação científica, antes de abordarmos a avaliação da investigação.

A publicação científica, como hoje a conhecemos, tem as suas raízes na segunda metade do século XVII com a criação das primeiras revistas científicas¹. As revistas, como a *Philosophical Transactions*, que ainda hoje se publica, criadas a partir de então contribuíram para afirmar a dimensão internacional da ciência, estabelecer os procedimentos de controlo de qualidade e revisão pelos pares e os ideais de objetividade que, no seu conjunto, são característicos do empreendimento científico (Johns, 2000).

1 As duas primeiras foram criadas no ano de 1665: o *Journal des Sçavans*, em 5 de janeiro, e a *Philosophical Transactions of the Royal Society*, em 6 de março.

Como referimos em outra ocasião (Rodrigues, 2020)², até meados do século XX, a publicação acadêmica manteve-se relativamente estável, como uma atividade não lucrativa e fiel ao seu objetivo central e original de disseminar e partilhar os resultados da investigação. A publicação de revistas (e da maioria dos livros acadêmicos) era realizada por sociedades científicas ou editoras universitárias que suportavam e subsidiavam os custos da circulação do conhecimento na comunidade acadêmica (Fyfe et al., 2017).

No entanto, após a segunda guerra mundial, a situação alterou-se. O acentuado crescimento da atividade científica, suportado por um forte investimento dos estados na investigação (nomeadamente das potências vencedoras, que mantiveram uma “corrida” científica e tecnológica nas décadas seguintes) e a expansão do ensino universitário, criaram as condições para uma mudança profunda no sistema de comunicação científica e acadêmica. Esse processo de transformação iniciou-se nos anos de 1950, tendo-se alargado e consolidado nas décadas seguintes, e encontrava-se no essencial concluído no final do século passado.

A mudança passou pelo estabelecimento de novas estratégias de publicação, com orientação comercial, por parte de algumas empresas (como a Elsevier ou a Pergamon Press), que souberam aproveitar o crescimento da oferta e da procura, para criar uma indústria altamente lucrativa. O sucesso dessa estratégia fez com que ela fosse imitada por muitas empresas, mas também por editoras académicas e não comerciais (Fyfe et al., 2017) e resultou ainda na integração de muitas revistas, até então publicadas por sociedades científicas, no portfólio de publicação das editoras comerciais.

Finalmente, desde os finais da década de 1960 que se assistiu a um intenso movimento de aquisições e fusões que resultou no atual mercado editorial altamente concentrado e com características de oligopólio. Apesar do crescimento do número de revistas e artigos publicados, estima-se que os cinco principais grupos editoriais sejam responsáveis por mais de 50% de todos os artigos publicados (Larivière et al., 2015).

O mercado da informação científica gera receitas anuais de mais de 25.000.000.000 US\$, dos quais cerca de 10.000.000 US\$ são provenientes da publicação de revistas científicas (os restantes são de bases de dados e ferramentas de software, livros, informação técnica, etc.; STM, 2021). Os

2 Retomamos e sintetizamos aqui o que sobre as origens e evolução do sistema de comunicação académica escrevemos com mais detalhe em Rodrigues (2020).

grandes grupos editoriais que dominam este mercado, apresentam elevada rentabilidade, com taxas de lucro em torno ou acima dos 30%³.

A mudança no modelo e no mercado editorial e o estabelecimento do atual modelo de avaliação da investigação foram simultâneas. Apesar de coincidentes no tempo, os dois fenómenos começaram por ser, aparentemente, independentes. Mas, pelo menos desde a década de 1990, as duas dimensões (mercado editorial e avaliação académica) evoluíram em estreita relação e influenciando-se mutuamente, criando uma espécie de “economia de prestígio”, com as métricas a contribuir para o reforço da posição dominante de algumas revistas e grupos editoriais, e a servir como justificação para a escalada dos preços.

A publicação científica é, desde há muito, um elemento relevante dos sistemas, formais ou informais, de avaliação, reconhecimento e recompensa na comunidade académica. Ao longo do século XX, a publicação foi ocupando um lugar cada vez mais importante na cultura e nas práticas dos investigadores universitários e na avaliação do seu desempenho individual, e da qualidade institucional das organizações onde trabalham. Mas foi sobretudo nas últimas décadas do século XX que a avaliação baseada em métricas se foi tornando dominante.

As mudanças na avaliação da investigação foram o produto da convergência de dois fatores. Por um lado, uma crescente exigência de responsabilização e prestação de contas (*accountability*) por parte dos governos e entidades financiadoras relativamente às instituições que financiam, e, conseqüentemente, destas relativamente ao seu pessoal docente e investigador. Esta exigência e necessidade de prestação de contas às autoridades e à sociedade, que acompanhou o crescimento do investimento realizado no ensino superior, na ciência e tecnologia, requereu a identificação, produção e disponibilização de indicadores que demonstrassem os resultados e o impacto desses investimentos. Na década de 1980, a utilização de indicadores mensuráveis do valor da investigação ocorria sobretudo no Reino Unido e nos Estados Unidos, mas na década seguinte a utilização de indicadores bibliométricos começou a generalizar-se (Wilsdon et al., 2015).

Por outro lado, as mudanças só foram possíveis porque, a partir da década de 1960, começaram a estar disponíveis bases de dados e ferramentas

³ Por exemplo, a Elsevier reportou um volume de receitas de 2.500.000 £ e um lucro de 942.000.000 £ em 2018, aumentando a sua margem de lucro de 37% (em 2017) para 37,1% (Matthews, 2019).

cientométricas e bibliométricas. O campo da cientometria desenvolveu-se ao longo do século XX⁴, mas foram as ferramentas bibliométricas e cientométricas inventadas por Eugene Garfield nas décadas de 1950 e 1960, como o Science Citations Index (Garfield, 1955) e os *Journal Citation Reports* (em 1975) de que resultou o Journal Impact Fator, ou JIF⁵ (Garfield, 2006), que revolucionaram a área.

O Science Citations Index, criado em 1961, foi inicialmente utilizado sobretudo pelos especialistas em cientometria, para descrever o desenvolvimento e os rumos da investigação científica, e não para avaliar a sua qualidade (Wilsdon et al., 2015). Até ao final da década de 1980, a utilização dos dados bibliométricos e das métricas, como o JIF, na avaliação era pouco frequente e estava concentrada no mundo anglo-saxónico. Mas, a partir da década de 1990, o uso de métricas na avaliação generalizou-se.

Finalmente, desde o princípio do século XXI, assistiu-se a um significativo aumento da acessibilidade de ferramentas bibliométricas, quer pela disponibilização na world wide web das já anteriormente existentes (como o Science Citation Index e outras ferramentas criadas por Garfield, disponibilizadas como Web of Science a partir de 2001), quer pela criação de novas ferramentas (por exemplo, a Scopus, da Elsevier, em 2003, ou o Google Scholar em 2004) e métricas de citação como o *h-index* (índice *h* ou índice de Hirsch), o Eigenfactor Score, o Article Influence Score, ou as designadas métricas alternativas (*altmetrics*), que procuram representar outros tipos de visibilidade e impacto, como as citações/*links* na web, ou referências nas redes sociais.

Limitações e Efeitos da Avaliação Baseada em Métricas

A avaliação da investigação e dos investigadores baseada em métricas de publicação e citação, e frequentemente em métricas indiretas como o fator de impacto das revistas, que se tornou dominante nos últimos 30 anos, tem revelado muitos problemas de qualidade e fiabilidade, e teve um impacto muito significativo (e em muitos aspetos negativo) no sistema académico e

4 Já em 1926, Alfred J. Lotka publicou o artigo sobre a que se viria a designar “lei de Lotka”, que descreve a frequência de publicação de autores em qualquer área, revelando que um baixo número de autores é responsável por uma grande percentagem das publicações numa determinada área.

5 O Journal Impact Fator foi criado por Garfield como um indicador da relevância de cada revista científica no seu domínio, refletindo o número médio anual de citações que os artigos publicados nos últimos dois anos numa determinada revista receberam.

científico. As limitações e consequências da avaliação estão profundamente entrelaçadas, mas, por conveniência de exposição, iremos apresentá-las separada e sequencialmente.

Em primeiro lugar, assinala-se o facto da avaliação se concentrar na publicação (e no seu impacto associado ao número de citações), ignorando quase sempre todas as outras atividades e contributos (como a geração, curadoria e processamento de dados de investigação, ou a revisão por pares do trabalho de terceiros, para dar apenas dois exemplos) que são essenciais para a investigação, e sem as quais a publicação não existiria. Como já foi assinado⁶, a avaliação considera apenas a pequena ponta visível do icebergue que é a publicação final, desprezando a maior parte do trabalho científico que lhe dá origem.

Ainda mais grave é que, frequentemente, o foco da avaliação não é sequer a publicação (o seu conteúdo), mas o local da publicação (ou seja, o contendor). Na maioria das instituições de investigação, como as universidades, é usado o fator de impacto, ou indicadores a ele associados como os quartis do Journal Citation Reports, nos processos de avaliação⁷. Isto apesar de se saber que o JIF é uma métrica criada para avaliar a “qualidade” média de revistas (e não de pessoas ou grupos de investigação) e se reconhecer ser um indicador muito grosseiro. Como o fator de impacto é uma média de citações, não representa a distribuição das citações, que geralmente apresenta uma grande variação. Por exemplo, nas revistas de elevado fator de impacto, como a *Nature* ou a *Science*, uma pequena percentagem (cerca de 15%) dos artigos é responsável por metade das citações (ou seja, do fator de impacto), enquanto a maioria (cerca de 75%) dos artigos recebe um número de citações inferior ao fator de impacto da revista (Larivière et al., 2016), incluindo cerca de 10% dos artigos publicados que recebem zero ou uma citações.

No entanto, nos processos de avaliação baseados no JIF ou nos quartis das revistas, um investigador que publique um artigo na *Nature* com zero citações terá, por esse artigo, a mesma avaliação que outro que publique na mesma revista um dos artigos com centenas de citações, e melhor avaliação que o seu colega que tenha publicado um artigo com dezenas de citações, mas numa revista com um fator de impacto inferior.

6 Ver a ilustração no *post* Roskams-Edris et al. (2019).

7 Cerca de 75% das universidades europeias, que responderam ao inquérito da Associação Europeia de Universidades, utilizavam o Journal Impact Factor nos seus processos de avaliação do pessoal académico e investigador (Saenen et al., 2019).

Medir a qualidade de um artigo através do fator de impacto da revista onde foi publicado, recorda a expressão popular portuguesa sobre a pescada que antes de ser já o era! Quando se baseia no fator de impacto, a avaliação já não ocorre após a publicação, mas sim em conjunto com o ato de publicação (Biagioli & Lippman, 2020). E como assinalam estes autores, ao passar a representar o impacto/valor de cada artigo individual o fator de impacto

funciona, literalmente, como o dinheiro. É o “valor facial” impresso numa moeda ou numa nota, que determina o seu valor, independentemente daquilo de que a moeda é feita (cobre, prata, ouro, aço), ou do valor de troca que essa moeda teria como metal. O “conteúdo” da moeda é apenas o meio para o símbolo, que precisa de ser impresso em algum material. O que tem valor não é o interior, mas o exterior - o número inscrito na superfície. Quer o artigo seja uma peça de ouro ou de chumbo (ou pior), o JIF veio determinar o valor facial desse artigo. (...) Associar um fator de impacto a um artigo no momento da publicação (e, portanto, antes que o impacto real tenha ocorrido) mostra que o JIF não tem literalmente nada a ver com a avaliação desse artigo específico, mas simplesmente fixa o seu preço numa moeda que permita a troca. Como autor, posso “trocar” artigos com certos fatores de impacto num emprego, e a instituição que me emprega pode então “trocar” essas publicações (juntamente com outras centenas ou milhares de publicações de outros professores da mesma universidade) por uma melhor posição num ranking nacional ou global, que pode ser posteriormente trocado por mais estudantes, financiadores, contratos, e assim por diante. (Biagioli & Lippman, 2020, p. 7)

Finalmente, no que diz respeito às limitações da avaliação baseada nas métricas de publicação, importa assinalar que o uso das citações como indicador de impacto, qualidade e relevância, não está isento de problemas e riscos, que são quase sempre ignorados nos atuais sistemas de avaliação. Para além das más práticas ou comportamentos fraudulentos, de que falaremos seguidamente, que influenciam o número de citações, os fatores de impacto das revistas ou o *h-index* dos investigadores, também a natureza da citação (“positiva” de reconhecimento, ou “negativa” para contrariar), bem como as diferenças na cultura e nas práticas das diferentes disciplinas científicas, na autoria (nomeadamente no número de co-autores) e na citação, não são devidamente consideradas nos sistemas de avaliação baseados em métricas simples.

Em grande medida pelas limitações aqui assinaladas, a avaliação baseada em métricas, produziu diversos efeitos, muitos dos quais com impacto e consequências negativas para a investigação e o sistema científico.

Isso resulta, e como foi previsto logo nos anos de 1970 pelo sociólogo Robert Merton, do designado deslocamento do objetivo (*goal displacement*). Em 1974, em diversas interações com Eugene Garfield, Merton fez uma previsão que se revelou acertada, e antecipou a que viria a ficar conhecida como “lei de Goodhart”⁸ no domínio económico:

no caso das citações, faço uma pequena profecia auto-realizável, que já foi concretizada numa área que conheço, nomeadamente, como cada vez mais citações são utilizadas tanto oficial como officiosamente como medidas de contribuição de trabalho e de posição relativa e afins, haverá diversos padrões de adaptação a esses usos, de modo retroactivo, e o comportamento das citações mudará em parte em certos subconjuntos da comunidade. (...) Cuidado com o deslocamento do objetivo: Sempre que um indicador é utilizado no sistema de recompensa de uma organização ou domínio institucional, desenvolvem-se tendências para manipular o indicador de modo a que este deixe de indicar o que anteriormente indicava. Agora que cada vez mais cientistas e académicos se estão a tornar cada vez mais conscientes das citações como uma forma de comportamento, alguns começarão, de forma semi-organizada, a trabalhar em acordos de citação nas suas próprias pequenas especialidades. (Merton, como citado em Csiszar, 2020, pp. 33–34)

De facto, nas últimas décadas observou-se uma profunda mudança de comportamentos na comunidade científica no sentido da adaptação aos sistemas de avaliação métricos. Desde logo, a natural tendência para não apenas publicar mais, mas para publicar nas revistas de maior fator de impacto possível. O mantra “publicar, ou perecer” foi acrescentado para se tornar “publicar em revistas de alto fator de impacto, ou perecer”.

Poder-se-á considerar que esta pressão para o aumento da publicação científica e do maior impacto possível não é negativa em si mesma. Mas os efeitos que ela produz levam-nos a questionar essa visão benigna. O condicionamento da agenda de investigação, ou seja, a escolha dos temas/objetos

8 Formulada posteriormente como “quando uma medida se torna um objetivo, deixa de ser uma boa medida”.

e das metodologias utilizadas em função do seu potencial de publicação e não da sua relevância, é um dos efeitos dessa pressão. No limite, a relação entre investigação e publicação pode ficar invertida: não se publica porque se investiga, mas investiga-se de forma a publicar.

O atraso na divulgação de resultados, não só pela demora no processo de revisão por pares (que também é, em parte, consequência desta corrida à publicação), mas igualmente pelas sucessivas tentativas de publicação (os autores tentam publicar na revista de maior fator de impacto, e em face de rejeição vão descendo a escada dos fatores de impacto até encontrar uma revista que aceite a publicação), é outra consequência desta cultura.

Um terceiro efeito é a pressão para a convergência e uniformização das práticas de publicação e citação em todas as áreas científicas, começando a esbater-se as diferenças das ciências humanas e sociais (nas quais, em diversas disciplinas, o artigo não é o artefacto principal para a comunicação, mas sim o livro ou o capítulo de livro) face às restantes ciências e engenharias. Por exemplo, a tendência para o aumento do número de autores em cada publicação (Aboukhalil, 2015) verifica-se também nas ciências sociais (Henriksen, 2016). E se o aumento do número médio de autores terá várias razões objetivas que o explicam (como o aumento das colaborações na investigação, que acompanha o crescimento da dimensão e complexidade dos projetos de investigação), ele não pode ser dissociado da pressão para publicar e do crescimento de práticas questionáveis, ou mesmo más práticas, na atribuição de autoria.

O crescimento das más práticas na investigação e publicação científica é, aliás, um dos efeitos mais negativos da cultura métrica que tem dominado a comunidade e as instituições científicas nas últimas décadas. As más práticas, como a fabricação e falsificação de resultados ou o plágio, sempre terão existido mas ter-se-ão tornado mais frequentes nas últimas décadas⁹, sendo também uma das principais razões para a retirada de artigos científicos (Fang et al., 2012), fenómeno que tem também aumentado (Steen et

⁹ Com alguns casos muito mediáticos como a “clonagem humana” que Woo Suk Hwang anunciou em dois artigos na *Science* em 2004 e 2005, com base em dados falsificados (Cyranoski, 2006). No momento em que terminamos a redação deste texto, a revista *Science* noticiou que uma das principais teorias e linhas de investigação de Alzheimer está baseada em imagens manipuladas/fabricadas (Piller, 2022).

al., 2013)¹⁰, existindo muitos artigos retirados que receberam um número significativo de citações, incluindo citações após a sua retirada (Hsiao & Schneider, 2021; Oransky, 2022).

E foi surpreendente a revelação da existência de correlação entre o fator de impacto e a frequência da retirada de artigos: ou seja, a frequência de artigos retirados é mais elevada nas revistas com maior fator de impacto (Fang & Casadevall, 2011; “Why High-Profile Journals Have More Retractions”, 2014). Essa relação, contraintuitiva, entre o aumento dos problemas de controlo de qualidade e as revistas de maior impacto e prestígio, foi verificada também para publicações que não foram retiradas. Foram já apresentadas evidências que a confiabilidade dos resultados e a sua reprodutibilidade diminui com o aumento do fator de impacto das revistas (Brembs, 2018; Brembs et al. 2013).

As causas da já designada crise de reprodutibilidade (com taxas de irreprodutibilidade superiores a 50%, e nalguns casos a 70%, em várias disciplinas) são múltiplas (Miyakawa, 2020). Mas é legítimo considerar que em várias delas (desde más práticas na gestão de dados, até ao reporte seletivo de resultados positivos) existe uma relação, mesmo que indireta, com a avaliação baseada nas métricas de publicação.

Para além das más práticas que afetam o seu conteúdo, ocorrem outros problemas em torno das publicações que podem também ser associados à cultura de “publicar o mais possível, em revistas com maior impacto possível”. Práticas questionáveis de autoria, falsas autorias, trocas de autoria ou “autorias de favor” (“eu coloco-te como autor neste meu artigo e, em troca, tu fazes o mesmo no teu artigo”) são um exemplo deste tipo de problemas. Também a manipulação ou falsificação da revisão por pares já foi detetada posteriormente em centenas de ocasiões, originando a retirada de artigos (Ferguson et al., 2014; Oransky, 2020).

Mas os fenómenos mais significativos, e literalmente mais impactantes (pois refletem-se nos fatores de impacto e outros indicadores), são as várias formas de manipulação de citações. O uso excessivo de auto-citações, os círculos de citação entre autores (para aumentar o número de citações

10 Também em Portugal. De acordo com a base de dados Retraction Watch, consultada em julho de 2022, foram retirados 15 artigos com autores de Portugal publicados entre 2000 e 2010, mas esse número sobe para 89 relativamente ao período de 2011 a 2020. Note-se que é expectável que este último número venha a subir dado que muitos artigos são retirados dois, três, ou mais anos após a sua publicação.

de cada um), ou entre revistas da mesma editora (para melhorar os seus fatores de impacto), o (ab)uso do processo editorial e de revisão por pares para “sugerir” ou “encomendar” citações (dos próprios revisores ou dos seus grupos de investigação, de outros artigos da mesma revista ou grupo editorial) são fenómenos conhecidos e repetidamente reportados (Singh Chawla, 2019; Van Noorden, 2012, 2020a, 2020b; Van Noorden & Singh Chawla, 2019; Wilhite & Fong, 2012). Tendo consciência do problema, o Committee on Publication Ethics (2019) elaborou um documento com algumas orientações e diversas revistas, como os *Proceedings of the Royal Society A* (Lockwood, 2020), têm tomado medidas para a deteção e mitigação das más práticas, combinando a melhoria dos procedimentos editoriais com o uso de algoritmos.

Uma das características destas manipulações em torno das publicações é que estas não se restringem aos indivíduos (como geralmente acontece com as más práticas relacionadas com o conteúdo), mas envolvem grupos, redes ou mesmo instituições (Biagioli & Lippman, 2020). A crescente importância e utilização dos rankings internacionais de instituições tem feito escalar as práticas questionáveis e a manipulação de dados também para o nível das universidades (Kehm, 2020).

A Reforma do Sistema de Avaliação da Investigação

A crescente evidência e reconhecimento das limitações e das consequências adversas do modelo de avaliação baseado em métricas de publicação e citação fez emergir, na última década, diversas iniciativas para a sua reforma. A primeira, e mais conhecida, foi a *San Francisco Declaration on Research Assessment* ou DORA¹¹, publicada em 2013, recomendando o abandono de métricas baseadas nas revistas, como o fator de impacto, como indicador da qualidade dos artigos individuais e na avaliação dos investigadores para contratação, promoção ou financiamento. A DORA transformou-se, em 2018, numa iniciativa internacional para apoiar e facilitar a reforma da avaliação da investigação.

Outra declaração que obteve elevada visibilidade foi o *Leiden Manifesto for Research Metrics*¹² (Hicks et al., 2015), em 2015, cujos 10 princípios começam por enfatizar que a avaliação quantitativa deve apoiar a avaliação qualitativa especializada, recomendando também que a avaliação dos investigadores individuais se deve basear na apreciação qualitativa do seu portfólio.

11 <http://sfdora.org/>

12 <http://www.leidenmanifesto.org/>

Após estes dois documentos seminais, têm sido publicados na Europa vários estudos e recomendações, de entre os quais destacamos o *The Metric Tide* (Wilsdon et al., 2015), e o relatório do *Working Group on Rewards under Open Science* da Comissão Europeia (O'Carroll et al., 2017), onde se recomenda a utilização de uma matriz de indicadores, e não métricas, na avaliação.

Sobretudo a partir de 2015, as iniciativas relativas à reforma da avaliação da investigação passaram a estar relacionadas e influenciadas pela consolidação dos movimentos de acesso aberto e ciência aberta. As duas agendas, a da reforma da avaliação e a da ciência aberta, possuem vários pontos comuns e são hoje significativamente interdependentes, pois considera-se que não são possíveis progressos significativos em qualquer uma delas, sem que o mesmo aconteça na outra. Exemplos desta convergência são os documentos e iniciativas da European University Association (2018) neste domínio¹³, bem como o seminário promovido pelos conselhos de reitores das universidades portuguesas e de Espanha em 2020¹⁴, que cruzam os dois temas.

Para além dos estudos, recomendações e debates, no final da década passada começaram a ocorrer as primeiras iniciativas de implementação prática de reformas da avaliação na Europa, quer individualmente em algumas universidades, quer a nível nacional. Um dos primeiros casos conhecidos é o da Universidade de Ghent, que em 2016 aprovou e publicou uma declaração (*Vision Statement*) para avaliação da investigação, com base em oito princípios acordados pela Direção de Governadores da universidade (Ghent University, s.d.-b), e em 2018 introduziu três profundas mudanças na avaliação do seu pessoal académico: a passagem dos períodos de avaliação para cinco anos, a aposta na orientação profissional (*coaching*) com a atribuição de uma equipa de orientação a cada professor e, finalmente, a avaliação baseada no relatório de cada avaliado e não nas suas métricas de publicação¹⁵.

Várias outras universidades, em diversos países europeus, iniciaram nos últimos anos processos de revisão dos seus procedimentos de avaliação,

13 Ver, entre outros, European University Association (2018); Saenen et al. (2019, 2021); Saenen e Borrell-Damián (2019), bem como a série de webinars organizada em 2020.

14 O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e a Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas realizaram conjuntamente, em junho de 2020, o "2nd CRUP/CRUE Open Science Seminar: Career Assessment in the transition to Open Science". As gravações das sessões do seminário estão disponíveis em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLIm8KTWNUm7XF4WLtFMmylvLvm20MKHLg>.

15 Para mais informação sobre o atual processo de avaliação da Universidade de Ghent, ver Ghent University (s.d.-a) e Redden (2019).

diminuindo o papel das métricas de publicação (Saenen et al., 2021). Mas, para além das iniciativas individuais de universidades, têm vindo a desenvolver-se também iniciativas a nível nacional, envolvendo instituições de investigação, agências de financiamento e governos. Esse é o caso da Holanda, onde as principais organizações ligadas à investigação, como a Associação de Universidades Holandesas, a Academia Real das Artes e Ciências dos Países Baixos e o Conselho de Investigação dos Países Baixos (o Conselho de Investigação que é um financiador de investigação) produziram um documento orientador (VSNU et al., 2019), cujas recomendações estão a ser implementadas nas universidades holandesas, e estão também incorporadas no *Strategy Evaluation Protocol* (Protocolo de Estratégia de Avaliação; VSNU et al., 2020), que descreve os objetivos e métodos utilizados para avaliar a investigação nas universidades holandesas, bem como nos institutos do Conselho de Investigação dos Países Baixos e Academia Real das Artes e Ciências do Países Baixos.

Na Noruega, a associação de universidades desenvolveu uma matriz de avaliação de carreiras (The Norwegian Career Assessment Matrix), baseada em seis princípios e quatro recomendações, que pode ser usada não apenas pelas instituições académicas, mas também pelas agências de financiamento e pelas autoridades nacionais (Universities Norway, 2021).

Em outros países, como a França (Ministère de l'Enseignement supérieur, de la Recherche et de l'Innovation, 2021) e a Irlanda (Government of Ireland - National Open Research Forum, 2019), os planos ou documentos de estratégia para a ciência aberta incluem também recomendações ou medidas concretas relativas à reforma do sistema de avaliação da investigação. O mesmo se teria passado em Portugal, se as recomendações do Grupo de Trabalho para a Política Nacional de Ciência Aberta (Comissão Executiva GT-PNCA, 2016), que incluíam diversas recomendações sobre a avaliação da investigação, tivessem sido aprovadas e implementadas pelo governo.

Ainda que a maioria das iniciativas de reforma da avaliação sejam europeias¹⁶, elas ocorrem também em várias outras geografias. É o caso da China, que anunciou em 2020 uma reforma no seu sistema de avaliação ("China's

16 Como a mais recente e relevante iniciativa europeia lançada pela Comissão Europeia, e que já reuniu mais de 350 organizações de 40 países, e cujo texto final (*Agreement on Reforming Research Assessment*, 2022) foi anunciado a 20 de julho de 2022, que mencionaremos mais abaixo, e é mais detalhadamente referida noutro capítulo deste livro (Ver "Publicação Científica, Ciência Aberta e Avaliação de Investigação – Breve Análise Crítica", Capítulo 6).

Research-Evaluation Revamp Should Not Mean Fewer International Collaborations”, 2020; Zhang & Sivertsen, 2020), abandonando o que designaram por “adoração do Science Citation Index” que se verificou nas últimas décadas, e deixando de atribuir prêmios monetários aos investigadores pela publicação em revistas do SCI (Mallapaty, 2020). Na América Latina não são conhecidas iniciativas práticas de reforma, mas foi constituído, em 2019, o Foro Latinoamericano sobre Evaluación Científica para o debate e partilha de experiências e alinhamento de práticas e ferramentas a nível regional. Por último, a nível global, na recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura sobre ciência aberta (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021), existem várias menções à necessidade de reformar a avaliação da investigação e investigadores, alinhando-a com a ciência aberta.

Apesar da grande diversidade e das especificidades de cada uma das declarações, documentos e iniciativas de reforma da avaliação aqui referidas, existem três pontos principais que estão presentes, de uma ou outra forma, em quase todas. O primeiro diz respeito ao abandono do uso exclusivo de métricas de publicação, em particular métricas indiretas como o JIF, na avaliação. E à prescrição de um uso responsável de métricas recomendando-se, em muitos casos, que as métricas sejam usadas apenas como complemento de avaliações qualitativas, que devem constituir o centro da avaliação.

O segundo refere-se à necessidade de ter uma abordagem mais abrangente e flexível da avaliação, tomando em consideração, incentivando e recompensando todos os contributos relevantes numa gama mais vasta de atividades académicas, não apenas relativas à investigação, mas também ao ensino, interação com a sociedade, ou gestão institucional.

Finalmente, o terceiro, é relativo ao acolhimento e reconhecimento da diversidade dos contextos (disciplinares, institucionais, nacionais), das carreiras e da fase em que os investigadores e outro pessoal académico se encontram nessas carreiras, nos processos de avaliação, nomeadamente na seleção dos indicadores e no respetivo peso.

Estes três pontos recebem também acolhimento no recente documento do Conselho da União Europeia sobre a avaliação da investigação e a implementação da ciência aberta (Council of the European Union, 2022).

O Difícil Caminho Para a Reforma da Avaliação da Investigação

Existindo, há cerca de uma década, um generalizado reconhecimento dos defeitos e consequências negativas da utilização do fator de impacto na avaliação da investigação, porque é que ele continua a ser amplamente utilizado pela maioria das universidades (Else, 2019; McKiernan, et al., 2019; Saenen et al., 2019; Tonta, 2014)? Existindo, há vários anos, um amplo consenso, não apenas sobre a necessidade de reformar os sistemas de avaliação, mas também sobre os contornos gerais dessa reforma, porque se tem revelado lenta e difícil a sua concretização?

As razões serão certamente múltiplas, mas identificamos aqui brevemente três das que consideramos mais relevantes. Em primeiro lugar, o que se pode designar por inércia, tradição ou conservadorismo académico. Apesar de todas as críticas e evidências das suas limitações, as noções de qualidade, excelência e prestígio associadas ao fator de impacto e às “marcas” das revistas, das editoras e dos “índices” (como o Science Citation Index) estão profundamente enraizadas na comunidade científica e na cultura académica, quer ao nível individual (Grove, 2022), quer ao nível institucional. Por outro lado, sobretudo no pessoal académico com carreiras com mais de uma década, desenvolvidas no quadro do sistema métrico de avaliação que moldou o seu comportamento e as suas expectativas, é natural a existência de alguma inércia, ou mesmo resistência e oposição, à mudança de paradigma na avaliação.

Em segundo lugar, estão as questões relacionadas com a facilidade/dificuldade e o nível de esforço requerido nos processos de avaliação. Os processos baseados na utilização de métricas, como o fator de impacto (ou quartis) das revistas ou o *h-index*, são tendencialmente simples e requerem pouco esforço. Dispondo dos números e de folhas de cálculo, os avaliadores terão a sua tarefa facilitada e poderão concluí-la em pouco tempo. Pelo contrário, as avaliações qualitativas, que requeiram a leitura de publicações ou outros documentos apresentados pelos avaliados, exigem não apenas mais tempo, mas igualmente um nível superior de ponderação, compromisso ético e responsabilização por parte dos avaliadores. No contexto atual, no qual muito pessoal académico se queixa de demasiado trabalho e falta de tempo, este é um obstáculo importante para o abandono da avaliação essencialmente quantitativa. E é também um problema para o qual as instituições, como as universidades, terão de encontrar soluções que não se afiguram fáceis.

Finalmente, e em terceiro lugar, queremos referir o ambiente de hiper-competitividade que se instalou no mundo académico e científico nas últimas décadas. Com alguma variabilidade no grau e dimensão, existe hoje na maioria dos países e instituições uma grande competição por recursos que são escassos: pelo financiamento, por posições/carreira académica, por estudantes. Quer ao nível individual, lutando pela progressão na carreira e pela obtenção de financiamento dos seus projetos, quer ao nível institucional, procurando captar financiamento, atrair muitos e bons estudantes e ficar bem posicionado nos rankings, poderá existir algum receio e ansiedade em abandonar em primeiro lugar, ou sozinho, os comportamentos e as ferramentas que são recompensados pelos processos de avaliação atuais.

Já foram reportadas consequências negativas da hiper-competitividade na saúde mental dos investigadores (Wellcome Trust, 2020). A nível institucional, o ambiente ultracompetitivo no domínio da investigação e do ensino, origina muitas pressões e obstáculos, internos e externos, para a mudança da cultura organizacional e dos processos de avaliação. Uma das preocupações centrais será o impacto que as mudanças na avaliação, no sistema de incentivos e recompensas e, conseqüentemente, no desempenho dos seus membros e nos resultados obtidos (número de publicações, financiamento captado, etc.) pode ter na sua posição nos diversos rankings e na sua reputação que se associa a esses rankings¹⁷ (Hatch & Curry, 2020).

As universidades que sejam precoces, ou que introduzam mudanças mais profundas na melhoria das suas práticas de avaliação podem sentir-se, e estar objetivamente, a correr alguns riscos. Mas, admitindo como provável que a reforma da avaliação vai mesmo acontecer nos próximos anos, serão também essas instituições pioneiras as primeiras a beneficiar de se encontrarem ajustadas e preparadas para os novos paradigmas de avaliação da investigação.

Em qualquer caso, parece claro que a reforma da avaliação da investigação, a nível institucional, se fará tanto melhor e mais rapidamente quanto seja partilhada e assumida coletivamente por um número significativo de instituições. Por isso, a recente iniciativa europeia (*Agreement on Reforming*

17 Isto apesar de, à semelhança do que se passa com as métricas de publicação (que, aliás constituem uma das componentes centrais dos rankings), se questionar cada vez mais a qualidade, fiabilidade e relevância dos rankings como indicadores da qualidade institucional. Já tem sido notado que os dados dos rankings não são geralmente abertos, nem sujeitos a escrutínio e revisão por pares (Wilsdon et al., 2015). Existem também conflitos de interesse inaceitáveis, como a prestação de serviços de consultoria para melhorar a posição nos rankings, por parte de empresas que os produzem.

Research Assessment, 2022) assume uma grande importância. Desde logo, porque já reuniu, na fase de preparação, um número muito significativo de instituições, em particular universidades e agências de financiamento, que constituiriam a base da Coligação estabelecida no outono de 2022.

E, o que é ainda mais relevante, porque as organizações signatárias se comprometem não apenas com a aplicação calendarizada de práticas de avaliação que reconheçam e valorizem a diversidade e abandonem o uso inadequado de métricas, como assumem também o compromisso de tornar públicos os seus planos e progressos, e partilhar práticas e experiências, para permitir a aprendizagem mútua dentro e fora da coligação.

Referências

Aboukhalil, R. (2015). The rising trend in authorship. *The Winnower*. <https://doi.org/10.15200/winn.141832.26907>

Agreement on Reforming Research Assessment. (2022). https://eua.eu/downloads/news/2022_07_19_rra_agreement_final.pdf

Biagioli, M., & Lippman, A. (Eds.). (2020). *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research*. The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.001.0001>

Brembs, B. (2018). Prestigious science journals struggle to reach even average reliability. *Frontiers in Human Neuroscience*, 12, Artigo 37. <https://doi.org/10.3389/fnhum.2018.00037>

Brembs, B., Button, K., & Munafò, M. (2013). Deep impact: Unintended consequences of journal rank. *Frontiers in Human Neuroscience*, 7, Artigo 291. <https://doi.org/10.3389/fnhum.2013.00291>

Cameron, W. B. (1963). *Informal sociology: A casual introduction to sociological thinking*. Random House.

China's research-evaluation revamp should not mean fewer international collaborations. (2020). *Nature*, 579, 8–8. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-00625-0>

Comissão Executiva GT-PNCA. (2016). *Segundo relatório da Comissão Executiva do Grupo de Trabalho para a Política Nacional de Ciência Aberta (GT-PNCA)*. https://www.ciencia-aberta.pt/_files/ugd/a8bd7c_3274046fc8ce42c78db2ec1707c0a0fd.pdf

Committee on Publication Ethics. (2019). *COPE discussion document: Citation manipulation*. <https://doi.org/10.24318/cope.2019.3.1>

Council of the European Union. (2022). *Research assessment and implementation of Open Science—Council conclusions (adopted on 10 June 2022)*. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10126-2022-INIT/en/pdf>

Csiszar, A. (2020). Gaming metrics before the game: Citation and the bureaucratic virtuoso. In M. Biagioli & A. Lippman (Eds.), *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research* (pp. 31–42). The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.003.0003>

- Cyranoski, D. (2006). Verdict: Hwang's human stem cells were all fakes. *Nature*, 439. <https://doi.org/10.1038/439122a>
- Else, H. (2019). Impact factors are still widely used in academic evaluations. *Nature*. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-01151-4>
- European University Association. (2018). *EUA roadmap on research assessment in the transition to open science*. https://eua.eu/downloads/publications/eua-roadmap-on-research-assessment-in-the-transition-to-open-science_v20-08-2019.pdf
- Fang, F. C., & Casadevall, A. (2011). Retracted science and the retraction index. *Infection and Immunity*, 79(10), 3855–3859. <https://doi.org/10.1128/IAI.05661-11>
- Fang, F. C., Steen, R. G., & Casadevall, A. (2012). Misconduct accounts for the majority of retracted scientific publications. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(42), 17028–17033. <https://doi.org/10.1073/pnas.1212247109>
- Ferguson, C., Marcus, A., & Oransky, I. (2014). Publishing: The peer-review scam. *Nature*, 515, 480–482. <https://doi.org/10.1038/515480a>
- Fyfe, A., Coate, K., Curry, S., Lawson, S., Moxham, N., & Røstvik, C. M. (2017). Untangling academic publishing: A history of the relationship between commercial interests, academic prestige and the circulation of research. *Zenodo*. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.546100>
- Garfield, E. (1955). Citation indexes for science: A new dimension in documentation through association of ideas. *Science*, 122, 108–111. <https://doi.org/10.1126/science.122.3159.108>
- Garfield, E. (2006). The history and meaning of the journal impact factor. *JAMA*, 295(1), Artigo 90. <https://doi.org/10.1001/jama.295.1.90>
- Ghent University. (s.d.-a). *Career path and evaluation policy for Professorial Staff (ZAP)*. <https://www.ugent.be/en/work/mobility-career/career-aspects/professorial-staff>
- Ghent University. (s.d.-b). *Principles of research evaluation*. <https://www.ugent.be/en/research/research-strategy/evaluation/principles.htm>
- Government of Ireland - National Open Research Forum. (2019). *National framework on the transition to an open research environment*. <https://enterprise.gov.ie/en/Publications/Publication-files/National-Framework-on-the-Transition-to-an-Open-Research-Environment.pdf>
- Grove, J. (2022, 3 de agosto). *Academic reputation 'still driven by journal prestige' – Survey*. Times Higher Education (THE). <https://www.timeshighereducation.com/news/academic-reputation-still-driven-journal-prestige-survey>
- Hatch, A., & Curry, S. (2020). Changing how we evaluate research is difficult, but not impossible. *ELife*, 9, e58654. <https://doi.org/10.7554/eLife.58654>
- Henriksen, D. (2016). The rise in co-authorship in the social sciences (1980–2013). *Scientometrics*, 107(2), 455–476. <https://doi.org/10.1007/s11192-016-1849-x>

Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., de Rijcke, S., & Rafols, I. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, 520, 429–431. <https://doi.org/10.1038/520429a>

Hsiao, T.-K., & Schneider, J. (2021). Continued use of retracted papers: Temporal trends in citations and (lack of) awareness of retractions shown in citation contexts in biomedicine. *Quantitative Science Studies*, 2(4), 1144–1169. https://doi.org/10.1162/qss_a_00155

Johns, A. (2000). Miscellaneous methods: Authors, societies and journals in early modern England. *The British Journal for the History of Science*, 33(2), 159–186. <https://doi.org/10.1017/S0007087499003933>

Kehm, B. M. (2020). Global university rankings: Impacts and applications. In M. Biagioli & A. Lippman (Eds.), *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research* (pp. 93–100). The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.003.0009>

Larivière, V., Haustein, S., & Mongeon, P. (2015). The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PLOS ONE*, 10(6), e0127502. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>

Larivière, V., Kiermer, V., MacCallum, C. J., McNutt, M., Patterson, M., Pulverer, B., Swaminathan, S., Taylor, S., & Curry, S. (2016). A simple proposal for the publication of journal citation distributions. *bioRxiv*. <https://doi.org/10.1101/062109>

Lockwood, M. (2020). Editorial: Citation malpractice. *Proceedings of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, 476(2242), 20200746. <https://doi.org/10.1098/rspa.2020.0746>

Mallapaty, S. (2020). China bans cash rewards for publishing papers. *Nature*, 579. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-00574-8>

Matthews, D. (2019, 22 de fevereiro). *Elsevier profits near £1 billion despite European disputes*. Times Higher Education (THE). <https://www.timeshighereducation.com/news/elsevier-profits-near-ps1-billion-despite-european-disputes>

McKiernan, E. C., Schimanski, L. A., Muñoz Nieves, C., Matthias, L., Niles, M. T., & Alperin, J. P. (2019). Use of the Journal Impact Factor in academic review, promotion, and tenure evaluations. *ELife*, 8, e47338. <https://doi.org/10.7554/eLife.47338>

Miedema, F. (2022). *Open Science: The very idea*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-94-024-2115-6>

Ministère de l'Enseignement supérieur, de la Recherche et de l'Innovation. (2021). *Deuxième plan national pour la science ouverte: Généraliser la science ouverte en France 2021-2024*. https://www.ouvrirlascience.fr/wp-content/uploads/2021/06/Deuxieme-Plan-National-Science-Ouverte_2021-2024.pdf

Miyakawa, T. (2020). No raw data, no science: Another possible source of the reproducibility crisis. *Molecular Brain*, 13(1), 24. <https://doi.org/10.1186/s13041-020-0552-2>

O'Carroll, C., Rentier, B., Cabello-Valdes, C., Esposito, F., Kaunistmaa, E., Maas, K., Metcalfe, J., McAllister, D., & Vandeveld, K. (2017). *Evaluation of research careers fully acknowledging Open Science practices: Rewards, incentives and/or recognition for researchers practicing Open Science*. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2777/75255>

Oransky, I. (2020). Retraction watch: What we've learned and how metrics play a role. In M. Biagioli & A. Lippman (Eds.), *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research* (pp. 141–148). The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.003.0014>

Oransky, I. (2022). Retractions are increasing, but not enough. *Nature*, 608. <https://doi.org/10.1038/d41586-022-02071-6>

Piller, C. (2022). Potential fabrication in research images threatens key theory of Alzheimer's disease. *Science*, 377(6604), 358–363. <https://www.science.org/content/article/potential-fabrication-research-images-threatens-key-theory-alzheimers-disease>

Redden, E. (2019, 23 de janeiro). *Stepping out of the rat race*. Inside Higher Ed. <https://www.insidehighered.com/news/2019/01/23/ghent-university-belgium-embraces-new-approach-faculty-evaluation-less-focused>

Rodrigues, E. (2020). A pandemia e a emergência da ciência aberta. In M. Martins & E. Rodrigues (Eds.), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo II: Re(A)ções* (Vol. 2, pp. 263–294). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.24.12>

Roskams-Edris, D., Poline, J. B., & Stikov, N. (2019, 15 de agosto). *The Canadian open neuroscience platform: Catching up to plan S and going further*. PLOS Blogs. <https://theplosblog.plos.org/2019/08/the-canadian-open-neuroscience-platform-catching-up-to-plan-s-and-going-further/>, consultado em 3 de junho de 2022.

Saenen, B., & Borrell-Damián, D. L. (2019). *Reflections on university research assessment*. European University Association. <https://eua.eu/resources/publications/825:reflections-on-university-research-assessment-key-concepts,-issues-and-actors.html>

Saenen, B., Hatch, A., Curry, S., Proudman, V., & Lakoduk, A. (2021). *Reimagining academic career assessment: Stories of innovation and change*. DORA, EUA, SPARC Europe. https://eua.eu/downloads/publications/eua-dora-sparc_case%20study%20report.pdf

Saenen, B., Morais, R., Gaillard, V., & Borrell-Damián, L. (2019). *Research assessment in the transition to open science*. European University Association. <https://eua.eu/downloads/publications/research%20assessment%20in%20the%20transition%20to%20open%20science.pdf>

Singh Chawla, D. (2019). Elsevier investigates hundreds of peer reviewers for manipulating citations. *Nature*, 573. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-02639-9>

Steen, R. G., Casadevall, A., & Fang, F. C. (2013). Why has the number of scientific retractions increased? *PLOS ONE*, 8(7), e68397. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0068397>

STM. (2021). *STM global brief 2021 – Economics and market size*. https://www.stm-assoc.org/2021_10_19_STM_Global_Brief_2021_Economics_and_Market_Size.pdf

Tonta, Y. (2014). *Use and misuse of bibliometric measures for assessment of academic performance, tenure and publication support* [Apresentação de comunicação]. 77th Annual Meeting of the Association for Information Science and Technology, Seattle, WA, Estados Unidos. <https://doi.org/10.13140/2.1.3903.3289>

- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2021). *UNESCO recommendation on open science*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949.locale=en>
- Universities Norway. (2021). *NOR-CAM – A toolbox for recognition and rewards in academic careers*. https://www.uhr.no/en/_f/p3/i86e9ec84-3b3d-48ce-8167-bbae0f507ce8/nor-cam-a-tool-box-for-assessment-and-rewards.pdf
- Van Noorden, R. (2012). Researchers feel pressure to cite superfluous papers. *Nature*. <https://doi.org/10.1038/nature.2012.9968>
- Van Noorden, R. (2020a). Highly cited researcher banned from journal board for citation abuse. *Nature*, 578. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-00335-7>
- Van Noorden, R. (2020b). Signs of 'citation hacking' flagged in scientific papers. *Nature*, 584. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-02378-2>
- Van Noorden, R., & Singh Chawla, D. (2019). Hundreds of extreme self-citing scientists revealed in new database. *Nature*, 572. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-02479-7>
- VSNU, KNAW & NOW (2019). *Room for everyone's talent – Towards a new balance in the recognition and rewards for academics*. <https://www.vsnu.nl/files/documenten/Domeinen/Onderzoek/Position%20paper%20Room%20for%20everyone%E2%80%99s%20talent.pdf>
- VSNU, KNAW & NWO. (2020). *The strategy evaluation protocol 2021-2027*. https://www.universiteitenvannederland.nl/files/documenten/Domeinen/Onderzoek/SEP_2021-2027.pdf
- Wellcome Trust. (2020). *What researchers think about the culture they work in*. Wellcome. <https://wellcome.org/reports/what-researchers-think-about-research-culture>
- Why high-profile journals have more retractions. (2014). *Nature*. <https://doi.org/10.1038/nature.2014.15951>
- Wilhite, A. W., & Fong, E. A. (2012). Coercive citation in academic publishing. *Science*, 335(6068), 542–543. <https://doi.org/10.1126/science.1212540>
- Wilsdon, J., Allen, L., Belfiore, E., Campbell, P., Curry, S., Hill, S., Jones, R., Kain, R., Kerridge, S., Thelwall, M., Tinkler, J., Viney, I., Wouters, P., Hill, J., & Johnson, B. (2015). *The metric tide: Report of the independent review of the role of metrics in research assessment and management*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4929.1363>
- Zhang, L., & Sivertsen, G. (2020). The new research assessment reform in China and its implementation. *Scholarly Assessment Reports*, 2(1), Artigo 3.



Handwritten text on a dark book cover, possibly in Spanish or a similar language, including words like "A", "X", and "Y".

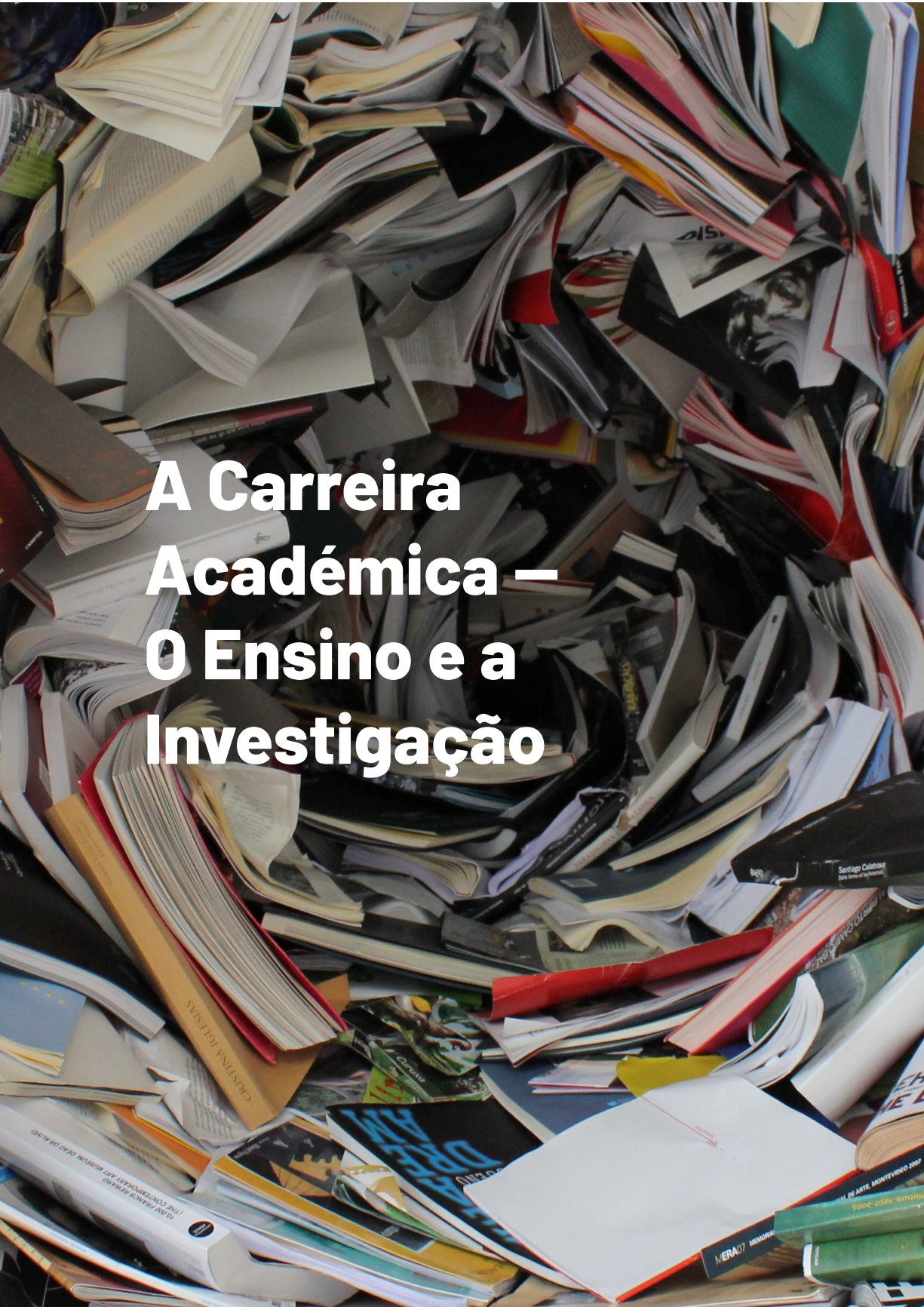
Printed text on the pages of an open book, appearing to be a technical or scientific manual with columns of text and some diagrams.

Red book cover with the word "ERA" visible in large white letters, and smaller text below it.

Book spine with the word "RABASCATI" printed vertically in yellow letters.

Large black book cover with the title "BAI DREA AM" in large, bold, blue letters, and the subtitle "TENGO UN SUEÑO" below it.

Small white book cover with the text "ARCO SCOPRIE L'ORGO MARCA" printed on it.

A dense, chaotic pile of books and papers, representing academic work and research. The books are of various colors and sizes, some with visible titles like 'Santiago Calatrava', 'THE CONTRASTING', and 'MERAU'. The papers are scattered and overlapping, creating a sense of a large volume of work.

A Carreira Acadêmica – O Ensino e a Investigação

A Paixão da Pesquisa no Investigador e a Travessia de um Mar de Provações: A Carreira, a Publicação, a Avaliação...

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.10>

Antônio Hohlfeldt

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Escola de Comunicação, Artes e Design,
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre
<https://orcid.org/0000-0001-5284-8730>
a_hohlfeldt@yahoo.com.br

Resumo

O texto constitui-se em um depoimento reflexivo e crítico a respeito das experiências profissionais, especialmente acadêmicas, vividas pelo autor. Um pouco de decepção, um pouco de frustração, um pouco de aprendizado. Pretende-se, com ele, talvez ajudar jovens pesquisadores a, com entusiasmo, mas alertas aos desafios, melhor enfrentarem as obrigações que se colocam na carreira do pesquisador e estudioso acadêmico, cheia de regras e relatórios, que obriga o profissional a, muitas vezes, usar seu tempo livre de fins-de-semana ou de férias para poder concretizar seus estudos.

Palavras-chave

estudos em comunicação, pesquisa acadêmica, professor universitário, relatórios oficiais, social, vida universitária

Aos 72 anos de idade, às vésperas dos 73¹, permito-me, ao atender prazerosamente ao convite de Moisés de Lemos Martins, apresentar uma digressão algo autobiográfica a partir de minha experiência de pesquisador, mas sempre alertado pelo ensinamento de Maurice Halbwachs (1968/1990) de que a memória é traiçoeira, porque seletiva e censória. Mais que isso, a memória individual só tem interesse se ela também for memória coletiva, no meu caso, de geração e de um certo campo, que me divide entre a literatura e a comunicação social, muito especialmente o jornalismo.

Desde menino, eu gostava de ler e de escrever. Queria ser escritor – no sentido de escritor de ficção – fiz um curso de graduação em letras, levado pela amizade por um depois importante escritor brasileiro, João Gilberto Noll, recentemente falecido. Fiz também um primeiro ano de estudos de jornalismo, mas, como desde pequeno, frequentava as páginas infantis do *Correio do Povo*, na época um dos grandes jornais brasileiros, e conhecia, ainda que à distância, o editor das páginas de cultura do jornal, Paulo Fontoura Gastal, acabei me fixando nesta área, a do jornalismo cultural, primeiro como colaborador, e depois como funcionário da empresa. Ali passei 17 anos profissionais de aprendizado: ali, na prática, aprendi a pesquisar. Na edição dos domingos, havia um caderno que vinha encartado, trazendo grandes reportagens. Não havia domingo em que um extenso texto meu não se estampasse naquelas páginas. O, então, proprietário do periódico era um daqueles antigos tipos liberais, Breno Caldas²: apoiava os jovens que, acreditem ou não, eu era então. Tive oportunidade, pela importância do jornal e pelos textos que produzia, de receber convites de segmentos culturais de diferentes embaixadas de países estrangeiros sediadas no Brasil. Visitei a Alemanha, os Estados Unidos, a França, e assim fui conhecendo museus, adquirindo livros, formando uma biblioteca sólida que no futuro muito me serviria.

No curso de graduação em letras, aproveitei as possibilidades e cursei disciplinas alternativas sobre história do teatro, teoria do espetáculo, crítica de arte, e assim fui me formando para o futuro imediato. Optei pelo mestrado, ainda em letras, enquanto me tornava coeditor do suplemento literário do jornal, o *Caderno de Sábado*, um dos espaços de crítica cultural mais importantes do país, nos anos de 1970. Ali acompanhei todo o grande ciclo da

1 Como o leitor logo perceberá, este é um texto datado. Mas suas observações, infeliz ou felizmente, permanecem oportunas, entendo eu, motivo pelo qual fiz apenas revisões formais no trabalho que apresentei oralmente, para esta versão impressa.

2 Neto do fundador do jornal, um cearense, Caldas Júnior, que, depois de atuar na imprensa do Rio Grande do Sul, resolveu fundar seu próprio periódico, em 1895, pretendendo-o independente, porque equidistante das políticas partidárias de então, dividida entre libertadores e republicanos e que provocara duas sangrentas revoluções na província, a última das quais em 1925.

pujança do conto brasileiro, travei conhecimento com os principais escritores brasileiros, a quem entrevistei, em boa parte, li e de cujos livros fiz resenhas. Na metade da década de 1970, procurando afastar-me da ditadura, trabalhei na seção internacional da Rádio Canadá, em Montréal e, na volta, decidi realizar o curso de doutorado, ainda em letras. Mas comecei a dar aulas no curso de comunicação social de uma universidade jesuíta da grande Porto Alegre, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, transferindo-me, 15 anos depois, para a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul de Porto Alegre. Foi ali, há pouco mais de 35 anos, que passei a dar aulas em cursos de especialização e, em seguida, no mestrado que estava sendo criado.

Aqui surge a primeira e importante descoberta: aquilo que sempre fora prazer, fruto da curiosidade, transformava-se em obrigação. Sandra Reimão (1994), pesquisadora brasileira, em artigo referencial, em que discute o conceito e a abrangência do chamado *campo* da comunicação social, no dizer de Bourdieu (1989/2012, p. 9), discute os vários sentidos do termo “teoria”, explicando que ele abrange a idéia de um conhecimento gratuito, ou, como diria Platão (1973), um conhecimento produzido por ações de um *amador*, que simplesmente *ama* descobrir e conhecer. Eram assim aqueles meus primeiros anos de jornalismo e de juventude. Já mais amadurecido e iniciado na vida acadêmica, descobria que a *carreira* exigia atividades para além de dar aulas, assim como, para o aluno, entrar num curso de mestrado ou de Doutorado exige mais do que o simples freqüentar das aulas.

Hoje em dia, e ainda na semana passada, nas atividades de seleção dos candidatos aos nossos próximos cursos, insistíamos, meu colega de banca e eu, com estes candidatos, sobre o fato de que, para além de assistir às aulas (presenciais ou on line, a que nos obrigou a pandemia), precisamos, professores e alunos, produzir artigos, desenvolver pesquisas, participar de congressos – como este encontro – definir linhas de pesquisa que serão nossos focos temáticos de atenção, que identificarão nossas carreiras, definirão nossas pesquisas, levar-nos-ão a solicitar bolsas de pesquisa e identificarão com quais alunos, com quais colegas professores, com quais equipas e com quais universidades trabalharemos e trocaremos informações.

No Brasil, por iniciativa de Cesare Mansuetto Giulio Lattes que, apesar do nome, é de origem brasileira³, constituiu-se a chamada Plataforma Lattes,

3 Cesare Manuestto Giulio Lattes é natural de Curitiba, físico, e integrou a equipe do norte-americano Cecil Frank Powell. Eles descobriram o chamado *méson pi*, uma das três partículas do átomo. Embora ele tenha sido o redator principal do texto a respeito do tema, Powell liderava formalmente a equipe e, segundo os critérios então adotados pelo Prêmio Nobel, apenas ele foi nominado enquanto ganhador do prêmio de física, naquele ano de 1950. De qualquer modo, ele acabaria sendo reconhecido e homenageado ao menos em seu país, coisa que, como todos os colegas aqui sabem, é uma raridade.

sistema que passou a cadastrar os pesquisadores brasileiros de todas as áreas do conhecimento. A Plataforma Lattes foi criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Técnico e Científico (CNPq), instituído em 15 de janeiro de 1951. Os objetivos do CNPq são os de fomentar e financiar a pesquisa nas diferentes instituições científicas brasileiras, especialmente as universitárias. Logo depois, estabeleceu-se também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que ocorreu em 11 de julho daquele mesmo ano de 1951. Institucionalizava-se, assim, o tripé que, dali em diante – e até hoje, – universidades (com seus professores/pesquisadores e alunos), CNPq – que financia as instituições – e CAPES que, como indica sua designação, deve financiar os agentes individuais, quer dizer, os professores e os alunos. Contraditoriamente, este sistema ganhou maior consolidação e organicidade nos anos 1970, em plena ditadura cívico-militar brasileira, quando se constituíram os primeiros cursos de pós-graduação no país, a que se seguiriam, mais ou menos uma década depois, os cursos de doutorado. Gradualmente, o sistema se ampliou e se aprofundou, se alargou e se abriu, de modo que, na atualidade – e se assim conseguirmos resistir, como eu disse, à atual desgovernança do atual presidente da República e de seus ministros – começa, na prática, para um aluno, ainda em sua graduação⁴.

No Brasil, recomenda-se fortemente que o aluno inicie seu aprendizado e treinamento em pesquisa ainda na graduação, através de bolsas denominadas de “iniciação científica”. O sistema tem – ou tinha, até ao momento – forte capilaridade. As bolsas fornecidas pelo CNPq ou CAPES são direcionadas, em parte, diretamente às universidades e, em parte, às agências de fomento à pesquisa que, igualmente, se criaram em todas as unidades federativas do país, os governos estaduais, através de *fundações de amparo à pesquisa*. Em ambos os casos, ao valor repassado pelas agências federais, universidades e agências estaduais devem agregar um outro quantitativo, de modo que o programa de fomento e amparo ganha em dinamicidade, sendo os candidatos selecionados através de editais anuais. Muitas universidades também instituíram seus próprios programas de apoio à pesquisa, a fim de qualificarem seus alunos, já que isso influencia os critérios de avaliação anual e, atualmente, também os quadrienais, dessas instituições, garantindo um ranqueamento dentre elas, o que significa maior acessibilidade a verbas para a pesquisa, conforme seu posicionamento hierárquico nesta classificação.

4 A eleição, em fins de 2022, de Luís Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores, para a presidência, dá um alento quanto ao futuro destas instituições. As novas autoridades do Ministério de Educação, a que tais instituições estão afetas, antecipam atualização de valores de bolsas, que não recebem revisão há uma década!

Um aluno que tenha desenvolvido atividades em uma bolsa de iniciação científica⁵ na graduação tem forte vantagem aquando de sua seleção enquanto aluno de mestrado ou de doutorado, sobretudo se ele vier a concorrer, no futuro, a uma bolsa, que pode ser parcial (no caso das chamadas universidades privadas, em que o curso é pago), ou total, em que o aluno recebe, além do pagamento do curso, ainda uma subvenção para sua sobrevivência, fazendo com que não necessite de um emprego paralelo a seus estudos, podendo dedicar-se inteiramente aos mesmos. As contrapartidas incluem, dentre outras atividades, integrar-se no grupo de pesquisas do professor orientador, participar de atividades congressuais, produção de textos, entre outros. Na prática, por vezes, há desvios, sendo o aluno bolsista utilizado pelo professor orientador como uma espécie de secretário executivo, o que, evidentemente, é condenável. Na prática, também, a falta de atualização monetária no valor das bolsas de estudo tem feito com que o dinheiro repassado não atenda às reais necessidades de sobrevivência do jovem estudante ou não sirva de reembolso real aos investimentos da universidade no curso. Como os valores das bolsas são os mesmos, quer para um curso de medicina ou química, que exigem laboratórios caríssimos, quer para um curso de letras ou de filosofia, isso significa algumas complicações a serem administradas pelas instituições universitárias.

A partir dos anos de 1980, encerrando-se o ciclo golpista no país, houve um novo investimento em bolsas de estudo no exterior, tanto para os alunos, quanto para os professores. No caso dos alunos, tais bolsas devem ser entendidas enquanto investimento: o aluno recebe a bolsa, permanece entre um e três anos – raramente quatro – estudando em uma universidade do exterior, e depois deve retornar ao país de origem. Espera-se que ele também *retorne* a quem o financiou – a população brasileira, através dos impostos – aquele investimento, contribuindo para o conhecimento e sua popularização. No caso dos professores, a perspectiva é sobretudo de retribuição: o professor que já desenvolveu suas atividades durante certo período também passa a *ter direito* a uma saída para estudos, no exterior. Aqui, contudo, começam os problemas e se diferenciam as condições de trabalho em que se encontra um professor: se, na universidade pública, ele tem oportunidade de tempo maior no exterior e, guardadas as situações pontuais, maior facilidade de sair, no caso de uma instituição privada a negociação é mais difícil: a escola nem sempre está disposta a contratar um

5 As chamadas "bolsas de iniciação científica", em que um professor apresenta projeto de pesquisa e pode convidar um aluno de graduação para auxiliá-lo, tendo direito, este aluno, a uma pequena remuneração.

professor substituto, recaindo a carga nos demais colegas; o tempo de saída também é mais controlado: de modo geral, no máximo seis meses, isso, se o professor quiser manter a integralidade do salário. De qualquer maneira, o sistema estava bastante institucionalizado até à administração federal de 2022: podia-se antecipar um quadro de saídas consensuais, o que significava a qualificação dos professores, situação, por exemplo, que ocorreu na universidade em que trabalho, como *política institucional* da mesma, graças à larga visão de seu então reitor, Irmão Norberto Rausch.

Especificamente no caso da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a universidade instituiu, em 1988, um projeto denominado *Mil Para o Ano 2000*, que pretendia qualificar, através de cursos de mestrado ou de doutorado – em alguns casos, ambos – os professores da escola. Tal qualificação podia ocorrer no país ou fora dele. A instituição garantia a manutenção plena do salário e o vínculo empregatício para quando o professor retornasse. Em contrapartida, o professor assumia compromisso para com a instituição, de nela permanecer durante determinado tempo. Ao final do programa, que chegou a ser estendido por mais dois anos, tal o seu sucesso, mais de 1.000 professores obtiveram títulos de mestrado ou de doutorado. Isso alavancou a pontuação e a classificação da PUCRS entre as melhores do país, com mais de 60% de seus professores com tais titulações⁶. A PUCRS implementou programas de intercâmbio com outras universidades, institucionalizou programas internos de promoção e assim solidificou seu posicionamento institucional, sendo reconhecida, atualmente, como uma das mais bem qualificadas do continente sul-americano.

Para o professor e/ou o aluno, contudo, aquilo que deveria ser uma *oportunidade* se tornou uma *obrigação*. Ao invés de ser um *amador* da pesquisa e do estudo, professores e alunos se tornaram, de certo modo, profissionais. Ora, quando o sistema funciona bem azeitado e ritmado, as coisas fluem. Quando surgem as crises econômicas – e elas sempre surgem, sobretudo em países como o Brasil – as coisas se complicam. Para os alunos, muitas vezes, as bolsas se tornaram alternativa de emprego: o aluno transformava-se num profissional bolsista, às vezes começando na graduação. Aliás, diga-se de passagem, não só no Brasil. Lembro-me de que, numa das vezes em que atuei como professor convidado na Universidade Paul Valéry, em Montpellier, numa conversa com um aluno bolsista que concluía seus estudos de doutorado, ele se confessava sem futuro num horizonte imediato,

⁶ Em avaliação ocorrida no final de 2022, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul foi considerada a melhor universidade não-pública do país, considerando-se o conjunto de cursos de programa de pós-graduação com notas seis ou sete em sua avaliação.

tendo sido bolsista ao longo de toda a sua vida de estudante, e suspirava por poder participar do sistema brasileiro então vigente⁷.

Aliás, o incremento que esta política nacional de bolsas buscava dava evidentes resultados, com consequências, porém, contraditórias, na medida em que novas políticas enfrentavam dificuldades em sua formulação e implementação⁸. A ideia era fazer com que as universidades criassem seus cursos de mestrado, começando pelas especializações. A ênfase nas bolsas de estudo, nos anos de 1990, era justamente neste sentido. E deu resultado. Em 1998, quando assumi a coordenação do programa de pós-graduação da Famecos, na então Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, tínhamos menos de 20 instituições com cursos de pós-graduação. Hoje, são quase uma centena⁹. Mais que isso, na passagem dos anos 2000, a meta para a criação de cursos de mestrado estava bastante bem alcançada e a ênfase deslocou-se para o doutorado. A consequência é que, para se tornar ou manter professor numa universidade, já não bastava mais o mestrado.

E lá fomos todos em busca do doutorado. Justamente esta foi minha função, em 1998: criar o doutoramento em comunicação social, para ampliar a oferta de nossa faculdade. Ainda que tais cursos, financeiramente, não fossem lucrativos, subsistiam graças aos apoios governamentais. Sobretudo, decidiam no ranqueamento qualitativo, nas avaliações anuais, das instituições, junto aos órgãos financiadores, seus percentuais de financiamento: mais titulados, mais financiamento; mais bolsas, mais projetos apoiados, o que, gradualmente, passou a criar uma espécie de círculo automático e infernal, agravado por outras iniciativas que foram surgindo ao longo daquelas décadas.

7 Na época, o Brasil oferecia as chamadas bolsas *recém-doutor*, hoje transformadas em outro projeto e bastante dificultadas em sua concessão. Basicamente, o projeto era apresentado por um professor titular que se tornava o padrinho de um professor *recém-doutor*, pelo qual respondia. O jovem profissional permanecia cinco anos trabalhando na universidade, findos os quais poderia ou não ser contratado.

8 Como consequência de tais fomentos, crescia o número de mestres e doutores, aumentava o número de programas de pós-graduação, mas não havia aumento proporcional de bolsas de estudo ou de apoio a tais programas de pós-graduação, de modo que a mesma verba tinha de ser dividida por um número cada vez crescente de interessados, acirrando a competição.

9 A crise provocada, cumulativamente, pela COVID-19 e sobretudo pelas políticas adotadas pelo Governo de Bolsonaro, fez com que a partir de 2020 uma série de universidades, sobretudo as instituições privadas, fechem cursos de pós-graduação, em especial aqueles dos campos de humanidades e ciências sociais, que recebem menos interessados ou que são procurados por alunos que dependem essencialmente das bolsas de estudo. Somando-se a isso o fato da desatualização dos repasses governamentais, as universidades particulares se veem obrigadas a fechar seus programas de pós-graduação e as universidades públicas enfrentam crescentes dificuldades em manter seus cursos em funcionamento.

A valorização de universidades e de programas de pós-graduação passou a beneficiar programas de pós-graduação que publicassem em revistas acadêmicas, que depois passaram a ser igualmente avaliadas e ranqueadas. De novo, aqui, institucionalizou-se círculo doentio: as melhores publicações começaram a receber enxurrada de artigos, cuja avaliação demorava para ocorrer. Lembremos que todas estas avaliações são feitas por pares voluntários. Havia regras a serem seguidas: um artigo e seu autor é menos bem avaliado se publicar na revista de sua própria instituição. Em consequência, professores de um programa com uma revista de excelência, precisavam encontrar espaço em outra revista, o que significava, no processo de avaliação, que quem publicasse na revista de seu programa tinha melhor avaliação do que ele mesmo... Por outro lado, os editores destas revistas selecionavam criteriosamente os artigos a serem publicados, para não perder o ranqueamento. Criaram-se, então, regras: um aluno de mestrado não tinha a menor oportunidade de publicar numa revista bem avaliada, a não ser que seu artigo viesse co-assinado por um doutor¹⁰: um aluno de mestrado, embora tendo por obrigação publicar ao menos dois artigos anuais, tinha dificuldade em cumprir a tarefa, ao menos, nas revistas mais reconhecidas, devendo contentar-se com as menos bem classificadas, tendo, pois, maiores desafios para uma melhor avaliação quanto a seu próprio desempenho... e assim por diante¹¹. Outro círculo infernal.

Para ajudar aos egressos dos cursos de doutorado, foram criados, então, programas de seleção de professores bolsistas que, uma vez selecionados, teriam permanência de cinco anos numa determinada universidade, prazo ao final do qual poderiam vir a ser contratados pela universidade em que atuavam¹². O sistema previa que o professor de um determinado programa deveria apresentar um projeto, em determinada área. Em sendo selecionado, um recém doutor era indicado no bojo deste projeto. Novamente, o circuito se deteriorava: os candidatos a tais bolsas precisavam conhecer doutores que se dispusessem a formular projetos que lhes dessem oportunidade de início de carreira... e os doutores já vinculados a um programa de

10 Criaram-se, assim, jogos de compadrio: um professor, ao dar parecer positivo sobre determinado artigo, embora se tratasse de avaliações cegas, de certo modo identificavam o autor e se firmava uma parceria indireta: aprova o meu que eu aprovo o teu, etc. Isso porque, um bom estudioso de uma área, mesmo que leia um texto sem identificação de autoria, consegue reconhecer o autor do texto.

11 Outra prática que se disseminou foi um professor assinar artigos com seus orientandos, sem praticamente fazer qualquer contribuição ao estudo, mas apenas por sua condição de orientador. Assim, professores doutores, de certo modo, apropriavam-se de pesquisa de seus orientandos.

12 Ver nota 10.

pós-graduação precisavam se dispor a formular um projeto que viabilizasse tal oportunidade. Em geral, as coisas funcionaram bem nos primeiros anos. Mas, de novo, quando a crise financeira e econômica surgiu no horizonte do país, uma de suas primeiras vítimas foi este programa: as universidades não tinham mais como garantir a contratação de tais professores bolsistas, eis que estavam a demitir até mesmo seus professores titulares.

Outros projetos importantes foram sendo gerados, entre os anos de 1990 e 2000, como os *MINTER* e os *DINTER*. As siglas identificam projetos colaborativos entre diferentes instituições universitárias: um programa de pós-graduação bem qualificado pode desenvolver, junto de uma universidade que pretenda qualificar seus professores, cursos de mestrado (*MINTER*) ou de doutorado (*DINTER*). Tais cursos funcionam mediante seleção prévia dos professores a serem formados, através de provas, no sistema da instituição que cada programa desenvolve. As aulas são presenciais, em geral, na sede da universidade interessada no projeto. Posteriormente, os professores/estudantes deslocam-se presencialmente para a universidade que oferece o projeto, e ali permanecem um semestre, ao menos, o que significa, afastados de suas universidades de origem¹³. As dissertações e teses são produzidas nos mesmos prazos institucionais vigentes e as bancas de defesa ocorrem no programa-sede que oferece o curso. Este tipo de projeto tinha financiamento por parte da CAPES para a universidade que ofertava o curso. As agências regionais financiavam os professores-alunos. Hoje em dia, tais projetos estão praticamente desativados.

Entre os anos de 1990 e 2000, o incremento de projetos de apoio ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação e às atividades a eles ligadas foi crescente, como no caso da tradução de artigos de colaboradores estrangeiros para as revistas mais bem classificadas no sistema de avaliação, chamado Qualis – que depois passou a avaliar também livros editados, congressos realizados e por aí afora, em sistemas cada vez mais complexos e complicados, ao pé-da-letra.

CAPES e CNPq igualmente passaram a financiar acessibilidade a periódicos acadêmicos internacionais, com o objetivo de dar maior possibilidade aos pesquisadores brasileiros de conhecer a bibliografia internacional, sobretudo aquela escrita em inglês. Ao mesmo tempo, isso abriu caminho para a chamada *internacionalização* da pós-graduação brasileira, que começou com a possibilidade, depois transformada em obrigatoriedade, de

13 Isso significa que eles devem ser substituídos por colegas que permaneceram na instituição.

intercâmbio de professores e alunos entre instituições; convite para professores visitantes; produção conjunta entre professores de diferentes instituições; participação de professores em grupos de estudos interinstitucionais e, sobretudo, internacionais, e assim por diante.

Chegou-se à hecatombe, ao apocalipse das avaliações internacionais: a chamada valorização dos impactos de artigos, da supervalorização de artigos publicados em revistas acadêmicas, ao invés de edição de artigos em coletâneas ou mesmo de livros inteiros. Neste período todo, é evidente que o surgimento e a disseminação das tecnologias de informação provocaram, possibilitaram, potencializaram e ditatorializaram a pesquisa em países não centrais, como o Brasil. Escrever e publicar em inglês se tornou obrigatório. Avaliar os impactos internacionais de um artigo veio a ser preocupação de pesquisadores e de instituições. A hierarquização de avaliação anual e periódica das instituições, a cada quatro anos, que servia inclusive para se ter um acompanhamento qualitativo do que cada universidade oferecia, transformou-se numa disputa acirrada e nem sempre ética pela quantificação, e assim fomos nos desgarrando.

No Brasil, ao contrário de universidades européias ou norte-americanas, não temos a figura do profissional que seja exclusivamente pesquisador. Todos devemos ser professores e pesquisadores. Não penso que isso seja necessariamente negativo. Numa universidade bem organizada, por exemplo, um contrato de 40 horas significa em torno de 10 horas de sala de aula. Teoricamente, o restante ficaria para a pesquisa, certo? Errado: precisamos orientar as pesquisas de nossos alunos de graduação, de mestrado e de doutorado. A bem da verdade, até existem critérios que delimitam o número máximo (mas também mínimo) de tais atividades. Mas a necessidade das avaliações internas e externas (chamadas de “recredenciamento”, que ocorrem a cada ano) começam a tornar aquilo que deveria ser o principal objetivo de nossas atividades – o ensinamento e a pesquisa – numa tarefa absolutamente caótica e exploratória. Precisamos fazer relatórios para tudo e sobre tudo. Relatórios internos, porque precisamos nos *recredenciar* anualmente para permanecermos como professores da pós-graduação. Por isso, precisamos registrar nossas pesquisas, no mínimo, num sistema interno de cada universidade, além do sistema geral e universal, que é a plataforma Lattes. Depois, precisamos preencher os dados da novel plataforma Sucupira, quadrienal, que faz uma ampla avaliação de todos os programas de pós-graduação. O pior é que nenhuma dessas plataformas conversa entre si, ou seja, precisamos preencher os mesmos dados mais de uma vez por ano! E guardar tudo o que publicamos ou certificados das atividades de que

participamos, para podermos resgatar detalhadamente tudo o que realizamos. Isso toma um tempo medonho – e a nossa pesquisa? Normalmente ocorre de noite – se não damos aulas à noite, o que é raro, nas universidades não públicas – ou nos finais de semana – se a família assim permitir – ou roubando horas de sono e necessária recuperação, nas madrugadas...

Onde situar o amador da pesquisa?

A constituição das universidades, todos os colegas bem conhecem isto, surgiu da junção de escolas de estudos superiores. Na Idade Média, a partir de experiências árabes, em Bolonha e Paris, estas instituições se concretizaram. Pretendia-se um conjunto de estudos *universais*. Ora, isso se mostrou, de fato, utópico. E mesmo que as utopias nos ajudem a avançar civilizacionalmente, mais utópicas ainda se apresentam hoje em dia.

O conceito de *campus*, de Pierre Bourdieu (1989/2012), é esclarecedor: os campos de atividades e os campos de conhecimento se disputam entre si. Consequentemente, as instituições se disputam entre si. E não esqueçamos, as nações também se disputam entre si. E quando falta dinheiro para as atividades de ensino e/ou de pesquisa, como sempre falta, e bem sabemos disso, as coisas ficam ainda mais complicadas.

Todos nós estamos trazendo, nestas mesas, diferentes reflexões e diferentes pontos de vista. Não sou pessimista. Preciso, e o faço com alegria, reconhecer que minha formação, meu desenvolvimento profissional e minhas atividades ocorreram, em grande parte, graças a estes sistemas cada vez mais complexos. Mas isso não significa ignorar contradições e desafios, um dos quais está sendo bastante discutido aqui, a questão da internacionalização, subjugado a um fato concreto: a ditadura de um idioma dito universal e internacional ao qual todos nós precisamos nos vincular. Meu caso pessoal é exemplificativo: venho de uma geração que, no Brasil, tinha no francês sua segunda língua de opção de estudos. Foi depois do golpe de 1964 que o inglês ganhou predominância e o francês desapareceu das salas de aula. Por incrível que pareça, apesar de, e sobretudo no Rio Grande do Sul, fazermos fronteira com o Uruguai e a Argentina, estarmos ao lado do Paraguai e muito perto do Chile, nossos alunos e professores têm mais dificuldade em ler e compreender o espanhol do que o inglês! E vice-versa, os hispano-hablantes da Argentina, por exemplo, evidenciam pouco esforço em compreender o que os brasileiros dizem ou escrevem. Acho que, em Portugal, em sua relação com a Espanha, não é muito diferente. Pior, boa parte dos pesquisadores portugueses praticamente desconhece

a bibliografia brasileira, e vice-versa, tema que, aliás, já discuti há alguns anos, em um outro encontro, em Portugal. Não obstante, temos histórias comuns e, se nos juntarmos, podemos constituir uma força significativa. Mas nossas entidades institucionais teimam na tal internacionalização. O surgimento das chamadas redes sociais, de um lado, ajudou-nos muito, mas também estabeleceu ditaduras quanto a fontes e referências. Hoje, somos obrigados a participar de um sistema automatizado, cheio de regras, que privilegia certos focos de estudo, em um determinado idioma, que se preocupa com uma avaliação constante que nos afasta cada vez daquilo que já foi o principal aspecto da pesquisa: descobrir, aprender, universalizar. A avaliação hierarquizadora matematizou tudo, apagando a preocupação com a qualidade. Pior, vem tentando apagar a liberdade de opção do estudioso sobre temas de sua predileção e de preferência. Não pesquisamos ou escrevemos sobre o que, de fato, nos interessa, mas sobre o que, segundo um *deus ex machina* qualquer, provoca maior impacto.

Tenho resistido a isso, tanto quanto posso: estudo a história das mídias e, especialmente proponho que recuperemos uma história conectada do jornalismo. Com colegas portugueses, caboverdianos, moçambicanos e angolanos, além de brasileiros, concretizamos uma história da imprensa de expressão portuguesa desde seus primórdios, no século XIX até os nossos dias (Sousa et al., 2014, 2016). Isso é fundamental para evidenciar nossa identidade unitária.

Neste momento, trabalho sobre um projeto mais ambicioso e demorado, que é uma história conectada do jornalismo ibero-americano, que dividi em diferentes e sucessivas fases, sendo que na primeira fase reside o surgimento das gazetas no continente ibero-americano que, inspiradas nas publicações espanholas, aparecem no México, em 1723 e, sucessivamente, na Guatemala, Peru, Cuba, Colômbia, ao longo do século XVIII, para depois se universalizarem no século XIX, inclusive no Brasil e na Argentina. De novo, quero ir além das histórias nacionais: precisamos uma história continental, para mostrar que nosso jornalismo foi tão ou mais importante que este jornalismo europeu sobre o qual sempre lemos nas histórias da imprensa. Nossa imprensa, por exemplo, inspirou, sustentou e desenvolveu as idéias libertárias que provocaram os processos independentistas das antigas colônias, entre 1815 e 1825. Em uma só década, todo o continente se liberou da opressão colonial de Espanha e Portugal. Mas segundo os critérios atuais vigentes, meus estudos pouca importância têm... não causam impacto...

Aos pepinos o impacto... para longe as avaliações sob tais critérios... quero continuar pesquisando porque gosto de pesquisar... quero continuar

pesquisando aquilo que entendo ser importante pesquisar. No momento presente, para nos conhecermos e nos afirmarmos enquanto individualidades e realidades específicas, não menores nem menos importantes que as demais. Minha paixão pela pesquisa precisa ter coragem para atravessar este mar de provações... A carreira, a publicação e a avaliação devem ocorrer *a posteriori*, e não *a priori*, como condições de financiamento e de reconhecimento. Políticas de ciência e da língua, sim, mas nossas, que nasçam a partir do que fazemos, e não do que pretendem que venhamos a fazer.

Referências

- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Bertrand. (Trabalho original publicado em 1989)
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva* (L. L. Schaffter, Trad.). Vértice. (Trabalho original publicado em 1968)
- Platão (1973). *A república* (J. Guinsburg, Trad.). DIFEL.
- Reimão, S. (1994). Teoria ou teorias da comunicação? *Revista Brasileira de Comunicação*, 2(17), 146–170.
- Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A., & Barbosa, M. (Eds.). (2014). *A history of the press in the portuguese-speaking countries*. Media XXI.
- Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A., & Barbosa, M. (Eds.). (2016). *Uma história da imprensa lusófona. Brasil-Galiza. Imprensa colonial portuguesa* (Vol. 1). Media XXI.

Avaliação de Desempenho Docente: O Faz de Conta Universitário

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.11>

Pedro Oliveira

Departamento de Estudo de Populações, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar,
Universidade do Porto, Porto, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-2470-0795>
pnoliveira@icbas.up.pt

Resumo

Nas diversas instituições de ensino superior a avaliação de desempenho docente tem cerca de 12 anos de implementação. Esta necessidade de avaliar os docentes resulta da introdução da nova gestão pública nas instituições de ensino superior. Subjacente a esta filosofia de gestão está a crença de que é possível identificar e descrever o que é a qualidade no ensino superior e que, portanto, a mesma pode ser medida e avaliada. Será a avaliação impossível? O objetivo não é recusar a avaliação, mas mostrar as dificuldades e as contradições que os atuais modelos de avaliação de desempenho geram, em particular, a pretensa objetividade da avaliação. Afinal, em que consiste a avaliação de desempenho? Em julgar o resultado ou medi-lo? É, pois, necessário repensar a avaliação e tendo em atenção que tal tem impacto na vida dos docentes e da comunidade.

Palavras-chave

avaliação de desempenho docente, avaliação do trabalho, ensino superior

Introdução

A avaliação de desempenho docente no sistema de ensino superior é um processo com cerca de 12 anos de aplicação nas diversas Instituições de Ensino Superior (IES). Esta avaliação resulta do estatuído no Artigo 74.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e no Artigo 35.º-A do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

Um dos primeiros regulamentos a ser publicado terá sido o do Instituto Superior Técnico (2009). Este regulamento baseia-se no uso extensivo de fórmulas matemáticas que permitem quantificar o desempenho de um docente nas diversas vertentes: ensino, investigação, gestão e extensão. Este modelo foi, de alguma forma, emulado pela generalidade das IES. Se o técnico o faz é porque está bem e logo também vamos fazê-lo. E, assim, acriticamente, as IES passaram a fazer a avaliação dos seus docentes, de forma periódica, na maioria dos casos de três em três anos, sem que se ouvissem vozes críticas a este modelo, sem que os diversos Departamentos de Educação das IES se pronunciassem sobre este modelo de avaliação. Deve, contudo, ser referida aquela que terá sido a primeira reflexão (Almeida Fernandes et al., 2007) em Portugal sobre a avaliação que, infelizmente, não teve muitos seguidores. Mais, na generalidade, os sindicatos dos professores não tomaram posições públicas contra este modelo de avaliação, pois não quiseram aparecer como retrógrados e corporativistas. Passados 12 anos sobre a entrada em vigor, importa refletir sobre a avaliação realizada.

Como Se Avalia o Trabalho?

A avaliação de desempenho, apesar da sua designação, corresponde a uma avaliação do trabalho. Christophe Déjours (2003) no seu livro *L'Évaluation du Travail à l'Épreuve du Réel. Critique des Fondements de l'Évaluation* (A Evolução do Trabalho no Teste da Realidade. Crítica dos Fundamentos da Avaliação) aborda, em grande profundidade, a avaliação do trabalho, questionando os fundamentos dessa mesma avaliação, cujas ideias servem de base a este trabalho. A avaliação de desempenho tem subjacente a ideia de que o trabalho dos docentes pode ser objetivamente medido, seja por via dos artigos publicados, das aulas lecionadas, do exercício dos cargos de gestão. Esta ideia radica na transposição da produção de bens em fábricas cujo valor é, em parte, determinado pelo trabalho que a sua produção exige. Veja-se, por exemplo, Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, quando afirma que o trabalho é a medida real do valor e troca de todas as mercadorias, com ricos e pobres distinguindo-se pela quantidade de trabalho que conseguem comprar.

Contudo, surge a dificuldade: como se mede o trabalho? Pela sua intensidade? Pela sua duração? Pelas competências? E como se mede o trabalho quando este se situa na produção de serviços, no ensino ou na investigação?

No caso dos docentes pode-se medir a produção científica pelo número de artigos? Pelo tempo que requer? Assumindo estas duas medidas, onde se avalia o conteúdo ou a sua qualidade? O que nos dizem estas medidas sobre como percebemos as diversas áreas científicas? Talvez, antes de toda a avaliação; a pergunta que devesse ser colocada fosse o que é trabalhar em ciência e educação superior? O que é este trabalho que tem de ser avaliado?

Esta noção de mensuração do trabalho tem acompanhado a história da humanidade, sendo discutida por Adam Smith e Karl Marx, não existindo um consenso sobre como tal pode ser realizado. Recentemente, a ergonomia propunha a avaliação da carga de trabalho. As dificuldades são muitas, pois o esforço ou a intensidade será diferente para um adulto, uma criança, um jovem ou um idoso. A evolução tecnológica veio acrescentar maiores dificuldades, pois estas colocam em causa a relação direta entre tempo, esforço e trabalho. Daí Déjours (2003) colocar a questão de que se o trabalho não é diretamente observável, como por exemplo na investigação, quer dizer que nunca será possível conhecê-lo?

A relação entre ensinar e aprender envolve uma relação intersubjetiva entre o docente e o aluno. Assim, não há uma relação proporcional entre o esforço do docente, a sua capacidade para ensinar e o que é visível à avaliação, como sejam as horas letivas ou os resultados de exames.

Déjours (2003) afirma que no que respeita às atividades de serviço, em particular às relações de serviço, é “necessário reconhecer que no estado dos nossos conhecimentos não podemos avaliar o trabalho porque não sabemos como o fazer” (p. 34). E daí pergunta, “como podemos avaliar aquilo que não conseguimos descrever?” (Déjours, 2003, p. 34).

E porque no caso do ensino e da investigação a exigência da profissão impacta na vida privada, com o tempo requerido para investigar ou corrigir exames para além do tempo de trabalho diário, a avaliação de desempenho “pela duração do trabalho ou pelos indicadores perdeu pertinência” (Déjours, 2003, p. 35).

Acresce ainda que, em particular no ensino e na investigação, as competências não existem naturalmente no docente, mas são adquiridas pela experiência, pelas dificuldades que o docente ou investigador encontra, pelas tentativas com sucesso ou insucesso para ultrapassar esses problemas.

Porquê esta necessidade de avaliar? Para, diz-se, distinguir os bons docentes investigadores dos medíocres. Repare-se que ao definir que a performance de um docente está intimamente ligada às suas competências, o princípio de trabalho igual salário igual, devia ser substituído por competência igual salário igual (Déjours, 2003) e, ao fazer-se essa transposição, ainda mais claro se torna que o desempenho e a sua avaliação não podem ser separados do próprio docente, ou seja, evidenciando a relação subjetiva entre trabalho e docente. E ao tornar-se a avaliação, na avaliação de um docente, mais esta se afasta da avaliação do trabalho.

Surgiram nas últimas décadas abordagens com base na avaliação pela qualidade. No entanto, também esta abordagem não está isenta de dificuldades. Ao definir determinadas metas para a atividade docente ou de investigação, a avaliação torna-se uma prescrição e esquece a própria avaliação da qualidade do trabalho produzido. De que outra forma, a título de exemplo, se entende a prescrição de metas e tetos para a avaliação da investigação em número de artigos ou projetos financiados, ou o que resulta, por exemplo, de tetos máximos de percentagens de reprovações? É, no fundo, uma prescrição que coloca o resultado antes do trabalho e que condiciona o exercício da própria profissão (se o docente souber que se tiver uma percentagem elevada de reprovação, tal implica um processo de avaliação do seu ensino, terá obviamente a tentação de regular as reprovações para que o limite não seja ultrapassado). E a adoção desta forma de gestão pode ser compreendida quando o *Manual de Qualidade* (Universidade do Minho, 2010b) de uma IES estipula que se “o par docente/UC apresenta resultados não satisfatórios”, será “consequentemente referenciado para melhoria”, definindo-se o desempenho não satisfatório a partir “dos resultados dos inquéritos aos estudantes e docentes e das taxas de sucesso escolar”.

Porquê Avaliar?

A necessidade da avaliação não é contestada em nenhum lado, mas, contudo, a sua implementação prática é bastante criticada e discutida. Há uma espécie de discurso único que torna a avaliação legítima e desejável. E qualquer voz contra é vista como suspeita, obscurantista, destinada a proteger os medíocres.

A cultura da avaliação repousa na ideia simples que quase não há diferença entre o humano e o objeto. Simples questão de qualidade para quantificar. A qualidade tornou-se então a palavra-chave em nome da qual começou a caça aos vivos, porque a qualidade que faz a diferença, é a própria vida. (Aflado, 2010, para. 1)

O sistema de ensino superior, pela mão de José Mariano Gago, abraçou a chamada “nova gestão pública” que, no essencial, consiste na aplicação ao setor público dos métodos de gestão do setor privado (2018). Uma primeira questão que se pode colocar é: são os métodos de gestão no domínio das empresas e do mercado, cujo fim último é o lucro, aplicáveis na gestão da coisa pública cujo fim último é o bem comum?

Como foi referido, a avaliação é hoje uma espécie de pensamento único, incontestável. Mas o que significa, em particular, avaliar o desempenho dos docentes do ensino superior nas quatro dimensões: investigação, ensino, gestão e extensão? A própria noção de avaliar é simples e é polissémica. Segundo o dicionário da língua portuguesa (7.^a edição) da Porto Editora, avaliar é “determinar a valia ou o valor; apreciar o merecimento de; reconhecer a grandeza, força ou intensidade de; orçar; computar; reputar-se; apreciar-se; julgar-se como”. Note-se que esta definição compreende em si duas dimensões: medir ou julgar.

Esta necessidade de avaliar os docentes resulta da introdução da nova gestão pública nas IES. Subjacente a esta filosofia de gestão, abraçada pelos colegas que exercem os cargos, está a crença de que é possível identificar e descrever o que é a qualidade no ensino superior e que, portanto, a mesma pode ser medida e avaliada. E o corolário é que os professores têm agora de prestar contas pelo que fazem ao nível do ensino e da investigação, mas, além do mais, têm de assegurar que estas atividades são mensuráveis e, portanto, fornecer os indicadores que permitem a sua mensuração. A aceitação acrítica das mudanças introduzidas pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, assumindo que estas eram uma mera questão de gestão e que a missão das IES não seria alterada, foi o maior logro que foi adotado pela academia. Ao impor regras, formas de controlo de exercício da atividade dos professores, em todos os domínios, do ensino à investigação, a gestão ao ter mudado, também mudou aquilo que gere.

E, assim, subliminarmente, muda o exercício da profissão e o seu sentido. A confiança é substituída pela desconfiança, a cooperação é substituída pela competição, a ideia de serviço é substituída pela apresentação de indicadores, controlos e prestação de contas.

O Que Se Pretende Avaliar?

A avaliação de desempenho definida no Estatuto da Carreira Docente Universitária/Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico é bastante vaga, limitando-se a apresentar os princípios dessa mesma avaliação, nomeadamente, o seu papel de orientação, incluindo todas as vertentes da atividade, tendo em consideração a especificidade de cada área científica e definindo a sua periodicidade bem como impondo quatro níveis de classificação, sendo o processo da responsabilidade dos órgãos científicos das instituições.

Os diversos regulamentos (neste trabalho são citados vários regulamentos, alguns que já podem estar desatualizados, mas que permitem ilustrar a filosofia de avaliação seguida na generalidade das instituições), inspirados sobretudo pelo modelo do Instituto Superior Técnico (2009), optaram por uma abordagem quantitativa. Na generalidade, são usados modelos baseados na teoria multicritério. Em concreto, cada uma das vertentes é valorizada e, posteriormente, é feita a soma pesada (ponderada) dos diversos critérios. Os regulamentos fixam, para cada vertente, o respetivo peso, em geral, entre limites mínimos e máximos. De notar que muitos regulamentos fixam para cada critério uma meta que designaria o expectável para qualquer docente, e um teto que define o limite máximo de valoração do referido critério; ou seja, por exemplo, no critério de publicações, seria fixado uma meta de três artigos e um teto de seis artigos, o que significaria que quem publicasse seis ou mais artigos teria a classificação máxima, independentemente do número total de artigos acima de seis. Muitos regulamentos introduzem nessas funções de valoração, por exemplo, pontuações para artigos publicados, com base no número de autores e na posição do autor na lista de autores. Por fim, são escolhidos os pesos para cada vertente, dentro dos limites fixados e cuja soma é igual a 100%, que maximizam o valor final da função ponderada, sendo esse o resultado final para o docente, a que corresponderá uma classificação nas quatro categorias definidas: excelente, muito bom, suficiente e insuficiente. Resulta evidente que o modelo é bastante complexo, sendo que só os docentes com formação matemática poderão ter uma compreensão cabal sobre a quantificação da avaliação.

A título de exemplo atente-se na fórmula para a contabilização dos artigos científicos da Escola de Engenharia da Universidade do Minho (2010).

$$M_{T,pt} = \sum_{i=1}^N Z_i \times T_i$$

N – Número de publicações

Z_i – Fator de correção relativo ao número de autores da publicação

T_i – Número de pontos relativo à natureza e impacto da publicação

Esta é uma das fórmulas mais simples quando comparada com outras que entram com o número de citações e distinguem as publicações em artigos e capítulos de livros como é o caso do regulamento do Instituto Superior Técnico e contabilizam diretamente os fatores de impacto das revistas científicas. De igual modo, na generalidade, os regulamentos apresentam fórmulas semelhantes para projetos científicos, participação em júris, orientação de estudantes, lecionação de unidades curriculares, considerando o seu número e o número de estudantes, produção de material pedagógico e, assim, para as dimensões de gestão e extensão. Há, contudo, uma diferença no que respeita à componente de gestão onde basta ocupar o lugar para se ter uma pontuação, na generalidade dos regulamentos, muito generosa senão mesmo máxima, sem qualquer avaliação sobre os atos de gestão praticados.

A título de exemplo, o Regulamento da Escola de Engenharia (2010) fixa a pontuação de excelente para o presidente somente pelo facto de exercer o cargo (aliás, na generalidade dos regulamentos, a avaliação da componente de gestão pouco mais compreende que a atribuição de pontos pela simples ocupação de um determinado cargo). Onde está a avaliação sobre a qualidade dos atos praticados?

Outras IES, em menor número, optaram por definir perfis *a priori*. Estes perfis quantificam intervalos de tempo (em percentagem) dedicado a cada uma das vertentes de atividade de um docente. Por exemplo, numa dada IES (2009) foram fixados quatro perfis que se diferenciavam pelo tempo dedicado à investigação, à docência e às restantes vertentes. Por defeito, a todos os docentes será atribuído o perfil que equilibra a componente pedagógica (com maior peso) com a vertente de investigação; caso queira, o docente

poderá escolher um perfil com maior peso na investigação, ou com maior peso na vertente pedagógica ou com maior dedicação às restantes vertentes, de gestão e extensão. Nesta abordagem, o docente fixa *a priori*, no início do período de avaliação qual o perfil debaixo do qual deseja ser avaliado, fixando os objetivos que se propõe atingir, envolvendo o responsável pelo Departamento. Cada perfil é definido em função das Unidades de Crédito de Serviço (UCS; que pretendem medir o tempo dedicado a cada tarefa), cujo peso em cada componente, definem o perfil. Esta abordagem tem subjacente o cálculo das UCS e, mais uma vez, são usadas fórmulas que consideram, por exemplo, se uma unidade curricular é lecionada pela primeira vez, o número de turmas, o número de alunos e, na componente de gestão, o número de horas creditadas por cada cargo exercido; na componente científica, as publicações são valorizadas em função do fator de impacto, sendo o resultado final de UCS subordinado a um multiplicador que depende da área científica, em que o valor unitário é atribuído à área de ciências da vida e da saúde, tendo as outras áreas fatores maiores que um, por exemplo, área de ciências sociais 6,44 e artes e humanidades 16,83. Ou seja, um artigo na área das artes e humanidades vale 16,83 vezes mais do que um artigo na área de ciências da vida e da saúde!

Um grande número de regulamentos usa, como medida da qualidade das publicações científicas, os fatores de impacto. Importa, a este propósito, recordar que há já muitos anos que este uso é, pelo menos, discutível, senão mesmo errado. A título de exemplo, entre outras publicações, refere-se o editorial da revista *Nature* (“Not-So-Deep Impact”, 2005), uma das revistas com maior fator de impacto, onde se afirma que

as tentativas de quantificar a qualidade da ciência são sempre repletas de dificuldades, e os fatores de impacto das revistas estão entre os poucos números que persistem. O resultado é uma ênfase exagerada no que é realmente uma métrica limitada. (p. 1003)

E, depois de analisar as citações dos artigos publicados na revista, chega à conclusão de que o fator de impacto é, na sua quase totalidade, determinado por um quarto dos artigos (“89% do valor do ano passado foi gerado por apenas 25% dos nossos artigos”). O editorial refere ainda que a distribuição das citações é altamente assimétrica, sendo o fator de impacto influenciado por um pequeno número de artigos. As reservas do editorial acerca do uso dos fatores de impacto estão bem presentes na conclusão, nomeadamente quando afirma que “nada disso realmente importaria muito, não fosse a confiança doentia em fatores de impacto por administradores e empregadores

de investigadores em todo o mundo para avaliar a qualidade científica de nações e instituições e, muitas vezes, até para julgar indivíduos” (“Not-So-Deep Impact”, 2005, p. 1004).

Ainda sobre esta questão, a European Association of Science Editors (2007) afirma que os “fatores de impacto das revistas” devem ser usados “apenas – e com cautela – para medir e comparar a influência global de revistas científicas, mas não para a avaliação de artigos individuais, e certamente não para a avaliação de investigadores ou programas de investigação, seja diretamente ou como um substituto” (European Association of Science Editors, 2007, p. 1). E, no entanto, não há argumento que faça vacilar a fé no uso dos fatores de impacto como medida da qualidade dos artigos científicos.

Mas o Que Dizer das Grelhas de Avaliação com Definições Absurdas?

Por exemplo, o Regulamento de Avaliação Docente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho (2010a), especifica que publicações pedagógicas terão uma bonificação de 20% quando redigidas em língua inglesa. No mesmo sentido, o Conselho Científico da mesma escola aprovou por unanimidade (Ata 01/2010, de 19 de janeiro de 2010) que teses de doutoramento concluídas em português teriam uma valoração de 5 pontos enquanto que teses em inglês uma valoração de 6 pontos. Para além de a língua portuguesa ser vista como menor, a tradução de uma tese de português para inglês acrescenta algum valor científico ao trabalho? Neste mesmo sentido, o Regulamento de Avaliação Docente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho (2011) diferenciava obras musicais de longa duração de obras de curta duração. Pobre Satie que seria desconsiderado se fosse avaliado por este regulamento. Na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (2012b) um livro com 500 páginas vale 500 pontos e outro com 501 páginas vale 750 pontos. Será que uma página vale 250 pontos? Será razoável avaliar uma publicação pelo número de páginas e não pelo seu conteúdo? Se se fixa o número de páginas, não se deverá fixar o espaçamento ou o tamanho da letra?

E o que dizer do Regulamento de Belas Artes da Universidade do Porto (2012a) que usa, pasme-se, um modelo matemático que é incompreensível para a generalidade dos docentes a quem se aplica. Este regulamento contém algumas pérolas que não devem ficar escondidas no vetusto *Diário da*

República. Atente-se que o regulamento afirma que as metas fixadas no modelo corresponderão ao desempenho considerado “típico expectável de um empenhamento corrente”, que em nenhum lugar é definido. E na avaliação fala-se em reconhecimento pelos pares da comunidade e pelo público e pelos média, de natureza quantitativa e qualitativa. Será que se pretende saber quantas pessoas visitaram uma exposição? Será que a opinião dos críticos é que irá determinar o valor qualitativo de uma obra artística? O desconhecimento do modelo de avaliação está bem patente nesta frase “para cada vertente será aplicado automaticamente pela folha de cálculo (ao premir o botão “otimizar vertente”) um algoritmo de otimização que determinará a ponderação mais favorável ao avaliado” (Universidade do Porto, 2012a, p. 17897). E, não estivéssemos numa Escola de Belas Artes, ficamos a saber que a “notação atribuída a cada critério, permite ter uma perceção cromática do conjunto da avaliação, como ajuda à decisão da atribuição de um valor global para a prestação do avaliado” (Universidade do Porto, 2012a, p. 17898).

Promoção do Mérito?

Dir-nos-ão que a avaliação se destina a promover o mérito. Supostamente, as universidades têm sido governadas pelos melhores e, como todos sabemos, não são justamente o reino dos céus, onde só se ouvem hossanas aos meritocratas que as dirigem. Será que esta avaliação vai permitir que o mérito floresça nas nossas IES? Talvez não seja despidiendo recordar o que um sociólogo inglês Young (2008) escreveu, em 1958, sobre a meritocracia: tal significa que um dado grupo, uma vez tendo alcançado o poder, faz tudo para manter o seu *status*, controlando também quem entra ou quem fica de fora desse grupo de elite. E assim, estas elites, promovendo o discurso da abertura, fecham-se e tornam-se tão conservadoras como as elites que derrubaram (Young, 2001). A propósito dos efeitos desta ideologia da meritocracia, Sandel (2020) chama a atenção que, no campo do trabalho e, também, no ensino superior e na investigação, aqueles que caem no topo “querem acreditar que o seu sucesso é moralmente justificado” (p. 13), acreditando que o seu sucesso foi obtido através do seu talento e esforço. Conclui que para renovar a dignidade do trabalho, “devemos reparar os laços sociais que a meritocracia desfez” (p. 222). E para esse efeito, é preciso discutir o que é o bem comum que é a missão fundamental do ensino superior que só pode ser alcançado por deliberação com a comunidade (professores, funcionários e alunos e sociedade) acerca dos fins que são válidos para a nossa comunidade.

A filosofia subjacente à nova gestão pública nas IES pode ser compreendida pelas palavras de um dos legisladores do Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior, Vital Moreira (2008), sobre os seus objetivos. Com esta lei “são de esperar uma maior abertura a elementos externos e maior responsabilidade perante o exterior, embora não perante o Governo; diminuição dos órgãos colegiais; redução do peso dos estudantes e dos funcionários na gestão universitária” (Vital Moreira, 2008, p. 130). E conclui dizendo “que teremos menos órgãos, menos eleições, menos estudantes, menos colegialidade, mais participação externa, mais responsabilidade perante o exterior. Se alguma coisa vai mudar profundamente com a reforma é claramente o sistema de governo” (Vital Moreira, 2008, p. 131).

Conclusão

Não podemos esquecer que a avaliação é, assim, um instrumento de gestão que pode determinar, por exemplo, um despedimento. E, portanto, a avaliação amedronta tanto mais que contém sempre uma dimensão de arbitrariedade. E a consequência mais perniciosa é que atomiza os avaliados, pois cada um está confrontado com a sua avaliação, com a sua performance e, ao atomiza-los, impede a construção de laços de solidariedade entre os docentes, impede que os docentes partilhem os seus problemas e definam estratégias de cooperação. Tal conduz à destruição de qualquer noção de trabalho coletivo que é justamente o resultado de qualquer formação superior. Importa, por isso, pensar, também, em formas de avaliação que promovam o trabalho coletivo, que fomentem a cooperação e, assim, construam um ambiente salutar de prossecução de um fim comum coletivo. Será esta visão exagerada?

Alguém, um dia, olhará para estes regulamentos e só poderá ficar surpreendido como foi possível que a generalidade das IES e dos seus conselhos científicos aprovassem os mesmos de forma tão pouco estudada, tão empírica, sobre os seus resultados e os seus efeitos. Tal demonstra uma ligeireza e uma preguiça mental que resulta no recurso a indicadores quantificadores, mas sem qualquer poder para compreender a qualidade do trabalho dos docentes, no contexto em que vivem. Será claro, passados todos estes anos de avaliações, que estas foram contaminadas pelo imperativo de limitar as progressões, isto é, condicionadas de forma arbitrária à disponibilidade orçamental. E fomos, assim, levados para um sistema absurdo que não avalia o trabalho, mas os resultados quantificados do trabalho e que, esperamos, num futuro próximo, seja desmascarado por investigações dos colegas da sociologia e da psicologia e, assim, eventualmente corrigido.

Será a avaliação impossível? O objetivo não é recusar a avaliação, mas mostrar as dificuldades e as contradições que os atuais modelos de avaliação de desempenho geram, em particular, a pretensa objetividade da avaliação. Déjourns (2003) propõe o que designa como avaliação equitativa que deve ser norteadas mais por princípios de justiça do que por critérios de objetividade. Sobretudo, recomenda uma maior humildade pela compreensão de que a avaliação está condicionada pelos meios disponíveis para a executar e, portanto, não existe avaliação objetiva possível, quer hoje quer sempre. Na verdade, qual o resultado destes sistemas de avaliação? Em primeiro lugar, destina-se a uma progressão salarial, progressão essa que poderá estar vedada, potencialmente, à grande maioria dos docentes pela exigência de seis anos de avaliações consecutivas como excelente. Vale a pena fazer um esforço tão insano em avaliar, regularmente, milhares de docentes para este fim? Ainda para mais quando na generalidade os sistemas de avaliação se limitam a uma listagem de elementos (artigos, projetos, regências, etc.) que devidamente ponderados, através de uma grelha, determinam uma nota final. Onde está então o julgamento quando a avaliação se resume a uma mera enunciação de elementos curriculares? Onde reside a dimensão de orientação para a melhoria de desempenho dos docentes? Por outro lado, o que realmente determina a promoção dos docentes são os concursos para as diferentes categorias da carreira, sendo esperado que aí seja feita uma avaliação holística do percurso do docente. A questão dos concursos, a principal fonte de conflitualidade no meio académico, está intimamente relacionada com a avaliação de desempenho e, sofre, com outras cambiantes, das mesmas dificuldades.

Pierre Bourdieu (1997), num texto publicado há mais de 25 anos, alertava para os problemas da avaliação na investigação:

se penso que medidas administrativas destinadas a melhorar a avaliação da investigação e implementar um sistema de sanções destinado a favorecer as melhores investigações e os melhores investigadores seriam, na melhor das hipóteses, ineficazes e que teriam o efeito mais provável de favorecer ou reforçar as disfunções que pretendem atenuar, é porque tenho sérias dúvidas, e seriamente fundadas, sobre a capacidade das instâncias administrativas em produzir avaliações realmente objetivas e inspiradas. E isso, fundamentalmente, porque o fim real das suas operações de avaliação não é a avaliação em si mesma, mas o poder que ela permite exercer e acumular controlando a reprodução do corpo docente e investigador, nomeadamente, através da composição dos júris. (pp. 55-56)

E sobre a própria avaliação afirma que

a questão aqui é saber quem tem o direito de julgar e quem será o juiz da legitimidade dos juízes. Para simplificar, diria que a questão do justo julgamento se resume praticamente à questão da equidade e justiça na escolha dos juízes, ou, para subir um degrau, da escolha daqueles que podem instituí-los como tais (compor os júris) e fixar, através das comissões que instituírem, os critérios segundo os quais terão de julgar. (Bourdieu, 1997, p. 56)

Talvez, este seja o tempo de avaliar a avaliação, os avaliadores e os seus resultados no desenvolvimento das instituições científicas.

Afinal, em que consiste a avaliação de desempenho? Em julgar o resultado ou medi-lo? E é essa dimensão de julgamento que resulta da avaliação que tem efeitos corrosivos no reconhecimento pelos pares. É, pois, necessário repensar a avaliação e tendo em atenção que tal tem impacto na vida dos docentes e da comunidade, pois a vida democrática nas IES não pode ser indiferente ao caráter da vida em comum, nomeadamente no que concerne à participação e à colegialidade, de cuja vida a avaliação faz parte integrante.

Referências

- Aflado, A. (2010). Editorial. *Le Nouvel Âne*, (10). <https://forumpsy.wordpress.com/2010/01/20/editorial-dagnes-aflalo-lna-n°10/#comments>
- Almeida Fernandes, J. P., Bettencourt, A., Bochman, C., Carmo Ferreira, M. J., Castro Caldas, A., Fidalgo, A., Menéres, C., Melo e Mota, M., & Rosado Fernandes, R. M. (2007). *A avaliação do ensino superior: O autismo do critério único*. Le Monde Diplomatique.
- Bourdieu, P. (1997). *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Institut National de la Recherche Agronomique.
- Déjours, C. (2003). *L'évaluation du travail à l'épreuve du réel. Critique des fondements de l'évaluation*. Institut National de la Recherche Agronomique.
- European Association of Science Editors. (2007). *EASE statement on inappropriate use of impact factors*. https://ease.org.uk/wp-content/uploads/ease_statement_ifs_final.pdf
- Instituto Superior Técnico. (2009). *Princípios regulamentadores de concursos, contratações e avaliações de desempenho* (Versão preliminar). Instituto Superior Técnico.
- Moreira, V. (2008). Estatuto legal das instituições de ensino superior. In M. Miguéns (Eds.), *Políticas de ensino superior: Quatro temas em debate* (pp. 123–139). Conselho Nacional de Educação.

Not-so-deep impact. (2005). *Nature*, 435. <https://doi.org/10.1038/4351003b>. PMID:15973362

Sandel, M. J. (2020). *The tyranny of merit – What's become of the common good?* Penguin Books.

Universidade do Minho. (2010a). *Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Escola de Engenharia da Universidade do Minho (RAD-EEUM)*. Universidade do Minho.

Universidade do Minho. (2010b). *Manual da qualidade* (Versão 1.0). Universidade do Minho.

Universidade do Minho. (2011). *Regulamento de avaliação do desempenho dos docentes do Instituto de Letras e Ciências Humanas (RAD-ILCH), Despacho RT-46/2011*. Universidade do Minho

Universidade do Porto. (2012a). *Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Diário da República, 2.ª série, N.º 98, 21 de maio de 2012*.

Universidade do Porto. (2012b). *Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Diário da República, 2.ª série, N.º 10, 13 de janeiro de 2012*.

Young, M. (2001, 29 de junho). Down with meritocracy. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/politics/2001/jun/29/comment>

Young, M. (2008). *The rise of meritocracy*. Transaction Publishers.

Acreditação de Pessoal Docente na Área da Comunicação em Espanha. Pedidos e Taxas de Sucesso em Jornalismo e Comunicação Audiovisual, 2016–2021

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.12>

Miguel Túñez-Lopez

Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha
<https://orcid.org/0000-0002-5036-9143>
miguel.tunez@usc.es

César Fieras-Ceide

Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha
<https://orcid.org/0000-0001-5606-3236>
cesarfieras@hotmail.com

Resumo

Este capítulo analisa a área da comunicação durante um período de seis anos, de 2016 a 2021, com a intenção de descobrir as taxas de sucesso dos pedidos de acreditação das diferentes categorias de pessoal docente universitário. O corte longitudinal é ajustado à frequência da avaliação de um período de atividade de investigação e o período completo mais recente no momento da análise é escolhido intencionalmente. Os resultados são mostrados segundo género e área de conhecimento para cada uma das modalidades segundo uma escala hierárquica: pessoal contratado (assistente, médico associado); e funcionários públicos (titular e professor catedrático).

Na secção metodológica, é feita uma revisão bibliográfica da literatura científica existente sobre o tema de estudo e são utilizadas tabelas de dados quantitativos fornecidas pela Divisão de Avaliação do Pessoal Docente da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Qualidade. No período em análise, foram efetuadas 1.546 avaliações de acreditação para as quatro categorias de pessoal docente. Destes, a Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Qualidade apresentou um relatório favorável em 1.002 casos, dos quais 522 foram assinados por mulheres (52,1%) e 480 (47,9%) por homens. Conclui-se que o saldo deve ser reinterpretado porque ao projetar os números para mulheres e homens sobre o número total de candidaturas apresentadas por cada género, as percentagens de sucesso são invertidas: 62% das candidaturas apresentadas por mulheres e 67% das apresentadas por homens foram acreditadas.

Palavras-chave

Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Qualidade, comunicação, comunicação audiovisual, investigação, jornalismo, professores

Introdução

O interesse pela investigação na área da comunicação tem sido uma referência constante, ao longo das últimas décadas, embora não muito recorrente. Fazendo uma análise longitudinal das contribuições deste século, é possível identificar estudos sobre conteúdos, metodologias, produção, impacto dos avaliadores e revistas, impacto das políticas de comunicação pública, indicadores e formas de avaliação da produção científica.

Este capítulo, no entanto, discorre sobre a área através de um período de seis anos para conhecer as taxas de sucesso dos pedidos de acreditação das diferentes categorias do pessoal docente universitário, e apresenta os resultados positivos, diferenciados por sexo e área de conhecimento, em cada uma das modalidades numa escala hierárquica: pessoal contratado (auxiliar, doutorado/a associado/a); e funcionários/as públicos/as (titular e catedrático/a).

As referências para a análise das características da área relativamente à sua estrutura e atividade de investigação são uma constante em Espanha. Sobretudo a partir dos trabalhos de Moragas (2005) sobre a proliferação das Faculdades de Comunicação, de Martínez-Nicolás (2006), com uma

análise de conteúdo temático realizada sobre uma amostra de artigos de investigação publicados em 1994 e 2006 e de Soriano (2008) que aborda o efeito da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Qualidade (ANECA) na produção científica da área. O último conclui que a política de avaliação científica

baseada em critérios bibliométricos procedentes das ciências naturais, com uma tradição de investigação mono-paradigmática e empírica” na área da comunicação “recompensa a investigação sobre a comunicação homóloga aos padrões anglo-saxónicos caracterizados por uma orientação disciplinar sociológica a partir de abordagens empíricas. (Soriano, 2008, p. 16)

A estes diagnósticos iniciais, acresce o estudo transversal da investigação na área em Espanha, no qual Martínez-Nicolás (2009) assinala que

tal como aconteceu com a evolução do sistema de comunicação, o contexto institucional em que opera a comunidade científica espanhola de investigadores em comunicação tem também registado, desde meados da última década, uma intensificação das tendências iniciadas nos anos oitenta. (p. 8)

Moragas (2005) contextualiza a afirmação de Martínez-Nicolás (2009) com números:

dessa explosão de faculdades passamos à atual inflação dos centros universitários que oferecem estudos de Comunicação. Se em meados dos anos 90, recordamos, podíamos contar 20 universidades, 20.000 estudantes e 2.000 professores, dez anos depois existem 44 universidades espanholas que oferecem nada menos do que 113 graus de comunicação. (Moragas, 2005, p. 1)

Também no mesmo sentido foi analisada a produção espanhola em comunicação de 1980 a 2010, na qual Fernández-Quijada e Masip (2013) verificam o impacto do chamado efeito ANECA (Soriano, 2008), uma vez que no período 2004–2008 a produção duplicou (Fernández-Quijada & Masip, 2013, p. 18). Salientam ainda que, embora a maioria dos artigos divulgados nos média nacionais seja assinada por um único autor, em 2010, a autoria média era já de 1,46, embora na divulgação internacional fosse de 3,23. No período analisado, surgiram 43 revistas de comunicação em Espanha e cinco foram extintas.

Também Martínez-Nicolás e Saperas (2011) contribuem com a análise de uma amostra de 235 trabalhos publicados nas revistas impressas *Anàlisi, Comunicació y Sociedad, Estudios sobre el Mensaje Periodístico* e *Zer* no período 1998–2007, em que concluem que a investigação espanhola sobre comunicação tende a centrar-se no jornalismo, temática de metade dos textos revistos e a outra metade se reparte por “campos mediático-profissionais em que se desenvolve a atividade comunicativa: publicidade, marketing, comunicação audiovisual, relações-públicas, comunicação corporativa ou que opera em novos meios de comunicação baseados na digitalização (excluindo o jornalismo)” (Martínez-Nicolás & Saperas, 2011, p. 23).

Para compreender a evolução da área é também necessário recorrer à análise das revistas de comunicação espanholas com a melhor classificação dos fatores de impacto segundo o sistema de quantificação de fatores de impacto estabelecido pelo Índice de Impacto das Revistas Espanholas de Ciências Sociais (Castillo-Esparcia & Carretón, 2010), a análise bibliométrica das revistas Institute for Scientific Information com maior impacto (Castillo-Esparcia et al. 2012), o estudo sobre o impacto do “efeito ANECA” (Masip, 2011); a revisão da produtividade e a visibilidade dos investigadores de comunicação no Scopus (Costa, 2017), a produção científica na Web of Science (De Filippo, 2013) e os métodos e técnicas predominantes nas revistas científicas da área (López-Rabadán & Vicente, 2011) ou dos investigadores através do estudo dos perfis do Google Scholar Metrics dos 683 membros da Asociación Española de Investigaciones de Comunicación, para identificar níveis de produção, indicadores de impacto h e $h5$ coletivos da área e individuais.

Os resultados podem ser considerados descritivos na forma de um instantâneo do momento:

o h médio é 4, o h da disseminação global dos investigadores de Comunicação é 56, com $h5=34$. Para artigos, $h=44$ e $h5=34$; para livros, $h=34$ e $h5=13$. Quatro em cada dez investigadores têm $ih=0$ e dois em cada três trabalhos divulgados não têm nenhuma citação. Individualmente, o h máximo é 26 e o $h5$ mais alto é 18. Ao longo do tempo, os livros e revistas inverteram o seu peso como meios de difusão com impacto. Antes de 1980, seis em cada dez citações eram para um livro e três para um artigo; desde 2010, três são para livros e sete para artigos. Por género, os índices de impacto das mulheres são mais baixos. (Túñez López et al., 2014, p. 7)

Para além das contribuições importantes de De Pablos (2010), Fernández-Quijada e Masip (2013), Túnhez López (2013), Prado (2017), Martínez-Nicolás et al. (2017), Piñuel et al. (2018), Saperas e Carrasco (2017), nos últimos seis anos, destacam-se os resultados do projeto de investigação *MapCom* que analisa o sistema de investigação em comunicação em Espanha através de grupos de investigação, linhas de trabalho, objetivos de estudo, metodologias utilizadas e acrescenta uma amostra das teses realizadas (Caffarel-Serra et al., 2017).

A análise quantitativa longitudinal do financiamento público, da empregabilidade do pessoal académico e da produção científica na comunicação através do número de artigos, da abordagem metodológica e da especialização (Rodríguez-Gomez et al., 2018); e a análise dos registos da Biblioteca Nacional de España em comunicação, publicidade, relações públicas e jornalismo de 2000 a 2020 em formato de livro físico ou multimédia, livro eletrónico ou registo de vídeo, constata que “o peso combinado dos temas de comunicação sobre o número total de registos na secção mais recente da análise (2016–2020) é insignificante e está abaixo de 1%” (Túnhez López et al., 2020, p. 98).

Exemplos de análise de interesse incluem também o relatório de Martínez-Nicolás (2020) sobre o aumento da oferta universitária de estudos de comunicação desde o início dos anos 90; o estabelecimento de três licenciaturas distintas (1991); a implantação e consolidação de uma cultura de avaliação da atividade de investigação (1989–2008); e o reconhecimento da comunicação como uma área específica no plano estatal de I&D&I (2010) e a revisão do impacto e características comuns das chamadas revistas predatórias na área da Comunicação, com base na lista de Jeffrey Beall, atualizada em 2018 (Túnhez-López & Martínez-Solana, 2018).

Do mesmo modo, a experiência com a técnica de cliente ou investigador/a mistério (Morena, 2013) para responder a uma amostra deliberada das *call for papers* de comunicação enviadas aos investigadores entre janeiro e abril de 2020, com um artigo previamente publicado, intencionalmente alterado para fazer parecer um artigo científico que violou as diretrizes de originalidade e rigor: a ordem dos parágrafos foi alterada e traduzida para inglês com o DeepL, sem revisão posterior. Durante o período de estudo, foram recebidos 98 *call for papers* e enviadas 38 submissões. Os resultados são expressivos: nenhum foi rejeitado, 16 foram aceites para publicação, confirmados num prazo médio de seis dias. Todas solicitam o pagamento de uma taxa antecipada. O artigo permite-nos identificar o perfil das revistas,

as suas estratégias de seleção, a aplicação de índices de: indexação, condução de ética e revisão por pares, e estratégias de nomeação para simular o prestígio internacional (Segarra-Saavedra et al., 2020).

A controvérsia sobre critérios quantitativos como base referencial de avaliação tem sido uma constante desde então, as posições divergem entre aqueles que defendem a métrica numérica como garantia da objetividade do processo e encaram as avaliações qualitativas como uma perigosa porta aberta à discriminação pessoal do avaliador, e aqueles que apelam a alternativas ao indicador bibliométrico e à recuperação da relevância de outros meios, como os livros, na divulgação científica do campo. Um exemplo claro é a carta aberta “para uma mudança radical na avaliação da investigação em Espanha” (Delgado-López-Cózar et al., 2021) que apela às autoridades para ultrapassar as políticas de avaliação baseadas em indicadores bibliométricos “para quase todas as áreas de atividade científica e, especialmente, para avaliar o desempenho individual dos académicos” (p. 1).

Ac creditação de Professores

A ac creditação através da ANECA para se candidatar a um lugar de professor universitário numa universidade espanhola é realizada através dos programas de avaliação do professor (ANECA, s.d.-b; professor auxiliar, professor doutorado associado e professor em universidades privadas). A nível regional, a ac creditação para tais categorias (ou similares, dependendo do caso) também pode ser obtida através das agências de qualidade regionais. Para concorrer a um lugar de funcionário público a ac creditação está concentrada no programa ACADEMIA (ANECA, s.d.-c), tanto para a titularidade como para a cátedra.

Nos critérios, a atividade de investigação com impacto é o principal mérito para uma avaliação positiva. A ac creditação não significa o acesso a um lugar, mas sim o direito de se candidatar a lugares de ensino nas universidades.

Além disso, é avaliada a atividade de investigação do pessoal das instituições universitárias e de outros centros de investigação. Os funcionários públicos podem requerer direta e especificamente a avaliação. O pessoal contratado só é avaliado se o tiver previamente solicitado através da instituição à qual está afeto. A avaliação da atividade de investigação é da responsabilidade da Comisión Nacional Evaluadora de la Actividad Investigadora da Agência Nacional de Avaliação da Qualidade e Ac creditação. São avaliados cinco méritos de divulgação científica a cada seis anos.

Como quadro geral de referência, são aplicados os critérios gerais estabelecidos no Artigo 7 da Portaria de 2 de dezembro de 1994 e na terceira seção da Portaria CNU/1181/2019 de 3 de dezembro. A ANECA designa estes critérios como “critérios gerais” complementados pelos “critérios específicos” aprovados anualmente para cada um dos campos de avaliação pela sessão plenária da Comisión Nacional Evaluadora de la Actividad Investigadora.

A aplicação concreta dos critérios gerais e específicos em cada campo é desenvolvida por cada comissão de avaliação através das tabelas utilizadas para a aplicação prática dos critérios de avaliação por cada comissão. As tabelas são definidas antes do início das avaliações das candidaturas e desde 2021 são tornadas públicas e explicadas numa sessão online, “Conversaciones_con_ANECA”¹, através do canal da agência no YouTube (ANECAtv, s.d.), onde os presidentes das comissões de avaliação explicam os detalhes do processo de avaliação, os critérios e tabelas que serão aplicadas e respondem às questões que os participantes da emissão colocam no chat da sessão.

Pela primeira vez nos 20 anos de história da Agência, em janeiro de 2022, no início do período de candidatura, foram definidos os detalhes das tabelas para a chamada de 2021. A aplicação dos critérios baseia-se nas características, conteúdo e indicações de qualidade de cada contribuição, bem como nas circunstâncias de cada disciplina, através da descrição técnica de cada equipa de avaliação.

Seis Anos de Candidaturas

Este capítulo analisa a atividade na área da comunicação durante o período de seis anos de 2016 a 2021 inclusive. O corte longitudinal é ajustado à frequência da avaliação de um período de atividade de investigação e o período completo mais recente no momento da análise é escolhido intencionalmente.

No que diz respeito aos indicadores descritivos da atividade na área, tomamos como referência as creditações a nível nacional de professores/

¹ Estão previstos quatro programas online de 120 minutos cada: (a) Sessão 1: “Química, Biología Celular e Molecular, Ciências Biomédicas, Ciências Naturais”; Sessão 2: “Matemática e Física; Tecnologias Mecânicas e de Produção; Engenharias de Comunicação, Informática e Eletrónica; Arquitetura, Engenharia Civil, Construção e Planeamento Urbano”; Sessão 3: “CC.SS., Políticas, Comportamentais, Estudos de Género; Ciências da Educação; Estudos Económicos e Empresariais”; Sessão 4: “Direito e Jurisprudência; História, Geografia e Arte; Filosofia, Filologia e Linguística”.

as universitários/as nas categorias atualmente existentes (doutorado/a auxiliar; professor/a em universidade privada; doutorado/a associado/a; professor/a titular e professor/a catedrático/a) e a avaliação da atividade de investigação através do balanço das candidaturas por períodos apresentados nas convocatórias do Ministério das Universidades para candidaturas por períodos de seis anos. Em ambos os casos, os dados são diferenciados por sexo. No caso de atividade de investigação, também por tipo de vínculo contratual. Trabalhamos com informações fornecidas pela División de Evaluación del Profesorado da ANECA.

Nos dados sobre creditações, não são apresentados valores para 2016 e 2017 porque houve uma mudança no sistema de acreditação que afetou o normal funcionamento do processo. O modelo anterior foi descontinuado a 1 de janeiro de 2016. Em 2017, o procedimento foi reaberto e, na prática, foi lançado quando os critérios de avaliação final foram aprovados.

Em 2016 a avaliação baseou-se ainda no antigo modelo de acreditação. Embora este modelo tenha expirado a 1 de janeiro de 2016, foram avaliadas as candidaturas apresentadas durante 2015. Em 2017, com o novo modelo, o registo para receber os pedidos estava já aberto, mas os critérios de avaliação ainda não tinham sido aprovados, pelo que apenas os pedidos de acreditação para Titulares de Universidade foram avaliados através do percurso automático para Titulares de Escola Universitária. Todos os dados sobre a acreditação para esses anos, bem como para todos os anos anteriores e subsequentes, podem ser consultados nos relatórios de atividades, publicados no website da ANECA (s.d.-a).

A Área da Comunicação

No período analisado, foram realizadas 1.546 avaliações de acreditação para as quatro categorias de pessoal docente. Destes, a ANECA reportou favoravelmente em 1.002 casos, dos quais 522 foram assinados por mulheres (52,1%) e 480 (47,9%) por homens. O saldo carece de reinterpretação porque ao projetar os números para mulheres e homens sobre o número total de candidaturas submetidas por cada sexo, as percentagens de sucesso são invertidas: 62% das candidaturas submetidas por mulheres e 67% das candidaturas submetidas por homens foram acreditadas (Figura 1, Figura 2, Tabela 1 e Tabela 2).

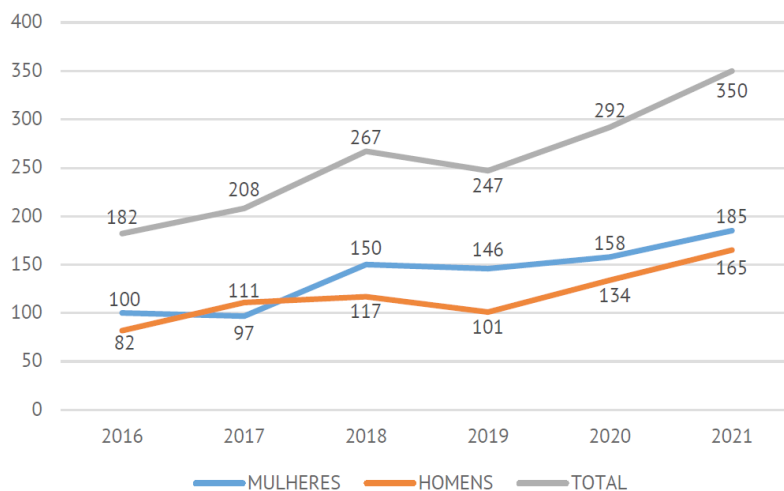


Figura 1 Pedidos de acreditação em comunicação 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Tabela 1 Pedidos de acreditação (avaliações) em comunicação 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	100	97	150	146	158	185
Homens	82	111	117	101	134	165
Total	182	208	267	247	292	350

Tabela 2 Avaliações positivas (acreditações) em comunicação 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	54	60	76	87	112	133
Homens	53	59	70	62	75	126
Total	107	119	146	149	187	259

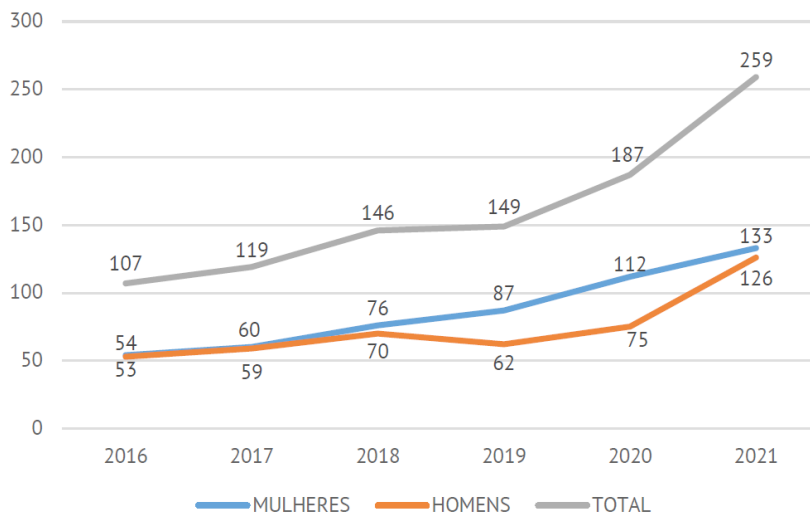


Figura 2 Avaliações positivas em comunicação 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

A evolução total reflete uma tendência ascendente que se acentuou nos últimos dois anos, tanto em termos de pedidos como de taxas de sucesso. A maioria das candidaturas são acumuladas nas categorias correspondentes ao pessoal docente contratado (“doutorado/a auxiliar” e “doutorado/a associado/a”). Embora no caso dos funcionários públicos (titularidades e cátedras) a janela de análise seja reduzida para quatro anos, por isso a queda nos números é considerável.

Por exemplo, nos quatro anos de que existem registos, foram avaliadas 189 candidaturas (95 mulheres, 94 homens) para acesso a um posto de funcionário público, das quais 175 (89 mulheres e 86 homens) foram confirmadas positivamente.

Ac creditações de Pessoal Docente na Área do Jornalismo

A procura de acreditação na área do jornalismo tem registado uma tendência ascendente ao longo de todo o período, embora no balanço por género tenha estagnado no caso das mulheres no último ano analisado. Em 2021, há muito mais candidatas femininas (130 vs. 93 homens) mas muito menos avaliações positivas (40 vs. 59). Em geral, a diferença nas taxas de sucesso esbate-se: 186 mulheres e 184 homens.

Nos quatro anos para os quais existem registos disponíveis para esta categoria, foram avaliadas 85 candidaturas (41 mulheres, 44 homens) para a categoria de funcionário/a público/a (titular), das quais 82 foram avaliadas positivamente (41 mulheres, todas, e 41 homens). No total, foram submetidos 574 pedidos de acreditação na área entre 2016 e 2021 (Figura 3, Figura 4, Tabela 3 e Tabela 4).

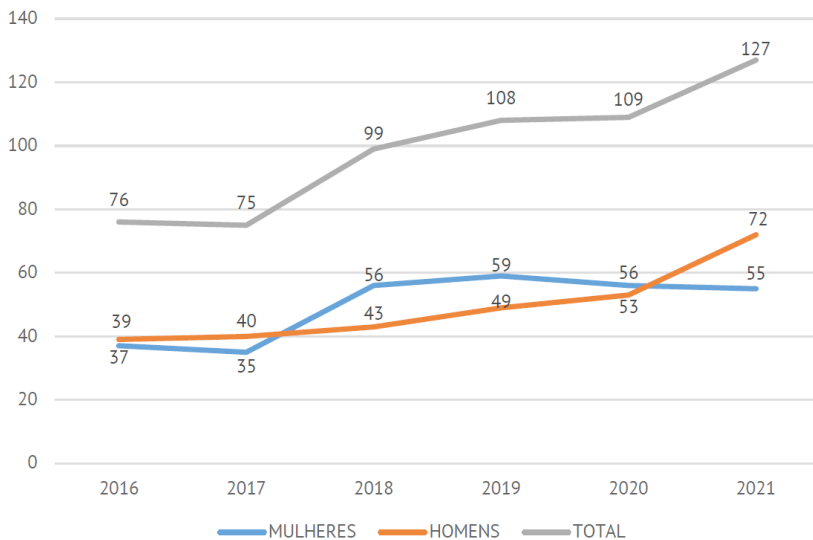


Figura 3 Pedidos de acreditação em jornalismo 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Tabela 3 Pedidos de acreditação (candidaturas) em jornalismo 2016–2021.

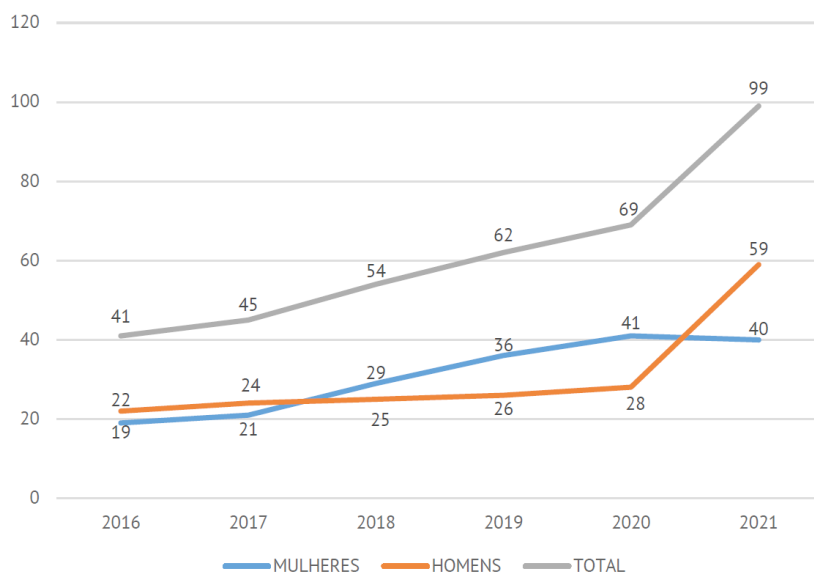
Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	37	35	56	59	56	55
Homens	39	40	43	49	53	72
Total	76	75	99	108	109	127

Tabela 4 Avaliações positivas (acreditações) em jornalismo 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	19	21	29	36	41	40
Homens	22	24	25	26	28	59
Total	41	45	54	62	69	99

**Figura 4** Avaliações positivas em jornalismo 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Ac creditação de Pessoal Docente na Área da Comunicação Audiovisual

Na área da comunicação audiovisual, há uma maioria constante de candidaturas positivas de mulheres e homens em todos os anos. Dos 1.546 pedidos feitos ao longo dos seis anos, 952 foram submetidos para acreditação em comunicação audiovisual. Destes, 632 foram favoráveis, representando aproximadamente um em cada três pedidos de acreditação registados (1.002, favoráveis). Por gênero, 336 eram currículos de mulheres e 296 eram currículos de homens (Figura 5, Figura 6, Tabela 5 e Tabela 6).

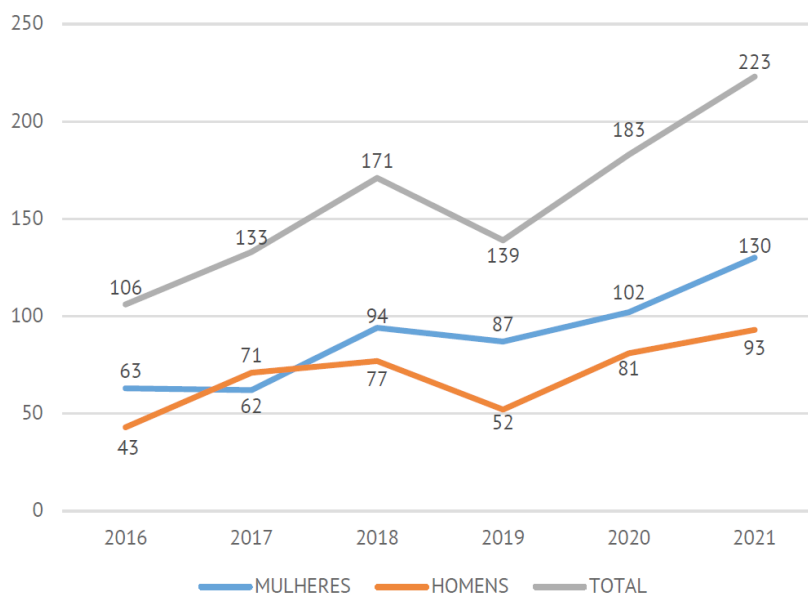


Figura 5 Pedidos de acreditação em comunicação audiovisual 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Tabela 5 Pedidos de acreditação (candidaturas) em comunicação audiovisual 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	63	62	94	87	102	130
Homens	43	71	77	52	81	93
Total	106	133	171	139	183	223

Tabela 6 Avaliações positivas (acreditações) em comunicação audiovisual 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	35	39	47	51	71	93
Homens	31	35	45	36	47	67
Total	66	74	92	87	118	160

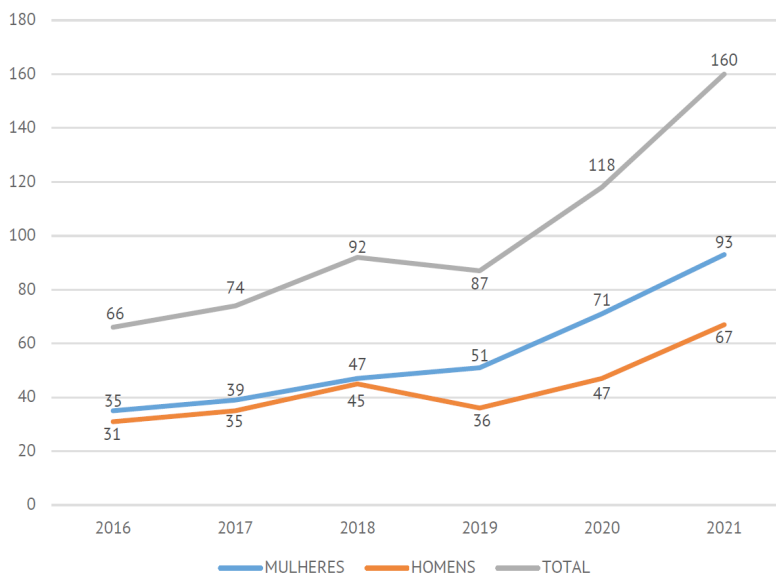


Figura 6 Avaliações positivas em comunicação audiovisual 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

De Auxiliar a Catedrático/a

A análise dos dados por categoria profissional revela uma diminuição no número de candidaturas à medida que a categoria aumenta: 646 para professores/as auxiliares, 668 para doutorados/as associados/as, 189 para professores/as titulares e 43 para professores/as catedráticos/as. E, consequentemente, o mesmo acontece com os resultados de sucesso: 449 resultados positivos para docentes auxiliares, 349 para docentes associados/as, 175 para docentes titulares e 29 para professores/as catedráticos/as.

Através do pessoal docente, são fornecidos dados globais individualizados para cada categoria, segmentando os resultados por área de conhecimento.

Professores/as Auxiliares Doutorados/as

No caso dos/as professores/as auxiliares doutorados/as, os pedidos de acreditação aumentam em ambas as áreas, com uma retoma em 2021, que registou os números mais elevados do período de seis anos. Foram acreditadas 233 pessoas (126 mulheres e 107 homens). A diferença por sexo é a favor das mulheres em ambas as áreas de conhecimento (Figura 7, Figura 8, Tabela 7 e Tabela 8).

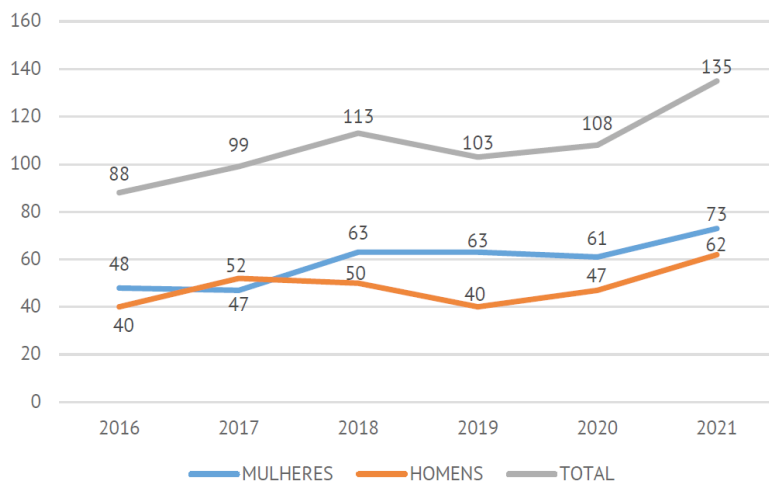


Figura 7 Pedidos de acreditação para professor/a auxiliar doutorado/a avaliados 2016–2021.
Nota. Dados retirados do website da ANECA

Tabela 7 Pedidos de acreditação (candidaturas) para professor/a auxiliar doutorado/a avaliados 2016 –2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	48	47	63	63	61	73
Homens	40	52	50	40	47	62
Total	88	99	113	103	108	135

Tabela 8 Avaliações positivas (acreditações) para professor/a auxiliar doutorado/a 2016 –2021.
Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	28	30	34	43	42	53
Homens	26	32	29	25	27	45
Total	54	62	63	68	69	98

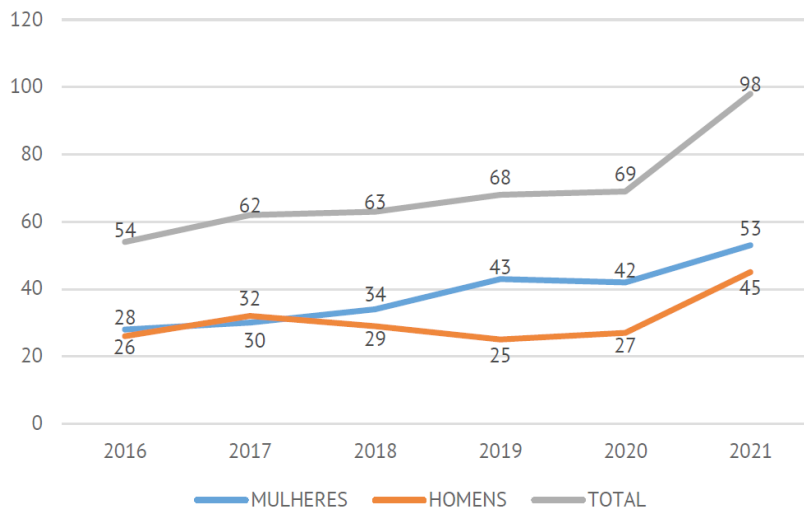


Figura 8 Avaliações positivas para professor/a auxiliar doutorado/a 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Professor/a Doutorado/a Associado/a

Verifica-se uma situação semelhante no caso do professor/a doutorado/a associado/a. Picos nos pedidos de acreditação em 2018 e 2019, com uma maioria de pedidos (exceto em 2017) e avaliações positivas (exceto em 2016) de mulheres (Figura 9, Figura 10, Tabela 9 e Tabela 10).

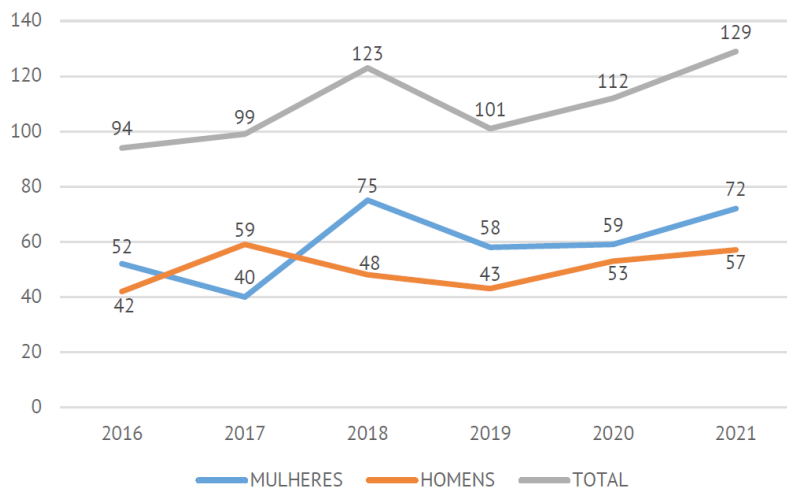


Figura 9 Pedidos de acreditação para professor/a doutorado/a contratado/a avaliados 2016 –2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Tabela 9 Pedidos de acreditação (candidaturas) para professor/a doutorado/a contratado/a avaliados 2016 –2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	52	40	75	58	59	72
Homens	42	59	48	43	53	57
Total	94	99	123	101	112	129

Tabela 10 Avaliações positivas (acreditações) para professor/a doutorado/a contratado/a 2016 –2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mulheres	26	30	34	24	35	40
Homens	27	27	29	21	21	35
Total	53	57	63	45	56	75

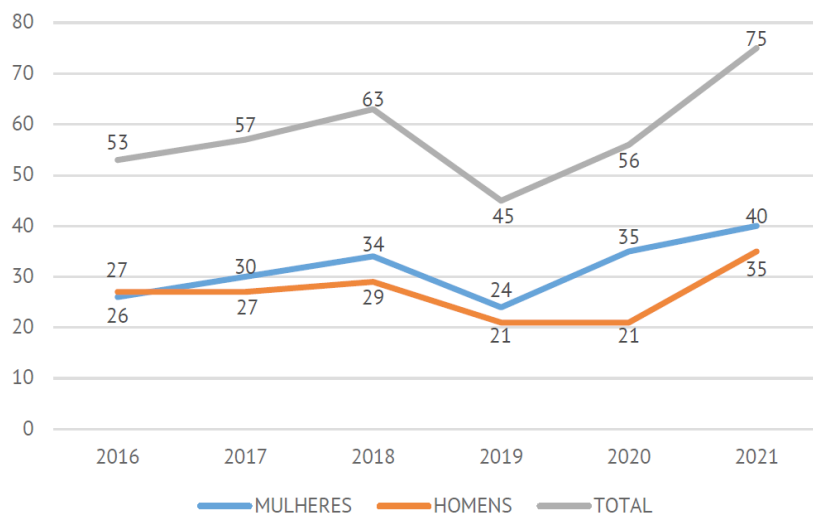


Figura 10 Avaliações positivas para professor/a doutorado/a contratado/a 2016–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Professor/a Titular

Os dados para professores/as titulares mostram uma diminuição, em parte devido ao que já foi explicado sobre a mudança no modelo de avaliação e interrupção das candidaturas. Contudo, a progressão é quase geométrica nos pedidos da área (22 em 2018 a 71 em 2021) e um equilíbrio numérico de homens e mulheres, especialmente nos últimos dois anos, tanto em número de pedidos como em resultados favoráveis (Figura 11, Figura 12, Tabela 11 e Tabela 12).

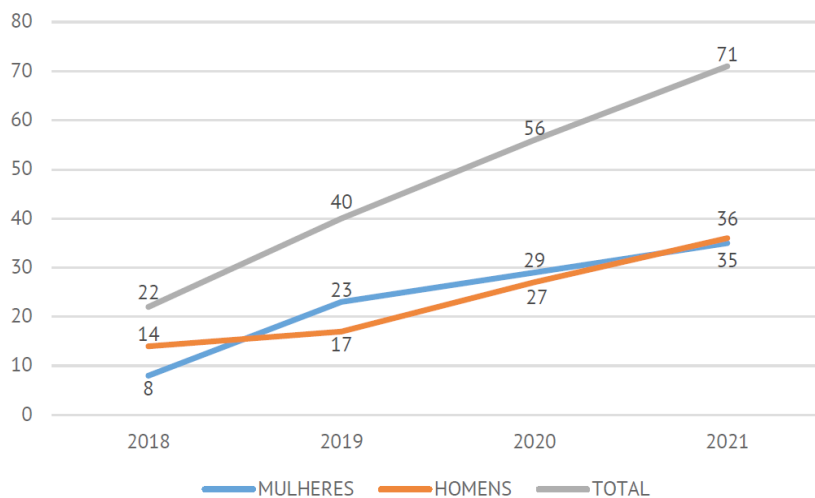


Figura 11 Pedidos de acreditação para titular avaliados 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Tabela 11 Pedidos de acreditação (candidaturas) para titular avaliados 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2018	2019	2020	2021
Mulheres	4	23	29	35
Homens	14	17	27	36
Total	22	40	56	71

Tabela 12 Avaliações positivas (acreditações) para titular 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2018	2019	2020	2021
Mulheres	7	19	28	35
Homens	9	16	25	36
Total	16	35	53	71

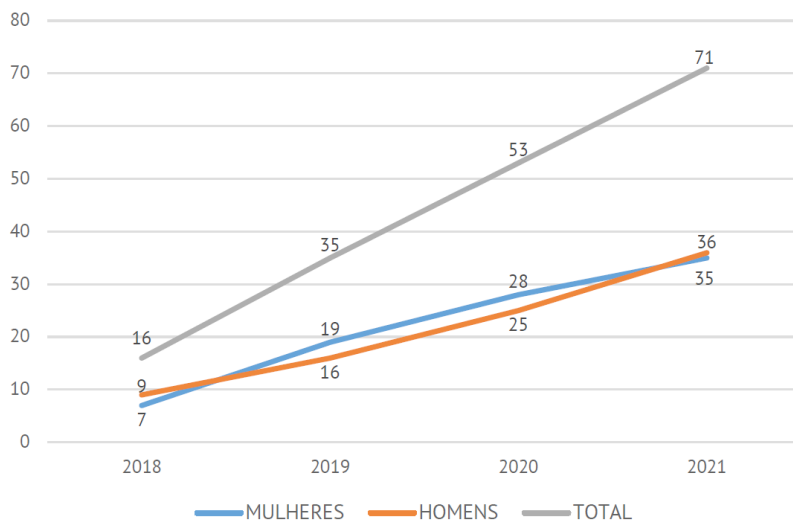


Figura 12 Avaliações positivas para titular 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Catedrático/a

A acreditação de professores/as catedráticos/as é bastante diferente da acreditação de professores/as titulares: um aumento oscilante constante ao longo do período, também na diferenciação por sexo tanto das candidaturas como das avaliações positivas. Em geral, há uma maioria de mulheres acreditadas. 43 candidaturas, 23 homens e 20 mulheres, das quais 14 foram aprovadas para mulheres e 15 para homens, 29 no total (Figura 13, Figura 14, Tabela 13 e Tabela 14).

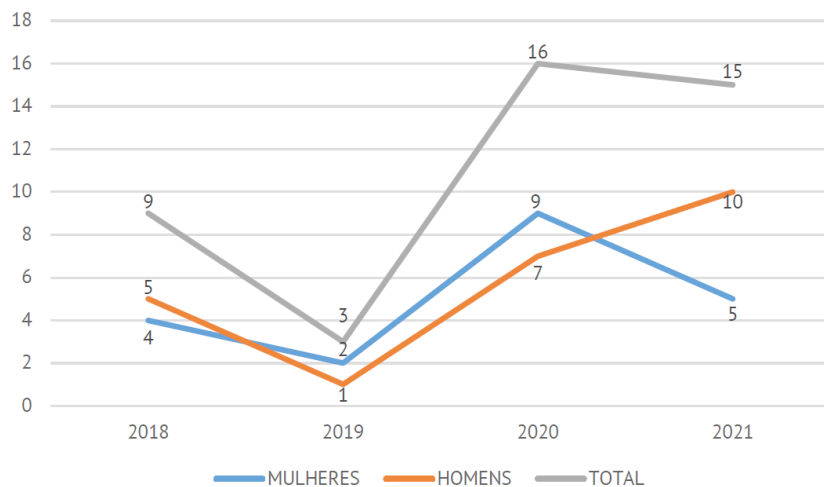


Figura 13 Pedidos de acreditação para catedrático/a avaliados 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Tabela 13 Pedidos de acreditação (candidaturas) para catedrático/a avaliados 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2018	2019	2020	2021
Mulheres	4	2	9	5
Homens	5	1	7	10
Total	9	3	16	15

Tabela 14 Avaliações positivas (acreditações) para catedrático/a 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

	2018	2019	2020	2021
Mulheres	1	1	7	5
Homens	3	0	2	10
Total	4	1	9	15

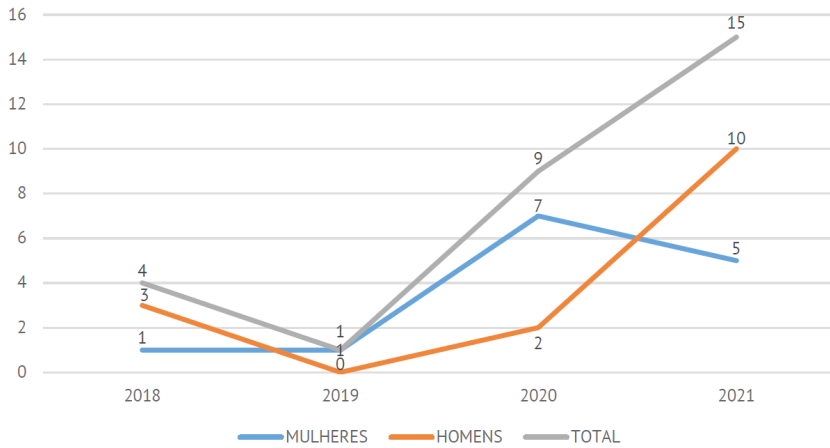


Figura 14 Avaliações positivas para catedrático/a 2018–2021.

Nota. Dados retirados do website da ANECA

Referências

ANECA. (s.d-a). Informes de resultados. <https://www.aneca.es/informes-de-resultados>

ANECA. (s.d-b). *Personal contratado*. <https://www.aneca.es/personal-contratado>

ANECA. (s.d-c). *Personal funcionario*. <https://www.aneca.es/personal-funcionario>

ANECAtv. (s.d.). *Home* [Canal de YouTube]. YouTube. <https://www.youtube.com/user/ANECAtv>

Caffarel-Serra, C., Ortega-Mohedano, F., Gaitán-Moya & J.-A. (2017). Investigación en comunicación en la universidad española en el período 2007-2014. *El Profesional de la Información*, 26(2), 218–227. <https://doi.org/10.3145/epi.2017.mar.08>

Castillo-Esparcia, A., & Carretón, M.A. (2010). Investigación en comunicación. Estudio bibliométrico de las revistas de comunicación en España. *Comunicación y Sociedad*, 28(2), 289–327.

Castillo-Esparcia, A., Rubio-Moraga, A. & Almansa-Martínez, A. (2012). La investigación en comunicación. Análisis bibliométrico de las revistas de mayor impacto del ISI. *Revista Latina de Comunicación Social*, 67, 248–270. <https://doi.org/10.4185/RLCS-067-955-248-270>

Costa, C. (2017). Análisis de la productividad y visibilidad en Scopus de los investigadores españoles en comunicación. *Observatorio (OBS*)*, 11(3), 1–16. <https://doi.org/10.15847/obsOBS11320171030>

- De Filippo, D. (2013). La producción científica española en comunicación en WoS. Las revistas indexadas en SSCI (2007-12). *Comunicar*, 41, 25–34. <https://doi.org/10.3916/C41-2013-02>
- De Pablos, J. M. (2010). Análisis de las revistas españolas de comunicación, tras la actualización del índice de impacto de 2009. In J. M. P. Rodríguez, S. T. Buendía, A. I. A. Abreu, & C. E. H. Rodríguez (Eds.), *Actas del II Congreso Internacional Latina de Comunicación Social* (pp. 1–12). Sociedad Latina de Comunicación Social.
- Delgado-López-Cózar, E., Ràfols, I., & Abadal, E. (2021). Letter: A call for a radical change in research evaluation in Spain. *Profesional de la Información*, 30(3), e300309. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.may.09>
- Fernández-Quijada, D., & Masip, P. (2013). Tres décadas de investigación española en comunicación: Hacia la mayoría de edad. *Comunicar*, 41, 15–24. <https://doi.org/10.3916/C41-2013-01>
- López-Rabadán, P., & Vicente, M. (2011). Métodos y técnicas de investigación dominantes en las revistas científicas españolas sobre comunicación (2000-2009). *Comunicar*, 1–15.
- Martínez-Nicolás, M. (2006). Masa (en situación) crítica. La investigación sobre periodismo en España: Comunidad científica e intereses de conocimiento. *Análisi*, (33), 135–170.
- Martínez-Nicolás, M. (2009). La investigación sobre comunicación en España. Evolución histórica y retos actuales. *Revista Latina de Comunicación Social*, 64, 1–14. <https://doi.org/10.4185/RLCS-64-2009-800-01-14>
- Martínez-Nicolás, M. (2020). La investigación sobre comunicación en España (1985-2015). Contexto institucional, comunidad académica y producción científica. *Revista Latina de Comunicación Social*, 75, 383–414. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2020-1432>
- Martínez-Nicolás, M., & Saperas, E. (2011). La investigación sobre comunicación en España (1998-2007). Análisis de los artículos publicados en revistas científicas. *Revista Latina de Comunicación Social*, 66, 101–129.
- Martínez-Nicolás, M., Saperas, E., & Carrasco, A. (2017). La investigación periodística en España. Análisis de artículos de investigación publicados en revistas españolas durante los últimos 25 años (1990-2014). *Comunicación y Sociedad*, 30(4), 149–166. <https://doi.org/10.15581/003.30.35764>
- Masip, P. (2011). Efecto ANECA: Producción española en comunicación en el social science citation index. *Anuario ThinkEPI*, 5, 206–210.
- Moragas, M. (2005, 27–28 de maio). *Investigación de la comunicación y política científica en España* [Apresentação de comunicação]. Reunión Científica de la Sociedad Española de Periodística (SEP), Santiago de Compostela, Espanha.
- Morena, B. de D. (2013). Mystery shopping: Indicadores de estudio en bibliotecas. *Revista General de Información y Documentación*, 23(2), 369–386. https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2013.v23.n2.43166

Piñuel, J. L., Sánchez-Carrión, J. J., Peñafiel, C., Díaz Nosty, B., & Marzal, J. (2018). *El estudio MapCom y la investigación en España en las tesis doctorales y proyectos I+D*. Proyecto I+D Mapcom.

Prado, E. (2017). Política científica, publicación e internacionalización en el campo de la comunicación en España. In M. de L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas. O caso das ciências da comunicação* (pp. 201–215). CECS.

Rodríguez-Gomez, E. F., Goyanes, M., & Rosique Cedillo, G. (2018). La investigación en comunicación en España: Temporalidad laboral, producción intensiva y competitividad. *Communication & Society*, 31(4), 229–242. <https://doi.org/10.15581/003.31.35684>

Rodríguez-Gómez, E. F. (2016). Aportación científica de los congresos de la AE-IC (2008-2014): Reseña histórica y estado actual de la investigación en Comunicación. *Historia y Comunicación Social*, 21(1), 115–137. https://doi.org/10.5209/rev_HICS.2016.v21.n1.52687

Saperas, E., & Carrasco, A. (2017, 23–24 de noviembre). *¿Cómo investigamos la comunicación en España? La producción científica en revistas especializadas (1990-2014). Métodos y técnicas de investigación* [Apresentação de comunicação]. IV Congreso Nacional de Metodología de la investigación en comunicación. Universitat Jaume I, Castellón, Espanha.

Segarra-Saavedra, J., Túñez-López, M., & Custódio-Frazão-Nogueira, A.-G. (2020). Impacto en el área de comunicación de call for papers de presuntas revistas fraudulentas. *Revista Prisma Social*, (31), 264–282. <https://revistaprismasocial.es/article/view/3926>

Soriano, J. (2008). *El efecto ANECA. Congreso internacional fundacional de la AE-IC*. Santiago de Compostela.

Túñez López, M. (2013). El 'índice h' de la investigación en comunicación en España, Portugal y Latinoamérica: Web of Knowledge (Wok), Scopus y Google Scholar. *Communication & Society*, 26(4), 53–75. <https://doi.org/10.15581/003.26.36060>

Túñez López, M., Mandiá-Rubal, S., & Fieiras-Ceide, C. (2020). Soportes de difusión en comunicación, publicidad, RRPP y periodismo. Estudio de fondos de la BNE 2000-2020. *index. Comunicación*, 10(3), 73–100. <https://doi.org/10.33732/ixc/10/03Sopor>

Túñez López, M., Martínez Solana, K. P., Valarezo González, K. (2014). Análisis de productividad, impacto e índice h de la investigación en comunicación a través de los perfiles personales en Google Académico. *Revista Latina de Comunicación Social*, 69, 684–709. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2014-1030>

Túñez-López, M., & Martínez-Solana, M. Y. (2018). *Impacto de las editoriales y las revistas "depredadoras" en el área de comunicación*. Universidad Complutense de Madrid.



UMinho Editora



Universidade do Minho



CECS

centro de estudos
de comunicação
e sociedade

O campo científico conheceu um desenvolvimento exponencial no último meio século. Em Portugal, foi sobretudo nas últimas duas décadas que se registou a intensificação das atividades de investigação em todas as áreas. Não obstante o aumento significativo de resultados, as políticas para a ciência suscitam hoje inquietações, que sugerem uma reflexão profunda sobre as opções estratégicas das instituições de decisão e gestão. Hoje, são desafios que exigem discussão pública a insuficiência do financiamento, os padrões de qualidade e a sobrevalorização de métricas, assim como os sistemas de avaliação e os rankings, da mesma forma que a hegemonia do inglês como língua de produção de conhecimento e do modelo empírico por oposição à teoria e ao pensamento crítico, e ainda os horizontes de carreira do investigador. *Políticas de Ciência e da Língua, Publicação Científica e Rankings Académicos* reúne contributos de um debate, que ocorreu em 2021, ano do 20.º aniversário do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, que procurou identificar e problematizar estas questões. É, por isso, um convite a uma leitura desassossegada e interpelativa sobre os (des)caminhos da ciência.

ISBN 978-989-8974-99-0



9 789898 974990 >

